



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JOSENILDO MARQUES DA SILVA

**“A RAPOSA DO SERTÃO”:
A TRAJETÓRIA DE WILSON LEITE BRAGA E AS PRÁTICAS DA ELITE
POLÍTICA PARAIBANA
(1950-1970)**

Recife
2023

JOSENILDO MARQUES DA SILVA

**“A RAPOSA DO SERTÃO”:
A TRAJETÓRIA DE WILSON LEITE BRAGA E AS PRÁTICAS DA ELITE
POLÍTICA PARAIBANA
(1950-1970)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em História. Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino.

Recife
2023

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S586r Silva, Josenildo Marques da.
“A raposa do Sertão” : a trajetória de Wilson Leite Braga e as práticas da elite política paraibana (1950-1970) / Josenildo Marques da Silva. – 2023.
253 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2023.
Inclui referências.

1. Paraíba - História. 2. Cultura política. 3. Políticos - Paraíba. 4. Braga, Wilson, 1931-2020. 5. Clientelismo. I. Christillino, Cristiano Luís (Orientador). II. Título.

981.33 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2024-004)

JOSENILDO MARQUES DA SILVA

**“A RAPOSA DO SERTÃO”:
A trajetória de Wilson Leite Braga e as práticas da elite política paraibana (1950-1970)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em História.

Aprovada em: 20/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino

Orientador (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda

Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)

Prof. Dr. José Adilson Filho

Membro Titular Externo (Universidade Estadual da Paraíba - UEPB)

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

Membro Titular Externo (Universidade Federal do Piauí - UFPI)

Prof. Dr. Paulo Giovanni Antonino Nunes

Membro Titular Externo (Universidade Federal da Paraíba – UFPB)

AGRADECIMENTOS

Conseguir adentrar o curso de doutorado em História constituiu-se, para mim, um desafio e também uma imensa alegria. Logo no primeiro ano de curso, tivemos de enfrentar a dura realidade do isolamento social, em razão da onda pandêmica do SARS COV-2 (COVID-19). Ante a expectativa de reviver aqueles momentos dinâmicos de interação e respirar mais uma vez os ares daquelas conversas diretas na academia, o “cara a cara”, fomos amargamente convidados à adaptação. A sala de aula tornou-se um espaço em casa fechado e o mínimo contato era estabelecido por meio do visual da tela de um computador, onde passamos entre quatro e oito horas diárias participando de aulas excelentes, mas que poderiam ser ainda melhores se ocorridas no modo presencial.

Ainda assim, mesmo constatando esse desafio presente até meados do curso, e acrescentando a ele o fato de enfrentarmos o fechamento de acervos e outros centros de pesquisas, aqui encontro-me na finalização de uma longa jornada de pesquisas. Foram muitos dias de estudos, noites mal dormidas e alegrias, sobretudo por descortinar diferentes horizontes, antes não pensados para este trabalho, e também por conhecer pessoas excelentes que possibilitaram a execução desta pesquisa.

Dito isso, quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, minha força, meu alicerce e porto seguro. Creio que, sem essa fé e confiança nele, eu não conseguiria suportar e superar cada desafio.

Sou imensamente grato também a minha família materna, minha mãe, Maria do Socorro, irmãs e irmãos, tios e sobrinhos, que me acompanharam em partes dessa jornada.

Agradeço, em especial, a minha esposa Izabelle Trajano da Silva, que dividiu comigo muitos momentos de dificuldades ao longo da pesquisa e da escrita, me oferecendo seu carinho, companheirismo e experiência, elementos fundamentais para a superação de cada obstáculo. De forma especial, agradeço também a minha menininha, Isadora Marques Trajano, que sofreu bastante os momentos em que papai esteve ausente para elaboração da pesquisa, sendo ela também o motivo de alegrias e consolo durante os períodos de maiores dificuldades na produção deste trabalho de tese.

Sou grato ao meu ilustríssimo amigo, professor e orientador Dr. Cristiano Luís Christillino. Participar de vários momentos de interação contigo durante as orientações, Cristiano, foi para mim uma experiência enriquecedora neste doutorado, um divisor de águas em minha formação acadêmica. Suas orientações e incentivos me ajudaram a deslumbrar novos

olhares na tese e na vida, contribuindo para o exercício de uma formação mais humana, mas que não perde de vista o zelo, a dedicação e a seriedade da profissão.

De igual modo, agradeço aos professores Dr. Jaci Guilherme e Dr. Carlos Miranda, pelas contribuições durante o momento de qualificação da pesquisa; e aos demais membros que compõem a banca de defesa desta tese.

Sou grato também aos (às) amigos (as) colegas do doutorado, pessoas que tive a honra de conhecer durante algumas etapas da seleção e no decorrer das aulas, sendo estas de suma importância também para o meu crescimento intelectual.

Por fim, agradeço ainda ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, que gentilmente antedeu as demandas e dúvidas surgidas no decorrer do curso e da pesquisa, respondendo de forma gentil e solícita a meus e-mails e ligações.

A todos vocês, meu muito obrigado!

“Donde nasce também que nenhum homem nessa terra é repúblico, nem zela, ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular”. (SALVADOR. 2010. p. 8-9).

RESUMO

A presente tese investiga a trajetória do parlamentar Wilson Leite Braga na Paraíba, tendo como principal interesse estabelecer os fios que conectam essa trajetória ao perfil, aos comportamentos e às práticas da elite política atuante nesse estado, entre os anos 1950 e 1970. Além de situar os aspectos familiares e educacionais desse político, em consonância com a elite política, o trabalho analisa como a cultura política dessa elite era marcada por um conjunto de práticas diversas – sistema de apadrinhamento, apropriação e usos oportunistas dos partidos políticos, emancipações distritais, fraudes eleitorais – que tinham como exclusiva finalidade garantir a sua permanência no comando dos principais cargos representativos de poder no estado. A pesquisa acentua a necessidade de novas leituras historiográficas que analisem o período posterior à Era Vargas e à Ditadura Militar como momentos de continuidade de antigas práticas políticas, afirmando que tais práticas se contrapõem a algumas ideias consolidadas na historiografia, como a ênfase nos avanços democráticos, pós-Estado Novo, e no aparato repressivo da ditadura durante os sucessivos governos militares. A pesquisa aborda a questão do poder local, afirmando a importância dos municípios como núcleos de sustentação de tradicionais famílias políticas. Para tanto, somadas à bibliografia sobre o período, foram consultadas diferentes fontes, a exemplo de jornais, anais e diários da Câmara dos Deputados, dados do TRE-PB e do TSE, documentos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), entre outras. Desse modo, foi possível identificar, com base na trajetória política de Wilson Leite Braga, os elementos de convergência dessa elite no âmbito familiar, a exemplo do uso do campo político como um capital que vai sendo passado entre os novos herdeiros. No aspecto educacional, verificou-se, de igual modo, essa convergência, tendo Wilson Braga e outros políticos passagens por instituições que recebiam tradicionalmente a elite política desse estado. Analisaram-se, assim, os elementos que explicam a longevidade dessa elite em diferentes campos, destacando-se as formas de negociação, acomodação e adesão desse grupo durante momentos de instabilidade no cenário político brasileiro.

Palavras-chave: cultura política; elite política; Wilson Braga; poder local; clientelismo.

ABSTRACT

This doctoral thesis aims to investigate the parliamentary trajectory of Wilson Leite Braga in the state of Paraíba, in order to establish the threads that connect his trajectory to its profile, behaviors and political practices of the active elite in that state, between the 1950's and 1970's. Furthermore, present the family and educational aspects of this politician, in line with the political elite, this paper analyzes how the political culture of this elite was noticeable by a set of multiple practices – sponsorship system, appropriation, and opportunistic uses of political parties, district emancipations, electoral frauds that had as exclusive purpose of ensuring that they remain in command of the main positions representing power in the state. The research emphasizes the need for new historiographical readings that analyze the period after the Vargas era and the military dictatorship as moments of continuities of ancient political practices, stating that such practices are contrary to some ideas consolidated in historiography, such as the emphasis on democratic advances, post Estado Novo, and in the repressive apparatus of the dictatorship during successive military governments. This research addresses the issue of local power. Claiming the importance of municipalities as a support nuclei of traditional political families. In this regard, added to the bibliography about that period, various sources have been consulted, such as newspapers, newspaper annals and journals of the Chamber of Deputies, data from TRE-PB and TSE, documents produced by Serviço Nacional de Informações (SNI), among others. This way, it is possible to identify based on the political route of Wilson Leite Braga, the elements of convergence of this elite in the family circumstances, such as the use of the political field like capital that is passed among the new successors. When it comes to the educational aspect, it has been verified that this convergence, with Wilson Braga and other politicians have spent time in institutions that have received traditionally the political elite of that state. Elements have been analyzed showing that the elements that explain the longevity of this elite in different fields, highlighting the ways of negotiation, accommodation and adherence of this group during moments of instability in the Brazilian political scenario.

Keywords: political culture; political elite; Wilson Braga; local authority; clientelism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Árvore Genealógica de Wilson Leite Braga	36
Figura 2 - Organograma do Sistema Nacional de Informações.....	173
Figura 3 - Fluxograma sobre o Percurso do processo de cassação dos direitos políticos de Wilson Braga em 1969	207
Figura 4 - Papeleta de Encaminhamento do Processo contra Wilson Leite Braga na SG/CSN	210

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais lideranças da família Leite (1838 a 1915).....	41
Quadro 2 - Prefeitos de Conceição-PB de 1916 a 1930	45
Quadro 3 - Docentes do Ginásio Diocesano de Patos	71
Quadro 4 - Relação do Corpo Administrativo e Docente da Faculdade de Direito da Paraíba em 1953.....	88
Quadro 5 - Perfil Educacional dos Governadores Paraibanos (1947 a 2002)	98
Quadro 6 - Deputados estaduais mais votados em 1954 e suas ligações políticas	127
Quadro 7 - Municípios criados na Paraíba entre 1940 e 1960.....	156
Quadro 8 - Deputados estaduais eleitos pelo PSB em 1962 e seus históricos na política.....	166
Quadro 9 - Deputados eleitos pelos partidos UDN, PSD e PDC em 1962 e seus históricos na política.....	167
Quadro 10 - Situação política e partidária dos deputados estaduais do PSB após o Golpe Civil-Militar de 1964.....	179
Quadro 11 - Deputados estaduais eleitos pela ARENA1 e ARENA2 em 1966 e seus respectivos partidos em 1962.	182
Quadro 12 - Deputados estaduais eleitos pelo MDB em 1966 e seus respectivos partidos em 1962	182
Quadro 13 - Deputados federais eleitos pela ARENA em 1966 e seus respectivos partidos em 1962	183
Quadro 14 - Deputados federais eleitos pelo MDB em 1966 e seus respectivos partidos em 1962	183
Quadro 15 - Famílias políticas locais e suas áreas de atuação na Paraíba entre as eleições de 1954 a 1966.	183

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Votação de Wilson Braga no município de Conceição – PB nas eleições de 1954 a 1962.....	125
Tabela 2 - Votação de Wilson Braga no município de Conceição – PB nas eleições de 1966 a 1978.....	126

LISTA DE SIGLAS

- AESP** Associação dos Estudantes Secundaristas da Paraíba
- AI** Ato Institucional
- ALPB** Assembleia Legislativa da Paraíba
- ARE** Agência Regional Recife
- ARENA** Aliança Renovadora Nacional
- ASI** Assessorias de Segurança e Informação
- BND** Biblioteca Nacional Digital
- CACO** Centro Acadêmico Cândido de Oliveira
- CAI-PB** Comando de Apuração e Investigação da Paraíba
- CDP** Coligação Democrática Paraibana
- CEP** Casa do Estudante Pobre e Casa do Estudante da Paraíba
- CI-PB** Comando de Investigação da Paraíba
- CISEX** Comando de Investigação Sumária do Exército
- CNL** Coligação Nacional Libertadora
- CPDOC/FGV** Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas
- CSN** Conselho de Segurança Nacional
- DSI** Divisões de Segurança e Informações
- ECI** Escola Cidadã Integral
- ENAP** Empresa Nacional do Petróleo
- GDP** Ginásio Diocesano de Patos-PB
- IBAD** Instituto Brasileiro de Ação Democrática
- IPES** Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
- IPM** Inquérito Policial Militar
- IHGP** Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
- JEC** Juventude Estudantil Católica
- JUC** Juventude Universitária Católica
- MDB** Movimento Democrático Brasileiro
- PCB** Partido Comunista Brasileiro
- PDC** Partido Democrata Cristão
- PDS** Partido Democrático Social
- PFL** Partido da Frente Liberal

PL Partido Liberal

PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PR Partido Republicano

PSB Partido Socialista Brasileiro

PSD Partido Social Democrático

PSP Partido Socialista Progressista

PTB Partido Trabalhista Brasileiro

PUC Pontifícia Universidade Católica

SARS-CoV-2 Coronavírus 2 da síndrome respiratória aguda grave (sigla em inglês)

SFICI Serviço Federal de Informações e Contrainformações

SG/CSN Secretária Geral do Conselho de Segurança Nacional

SIAN Sistema de Informações do Arquivo Nacional

SNI Serviço Nacional de Informações

SISNI Sistema Nacional de Informações

TRE-PB Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

TSE Tribunal Superior Eleitoral

UBES União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UDN União Democrática Nacional

UEEP União Estadual dos Estudantes da Paraíba

UNE União Nacional dos Estudantes

VEP Vanguarda Estudantil da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	A POLÍTICA COMO UMA HERANÇA DE FAMÍLIA: A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS LEITE E BRAGA E A ENTRADA DE UM NOVO NOME NO CAMPO DA POLÍTICA	31
2.1	Wilson Braga e sua posição na família: primeiras pinceladas de uma trajetória política	32
2.2	Família Leite no Sertão Paraibano: entre alianças políticas e mandonismo local ..	34
2.3	No comando do partido: a família Leite e sua relação com o Partido Liberal	40
2.4	Entre os Leites e os Ramalhos: a transmissão do capital político-familiar dos Leites nas décadas de 1920-1930	44
2.5	De pai para filho, de filho para irmãos e sobrinhos: a política como negócio de família	51
3	DA POLÍTICA ESTUDANTIL À POLÍTICA PARTIDÁRIA: WILSON LEITE BRAGA E A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DA ELITE POLÍTICA	63
3.1	No Colégio Diocesano: entre católicos e políticos	65
3.2	Entre o Lyceu e a CEP: espaços de projeção para uma carreira política	73
3.3	Da Faculdade de Direito para a Assembleia Legislativa: formação, espaços de circulação e dinâmica de atuação de um personagem da elite política	86
3.4	Wilson Braga e a prosopografia da elite política paraibana	97
4	É PRECISO NÃO TOMAR PARTIDO: WILSON LEITE BRAGA E AS PRÁTICAS DA ELITE POLÍTICA EM TEMPOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO	107
4.1	Wilson Braga e o udenismo: entre o oportunismo do partido e o apadrinhamento de suas lideranças políticas	110
4.2	O município em disputa: a importância do território municipal para a elite política (décadas de 1950 e 1960)	122
4.3	Sem oposição: acordos políticos e vitória eleitoral	128
4.4	Entre rasuras e incinerações: eleições e fraudes na Paraíba nos anos 1950/1960 .	131
4.4.1	<i>Inimigo íntimo: a fraude da 17ª Zona Eleitoral</i>	133
4.4.2	<i>Onde estão as cédulas? O caso da 41ª Zona Eleitoral e outros episódios de fraudes na Paraíba</i>	140

4.5	Dividir para melhor dominar: emancipações distritais como face da cultura política dos anos 1950/1960	154
4.6	É preciso não tomar partido: o caso do quociente eleitoral e a prática de mudar de partidos para continuar no campo político.....	162
5	NA MIRA DO SNI: WILSON LEITE BRAGA E AS PRÁTICAS DA ELITE POLÍTICA EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR.....	171
5.1	A Ditadura Militar: formação dos partidos e acomodação da elite política	177
5.2	O <i>Argos Panoptes</i> da Ditadura: o Serviço Nacional de Informações e a vigilância aos políticos paraibanos.....	186
5.3	O rito burocrático do SNI e o processo de cassação do deputado Wilson Leite Braga.....	201
5.4	Para além da repressão: o SNI e as práticas políticas da elite durante a Ditadura Militar.....	209
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	234
	REFERÊNCIAS	238

1 INTRODUÇÃO

Na noite do dia de 17 de maio de 2020 (domingo), seguindo a euforia inicial de informações sobre a avalanche de infecções e mortes provocadas pelo SARS-CoV-2 (COVID-19), uma notícia se espalhou nas principais plataformas digitais de comunicação do país. Tratava-se da morte do ex-governador do estado da Paraíba, o político Wilson Leite Braga, ocorrida após exatos 17 dias de sua internação e, segundo o que fora noticiado, em decorrência de complicações causadas por esse vírus.

Na manhã do dia 18 do referido mês, diante da propagação dessa notícia e da comoção que já tomava conta das plataformas digitais e redes sociais, estampavam-se, por meio de diferentes veículos da imprensa e sites oficiais, homenagens e descrições sobre a trajetória desse político. O ex-governador era assim lembrado como um político voltado para a população mais carente do estado, através dos programas de construção de casa em regime de mutirões; como um líder estudantil e, sobretudo, o responsável pela implementação do Projeto Canaã, um programa de distribuição de alimentos e recuperação hídrica do estado¹.

Ao propagarem essa visão de Wilson Braga como um político que devotou toda a sua vida pública em favor das pessoas mais carentes do estado, a imprensa e os órgãos governamentais difundiram uma imagem que já havia sido cristalizada sobre ele em produções biográficas elaboradas por amigos e correligionários no decorrer de sua trajetória. Tais produções biográficas oferecem pouco subsídio para refletirmos sobre outras nuances da vida desse indivíduo. Isso porque, elas apresentam, em geral, uma visão dualista desse político, ora construindo a sua imagem como a de um populista, através da elaboração de uma síntese sobre a sua carreira política (Mello, 1993; Guedes, 2012), ora afirmando ter sido ele uma pessoa destinada, desde o nascimento, para a carreira política, uma espécie de sacralização do político (Cartacho, 1980; Pimentel, 2006).

Há, nessas referências, poucas menções sobre a sua condição de político pertencente a uma família tradicional da política, que dividia com outras o domínio sobre os principais postos de representação pública na Paraíba. De outro modo, evidencia-se também a inexistência de uma escrita capaz de estabelecer as interconexões entre os comportamentos e as práticas dele com a cultura da elite política atuante nesse estado, ao longo de momentos específicos de

¹ A difusão dessa imagem positiva sobre a vida de Wilson Braga, ocorrida após o anúncio de sua morte, deve-se a sites como: G1, Globo.com.br; amprev.gov.br; radiotabajara.pb.gov.br e osguedes.com.br. Acesso em: 07 abr. 2023.

mudanças no curso da história política brasileira, como foram os anos posteriores à era Vargas e os anos iniciais da Ditadura Militar.

Como exemplo desses comportamentos e práticas que conectam esse político às características da cultura política brasileira, destaca-se o fenômeno da troca de partidos nas décadas de 1950/1960. Embora sendo esta uma prática utilizada constantemente por políticos tradicionais de estados como a Paraíba, sobretudo após o estabelecimento do critério do quociente eleitoral na constituição de 1946, ela ainda não tem recebido a devida atenção na historiografia que estuda o campo da política.

Tal fenômeno, no entanto, requer também a produção de novos estudos que analisam a permanência, ainda durante o regime democrático, de elementos da política tradicional, como o mandonismo e o clientelismo. A trajetória de políticos representantes de famílias da elite, como é o caso de Wilson Braga, nos insere diretamente no debate sobre como a cultura política dos anos 1950 a 1970 ainda era marcada pela sobrevivência de velhas práticas, as quais remontam ao período do coronelismo no Brasil, ainda que este tenha chegado ao fim já na década de 1930². Dentre essas práticas, verifica-se principalmente as que apontam para a manutenção do controle eleitoral dos municípios por parte dos chamados mandões, ou chefes políticos locais, e a questão do estabelecimento de compromissos, trocas de favores e falsificações eleitorais.

A presente tese visa, assim, investigar a trajetória percorrida por esse político no cenário familiar, educacional e eleitoral no estado da Paraíba, enfatizando através dele questões que ultrapassam a sua singularidade. A pesquisa pretendeu, com isso, mais do que traçar uma narrativa específica sobre a vida do político, estabelecer os fios que conectam essa trajetória ao perfil, aos comportamentos e às práticas da elite política atuante no estado da Paraíba. Analisa, nesse sentido, como essa elite agia estrategicamente a partir de uma finalidade exclusiva, qual seja: garantir a sua permanência no comando dos principais cargos representativos de poder no estado.

Seguindo essa perspectiva, o questionamento central que norteia este estudo objetiva pensar de modo geral: quais eram as práticas da elite política no cenário eleitoral paraibano, entre os anos 1950 e 1970, vistas a partir da trajetória de um de seus representantes?

Porém, antes de atentar para esse ponto central do trabalho, outras questões foram colocadas inicialmente, visando delinear os traços de convergência entre o político e a elite

² Carvalho (1996) afirma que o coronelismo chegou ao fim quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930, sendo definitivamente “enterrado” em 1937, com o Estado Novo e a derrubada de José Antônio Flores da Cunha, coronel do Rio Grande do Sul.

política, por meio de uma espécie de descrição radiográfica dessa elite, através das seguintes interrogações: como a política, nesse estado, vista por meio das famílias que compõem a ascendência de Wilson Leite Braga e de outros políticos, se constitui uma verdadeira herança de família? De que modo essas elites políticas locais atuaram em seus territórios municipais e como elas se reproduziam e alcançavam outras esferas da representação política? Qual o perfil educacional dos principais representantes dessa elite política e como ocorria a transição de seus herdeiros dos postos de liderança estudantil para os postos de liderança político-partidária?

Ao traçar esses elementos de convergência entre a trajetória desse político e a elite pertencente ao referido estado, a presente pesquisa defende a hipótese: o período posterior à Era Vargas é marcado pela permanência de práticas políticas antidemocráticas, que tiveram suas raízes provenientes da Primeira República Brasileira. Tais práticas se revestiam de legalidade eleitoral e se somaram a outras específicas do período, atuando para burlar os ritos do processo democrático e garantir a continuidade dos principais agrupamentos familiares no comando da política municipal e estadual. Grande parte dessas práticas políticas permaneceram, mesmo no período inicial da Ditadura Militar no Brasil, tendo os militares contribuído no processo de adaptação e continuidade da elite política nos cargos eletivos.

Na trajetória do político Wilson Braga, e dos demais representantes de famílias políticas tradicionais do estado da Paraíba, observa-se a continuidade no uso das antigas práticas políticas, operacionalizadas com exclusivo interesse de garantir a perpetuação dos seus nomes no campo da política desse estado. Mesmo apresentando mudanças e se somando a outras específicas do seu período histórico, essas práticas sobreviveram a momentos de transformações nas estruturas de poder atuantes no país.

Desse modo, o trabalho aborda a trajetória do referido político, atrelada ao seu pertencimento à elite política dirigente do estado, analisando a sobrevivência, entre os anos de 1950 e 1970, de um conjunto de práticas políticas que constituem as marcas da cultura política presente no território nacional nesse período. Para uma melhor descrição e entendimento de tais práticas, elas foram divididas em dois grupos que se espalham ao longo dos capítulos, posteriormente elencados na tese.

No primeiro grupo, aparecem as práticas políticas que atuaram criando as condições necessárias para sustentação das famílias de elite nos seus territórios de pertencimento municipal. Entre essas, destacam-se: o mandonismo local ou o controle eleitoral dos municípios; as disputas pelo controle dos partidos políticos; a transmissão do capital político e eleitoral entre os membros das famílias políticas dirigentes locais; a prática de emancipações distritais; e o direcionamento dos herdeiros políticos dessas famílias para uma formação

educacional comum, a exemplo da passagem por colégios católicos, liceus e faculdades de Direito ou Medicina.

No segundo grupo, são elencadas as práticas políticas que garantiam a acomodação dessas famílias municipais como típicas representantes da elite política estadual. Para esse caso, destacam-se: a tendência de acomodação e de constantes mudanças desses grupos para partidos políticos que se encontravam em momentos de projeção estadual e/ou nacional; a aproximação dessas famílias com lideranças destacadas na política estadual, que serviam de padrinhos para os políticos recém-estabelecidos; a utilização de fraudes eleitorais; o uso das próprias mudanças nas legislações eleitorais como forma de aumentar as condições de sucesso nos pleitos disputados; o estabelecimento de relações com representantes do judiciário, que agiam diretamente na prática dos crimes eleitorais e/ou através da paralisação e do arquivamento de processos abertos contra integrantes dessas famílias de elite; e a participação dos principais representantes dessas famílias da elite política na legitimação e continuidade de governos autoritários, por meio do estabelecimento de práticas de natureza clientelista, como o controle de cargos e empregos públicos.

Somados à bibliografia escrita sobre a trajetória do político Wilson Leite Braga, dois outros conjuntos de produções bibliográficas foram também necessários à fundamentação das ideias defendidas neste trabalho de tese: a produção historiográfica referente ao período de redemocratização, pós-era Vargas; e os trabalhos que dispõem sobre a formação dos partidos políticos (ARENA e MDB), a cassação de mandatos de parlamentares durante a Ditadura Militar e a participação da sociedade civil na legitimação dos governos militares.

A historiografia que tratou sobre as legislações eleitorais e primeiras eleições pós-Estado Novo buscou enfatizar esses anos como um período de grandes avanços democráticos, chegando a denominá-lo de nossa “primeira experiência democrática”³. Autores como José Murilo de Carvalho (2015), Jorge Ferreira (2020), Lucília Delgado (2020) e Jean Blondel (1994 [1957]) citam, por exemplo, a Lei Agamemnon⁴, a criação do nosso sistema eleitoral, bem como a participação direta da população nas eleições, para apontar esses avanços em relação a anos anteriores da nossa história política, como a República Velha e seu sistema coronelista.

³ Silva (2020, p. 22) utiliza a expressão “primeira experiência democrática” para caracterizar, a partir de Carvalho (2015) e Ferreira (2001), esse período como uma democratização, defendendo que o modelo da Primeira República Brasileira não se constituía como uma democracia.

⁴ A Lei Agamemnon, ou Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, foi responsável pela regulamentação do alistamento, processo eleitoral e organização dos partidos. Conforme Leal (1997, p. 408), a Lei Agamemnon surgiu do anteprojeto elaborado por uma comissão composta pelos parlamentares José Linhares, Vicente Piragibe, Lafayette de Andrada, Miranda Valverde e Hahnemann Guimarães, sendo convertida em lei a partir das alterações recomendadas pelo então Ministro da Justiça Agamemnon Magalhães.

Embora esses autores não neguem a existência de limitações que iam na contramão de tais avanços democráticos, eles acabaram por relegar um papel secundário à permanência de práticas políticas que guardavam estreita relação com o período da Primeira República Brasileira. Poucas são as ênfases na continuidade, ainda durante o final dos anos 1940 e início dos anos 1950, de práticas arcaicas que determinavam o resultado eleitoral e garantiam a permanência das mesmas famílias políticas nos cargos eletivos. Casos, por exemplo, de fraudes, associações entre políticos e integrantes do judiciário, domínio mandonista de municípios e sistema de apadrinhamentos ocupam minúsculos espaços nos debates historiográficos referentes a esse período.

Ainda assim, mesmo enfatizando os aspectos característicos de uma experiência democrática, deixando em segundo plano o debate sobre as continuidades, a historiografia escrita a partir dos anos 1980 sobre o período posterior ao Estado Novo deixa também elementos para analisarmos o papel decisório que essas práticas políticas ainda tinham nas décadas de 1950 e 1960. A historiadora Maria do Carmo Campello de Souza, na obra *Estado e Partidos Políticos no Brasil* (1983), defende que a transição ocorrida no Governo Vargas a partir de 1945 foi marcada pela continuidade da mesma elite política, então responsável pelas eleições e elaboração da Carta Magna de 1946.

Já a historiadora Maria Lucília Delgado, no trabalho “Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia” (2020), argumenta que esse período deve ser pensado a partir do que denomina de “marca do paradoxo”. Em outras palavras, essa autora segue a corrente de que é preciso considerarmos as relevantes mudanças ocorridas nos pós-1945, mas não deixando de ressaltar as continuidades, como a permanência da mesma elite no comando do processo democrático e da ordem econômica, então vigente durante a Era Vargas.

Assim, o presente trabalho dialoga com essa historiografia, pensando nos traços evidentes dessas transformações, por meio de chaves interpretativas como “a marca do paradoxo”. Porém, distancia-se, ao mesmo tempo, dela ao ressaltar a relevância de estudarmos as práticas políticas da elite, a partir da trajetória de Wilson Leite Braga, como indícios da permanência de uma cultura política antidemocrática, que encontra os seus espaços de atuação em meio às mudanças nas legislações eleitorais, durante momentos de transição entre diferentes modelos de governos.

Considera-se, nesta pesquisa, o período entre o fim do Estado Novo e o Golpe Civil-Militar de 1964 como um momento de redemocratização e não de democratização ou de “primeira experiência democrática”, como acentuam alguns desses autores. Nossa perspectiva

comunga com a ideia de democracia pensada por Norberto Bobbio (2022), que a concebe não como um modelo pleno, ideal, acabado, mas como um processo, um conjunto de normas com vista a facilitar a participação de um número cada vez maior de pessoas na tomada de decisões. Tal visão é também partilhada por Lilia Moritz Schwarcz (2019), quando esta autora se opõe às “falácias da teoria do senso comum”, sobretudo à ideia de que, no Brasil, “inexistiriam ódios raciais, de religião e de gênero” e que prevalecia nesse país uma democracia plena (Schwarcz, 2019, p. 22).

Nesse sentido, as práticas de violência, o clientelismo e outras formas de limitação da democracia nos anos iniciais da Primeira República não nos impedem de enxergar elementos democráticos nessa cultura política, mesmo reconhecendo que esse período constitui uma fase bem rudimentar do que hoje concebemos como democracia. Desse mesmo modo, podemos ver, nos primeiros anos da Era Vargas, alguns lampejos de democracia, uma vez que as primeiras transformações de ordem eleitoral, então vigentes nas eleições de 1945, foram operacionalizadas pelos Códigos Eleitorais de 1932 e 1935⁵.

No que tange à historiografia sobre a Ditadura Militar no Brasil, observa-se uma ênfase no debate atual sobre a participação da sociedade civil no golpe e durante os anos de governo militar. Trabalhos como a obra clássica *1964: a conquista do Estado* (1981), de René Armand Dreifuss, já acentuavam, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, o caráter civil-militar ou empresarial-militar do golpe de 1964, problematizando a montagem de todo um sistema conspiratório e ideológico de investigação e ação, reunido em torno de órgãos civis como os IPEs e o IBAD⁶.

No entanto, mesmo evidenciando trabalhos como o de Dreifuss, elaborados já na década de 1980, as produções sobre esse período histórico são marcadas principalmente por leituras historiográficas dicotômicas, dualistas, tendo como principal questão o debate da repressão versus resistência. Tal dualidade nas pesquisas sobre a Ditadura Militar é ainda muito presente nas produções atuais e se configura, segundo autores como Daniel Aarão Reis Filho (2014), os temas que se tornaram hegemônicos no Brasil e que tem sido objeto de releituras pelas novas correntes historiográficas.

⁵ Leal (1997, p. 262) aponta como a Lei de 1945 manteve particularidades dos códigos eleitorais de 1932 e 1935, como o processo idêntico de sigilo do voto. Para esse autor, a legislação de 1945 era inferior a esses códigos decretados durante o período de governo de Getúlio Vargas.

⁶ Esses órgãos civis, como menciona Pedro Henrique Campos (2012, p. 260), foram organismos que contaram com a participação massiva de empresários e militares responsáveis pela articulação de uma política de desestabilização do governo João Goulart, nos anos que antecederam o golpe. Para autores como Campos (2012, p. 345), o protagonismo da sociedade civil era tal que tanto os militares ocuparam cargos no alto escalão de destacadas empresas nacionais e multinacionais, quanto os empresários participaram dos projetos militares e no aparato da repressão após o golpe de 1964.

Os debates historiográficos atuais sobre a Ditadura Militar têm buscando oferecer leituras mais complexas sobre a relação entre a ditadura e a sociedade civil, inclusive quanto a aspectos já largamente debatidos como os da repressão e resistência ao regime. Entre as perspectivas que se destacam nesses estudos, estão as pesquisas sobre o protagonismo da sociedade civil na legitimação da ditadura (Reis Filho, 2014), que repensam algumas versões consolidadas sobre temáticas como repressão política e censura (Fico, 2004) e que enfatizam a necessidade ainda de estudos sobre “atitudes e comportamentos diante da ditadura”, embasados em categorias de análise como a cultura política (Sá Motta, 2014/2017; Veras, 2018).

Nessa perspectiva, a presente pesquisa pretende contribuir também com esses trabalhos recentes que abordam o período inicial da Ditadura Militar Brasileira, dialogando com autores como Rodrigo Patto Sá Motta (2014), Daniel Aarão Reis Filho (2014) e Dimas Brasileiro Veras (2018) acerca dos aspectos de acomodação e adesão ocorridos entre integrantes da elite política, como Wilson Braga, e os governos militares. Trata-se, assim, de um debate que se faz necessário ante a multiplicidade de pesquisas que priorizam temáticas como a cassação do mandato dos políticos durante o regime e que não refletem diretamente a trajetória de parlamentares e famílias políticas que conseguiram conviver bem com esses governos autoritários e ainda se destacar em seus campos de atuação.

Como exemplos desses trabalhos produzidos no estado paraibano sobre a Ditadura Militar, temos estudos que: analisam a trajetória de governadores, como Pedro Gondim e João Agripino (Cittadino, 2006; Ramos, 1993); abordam a questão do anticomunismo dentro da Igreja Católica e sua relação com o golpe civil-militar na Paraíba (Sobreira, 2014); refletem acerca da situação dos partidos políticos, dentro da perspectiva de lutas contra o autoritarismo ou das novas configurações partidárias (Silva, 2014; Sobreira, 2016); e problematizam a Ditadura Militar na Paraíba sob o ângulo dos documentos e das memórias produzidas sobre esse período histórico (Guerra, 2014).

A pesquisa visa contribuir, portanto, com o debate acerca das possibilidades de trabalhar com um indivíduo, objetivando problematizar questões pertinentes a uma coletividade no cenário sócio-histórico compreendido entre os anos de 1950 e 1970. Para o trabalho com a trajetória do político, buscamos mesclar as orientações metodológicas pensadas por Benito Bisso Schmidt (2012), Lilia Moritz Schwarcz (2013) e Pierre Bourdieu (1996) sobre a escrita biográfica, com o método prosopográfico, conforme propõem Christophe Charle (2006) e Andrius Estevam Noronha (2011).

Sobre os dois primeiros autores citados, Schmidt (2012) e Schwarcz (2013), foi imprescindível a análise da biografia histórica como um método possível para o entendimento

de questões que dizem respeito não apenas à singularidade do indivíduo, mas a uma conjuntura, contexto ou grupo social em que ele está inserido. De igual modo, são também relevantes as observações de Bourdieu (1996) acerca do que ele chama de “ilusão biográfica”, especialmente quando este autor pontua a necessidade de fugirmos de uma visão de indivíduo como um ser unívoco, um todo coerente, contínuo e racional ao longo de sua trajetória, levando-nos a pensá-lo como um ser que atua em um campo cheios de escolhas e possibilidades.

Em Charle (2006) e Noronha (2011), entendemos não haver problemas ou contradições ao utilizarmos, em conjunto, os pressupostos da biografia histórica e da prosopografia. Para os autores, estes dois métodos estão intrinsecamente associados, existindo uma relação de dependência entre eles, ou seja: a biografia precisa da prosopografia, uma vez que o seu foco volta-se apenas para um único indivíduo, perdendo-se, assim, as possibilidades relacionais que atravessam a vida desse indivíduo; e a prosopografia precisa partir da biografia, da análise de casos individuais, para poder construir uma visão coletiva sobre o grupo em que tais investigados se encontram inseridos⁷.

Mesmo considerando as orientações metodológicas sobre a necessidade de identificarmos as características que singularizam os sujeitos históricos, esta pesquisa tem como foco especial os aspectos coletivos presentes na trajetória do citado político Wilson Leite Braga. Dessa forma, a preocupação do trabalho voltou-se para um conjunto de referências presentes nessa trajetória que dão a ver a lógica estrutural de atuação de um grupo, a elite política do estado da Paraíba.

Este trabalho fundamenta-se também no que autores como Charle (2003) entendem por biografia coletiva ou prosopografia, ao nos direcionar à reflexão sobre a existência de uma lógica estrutural que explique os condicionamentos próprios de determinadas trajetórias, seus lugares de formação, suas linhas teóricas e políticas de atuação dentro de um sistema de referências ou, mais precisamente “o espaço social e ideológico no interior do qual pensam e se situam” (Charle, 2003, p. 155).

Fundamentando-se nessa linha teórica, que dispõe sobre a existência de uma lógica estrutural que explica os pensamentos e as práticas do indivíduo como referências de um grupo social, do seu lugar de pertencimento, duas categorias de análise serviram de base para a pesquisa. A primeira relaciona-se ao que se entende por elite política ou à forma como essa noção é utilizada e operacionalizada ao longo das linhas que estruturam este trabalho. A segunda dispõe sobre a relevância da categoria de cultura política, uma ferramenta teórica vista

⁷ Em Noronha (2011, p. 97), o autor cita essa conexão entre biografia e prosopografia, apontando como muitos autores denominam a prosopografia de biografia coletiva.

aqui como imprescindível ao entendimento de questões que relacionam o indivíduo a um determinado grupo social, a exemplo de valores, normas e práticas que são partilhadas por esse indivíduo como elementos de referências de uma tradição política.

Quanto à noção empregada de elite política, este trabalho dialoga com os pressupostos de Wright Mills em sua obra *A elite do poder*. Em Mills (1982, p. 12), a identificação da elite é realizada através do método posicional, que leva em consideração os “postos de comandos estratégicos da estrutura social”, estando entre eles a “máquina do estado, a organização militar e as grandes companhias”. A perspectiva do autor, ao considerar a posição ocupada pelos indivíduos em postos decisórios de comando como meio de identificação da elite, nos permite pensar Wilson Leite Braga, e outros políticos mencionados ao longo do estudo, como típicos integrantes dessa elite, sobretudo ao alcançarem o nível máximo da representação política em seu estado: o cargo de governador.

Além dos pressupostos defendidos por Wright Mills (1982), a presente pesquisa também dialoga com as ideias problematizadas por Éder Rodrigo Gimenes, no estudo *Teoria das elites e as Elites do poder*. Neste, Gimenes (2014, p. 144) aponta, com base na leitura de autores como Michels (1982), Mills (1982), Mosca (1982) e Pareto (1984), três variáveis a serem consideradas no estudo da elite política, qual seja: a identificação da origem social, da trajetória profissional e dos valores compartilhados pelo grupo. Tais variáveis constituíram, portanto, os pontos de investigação deste trabalho sobre a vida do político Wilson Leite Braga em suas conexões com os integrantes da elite política atuante em seu estado, sendo tomadas como elementos que estruturam a produção desta tese.

A categoria de cultura política foi igualmente importante para a fundamentação das ideias desta pesquisa, especialmente conforme o pensamento cunhado por Serge Berstein em dois trabalhos: *Culturas políticas e historiografia* (2009) e *A cultura Política* (1998). Para Berstein (2009, p. 29), operar com a noção de cultura política é acompanhar as mudanças de renovação ocorridas nos objetos e métodos da História Política, a partir do final dos anos 1960, por meio dos pressupostos defendidos por pesquisadores como René Rémond. Embora suas primeiras formas de utilização sejam bem mais recentes – anos 1990 com a historiografia francesa – essa renovação possibilitou uma aproximação da História Política com outras áreas e linhas de pensamento, a exemplo da Ciência Política e da História Cultural, esta última no que diz respeito ao estudo das representações.

Analisando os comportamentos assumidos pelo político Wilson Braga ao longo de sua trajetória, suas escolhas, decisões, não decisões, como referências de um grupo, de uma coletividade, verificamos a possibilidade de operar com essa noção de cultura política. Isso

porque ela é geralmente concebida pelos historiadores como “um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político” (Berstein, 2009, p. 31).

Dessa forma, aspectos definidos sobre a trajetória desse político, como a sua ligação com uma família política tradicional do sertão da Paraíba, a sua formação profissional na área do Direito e suas práticas políticas, como o fato de mudar constantemente de partido, são analisados como referências de um sistema de representações compartilhados por um grupo social ou uma tradição política. Em outras palavras, pensar em cultura política é enxergar a existência de uma visão “global de mundo”, expressa no meio social através de determinados valores, normas e práticas que juntas constituem a identidade coletiva de um grupo em um dado momento histórico.

Entretanto, pensar na existência de uma visão global ou uma identidade coletiva não se trata de desconsiderar as possibilidades de transformações que ocorrem na vida dos indivíduos e grupos no decorrer de um tempo e de um contexto histórico atravessados por eles. Como bem aponta Serge Berstein (2009, p. 38-39), não podemos desconectar a cultura política de um grupo social – seu sistema de representações – do contexto vivenciado, uma vez que o reconhecimento e a aceitação das culturas políticas ocorrem por meio da adesão dos próprios grupos sociais a partir das soluções que elas defendem nesses momentos.

Seguindo essa ótica, se um grupo de políticos obteve sucessos eleitorais durante a Ditadura Militar, isso ocorreu, em certa medida, porque operou com questões que correspondiam às demandas do momento. Muito embora seguindo essa visão, não deixamos de perceber também a existência de toda uma estrutura prática de dominação política que já vinha atuando na sustentação desse grupo no decorrer de diferentes períodos. Basta refletirmos que boa parte das práticas políticas presentes em políticos como Wilson Braga tem raízes em períodos bem anteriores ao seu tempo de atuação, como é o caso das permanências de traços do coronelismo no sistema político e eleitoral da segunda metade do século XX.

Tal percepção sobre as culturas políticas enquanto um sistema de representações, que oferece respostas às demandas sociais do momento, nos auxilia na compreensão de determinados comportamentos e ações políticas de Wilson Braga tomadas antes e durante a Ditadura Militar no Brasil. Assim, a mudança desse político da UDN para o PSB em 1958, além do seu posicionamento bem ajustado, durante a Ditadura Militar, no partido de situação ao regime (ARENA), pode ser pensado como uma característica da cultura política nacional. Conforme aparece nas linhas que compõem este trabalho, Braga foi apenas um entre um número expressivo de outros políticos citados que assumiram posicionamento semelhante durante

períodos de crescimento nacional de legendas, como o PSB, e a partir de mudanças nas legislações eleitorais, bem como no próprio modelo de governo instaurado no país em 1964.

Embora defendendo a existência de práticas que apontam para uma cultura política nacional dominante, essa noção não é tomada no trabalho como “uma chave universal que abre todas as portas” (Berstein, 1998, p. 350). Isso porque, operacionalizar com a cultura política é fugir de uma visão unívoca, compreendendo um fenômeno que apresenta “múltiplos parâmetros”, o que nos autoriza a pensá-la não no singular, mas em seu caráter plural. Sendo assim, no bojo da interpretação dessa noção na presente pesquisa, consideramos a possibilidade da existência de uma pluralidade de culturas políticas atuantes dentro de um mesmo território nacional. No entanto, defendemos também a maior abrangência e predominância de uma cultura política em detrimento da outra, bem como as capacidades de transformações, mutações, a depender das mudanças históricas, sociais, culturais ocorridas nesse território.

Embasamo-nos, desse modo, no pensamento de que impera no campo político brasileiro uma cultura política nacional dominante, afirmando que esta é permeada por um conjunto de práticas que se configuram como marcas da elite no território nacional. A elite política atua, portanto, por meio dessas práticas, códigos e/ou formas de representação, controlando territórios (municípios) e o próprio processo eleitoral (alistamento, apuração, resultados), garantindo sua continuidade nos cargos representativos ou por entre os setores da burocracia do Estado.

Para dialogar com os pressupostos da cultura política, faz-se igualmente necessário pensar nas contribuições também de autores como Rodrigo Sá Motta (2014/2016). Tal autor, ao abordar o tema das universidades durante a Ditadura Militar Brasileira, propõe a tipologia “adesão, acomodação e resistência” para analisar determinados comportamentos sociais e as estratégias de dominação durante esse regime autoritário.

A tese de Rodrigo Sá Motta (2016, p. 9) sobre a necessidade de analisarmos esse período histórico, levando em consideração que a “acomodação é parte da cultura política”, contribuiu para o nosso olhar sobre as práticas que permitiram a permanência e o crescimento, nesse campo, de políticos como Wilson Braga e outros integrantes da elite. A perspectiva desse autor, ao problematizar essa acomodação como “um jogo de mão dupla” entre representantes do Estado e civis, é também relevante no sentido de compreendermos as ambiguidades presentes no comportamento de agentes da Ditadura e políticos, a exemplo do citado Wilson Braga.

Através do uso dos pressupostos da biografia histórica e do método prosopográfico, bem como das categorias de análise mencionadas, o trabalho consistiu na produção de uma pesquisa de trajetória sobre o político Wilson Braga, focada em três chaves de leitura, a saber: a família,

a formação estudantil e a atuação política. Tal trajetória foi entrelaçada pela construção de perfis de familiares, colegas acadêmicos e políticos que conviveram com esse parlamentar e que servem de base para pensarmos o perfil e os comportamentos da elite política paraibana no cenário eleitoral, entre os anos 1950 e 1970.

Para tanto, foi imprescindível o trabalho com diferentes tipos de fontes, como periódicos, sites genealógicos e livros de memorialistas que escreveram sobre a história de suas famílias. Somadas a esses, foram igualmente relevantes as pesquisas realizadas no banco de dados do TRE-PB e do TSE, acerca das eleições, candidatos e números eleitorais; e em sites de periódicos, como o da Hemeroteca Nacional. Neste último, foram acessados jornais do final do século XIX e início do século XX (O Norte, A União, Gazeta do Sertão), os quais serviram de referência para o conhecimento de algumas trajetórias e dos principais acontecimentos políticos do momento histórico analisado.

Em virtude do período vivenciado de fechamento dos acervos públicos e particulares, em face da onda pandêmica do SARS-CoV-2 (COVID-19), a pesquisa concentrou-se principalmente no acesso a sites e outras plataformas digitais. No entanto, em seu período final, conseguiu acesso aos arquivos de periódicos da Fundação Casa de José Américo, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) e da Fundação Maurílio de Almeida, obtendo ainda, através de colaboradores, documentos oficiais do Memorial da Assembleia Legislativa da Paraíba, estes últimos sobre a atuação do político Wilson Braga como deputado estadual e sobre as emancipações de territórios paraibanos⁸.

Mesmo diante da dificuldade de consulta aos acervos físicos, os sites de natureza governamental e particulares foram fundamentais para o andamento da pesquisa. Entre esses, destacam-se: o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), onde foram acessados verbetes e entrevistas de políticos paraibanos; o Portal da Câmara dos Deputados, que forneceu dados sobre o perfil de políticos paraibanos e documentos relacionados aos projetos e discursos realizados durante as sessões (Anais e Diários); a Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional Digital do Brasil, onde tivemos acesso a jornais paraibanos e nacionais; e o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), que permitiu o acesso a documentos sobre os atos de investigação e repressão do SNI contra políticos paraibanos (juízos sintéticos, dossiês), bem como sobre as relações

⁸ Os documentos do Memorial da Assembleia Legislativa da Paraíba foram acessados em formato digital JPEG. Em face da impossibilidade de acesso ao acervo, estabelecemos contato direto com funcionários que trabalhavam em regime interno. Estes enviaram, através das mídias digitais (WhatsApp, Facebook), a fotografia dos documentos utilizados no trabalho.

próximas entre agentes desse órgão e alguns parlamentares desse estado que atuaram na legislação de 1967 a 1970.

A pesquisa de dados em sites como o do TRE-PB e TSE concentrou-se numa análise comparativa dos números eleitorais de candidatos e partidos que se destacaram nas eleições paraibanas entre 1950 e 1966, sendo apresentada uma ênfase na carreira do político Wilson Leite Braga. Por meio dessa análise, foi possível inferir como ocorriam as disputas políticas no cenário eleitoral desse período e quais os políticos e as famílias do estado da Paraíba que ocupavam sequencialmente o legislativo estadual e o federal, bem como o alto posto de comando, o cargo de governador.

Quanto à pesquisa realizada em documentos escritos como os jornais e através de sites genealógicos, o procedimento de análise foi de ordem qualitativa e quantitativa, buscando obter informações sobre o investigado, Wilson Leite Braga, e outras pessoas que se conectam com a sua trajetória nas décadas entre 1950 e 1970. Nos sites genealógicos, obtivemos não apenas nomes de familiares, mas também documentos oficiais das famílias Leite e Braga (certidões de batismos, casamentos e nascimentos). Nos jornais, foram consultadas matérias que serviram para produção dos perfis biográficos e conhecimento de alguns acontecimentos que marcaram a vida política das famílias, em geral, e de indivíduos, em específico. Já os documentos governamentais, produzidos pelo SNI e pela Câmara dos Deputados, foram igualmente importantes para o entendimento do momento histórico vivenciado por políticos como Wilson Braga e para a produção de um panorama geral sobre as suas formas de atuação e discursos, apresentados no cenário da política partidária.

Esses documentos, embora de natureza diversa, passaram por um processo de catalogação, sendo separados em arquivos digitais que seguiam a sua natureza de identificação e origem institucional. Já o trabalho neles ocorreu de modo mais específico, considerando o objetivo traçado para a sua utilização: os jornais foram analisados por matéria, sendo identificadas a recorrência de citações sobre uma determinada pessoa e a forma como ela foi sendo apresentada em diferentes edições.

Os arquivos do SNI foram separados por tipo de documento (juízos sintéticos, dossiês), sendo analisados os perfis construídos sobre os políticos por esses agentes, informações e possíveis contradições destas informações, quando analisadas em comparativo. Os Anais da Câmara dos Deputados, além de separados numa sessão digital denominada de discursos, foram utilizados visando conhecer as principais pautas defendidas pelo político Wilson Braga em seus discursos e votações nas sessões de 1967 a 1970, sendo também importantes no cruzamento e entendimento das informações apresentadas pelo SNI e pela imprensa sobre esses investigados.

Com base nessas referências analíticas, o presente estudo foi estruturado a partir do primeiro capítulo (Introdução) e mais quatro divisões, em que se encontram delineados os principais debates abordados neste trabalho de tese.

O segundo capítulo deste trabalho, “A política como uma herança de família: a trajetória das famílias Leite e Braga e a entrada de um novo nome no campo da política”, analisa os aspectos familiares da ascendência política de Wilson Leite Braga. Enfatiza, desse modo, a longa geração de políticos ligados às famílias Leite e Braga, discutindo episódios de disputas políticas na região de atuação dessas famílias, o Sertão Paraibano. Discorre, assim, sobre como foram sendo transmitidos, no seio dessas famílias, diferentes capitais políticos decisivos para a entrada e a atuação de novos políticos de elite no cenário da política desse estado, a exemplo do então deputado Wilson Leite Braga.

O terceiro capítulo, intitulado “Da política estudantil à política partidária: Wilson Leite Braga e a formação educacional da elite política”, aborda a trajetória estudantil desse político e de outros representantes da elite política paraibana. Nele, a pesquisa aponta como ocorria a formação educacional direcionada para os filhos de famílias tradicionais da elite – geralmente colégios diocesanos, liceus e faculdades de Direito ou Medicina – e como essa formação servia de passagem para uma futura carreira política ou para ocupação de cargos na burocracia do estado.

O quarto capítulo, “É preciso não tomar partido: Wilson Leite Braga e as práticas da elite política em tempos de redemocratização”, buscou pensar o perfil político e os comportamentos de Wilson Leite Braga nesse cenário eleitoral pós-Estado Novo, analisando as práticas políticas presentes em sua trajetória como traços da cultura política da elite nesse estado, entre os anos 1954 e 1964. Neste capítulo, problematiza-se como ocorria a aproximação entre os políticos e os principais partidos e lideranças políticas do estado, por meio da política de apadrinhamento, dos usos de práticas do mandonismo nos municípios, da continuidade de fraudes e corrupção eleitoral e da utilização oportunista dos partidos, através das mudanças ocorridas nas legislações eleitorais.

Por fim, o quinto capítulo da tese, “Na mira do SNI: Wilson Leite Braga e as práticas da elite política em tempos de Ditadura Militar”, enfatizou a trajetória do então deputado federal Wilson Leite Braga, pensando, a partir desse político, a composição dos partidos ARENA e MDB e as práticas de acomodação de integrantes da elite política diante do modelo de governo autoritário instalado no país. Este capítulo reconhece as formas de repressão dos governos militares sobre lideranças políticas destacadas no estado, mas aponta também as práticas de acomodação e conciliação, que permitiram a permanência de políticos nesse campo (Antônio

Mariz, Ernâni Sátiro, Wilson Leite Braga e outros) mesmo em meio à formação de dossiês de investigação e da abertura de processos de cassação contra esses parlamentares.

2 A POLÍTICA COMO UMA HERANÇA DE FAMÍLIA: A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS LEITE E BRAGA E A ENTRADA DE UM NOVO NOME NO CAMPO DA POLÍTICA

Ser herdeiro político do rei é uma beleza.
 E Wilson Braga?
 Braga não é herdeiro político de ninguém.
 (Zenaide, *A União*, 25 de maio de 1981)

Em 25 de maio de 1981, quando a disputa entre os nomes que concorreriam para o executivo estadual da Paraíba já se mostrava bem efervescente, o colunista Hélio Zenaide apresentou, nas páginas do jornal *A União*, “O estilo de Braga”. Tratava-se de comentário livre, de sua autoria, no qual esse jornalista, citando nomes conhecidos na política do Estado (Humberto Lucena, João Agripino e Rui Carneiro), atribuía características para definir o então provável candidato do PDS ao governo, Wilson Leite Braga.

Afirmando ser Wilson Braga um político popular e amigo de todos, e desqualificando o candidato do PMDB Antônio Mariz, seu futuro adversário na campanha de 1982, Zenaide utiliza-se das metáforas de “rei” e “herdeiro político”. A primeira é uma referência a João Agripino, tido como político de grande capacidade estratégica no cenário eleitoral e “homem rico que contava com o apoio de poderosas organizações”. A segunda é uma alusão a Antônio Mariz, definido como político que recebia de Agripino toda uma herança política e financeira, sendo ele um “príncipe herdeiro”, um político que não dispunha de esforços próprios ao longo da sua carreira, conforme presente no trecho a seguir:

O deputado Antônio Mariz é o príncipe herdeiro de João Agripino. Para Mariz, tudo foi fácil na política. Agripino botou na sua mesa o prato feito. Botou o prato, a comida, a faca, o garfo e a sobremesa. Pegou Mariz e elegeu-o deputado federal do dia para a noite. E hoje quer repetir o feito, elegendendo Mariz governador (Zenaide, 1981).

Um olhar atento a esse texto de Zenaide nos insere em duas questões diretamente relacionadas aos debates atuais no campo da História Política e da historiografia escrita sobre o político Wilson Leite Braga. No primeiro caso, há repetidamente o uso de um vocabulário político que faz referência à família como base de explicação da realidade social. Em segundo plano, é feita uma ênfase à figura de Wilson Braga como político que, supostamente, não dispunha de heranças políticas, tendo galgado seus mandatos através de sua capacidade de articulação com amigos e adversários e da confiança obtida diretamente pelo “povo”.

Como discorre Letícia Canêdo (1997), esse vocabulário político que faz referência à família para explicar o sucesso político/eleitoral de um candidato, como fez Zenaide em seu texto ao mencionar Antônio Mariz, é constantemente utilizado pela mídia. Esta sublinha e atualiza expressões (afilhado político, pais do partido, herança partidária e herdeiro político), naturalizando-as e permitindo, na vida social, a convivência entre manifestações institucionais contraditórias, como são o espírito família e o espírito público.

Tratar da trajetória de Wilson Leite Braga, portanto, é deparar-se com uma historiografia ainda muito centrada na visão midiaticizada desse político. Zenaide, como historiador e jornalista, compõe um grupo de autores que escreveram sobre esse deputado, reforçando a visão de um político dotado de extrema capacidade individual que construiu, supostamente, uma carreira política brilhante, mesmo não possuindo, de acordo com essa descrição, “heranças familiares e políticas”.

Nesse sentido, as páginas seguintes propõem mencionar um aspecto pouco ou nada ainda reconhecido em sua trajetória: Wilson Braga era herdeiro de um capital político-familiar proveniente de longas gerações de famílias políticas, tendo êxito, sobretudo, nos anos iniciais da sua carreira, através da participação efetiva da sua parentela, presente no município de Conceição-PB, localizado no Alto Sertão Paraibano. Pertencendo a famílias políticas com presença no cenário estadual e federal – a exemplo dos Rodrigues Leite do início do século XIX – e como filho de um líder local, Francisco de Oliveira Braga, ele se constitui mais um representante da elite política que dava continuidade ao patrimônio político ofertado por sua família.

2.1 Wilson Braga e sua posição na família: primeiras pinceladas de uma trajetória política

Nascido no município de Conceição-PB, em 18 de julho de 1931, Wilson Leite Braga era descendente da aliança de duas famílias que dominavam, econômica e politicamente, essa porção do território paraibano e tinha forte atuação política desde o Império Brasileiro e nos primeiros anos do período republicano⁹.

⁹ No caso do parentesco de Wilson na família Leite, as raízes políticas remontam ao Império, a exemplo do deputado provincial João Leite Ferreira. Já em relação aos Oliveira Braga, verifica-se a presença dessa família nas primeiras legislaturas do período republicano. Como família vinda da Vila São Mateus, no Ceará (atual Jucás), tinha nesse estado nomes conhecidos na 2ª Constituinte, como Francisco Gomes de Oliveira Braga, deputado provincial entre os anos 1892 e 1896, abastado fazendeiro e destacado político que atuou como Coronel da Guarda Nacional em Assaré-CE e era casado com uma das netas do Visconde de Icó. Informações disponíveis em: GUIMARÃES, Hugo Victor. Deputados Províncias e Estaduais do Ceará: Assembleias

No lado paterno, filho do tabelião e posterior prefeito de Conceição-PB, Francisco de Oliveira Braga, apresentava em suas raízes influências familiares provenientes do Estado do Ceará. Do lado materno, era filho de Francisca Leite¹⁰ (carinhosamente chamada de Calula Leite), descendente direta dos primeiros povoadores dessa localidade, que remontam aos anos finais do século XVIII¹¹.

Embora tendo na família Leite uma tradição política mais longa – João Rodrigues dos Santos França Leite é tido como fundador do povoado de Conceição no último quartel do século XVIII –, foi através do seu pai que ele recebeu um capital político-familiar decisivo para a sua entrada na política. Como um dos apoiadores de Argemiro de Figueiredo¹² entre 1935 e 1940, Francisco Braga foi nomeado tabelião da Comarca de Conceição em 1938 e esteve entre os fundadores da seção do partido UDN nessa localidade, tornando-se posteriormente prefeito em 1947¹³.

Wilson Braga tem suas raízes políticas vinculadas ao período posterior à chamada Revolução de 30, fase de reestruturação das oligarquias políticas na Paraíba, através do domínio de lideranças como Argemiro de Figueiredo e João Agripino. Sendo descendente de uma liderança local ainda caracterizada por um poder de tipo coronelista, mandonista¹⁴, tinha a política de alianças e as práticas clientelistas como marcas de sua trajetória política, então iniciada em 1954 com a vitória para o legislativo estadual.

Porém, para além de um perfil marcado pela antiga tradição de chefes locais – que exerciam o poder político através do domínio de grandes latifúndios e da implementação das suas próprias leis na comunidade¹⁵ –, Wilson Braga era um dos exemplos de uma elite local que

Legislativas 1835 – 1974. Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/AA00000242/00001/262j>. Acesso em: 19 maio 2021.

¹⁰ Parentesco confirmado através de certidões obtidos no site de genealogias Familysearch. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/sources/GQD2-NGJ>. Acesso em: 05 maio 2021.

¹¹ De acordo com essa fonte, o Alferes Nicolau Rodrigues dos Santos possuía uma sesmaria no território próximo ao Rio Piancó em 1776. Mais tarde, seu filho, Nicolau Rodrigues dos Santos Júnior, obtendo concessão de outras léguas, ampliou esse patrimônio da família. Cf.: Arquivo Público do Estado da Paraíba: Livro do Registro das Sesmarias. nº 811, de 4 de julho de 1783.

¹² Argemiro de Figueiredo, nascido em 9 de março de 1901, natural de Campina Grande, era filho de Salvino Gonçalves (Coronel Salvino) e Luiza Viana Figueiredo. Advogado, foi deputado estadual a partir de 1929, secretário do Interior e Justiça da Paraíba (1934), governador da Paraíba (1935-1940), deputado federal (1946-1954) e senador (1955-1970). Sobre a biografia de Argemiro Figueiredo, ver: Silva (2017, p. 40).

¹³ Ver Mello (1996, p. 1993, p. 205).

¹⁴ Mandonismo aqui pensado como o domínio local por meio, especialmente, de práticas como o uso arbitrário do setor público para favorecer os aliados e a perseguição manifesta aos adversários políticos. Já o coronelismo corresponde a uma fase do mandonismo, quando foi estabelecido um sistema de compromisso entre a figura do coronel e o governador do estado, a partir da implantação do federalismo republicano. Ver Leal (1997, p. 40) e Carvalho (1998).

¹⁵ O presente trabalho dialoga com o pensamento de Leal (1997, p. 42) quando o autor, abordando as características da chefia municipal e/ou do fenômeno do coronelismo, apresenta o coronel como aquele que “resume em sua

estava em vias de transformação desde a primeira metade do século XIX. Isso porque, na condição de filho mais novo, seguia quase o mesmo caminho do seu irmão mais velho Walter Braga, tendo uma formação estudantil de elite em instituições como o Colégio Diocesano em Patos, o Liceu Paraibano e a Faculdade de Direito em João Pessoa¹⁶.

Inserindo-se na condição do que Lewin (1993, p. 173) aponta como sendo doutores bacharéis (graduados em Direito ou Medicina), Wilson Braga compõe uma geração de filhos de determinados grupos políticos familiares de elite que, por possuírem uma formação superior, passam a dividir com os próprios pais o controle das decisões familiares, especialmente em relação às questões políticas.

Em termos comparativos, Wilson Braga foi o político que alcançou o cargo máximo da oligarquia Leite e Braga no estado paraibano. Enquanto o seu pai chegou a apenas uma suplência de deputado estadual em 1950, ele ocupou os cargos de deputado estadual (1954 e 1962), deputado federal (1966 a 1982) e governador do Estado da Paraíba (1983 a 1986).

Sendo Wilson Leite Braga o principal representante dessa oligarquia, sobretudo na segunda metade do século XX, faz-se necessário acompanhar um pouco da trajetória política dessas duas famílias na Paraíba, visando compreender as heranças e o capital político-familiar¹⁷ que esteve à sua disposição ao longo da sua trajetória. O conhecimento sobre a participação dessa família na política estadual, especialmente no contexto da Primeira República, nos ajuda ainda a problematizar, posteriormente, práticas de permanência da elite política desse estado em períodos como a redemocratização dos anos 1954 e a Ditadura Militar no Brasil.

2.2 Família Leite no Sertão Paraibano: entre alianças políticas e mandonismo local

Os primeiros descendentes da família Leite que se fixaram no território paraibano datam de finais do século XVIII. De acordo com o cônego Florentino Barbosa, um descendente

peessoa importantes instituições sociais”. Ele absorve, nesse sentido, a jurisdição sobre seus dependentes, resolvendo questões que, legalmente, deveriam estar no encargo das instâncias judiciárias.

¹⁶ Essa trajetória estudantil pode ser comprovada através de vários documentos, como os históricos escolares e as listas das turmas, e é citada em biografias como a do CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/wilson-leite-braga>. Acesso em: 17 maio 2021.

¹⁷ O capital político e familiar está presente no trabalho de Canedo em produções como: “La production généalogique et les modes de transmission d'un capital politique familial dans le Minas Gerais Brésilien” (1998). Neste, a autora analisa as formas de transmissão e reprodução de grupos sociais e políticos em Minas Gerais. Ver: <https://www.jstor.org/stable/26201745?seq=1>. Acesso em: 25 maio 2021. Tomando como base essa autora, Monteiro (2016, p. 27) define capital político-familiar como sendo “o distintivo simbólico e material que se transmite pelo ‘nome de família’ e pelo patrimônio material e simbólico do grupo familiar. Trata-se de uma espécie de capital político que se desdobra simbolicamente pela força exercida pela ‘palavra de ordem’ família”.

direto da família Leite e autor de genealogias, estima-se que, por volta de 1755, fixou-se o casal Pedro Leite Ferreira e Isabel Gomes de Almeida no Vale do Piancó. Estes, vindos da Bahia, passaram a investir nas atividades de criação de gado e agricultura e tiveram oito filhos, que se espalharam por três localidades do Sertão Paraibano: Conceição, Piancó e Teixeira¹⁸.

Foi a partir do casamento de uma das filhas desse casal, Izabel Gomes Leite Ferreira, com o capitão João Rodrigues dos Santos de França Leite que deu origem à família Leite no atual território pertencente a Conceição-PB, município natalício de Wilson Braga. Dessa aliança, nasceram dez filhos, que possibilitaram a perpetuação e expansão desse grupo, através de diversas estratégias, como o casamento endogâmico e o exogâmico.

Embora existam poucos indícios históricos sobre a vida e a atuação do capitão João Rodrigues dos Santos, ele é citado em diferentes documentos relacionados à povoação que deu origem ao município de Conceição em fins do século XVIII. Nesses documentos, registram-se a sua origem portuguesa e, provavelmente, a sua ligação com os Rodrigues de França, que habitaram o atual Paraná¹⁹. Porém, é através da atuação de um dos seus filhos, Dr. Nicolau Rodrigues dos Santos de França Leite, que é possível conhecer, em documentos oficiais, esse fundador e parte da atuação política dessa família.

Doutor em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Olinda-PE, Nicolau Rodrigues nasceu em 1803, em Piancó, falecendo em 1867, no Rio de Janeiro. Residindo especialmente na capital do Império e em Minas Gerais, ele destacou-se como político ligado ao Partido Liberal, sendo eleito deputado provincial na legislatura de 1842. Ficou conhecido também por integrar o movimento abolicionista no Brasil e pela atividade empresarial ligada à colonização. Foi ainda membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e escritor nas áreas de Ciência Política e Direito²⁰.

Mesmo com trajetória marcante em nível da política nacional durante o Império Brasileiro, e sendo um dos filhos de onde descende genealogicamente a família de Wilson Braga, pelo lado materno, Nicolau, ao que tudo indica, não foi um dos trisavôs desse político, como mencionado em algumas literaturas escritas até o momento²¹. Nesse sentido, o grau de

¹⁸ Ver informações em: FERREIRA, Florentino Barbosa Leite. *A Família Leite no Nordeste Brasileiro*. G. Petrucci, 1948.

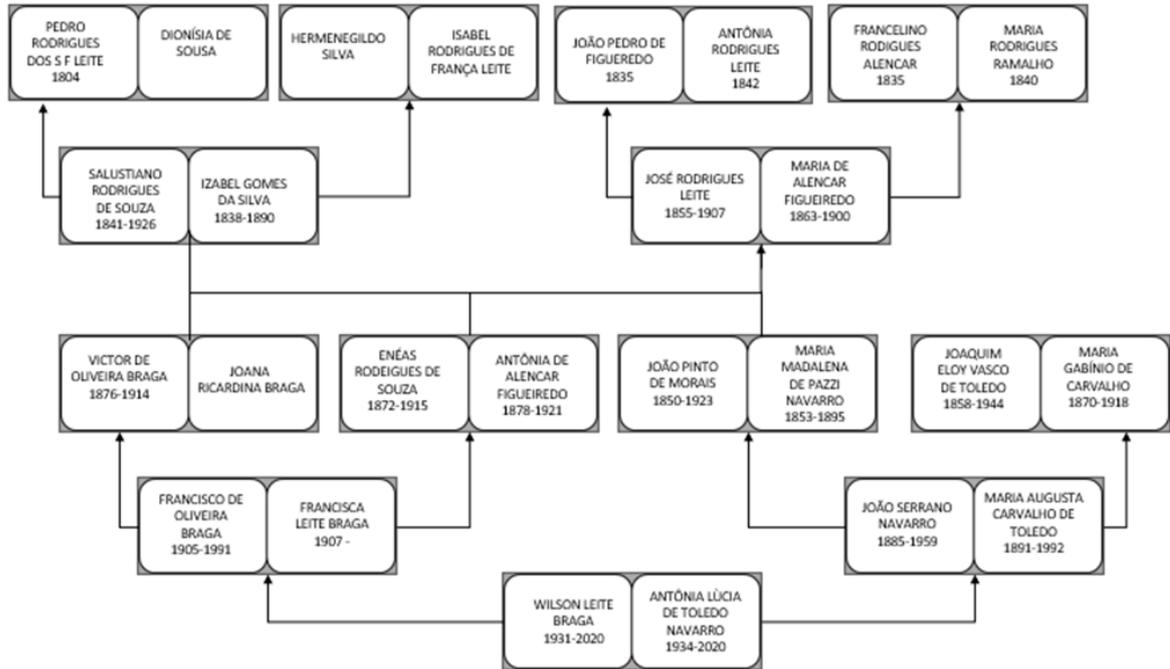
¹⁹ Entre esses, destacam-se a Biblioteca Digital do IBGE, disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/conceicao.pdf>; o Fórum de Genealogia, Geneall, disponível em: <https://geneall.net/pt/forum/66190/primeiras-familias-lusitanas-do-parana>; e matérias escritas por pesquisadores locais, disponíveis em: <http://ibiara.ibiaterraquetemdomo.blogspot.com/2011/06/>.

²⁰ Boa parte dessas informações aparecem em seu perfil, apresentado pelo Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Ano 1900, v. 6, p. 314. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 02 jun. 2021.

²¹ No livro *Wilson Braga: 50 anos de vida pública*, Pimentel (2005, p. 16) menciona Nicolau Rodrigues como sendo o tetravô de Wilson Braga.

parentesco de Wilson Braga na família Leite descende de um dos filhos do capitão João Rodrigues dos Santos que teve vivência no Sertão Paraibano, Pedro Rodrigues de França Leite²², conforme pode ser visualizado na Fig. 1 abaixo.

Figura 1 - Árvore genealógica de Wilson Leite Braga



Fonte: Family Search²³. Organizado pelo autor.

Nessa perspectiva, se os registros históricos sobre esse segundo Pedro ainda não aparecem bem evidentes, sabe-se, porém, que foi através do seu segundo casamento, com Dionísia de Sousa, que nasceram os descendentes dessa família em Conceição-PB, os quais deram continuidade ao domínio desse grupo na política local. Entre esses, está o filho do Pedro (II) e bisavô de Wilson Braga, o coronel Salustiano Rodrigues de Sousa Leite²⁴.

Com nascimento estimado no ano de 1835, Salustiano foi prefeito da então vila de Conceição no ano de 1897, tendo sido nomeado pelo presidente do Estado da Parahyba, Antônio Alfredo da Gama e Mello. Era casado com Isabel Gomes Leite da Silva e teve com ela cinco filhos(as): Dionísia, Enéas, Ernesta, Joanna e Maria, através dos quais firmou alianças com uma influente família política do período, os Alencar Figueiredo²⁵.

²² Tanto em Ferreira (1948, p. 6) quanto no site do Familysearch, Pedro Rodrigues dos Santos aparece como filho do casal João Rodrigues dos Santos e Isabel Gomes Leite. Ver: <https://www.familysearch.org/tree/pedigree/landscape/L1PV-X8G>. Acesso em: 20 maio 2021.

²³ Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>.

²⁴ Ver informações sobre Pedro Leite Ferreira em: Leite (1948, p. 5); e Familysearch: registros sobre a família Leite, disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/details/L1PV-X8G>. Acesso em: 17 maio 2021.

²⁵ Ver informações sobre Salustiano Rodrigues de Sousa Leite em: <https://www.familysearch.org/tree/person/details/9V3Z-7NH>. Acesso em: 17 maio 2021.

A partir das suas boas relações políticas com o governo de Alfredo Gama, Salustiano transformou a máquina pública no principal meio de empregar a sua parentela. Como ficou registrado no *Almanack do Estado da Parahyba* (1899, p. 352-353), durante a sua administração, a família Rodrigues Leite ocupou diferentes cargos no governo, estando entre eles os de juízes municipais, contadores, oficiais de casamento, professores e outros²⁶.

Como chefe político na vila de Conceição, Salustiano era constantemente citado nas páginas da imprensa paraibana dos primeiros anos da República. Nessas ocasiões, algumas das suas falas apareciam corriqueiramente em periódicos, como o *Gazeta do Sertão*, de Campina Grande, jornal que lhe dava apoio no Estado. Em tal jornal, seu nome era mencionado geralmente por meio de requerimentos direcionados ao presidente do Estado ou em razão de suas defesas, em face de acusações levantadas contra ele por integrantes da oposição política local²⁷.

Salustiano é também um exemplo sobre como, nesse período, as principais famílias de elite paraibanas faziam o uso da exogamia – o casamento com o estranho, o vindo de fora – como meio de garantir a perpetuação do seu grupo no comando da política, nesse caso especialmente quanto ao domínio local, o que ficou bem visível no casamento do filho de Salustiano, e avô materno de Wilson Braga, coronel Enéas Rodrigues de Sousa Leite, com uma das descendentes de uma família influente no Sertão Paraibano no momento, os Alencar Figueiredo²⁸.

Enéas Rodrigues (de 1872 a 1915), casado com a filha do capitão José Rodrigues Leite Ramalho, Antônia de Alencar Figueiredo, deu continuidade ao domínio político exercido pelo seu pai em Conceição. Durante o início da República, esteve ligado aos principais oligarcas do período, como Álvaro Machado²⁹ e Alfredo Melo, ostentando ainda o título honorífico de coronel nessa localidade.

²⁶ Entre essa parentela ligada a Salustiano, estavam filhos, compadres, genros e noras, a exemplo de: Antônio Rodrigues Leite, Enéas Rodrigues de Souza Leite, Francelino Rodrigues Leite de Alencar e Francisca Rodrigues de Souza Leite.

²⁷ Ver: *Gazeta do Sertão*. Campina Grande, 09 maio 1890.

²⁸ Devemos acrescentar, de fato, que essa aliança entre os Leite e os Figueiredo de Alencar ocorreu ainda bem antes dos casamentos dos filhos de Salustiano Rodrigues. Ainda na primeira metade do século XIX, o senhor João Pedro de Figueiredo casara-se com uma das filhas de Maria Rodrigues de França Leite, sendo esta última filha do capitão fundador de Conceição, João Rodrigues dos Santos de França Leite, o tetravô do senhor Wilson Braga.

²⁹ Álvaro Lopes Machado, nascido em 5 de março de 1957, natural de Areia, filho de João Lopes Machado e Avelina Amália da Fonseca, foi um oficial militar de carreira, graduado em Ciências Físicas e Matemática. Com o governo republicano instaurado no Brasil, foi designado para o governo da Paraíba em 1892, fundou o partido republicano e ocupou ainda outros cargos políticos no estado, como senador (1897) e novamente presidente do estado paraibano (1904). Ver informações em: Fundação Getúlio Vargas: Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (FGV/CPDOC). Biografia de Álvaro Lopes Machado. *In*:

A ligação que o seu pai mantinha com os presidentes do Estado rendeu-lhe, conforme consta no jornal *A União*, de 9 de julho de 1897 (p. 1), a nomeação de segundo suplente de juiz municipal do termo de Conceição, Comarca de Piancó. Nessa ocasião, já com 25 anos de idade, era tenente da Guarda Nacional e ficou no posto de suplente de juiz até o ano de 1914, quando foi nomeado titular para o cargo no governo do então presidente do Estado João Castro Pinto.

A posição de Enéas como juiz municipal em Conceição, durante o período em que essa vila era administrada pelo seu pai, Salustiano Rodrigues, não é uma condição atípica na história política dessa e de outras localidades do sertão e afins. Nomeações desse tipo eram uma marca registrada do poder político desses chefes, constituindo-se uma das características do coronelismo. Segundo Victor Leal (1997, p. 41), os chefes políticos municipais nem sempre eram caracterizados por aquela visão de coronel com pouca formação educacional. O diploma de médico e advogado, com a expansão do ensino superior, também era elemento que qualificava a atuação de chefia, sendo ainda um extensor do poder exercido pelo antigo coronel, o que geralmente ocorria através dos seus filhos em cargos como de juízes, promotores e delegados.

Garantir politicamente a nomeação de seus filhos para esses cargos jurídicos e outros, como faziam rotineiramente os integrantes da família Leite, era, assim, uma estratégia bem sucedida desses coronéis para concentrarem, em sua pessoa, as principais instituições sociais de comando. Eles não eram apenas os chefes políticos locais que atuavam no executivo, mas eram lideranças políticas que exerciam amplo domínio sobre seus dependentes ao concentrarem diferentes esferas do poder público:

Exercem, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeitam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais (Leal, 1997, p. 42).

Investido de um poder político-familiar herdado de seu pai Salustiano, Enéas foi um dos descendentes dessa família que mais espelhou os traços característicos do sistema coronelista, presente no Sertão Paraibano através das longas gerações dessa facção³⁰. Seu período de vida e atuação em Conceição foi marcado por um momento de disputas políticas pelo comando da vila, as quais acabaram por gerar diferentes intrigas e ameaças declaradas entre representantes

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MACHADO,%20C3%81lvaro%20Lopes.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2023.

³⁰ Facção é um termo comumente utilizado para referir-se a pessoas que fazem parte de um mesmo partido político, caso apresentado por diversos integrantes da família Leite.

das principais famílias locais. Um cenário efervescente de disputas políticas que pode ser visualizado nas páginas da imprensa paraibana, sobretudo na segunda década do século XX³¹.

Do casamento dos(as) filhos(as) do coronel Enéas Rodrigues e Antônia Alencar com essas famílias, podemos evidenciar como esses grupos de elite, nas primeiras décadas do século XX, ainda se utilizavam desses meios para dominar os principais postos públicos disponíveis. Isso porque, dessas alianças, saíram funcionários públicos em nível estadual e federal, fiscais que atuavam em funções no comércio e consumo, bem como políticos que dariam continuidade ao domínio exercido por tais famílias no âmbito local. Um exemplo destes foi o casamento de José Figueiredo Leite, filho do coronel Enéas e posterior prefeito de Conceição, com Osminha Ramalho Leite, filha do major João Batista Pinto Ramalho.

É, portanto, nesse contexto de alianças, disputas políticas e manutenção de estruturas de poder político familiar em âmbito local que ocorreu o casamento de Francisco de Oliveira Braga e Francisca Leite. Como descendente da família Leite através do seu pai, o coronel Enéas Rodrigues, e também das famílias Alencar Figueiredo e Ramalho, através da sua mãe, Antônia de Alencar Figueiredo dava continuidade ao capital político, econômico e familiar que seria transmitido ao filho Wilson Leite Braga na política paraibana da segunda metade do século XX.

Acompanhar a ascendência do político Wilson Leite Braga, sua genealogia, focando os anos da Primeira República, é deparar-se, nesse sentido, com uma família política típica do período, quando vigorou o coronelismo no Brasil. As conexões citadas entre os seus parentes maternos com os presidentes do estado dão a ver as práticas políticas que permitiam a sustentação da denominada “política dos governadores”. Entre elas, podemos mencionar a nomeação de Salustiano Rodrigues para o posto de prefeito da vila de Conceição, do seu filho Enéas (avô de Wilson Braga) para o cargo de juiz municipal e de tantos outros parentes que faziam do setor público um verdadeiro espaço de domínio privado.

Tais práticas apontam ainda que esses anos iniciais do período republicano foram marcados não só pelas disputas locais entre famílias políticas dissidentes, mas também pela formação de alianças com vista à manutenção do status de suas lideranças. Alianças estas firmadas por meio das antigas práticas de casamentos – exemplo do que ocorriam entre as facções políticas Leite e Ramalho – em virtude da ascensão de novas oligarquias no cenário estadual, bem como na composição dos partidos políticos. Essas questões podem ser observadas no debate a seguir.

³¹ Sobre essas divergências da família Leite, ver: *O Norte*. João Pessoa-PB, 18 mar. 1913; e *A União*. João Pessoa-PB, 21 maio 1913.

2.3 No comando do partido: a família Leite e sua relação com o Partido Liberal

Embora enfatizando esse ramo da família Leite que se concentrou através de um domínio local, especialmente no atual município de Conceição-PB, o histórico de dominação política dessa família no estado ultrapassa os limites, inclusive do próprio Sertão, isso quando consideramos o tronco da família Leite que descendeu também do casal Pedro Leite Ferreira e Isabel Gomes de Almeida, mas a partir de outro dos seus filhos, o coronel João Leite Ferreira.

A atuação política de João Leite Ferreira e seus descendentes está intrinsecamente relacionada com a própria história do Partido Liberal na Paraíba, bem como com um sistema político de dominação implantado no Sertão Paraibano. É impossível mencionar os líderes políticos de localidades, como o atual município de Conceição – os ascendentes de Wilson Braga – sem compreender que eles, na verdade, estavam ligados a essa outra facção da família Leite, os Leite de Piancó³². É dessa facção que se estende uma teia de dominação política abrangente sobre toda a região sertaneja, atingindo notoriedade também na política estadual.

Como citado anteriormente, a presença da família Leite na Paraíba data da segunda metade do século XVIII, mas é na primeira metade do século XIX que podemos evidenciar sua maior infiltração na política estadual. Como bem enfatizou Lewin (1993, p. 180), desde a fundação do Partido Liberal, por volta do final de 1830, que essa família aparece entre os seus principais dirigentes, através da divisão do comando desse partido entre João Leite Ferreira e o comendador Felizardo Toscano de Brito³³.

O coronel João Leite Ferreira era considerado uma figura política de forte influência nos municípios que faziam parte do chamado Vale do Piancó, sobretudo por pertencer a uma família de prestígio e fortuna e ser concunhado do coronel Barbosa Nogueira Paz, chefe político na região do Pajeú pernambucano. Sua liderança no Sertão Paraibano, segundo Mariz (1980, p. 150), era reconhecida por meio das habilidades que possuía em combate, tendo sido um dos representantes liberais que participaram da Rebelião Praieira, ao movimentar em Piancó um grupo de homens e levantar recursos em dinheiro e munições para a resistência que vinha de Pernambuco.

Dotado de boas condições econômicas, prestígio familiar e, conseqüentemente, concentração de poderes nas decisões políticas locais, João Leite tornou-se em 1840 deputado

³² Foi do território de Piancó que surgiram as 20 cidades que formavam essa antiga mesorregião da Paraíba. O atual município de Conceição foi desmembrado de Piancó em 07 de outubro de 1849 pela Lei Provincial nº. 727, mas passou por diversas classificações, sendo a sua fundação datada de 1881.

³³ Felizardo Toscano de Brito foi presidente da Província da Paraíba de fevereiro a maio de 1864 e de julho de 1965 a agosto de 1866. Era natural de Mamanguape, sendo chefe local e o principal representante do Partido Liberal na Paraíba nesse período. Ver Cabral (2019, p. 60) e Lima (2013, p. 4).

pela Paraíba. Tal conquista foi obtida por meio desses fatores, mas também da sua aproximação com Felizardo Toscano de Brito³⁴, selada, sobretudo, através do casamento do seu filho João Leite Ferreira (que traz o seu mesmo nome) com a filha desse comendador, Eugênia Toscano de Brito.

A partir desse episódio, e da morte de Felizardo Toscano em 1876, tem início o domínio da família Leite no seio do Partido Liberal. Nesse contexto, a direção do partido foi sendo repassada às mãos de uma série de descendentes dos Leite, ou não parentes, que logo se tornaram genros e pais dos novos herdeiros do capital político proveniente dessas alianças. O quadro a seguir apresenta a sucessão dos principais líderes da família no Estado:

Quadro 1 - Principais lideranças da família Leite (1838 a 1915)

Nome	Forma de Liderança	Período
João Leite Ferreira	Chefe provincial do Partido Liberal junto com Felizardo Toscano de Brito	1838 a 1876
João Leite Ferreira Filho	Assumiu a chefia do partido com a morte de Felizardo Toscano em 1876	1876 a 1878
Francisco de Paula e Silva Primo	Era do Partido Conservador, mas passou para o Liberal, tornando-se protegido e genro de João Leite Ferreira (o pai)	1878 a 1892
Felizardo Toscano Leite Ferreira	Era filho de João Leite Ferreira (o filho) e casado com a filha de Francisco de Paula Primo, sua prima cruzada patrilateral.	1892 a 1915

Fonte: Lewin (1993, p. 182-185); Mariz (1980). Organizado pelo autor.

Como é possível visualizar no quadro, João Leite Ferreira Filho assumiu a direção do partido em 1876, passando apenas dois anos no comando em face da sua morte prematura, sendo substituído por lideranças com domínio político mais extenso. É o caso do antigo representante do Partido Conservador, Francisco de Paula e Silva Primo (Paula Primo), que, sendo casado com Marcolina Leite, irmã de João Leite Ferreira Filho, ocupou o comando dos liberais na Paraíba de 1878 até a sua extinção, com a República³⁵. Esse longo domínio foi possível também através da montagem de um sistema político bem ajustado em termos de afinidade, como cita a autora Lewin:

A relação de Paula Primo com João Leite Ferreira, o filho, significou que a direção do Partido Liberal permaneceu estruturada em termo de afinidade, pois o irmão de sua mulher, bem como seu concunhado Isidoro Leite, foram deputados provinciais. Entretanto, foi ele quem claramente dominou, enquanto um outro irmão de sua mulher, o Coronel Tibúrcio (Tiburtino) Leite Ferreira dirigiu os negócios políticos em nível local em seu município natal de Piancó (Lewin, 1993, p. 181).

³⁴ Sobre esse casamento entre Eugênia Toscano e João Leite Ferreira, ver:

<https://www.familysearch.org/tree/pedigree/landscape/K8X5-9WQ>. Acesso em: 02 jun. 2021.

³⁵ Sobre esse casamento e o domínio de Paula Primo no Partido Liberal, ver: Mariz (1980, p. 167).

Esse estilo de lideranças que ocuparam um longo período de dominação no seio da família Leite estendeu-se também nas décadas iniciais da Primeira República. Mesmo com a extinção do Partido Liberal, com o fim do Império, essa família continuou como uma das mais destacadas na política estadual. Tal era a força dos Leite na Paraíba nos anos finais do século XIX que as disputas políticas passaram a se processar principalmente dentro do seu próprio grupo.

O filho mais novo do primeiro João Leite Ferreira, o coronel Tiburtino, travou no final do século XIX uma disputa política com os filhos de Paula Primo (seus sobrinhos), que seguiam a liderança de Felizardo Toscano Leite Ferreira, também sobrinho de Tiburtino pelo lado materno. Essa disputa, caracterizada por Lewin (1993, p. 181), como sendo “sangrenta”, só foi resolvida através da velha estratégia utilizada por essa família através de várias gerações: o casamento entre duas filhas de Felizardo com dois filhos de Tiburtino.

Mesmo não estando presente no quadro citado referente às lideranças da família Leite, é possível afirmar que o coronel Tiburtino foi uma das mais destacadas figuras políticas dessa facção, sobretudo nos primeiros anos da nossa República. Como mais um aliado da família que apoiava a liderança política de Alfredo da Gama e Mello, esse coronel foi o primeiro prefeito do município de Piancó, assumindo a chefia local entre os anos de 1895 e 1897. Foi nomeado chefe da vila de Misericórdia³⁶ em 1896³⁷, mas isso não o impossibilitou de continuar o seu domínio em Piancó, uma vez que recebeu a nomeação para o cargo de sub-prefeito desse município no quadriênio de 1897 a 1900³⁸, retornando ainda à condição de prefeito de 1900 a 1902, administração que só foi encerrada com a sua morte neste último ano³⁹.

Em Tiburtino, observam-se o controle e a perpetuação da família Leite no comando das chefias locais do Sertão por meio de acordos políticos e casamentos. Mas, através desse político, evidencia-se também o uso de uma estratégia política típica dessa estrutura de mando coronelística nessas localidades: o chefe local estendia sua liderança para os demais espaços sociais de comando, alocando herdeiros políticos diretos (filhos) e parentes, o que ocorria especialmente em cargos de natureza jurídica, como os de chefes de polícia e juízes municipais.

Segundo Lewin (1993, p. 181), a falta do diploma em Direito foi um elemento crucial para que o coronel Tiburtino não conseguisse suceder o seu pai, o coronel João Leite Ferreira,

³⁶ Vila de Misericórdia corresponde atualmente ao município de Itaporanga, localizado na mesorregião do Sertão paraibano. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/itaporanga/historico>. Acesso em: 02 jun. 2021.

³⁷ Ver nomeação de Tiburtino em: *A União*, 5 nov. 1896, Ano IV, n. 942.

³⁸ Ver nomeação de Tiburtino Leite em: *A União*, 8 maio 1897, Ano V, nº 1073.

³⁹ A Diocese de Patos, em comemoração ao 276 anos da história de Piancó, registra esse fato. Disponível em: <https://www.diocesedepatospb.org.br/pianco-celebra-267-anos-de-historia/>. Acesso em: 02 jun 2021.

na liderança política da família. Ainda que seja notória a relevância de tal argumento, ele perde de vista a multiplicidade de nomeações de parentes em cargos jurídicos ocorridas durante as administrações desse coronel e as de outras figuras políticas da família, que exerciam fortemente os seus domínios em demais municípios sertanejos.

De 1897 a 1899, período em que Tiburtino era chefe político em localidades como Misericórdia e Piancó, registram-se, nas páginas do jornal *A União*, diferentes nomeações da sua parentela para esses cargos jurídicos: em 11 de dezembro de 1897, Francisco Leite Ferreira Tiburtino é nomeado para o cargo de delegado do termo de Misericórdia⁴⁰; em 29 de julho de 1898, José de Souza Mattos Rolim, genro de Tiburtino, assumiu o cargo de juiz de direito da Comarca de Piancó⁴¹; e em 3 de março de 1899, o seu filho Innocêncio Leite Ferreira é nomeado juiz municipal do termo de Pombal⁴², transferindo-se da capital, onde exercia o cargo de promotor público e secretário do Superior Tribunal⁴³.

Por meio das alianças políticas dentro da família, dos acordos políticos com os presidentes do Estado e da concentração de poderes públicos através do empreguismo, foi possível a organização de tal facção na estruturação de um domínio político, especialmente no Sertão Paraibano, que vai até o ano de 1915. Período este exatamente da morte do avô de Wilson Braga em Conceição, o coronel Enéas Rodrigues, quando os principais representantes dessa família sofreram duramente com a derrota dos valfredistas para os epitacistas⁴⁴.

Um dos fatos que marcaram esse momento de declínio do domínio dos Leite no Sertão Paraibano foi a derrota do seu grupo familiar, em Piancó, para o padre Aristides Ferreira da Cruz em 1920. Este, como representante epitacista, conseguiu inclusive estender sua liderança em Piancó, através do seu sucessor, o empresário José Parente, chefe político ligado ao coronel José Pereira de Lima, principal nome da Revolta de Princesa em 1930⁴⁵.

Os anos posteriores a 1915, com o longo domínio da oligarquia epitacista na Paraíba, foram problemáticos para a continuação do poder político exercido pelos Leite no Sertão. Embora conseguindo manter certo espaço na política paraibana, através de acordos com a

⁴⁰ Ver nomeação Francisco Leite Ferreira em: *A União*, 11 dez. 1897, Ano V, nº 1226, p. 1.

⁴¹ Ver nomeação de José de Souza Mattos em: *A União*, 29 jul. 1898, Ano VI, nº 1380, p. 2.

⁴² Pombal tinha como chefe político, nesse ano, o coronel João Leite Ferreira Primo, sobrinho e genro do coronel Tiburtino, uma vez que era casado com a sua filha Anna Leite Ferreira. Ver informações em: <https://www.diocesedepatospb.org.br/pianco-celebra-267-anos-de-historia/>. Acesso em: 03 jun. 2021. Ver também: <https://www.familysearch.org/tree/pedigree/landscape/K8X5-9WQ>. Acesso em: 03 jun. 2021.

⁴³ Ver nomeação de Innocêncio Leite Ferreira em: *A União*, 3 de março de 1889, Ano VII, nº 1515, p. 2.

⁴⁴ Valfredistas foi uma expressão utilizada para definir os opositores a Eptácio Pessoa durante a campanha eleitoral de 1915 na Paraíba. Já os epitacistas eram aqueles que estavam aliados de Eptácio Pessoa nesse mesmo período. Sobre essas expressões, ver: NETO, Martinho Guedes dos Santos (2007, p. 27).

⁴⁵ Sobre José Parente, ver Lewin (1993, p. 182).

oligarquia epitacista, essa família perdeu o controle exercido em determinados municípios da região.

O caso do município de Conceição, através do domínio político exercido por lideranças da tradicional família Ramalho, é um exemplo claro do declínio que a família Leite passou a enfrentar na política estadual. Mas tal fato, como pode ser percebido no tópico a seguir, não significou o desaparecimento dessa facção no cenário da política local e estadual, tendo a sua parentela obtido ainda espaço de perpetuação do seu capital político-familiar à medida que ocorriam mudanças no próprio rumo da política paraibana.

2.4 Entre os Leites e os Ramalhos: a transmissão do capital político-familiar dos Leites nas décadas de 1920-1930

A presença do sistema coronelista no Brasil foi marcante pelo uso de diferentes práticas que sedimentavam as disputas políticas, sobretudo, nos territórios municipais. Entre essas práticas, destacavam-se os constantes conflitos ocorridos entre parentelas rivais que visavam obter o controle político dos seus municípios de atuação. Segundo Gurjão (2020, p. 90), episódios de corrupção, violência física contra eleitores e lutas diretas entre os principais integrantes dessas famílias políticas marcavam o cotidiano municipal, especialmente em períodos de mudanças de comando oligárquico na esfera estadual.

No período posterior a 1915, com o domínio da oligarquia epitacista na Paraíba e seus reflexos na substituição de lideranças locais, evidencia-se, na história política de Conceição-PB, um acirrado momento de disputas entre as antigas famílias que detinham o controle administrativo nesse município no século anterior. Tal constatação corrobora o pensamento de autoras como Lewin (1993, p. 185-186) ao mencionar a família Leite como exemplo de facção política leal ao Partido Liberal durante o Império, mas que, diante da derrota do Monsenhor Valfredo nas eleições estaduais e federais em 1915, logo passaram de “adversários compatíveis” a “aliados” dos epitacistas na Paraíba⁴⁶.

Aplicando o princípio de lealdade familiar antes da lealdade partidária, lideranças como Felizardo Leite – principal chefe político dessa família de 1900 a 1930 – conseguiram se engajar nas fileiras do epitacismo. Estratégias como esta renderam para essa liderança a possibilidade,

⁴⁶ Lewin (1993, p. 278) fala sobre a existência de um vocabulário oligárquico padrão utilizado pela oligarquia epitacista a partir de 1915. Tal vocabulário apresentava gradações de lealdade dos chefes políticos locais através das seguintes categorias: amigos e aliados de 1915; amigos dissidentes; adversários compatíveis; e adversários incompatíveis.

não apenas individual, de retornar à cadeira de deputado federal. Foi, na verdade, uma forma de garantir a sobrevivência de diversos ramos da sua parentela que sofriam com a forte pressão de grupos adversários em suas localidades, como no citado caso do padre Aristides Ferreira da Cruz em Piancó.

Os reflexos dessa aliança entre a família Leite e a oligarquia epitacista, embora tendo contribuído para a sobrevivência dessa facção, apontam como o executivo local passou a ser palco de disputas entre eles e a família Ramalho, com evidente favorecimento dessa segunda, sobretudo ao longo dos dez primeiros anos de domínio do epitacismo na Paraíba. No quadro explicativo a seguir, mencionamos, de forma sintética, o nome das lideranças que atuaram no município de Conceição nos pós-1915 e os seus respectivos períodos de atuação, podendo ser visualizado esse cenário de revezamento no administrativo local entre essas duas tradicionais famílias do período.

Quadro 2 - Prefeitos de Conceição-PB de 1916 a 1930

Prefeito	Período de Atuação	Pais
Jaime Pinto Ramalho	1916 a 1926	Filho do coronel Antônio Pinto Ramalho e Benolina Furtado Leite
José Figueiredo Leite	1927 a 1928/ 1931 a 1934	Filho do coronel Enéas Rodrigues de Sousa Leite e Antônia de Alencar Figueiredo
Antônio Osório Ramalho	1929 a 1930	Filho de Osório Pinto Ramalho e Josina Teodolhina Ramalho

Fonte: Guia Paraibano⁴⁷. Organizado pelo autor.

Conforme apresenta o Quadro 2, durante os anos de ascensão e consolidação dos epitacistas na Paraíba, o município de Conceição foi liderado por um político pertencente à família Ramalho: o coronel Jaime Pinto Ramalho. Tal dado aponta como essa família foi privilegiada na distribuição das chefias locais, sendo também revelador das tensões e disputas existentes que marcaram o cenário da política no município. Ainda que Jaime Ramalho e outras lideranças dessa família tivessem ligações com a parentela da família Leite, essa nomeação efetuada no governo de Antônio Pessoa⁴⁸ foi mais um elemento do já efervescente cenário de conflitos presentes entre essas duas famílias em anos anteriores ao domínio da oligarquia epitacista.

⁴⁷ Disponível em: <http://www.guiaparaibano.com.br>.

⁴⁸ Antônio Pessoa foi o primeiro vice-governador da Paraíba e assumiu o cargo em junho de 1915 com a renúncia de Castro Pinto. No entanto, mesmo sendo, segundo Lewin (1993, p. 275), a pessoa adequada para o cargo nos ideais de Epiácio Pessoa, seus problemas cardíacos o levaram a renunciar também a esse cargo em agosto de 1916.

Um desses momentos anteriores de conflitos entre a família Leite e a Ramalho foi o que ocorreu em Conceição a partir de 1912, com o governo de Castro Pinto, e se arrastou durante o período que culminou com a crise e a derrota da oligarquia Machado Leal em 1915. Embora a família Leite tenha se infiltrado nesse novo governo através de alianças, suas relações políticas com a família Pinto Ramalho já se mostravam bem tensas, levando os principais representantes dessas famílias a se digladiarem abertamente em setores, como a imprensa paraibana.

O jornal *O Norte* foi, ao que tudo indica, mais uma vez o palco central utilizado para repercutir essas divergências entre a família Leite e os Pinto Ramalho, sendo os maiores Jaime Pinto Ramalho e João Baptista Pinto Ramalho e o coronel Salustiano Rodrigues os principais envolvidos nessas querelas. Sob o título “A Villa da Conceição está em foco: Luctas Políticas”, o jornal afirmava como nessa localidade a família Ramalho se posicionava agora contra os Leite, colocando “lenha na fogueira”, ao citar a existência de provas que explicariam essa divisão.

A Villa de Conceição do Piancó, pertencente à tríade que o Dr. Felizardinho dirige no bolo político do Estado. Representando o grão-chefe daquelas redondezas estão o velho Coronel Salustiano Leite e seu filho, Enéas Leite, rebentos da ilustre família que, desde o Império, domina aquelas paragens. Em oposição pacífica ao domínio local, há os elementos de Pinto Ramalho, antigos amigos do Dr Venâncio Neiva [...] Agora as cousas por Conceição não andam também como qualquer espírito optimista possa presumir (O Norte, 1913).

A indicação de Castro Pinto para o cargo de presidente do Estado repercutia para uma ala da Família Ramalho como uma excelente oportunidade para ascenderem aos principais postos da política local, encerrando um longo domínio exercido pela família Leite⁴⁹. Como aliados antigos e principais representantes dos venancistas, estes enxergavam já nesse presidente a oportunidade ideal para alcançarem seus objetivos, o que só conseguiram, de fato, com o domínio de Epitácio e a indicação do seu irmão, Antônio Pessoa, para presidência do Estado da Paraíba⁵⁰.

A ascensão dos epitacistas no comando do estado acabou por promover diretamente mudanças no comando da política em Conceição, que passou a ser dirigida ao longo dos dez

⁴⁹ Historiadoras como Lewin (1993, p. 271) enxergam o ano de 1912 já como o início de dominação direta da oligarquia Pessoa na Paraíba, sobretudo porque Epitácio Pessoa consegue, dois meses depois, uma cadeira no Senado e coloca-se como principal chefe partidário no estado. Como o governo de Castro Pinto era considerado “uma nova era”, isso pode explicar o fato de integrantes da família Ramalho acreditarem ser esse o momento ideal para controlarem o executivo local.

⁵⁰ Posse de Antônio Pessoa como presidente da Parahyba. *O Norte*, 25 jul. 1915, Ano VIII, nº 2.062 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=120774&pasta=ano%201911&pesq=%22Antonio%20Pessoa%22&pagfis=5540>. Acesso em: 31 maio 2022.

anos seguintes (de 1916 a 1926) por Jayme Pinto Ramalho. A presença de Jayme Ramalho no controle do executivo local, portanto, não se colocava como surpresa, uma vez que tinha sido essa família aliada dos venancistas⁵¹ durante os anos de oposição à oligarquia Machado Leal, sendo também ele uma das figuras políticas que detinham prestígio em governos anteriores⁵².

Sua colocação nesse posto tem ligações ainda com a política de enfrentamento direto, que fez, a partir dos anos 1912, aos coronéis Salustiano e Enéas, e seu apoio declarado constantemente à política exercida por Venâncio Neiva no Estado. Em edição de julho de 1913, no jornal *O Norte*, podemos perceber como esse político fez uso desse veículo, demarcando a sua oposição à família Leite e se colocando como pertencente ao grupo político de Epitácio e Venâncio:

Contra, pois essa aleivosia, levantamos o grito de protesto em nome de Parahyba livre! Venâncio Neiva, Epitácio Pessoa, Castro Pinto – na balança da razão – pensaram sempre, muito mais do que esse elemento superficial, que se alardeia de forte e pujante, como provera a sociedade o saudoso Estado da Parahyba, órgão do partido autonomista, essa poderosa agremiação política que contava em suas fileiras vultos como: marechaes Barreto e João Neiva, doutores Pedro Pedrosa, Camilo de Hollanda, Antônio Massa, Coronel Antônio Pessoa, e tantos outros velhos correligionários de mérito real, que formam hoje a elite da política Parahybana (*O Norte*, 1913).

Para Jayme Ramalho, João Lopes, João Baptista Figueiredo e outros que integravam esse grupo de oposição, a política exercida pelos coronéis Salustiano e Enéas em Conceição era caracterizada pelo que chama de “massivista”. Em outras palavras, correspondia aos interesses do momento, aliando-se a quem quer que fosse para manter o seu domínio. Dessa forma, a família Leite é descrita como a representação de uma política antiga, que se sustentava não na vontade livre de escolha do povo, e sim na “saudade” das velhas oligarquias.

Fazendo um levantamento do histórico político da família Leite na Paraíba e sua forma de atuação na política, Jayme Ramalho pontua, estrategicamente, as razões que impediriam lideranças, como Salustiano e Enéas, de ingressarem no novo grupo que estava em ascensão no Estado. Entre tais razões, citam a oposição ferrenha que essa família fazia a Venâncio Neiva e a Epitácio Pessoa e a utilização de estratégias, na política de Conceição, típicas do mandonismo local⁵³:

⁵¹ Expressão utilizada para denominar os aliados de Venâncio Augusto de Magalhães Neiva, presidente da Paraíba nomeado pelo Marechal Deodoro da Fonseca em 6 de dezembro de 1889.

⁵² Jayme Pinto Ramalho era ajudante de Procurador da República no município de Conceição, tendo sido nomeado na condição de Suplente Juiz Seccional por decreto de 31 de julho de 1912 (*O Norte*, 3 ago. 1912, Ano V, Nº 1206, p. 2).

⁵³ Em Leal (1997, p. 40-41), o coronelismo é um sistema que tem como características: o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais, entre outros.

Voltem os epitacistas expulsos desta inditosa Conceição do Piancó, acabe-se o quero, posso e mando – esse poder absoluto que tem escravizado os homens livres desta terra, tenha o povo a liberdade do amor e não a opressão do temor – incutido pelo perseguidor Enéas Leite e, mostraremos a nossa força política – oriunda dos ‘dous ou três aventureiros’ que cercam o major Baptista Ramalho, deputado Venancistas em 1900 (O Norte, 1913, p. 2).

O poder exercido por Salustiano e, posteriormente, Enéas Rodrigues é visto, nesse sentido, como a representação de um domínio arcaico, caracterizado pela violência presente na expulsão de opositores políticos e na opressão e temor da população local. Um governo escrito, portanto, pelas insígnias e pretensões absolutas do mandonismo, sustentado na aversão, segundo o grupo Ramalho, à livre escolha e decisão popular e na imposição e corrupção desses líderes locais.

Essas críticas severas à família Leite, proferidas pelos integrantes de oposição da família Ramalho, não partiam individualmente desse grupo. Elas iam ao encontro, na realidade, dos debates que efervesciam a política estadual sobre a possibilidade de “eleições livres”, ainda que estas se constituíssem mais de retóricas e propagandas do que de interesse efetivo das oligarquias estaduais. Na administração de Castro Pinto, por exemplo, percorriam as ideias de que o governo buscava combater velhos vícios políticos, por meio das tais eleições livres em 1915. O próprio rompimento estratégico de Epitácio Pessoa com Valfredo Leal, nesse mesmo ano, foi acompanhado por essa chuva de propagandas espalhadas pela imprensa paraibana e por lideranças políticas locais, como Jayme Ramalho⁵⁴.

Porém, embora considerando esse cenário político de “luctas” em Conceição, a mudança visível nesses sobrenomes, no curso dos anos de 1916 a 1939, evidencia também a permanência de um domínio exercido a partir do agrupamento e revezamento das mesmas famílias. Estas continuavam se perpetuando por meio de alianças políticas (acordos de distribuição dos cargos públicos) e familiares, como os casamentos com pares de primos e estranhos.

O coronel Jayme Pinto Ramalho é um exemplo dessa perpetuação de uma mesma linhagem política que ainda apresenta forte influência nesse município. Filho do coronel Antônio Pinto Ramalho e de Benollina Furtado Leite, ele era herdeiro dos primeiros fundadores de Conceição e da união entre as famílias Rodrigues Leite e Ramalho, ocorrida no início do século XIX através do casal Aleixo Pinto Ramalho e Maria Rodrigues dos Santos de França Leite⁵⁵.

⁵⁴ Sobre as propagandas dessas “eleições livres”, ver Lewin (1993, p. 274-275).

⁵⁵ Ver árvore genealógica de Jaime Pinto Ramalho em:

<https://www.familysearch.org/tree/pedigree/landscape/9ZMT-4QX>. Acesso em: 24 maio 2021.

Os seus longos dez anos em que ficou à frente do município de Conceição como chefe da política local foram sustentados pela herança política e familiar herdada do seus pais e avôs, a exemplo do status de coronel, posteriormente transmitido a ele. As alianças obtidas através de casamentos entre esses seus ascendentes e os principais líderes da política conceiçãoense estão também entre os fatores que explicam o seu domínio exercido no município⁵⁶.

Entretanto, com esse controle político exercido pela família Ramalho, a continuidade do domínio da família Leite em Conceição é retomada através de José Figueiredo Leite, prefeito de Conceição em dois períodos (de 1927 a 1928 / de 1931 a 1934). Este era tio de Wilson Braga pelo lado materno e foi o responsável por vários episódios de embates entre essas duas famílias locais durante a década de 1920.

Considerando que o coronel Enéas Rodrigues faleceu no ano de 1915, podemos constatar que o seu filho, José Figueiredo Leite, passou a ser o principal representante da família no município. Nesse sentido, ele é uma peça fundamental para compreendermos as alianças estabelecidas entre a família Figueiredo Leite e outras na segunda metade dos anos 1920, como os Rodrigues Ramalho, Ferreira de Sousa e Braga. Esta última, por exemplo, selada a partir do casamento entre Francisca Leite e Francisco de Oliveira Braga⁵⁷.

Esse tio de Wilson Leite Braga esteve como prefeito de Conceição em dois períodos significativos da História Política paraibana. No primeiro, de 1927 a 1928, governou o município durante a transição das administrações estaduais entre João Suassuna e João Pessoa, convivendo diretamente com as críticas e crises que se abatiam sob a oligarquia epítacista no final dos anos 1920. O curto período em que esteve no comando da administração local, nesse primeiro momento, foi marcado pela repressão a grupos de cangaceiros⁵⁸, que se concentraram

⁵⁶ É possível verificar em certidões de casamentos que o avô do Coronel Jaime Pinto Ramalho, o senhor João Alexandre Pinto Ramalho, casou os seus descendentes com as famílias Rodrigues Figueiredo, Furtado Leite e Sousa Leite. Entre esses casamentos, verificam-se alianças entre ele e o trisavô de Wilson Leite Braga, o coronel Salustiano Rodrigues de Sousa Leite, a exemplo do matrimônio de João Batista Pinto Ramalho e Dionísia Rodrigues de Sousa Leite. Ver certidão de casamento de João Batista Pinto Ramalho em: <https://www.familysearch.org/tree/person/sources/GHKB-D77>. Acesso em: 24 maio 2021.

⁵⁷ No ano de 1938, ocorreu outro casamento entre as famílias Braga e os Figueiredo Leite, a união entre os tios de Wilson Braga, Paulino de Oliveira Braga e Maria Leite. Como José de Figueiredo Leite faleceu em 1935, este último casamento ocorreu durante um período em que o senhor Francisco de Oliveira Braga já apareceria no cenário conceiçãoense como importante liderança ligada ao governo de Argemiro Figueiredo. Assim, esse casamento pode ter contribuído para fortalecer a união entre essas duas famílias, que passariam a seguir as orientações de Zé Braga, como era carinhosamente conhecido o pai de Wilson Braga.

⁵⁸ Em 12 de julho de 1927, Lampião e seu bando foram vistos de passagem na chamada Serra da Pintada, entre a Paraíba e o município de Belmonte, em Pernambuco. Nessa ocasião, ocorreu um confronto entre seu grupo e um grupo de pessoas lideradas por autoridades de Conceição e Piancó (o rastejador João Montenegro, o prefeito José Leite, o delegado de Conceição do Piancó, o sargento Themistocles, da polícia paraibana, e Raimundo Quintino, o subdelegado da cidade), que é relatado em livros como *Lampião no Rio Grande do Norte*, de Sérgio Dantas; e em jornais, como a edição de 19 de julho de 1927, p. 2, do *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro.

na zona rural do município, e pela política reformista do sobrinho de Epitácio, João Pessoa, que culminou com a substituição de várias lideranças locais em toda a Paraíba.

Sua presença no comando da prefeitura de Conceição também foi antecedida por um período de forte oposição a integrantes da família Ramalho, mesmo tendo passado a pertencer a essa família através do casamento com a filha do major João Baptista Pinto Ramalho. Durante a administração de Jayme Ramalho, ele já se fazia presente no cenário político tecendo críticas diretas à forma de administração, especialmente em relação a cobranças de impostos, explorações dos trabalhadores locais e sistemas de apadrinhamento⁵⁹.

O fato de atuar como líder da oposição antes de chegar ao governo, também rendeu a José de Figueiredo Leite diversas críticas por parte de integrantes da família Ramalho. Nestas, ele era descrito como “arruaceiro”, que comandava grupos de cangaceiros, pessoa que agia atacando e expulsando moradores da Vila de Conceição, recebendo ainda a denominação de “bacurau” do seu pai Enéas, caluniador e “cão hydrophobico” que agia promovendo intrigas entre famílias⁶⁰.

Com a administração de Antônio Osório Ramalho (de 1929 a 1930) – mais um descendente da família Pinto Ramalho proveniente também da aliança com os Rodrigues Leite dos primeiros fundadores de Conceição –, José Figueiredo Leite é substituído nos dois últimos anos de governo de João Pessoa na Paraíba. Porém, após o episódio do assassinato de João Pessoa e a chamada Revolução de 1930, ele retoma o comando do município, a partir de suas boas articulações políticas com os líderes do movimento de 30 na Paraíba, José Américo de Almeida⁶¹ e Antenor Navarro.

O período de 1931 a 1934, quando José Figueiredo Leite esteve pela segunda vez como prefeito de Conceição, foi caracterizado pelas constantes mudanças no comando da administração estadual⁶². Mas, segundo Gurjão (2020, p. 31), esse momento não representou, de fato, uma revolução nos quadros da política oligárquica vigente anteriormente. Tratou-se, na realidade, de uma “recomposição das tradicionais oligarquias” que continuavam comandando

⁵⁹ *O Norte*, 28 set. 1920, Ano XIII, nº 3565. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 12 abr. 2021.

⁶⁰ A expressão “bacurau” refere-se ao último transporte que sai à noite, podendo ser uma alusão às aves noturnas que têm o hábito de usar camuflagens, como o curiango. Ver essa matéria sobre a família Leite em: *O Norte*, 21 ago. 1918, Ano XI, nº 2991. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 12 abr. 2021.

⁶¹ Como cita Gurjão (2020, p. 137-138), José Américo era um ex-valfredista pertencente à família de Valfredo Leal (sobrinho). Foi um opositor ao epitacismo e aderiu a ele participando da administração de João Pessoa como auxiliar do governo. Nesse sentido, junto a outras lideranças, como Antenor Navarro e Odon Bezerra, foi um dos principais articuladores do movimento de 1930 na Paraíba.

⁶² De 1930 a 1934, a Paraíba teve cinco governadores: Álvaro Pereira de Carvalho e José Américo de Almeida (1930); Antenor de França Navarro (de 1930 a 1932); Gratuliano da Costa Brito (de 1932 a 1934); e José Marques da Silva Mariz (de 1934 a 1935).

a política regional e local e, conseqüentemente, mantendo e reproduzindo sua base econômica latifundiária e agropastoril.

Essa recomposição das velhas oligarquias nos pós-1930 é evidente na política local de Conceição através desse domínio exercido por José Figueiredo Leite e pelas lideranças que o sucederam até o ano de 1940. Com a sua morte prematura no ano de 1935, até então com apenas 40 anos de idade, e a sua substituição por outro descendente dessas famílias políticas de Conceição, João Fausto de Figueiredo (de 1935 a 1940), encerrou-se mais um período de controle dos antigos ascendentes de Wilson Leite Braga nessa localidade.

O domínio exercido por essas famílias em Conceição (Leite de Figueiredo, Pinto Ramalho) só é provisoriamente interrompido a partir da interventoria de Ruy Carneiro na Paraíba (de 1940 a 1945)⁶³. Nesse momento, Argemiro de Figueiredo é exonerado do cargo e diferentes localidades no Estado passam a ser administradas por interventores aliados desse novo governo. Foi o caso de Conceição até o ano de 1947, que teve como administradores pessoas ligadas às famílias Gadelha, Rocha, Loureiro, entre outras⁶⁴.

Ainda assim, o período de domínio de Argemiro de Figueiredo na Paraíba (de 1934 a 1940) é de suma importância para entendermos como ocorreu, paulatinamente, o fortalecimento da família Leite Braga no cenário da política de Conceição, através da liderança de Francisco de Oliveira Braga. A presença de Francisco Braga como principal liderança política no município de Conceição, sua inserção na parentela da família Leite, bem como a sua atuação profissional como comerciante, produtor rural e tabelião da Comarca, são elementos que contribuíram decisivamente para entrada e permanência de Wilson Leite Braga no campo da política paraibana. Tais questões, que apontam para a hegemonia política exercida por essa família em Conceição, sobretudo a partir dos anos 1964, são objetos de atenção no tópico a seguir.

2.5 De pai para filho, de filho para irmãos e sobrinhos: a política como negócio de família

Conforme consta na longa lista de registros divulgados pelo Familysearch, em 31 de maio de 1926, até então com apenas 21 anos de idade, Francisco de Oliveira Braga casara-se

⁶³ Sobre a Interventoria de Ruy Carneiro na Paraíba, ver: SILVA, Jean Patrício. **A construção de uma nova ordem**: análise da interventoria de Ruy Carneiro no Estado da Paraíba (1940-1945). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UEPB, João Pessoa, 2013.].

⁶⁴ Os interventores de Conceição até 1945 foram os seguintes: coronel João Gadelha (de 1940 a 1941); tenente Pedro Rocha (de 1942 a 1943); e João Batista Loureiro (de 1944 a 1945). Os dois últimos anos de interventoria (de 1945 e 1947) foram menos estáveis, sendo exercidos por interventores que passavam poucos meses na administração do município, como José de Figueiredo Rangel, José Alves Alencar e Nicolau França.

com a descendente da família Rodrigues Leite, Francisca Leite⁶⁵. Como o coronel Enéas Rodrigues já havia falecido, foi na casa do seu filho, José Figueiredo Leite, onde ocorreu essa cerimônia, registrada como evento marcante no cotidiano da vila de Conceição, até então comarca de Princesa Isabel do Estado da Parahyba do Norte.

O casamento ocorrido não era o resultado apenas de uma aliança firmada entre a família Braga, vinda da Vila São Mateus, no Ceará, com uma das famílias políticas mais influentes de Conceição. Ele celebrava, na verdade, a entrada de um novo integrante na família Leite que já mantinha relações comerciais e parcerias profissionais com essa família, haja vista Francisco Braga tratar-se de uma espécie de auxiliar no cartório local, comandado por Enéas Rodrigues, enquanto vivo, e repassado para a sua parentela após a sua morte.

Até o ano de 1935, quando ocorreu a morte prematura do seu cunhado, José Figueiredo Leite, não se observam menções sobre a presença marcante de Francisco Braga na política de Conceição. Sua atuação na vila e adjacências se fazia sentir mesmo nesse período através da sua atividade vinculada ao campo e da sua própria posição social, já relatada como sendo tipicamente de um coronel, conforme apresenta Pimentel em seu trabalho: “Não era proprietário de grande gleba, mas caracterizou-se como um produtor rural de porte e exercia atividade política em âmbito local, a modelo dos coronéis do início do século XX” (Pimentel, 2005, p. 17).

Os traços do coronelismo na vida e atuação política de Francisco Braga se faziam sentir a princípio por meio da política de favores, desenvolvida em sua condição de abastado produtor rural em Conceição. Ele era também um claro exemplo de filhotismo⁶⁶, pois à medida que se estabeleceu nessa localidade, ingressando na família Leite, concentrava e dava continuidade a um domínio econômico e político exercido por essa família por meio da tríade: agropecuária, comércio e serviço público. Foi assim, através da sua presença nesses três setores, que Francisco Braga passou a gozar de grande prestígio local e a estabelecer com isso uma política de compromisso com as principais lideranças do Estado em meados da década de 1930.

Durante o período de reorganização das oligarquias na Paraíba – quando Argemiro de Figueiredo⁶⁷ já se destacava no Estado como secretário do Interior e Justiça e, posteriormente,

⁶⁵ Ver certidão de casamento de Francisco de Oliveira Braga em:

<https://www.familysearch.org/tree/person/sources/GQD2-NGJ>. Acesso em: 25 maio 2021.

⁶⁶ Utilizamos o termo “filhotismo” conforme o sentido empregado por Leal (1997, p. 60-61) em que o autor o caracteriza através da desorganização do serviço público por meio do emprego de parentes e amigos, “agregados”. Esse autor utiliza também esse termo como referência ao uso do dinheiro público, seus bens e serviços nas campanhas eleitorais.

⁶⁷ Essa recomposição das oligarquias no governo Argemiro, após um período relativo de crise ante a política de burocratização de Vargas, é citada por Coutinho (1965) no livro *Poder a alegria dos homens*. Tal autor menciona como os coronéis pertencentes às famílias tradicionais da política paraibana (Ribeiro Coutinho,

governador interino –, Francisco Braga ganhou ainda mais evidência na política local ao ser nomeado tabelião da Comarca de Conceição em 1938. Tal nomeação, ocorrida em decorrência da política de compromisso, uma vez que era amigo pessoal e político de Argemiro de Figueiredo e João Agripino, foi um elemento importante para a sua futura entrada na política nos quadros da antiga UDN, conforme cita o historiador José Otávio Mello em sua obra ao referir-se ao udenismo de Wilson Braga:

O pai, Chico Braga, amigo pessoal de Argemiro de Figueiredo e João Agripino, do primeiro dos quais receberá a condição de tabelião como gestor do cartório da cidade, será um dos fundadores da seção udenista de Conceição, pela qual se candidatará, não só a prefeito em 1947, como a deputado estadual em 1950 (Mello, 1993, p. 205).

O tabelionato no Brasil foi estabelecido já no período colonial, apresentando suas raízes através das conexões que a colônia mantinha com a metrópole portuguesa. Segundo Silva (2013, p. 6), Portugal, por meio das Ordenações Filipinas, apresentava inúmeras características para que uma pessoa pudesse ser considerada apta para essa função, entre as quais estariam: uma idade mínima de 25 anos, o reconhecimento da pessoa como alguém que presta bons serviços à comunidade, boa formação e instrução, ser casado, ser do sexo masculino, entre outros (Macedo *apud* Silva, 2013, p. 6).

Desse modo, a nomeação de Francisco Braga para o cargo de tabelião na Comarca de Conceição foi elemento significativo para a sua ascendência à condição de forte liderança política nessa localidade. Tratava-se de uma ação oficial, mas investida, nesse sentido, de um reconhecimento simbólico, pois o constituía como figura habilitada para ocupar outras funções de representação na comunidade. Como o tabelião deveria ser reconhecido por meio de aspectos éticos e moralizantes (decência, fidelidade, bons costumes), essa nomeação, efetivada em 1938 por Argemiro de Figueiredo, é um dos elementos constituintes na trajetória do pai de Wilson Braga, que atuou para a posterior ascensão dessa facção na política local e estadual.

No entanto, a transmissão do cargo de tabelião para uma pessoa pertencente à parentela, ficando essa atividade restrita ao domínio desse grupo, constitui-se também de mais uma forma de perpetuação política estrategicamente utilizada pelas famílias Leite e Braga⁶⁸. Tal fato explica a presença do corporativismo dentro dessa facção, que aponta para uma transmissão

Gaudêncio, Nóbrega, Bezerra Cavalcanti e outros) andavam pelo palácio do Estado como se estivessem em seus “currais”.

⁶⁸ Ainda hoje o cartório da cidade de Conceição é administrado por um descendente da família Leite e Braga. Sob o nome “Tabelionato de Notas e Anexos” esse cartório fundado em 1888 tem como titular a irmão de Wilson Leite Braga, a Senhora Nice Leite Braga Pegado. In: <https://cartorionobrasil.com.br/cartorio-na-paraiba/cartorio-em-conceicao-paraiba-notas-e-anexos>. Acesso em 19/04/2021 às 21:00 horas.

política a seus herdeiros, assentada não apenas no nome da família em si, mas em toda uma rede de relações, a exemplo de cargos específicos, formação educacional, aprendizado dentro de um partido e outros.

Compreendendo a trajetória política presente na aliança entre as famílias Leite e Braga, através de Francisco Braga, percebemos que, muito embora a transmissão de um mandato na política ocorra por meio do elemento família, este não é um único capaz de explicar a complexidade desse fenômeno na política. Segundo Canêdo (1997), “considerar a transmissão de mandato somente como sinal tangível do familiar na política deixaria de lado a dinâmica do fenômeno, ao abranger unicamente os aspectos visíveis do reencastamento do político dentro do social”.

Portanto, a atuação de Francisco Braga como tabelião da Comarca de Conceição e a continuidade da presença de sua parentela em outros setores, como na agropecuária e no comércio local, nos ajudam a compreender a existência de redes políticas mais abrangentes do que a ideia de consanguinidade. A presença dele também como um dos fundadores do partido UDN nessa localidade é ainda outro dado importante para entendermos como ocorreu a transmissão do seu nome para herdeiros políticos como Wilson Braga. Isso porque, a partir do pensamento de Canêdo (1997), a manutenção de um poder político por meio de sua capacidade de transmissão tem relação com uma profissionalização política, um processo educativo:

A pesquisa levada a efeito por mim, sobre as estratégias familiares de políticos mineiros, mostra que a aquisição desses elementos (responsabilidade do governo e profissionalismo na política) se dá por meio de um processo educativo, fruto de uma aprendizagem adquirida num grupo social que precisa garantir sua integridade, isto é, a soma dos ativos de todos os seus membros. Esta aquisição e a forma de sua transmissão ajudam a esclarecer o porquê de os interesses familiares e coletivos se confundirem dentro desses grupos (CANEDO, 1997, p.12)

Nessa perspectiva, a junção do elemento consanguíneo a toda uma rede de outras relações, a exemplo do aprendizado político, do profissionalismo, foi crucial para a sobrevivência política da parentela dos ascendentes de Wilson Braga, sobretudo do seu pai nos anos subsequentes a 1940. Nesse momento, Argemiro de Figueiredo é exonerado do cargo de governador e a família Braga continua travando constantes embates em Conceição com os novos descendentes da família Ramalho e outras, que foram ocupando espaços no cenário político da localidade.

Decerto, os primeiros anos de projeção política de Francisco Braga não foram satisfatórios para esse principal representante da família Leite Braga. Entre os anos de 1947 a 1963, ele e outros integrantes da sua família sofreram duramente com a oposição montada em

Conceição por adversários políticos, como Unias Ramalho Leite e João Mangueira Neto. Mesmo integralizando a legenda da UDN, que vinha de sucessivas vitórias na 41ª Zona Eleitoral (território eleitoral referente à área de Conceição), Francisco Braga foi derrotado em 1947 para prefeito e, em 1950, para deputado estadual. Nesta última, chegou à posição de apenas décimo suplente.

Tais resultados refletem, na verdade, o que de fato era o território desse município desde os anos 1916, quando a própria família Leite passou a sofrer com a oposição de antigos aliados e familiares que disputavam o controle da administração local. Essas disputas chegavam a ultrapassar os limites da própria ordem democrática, espelhando ainda os tempos do coronelismo, quando o resultado era garantido através do uso da política de favores, violência e falseamento dos votos. Foi o caso da eleição ocorrida em 1947, quando o resultado em Conceição, favorável inicialmente a Francisco Braga, passou a ser investigado pelo TRE/PB, sendo constatada fraude eleitoral e estabelecida a vitória de Unias Ramalho por uma diferença de apenas 21 sufrágios⁶⁹.

No caso da eleição de 1950 para deputado, as razões para o insucesso da candidatura de Francisco Braga em sua incursão para a política estadual podem ser diversas. Nesse pleito, o partido UDN, através da liderança de Argemiro de Figueiredo, foi derrotado no governo pela Coligação Democrática Paraibana (PSD/PL), representada pelo dissidente José Américo de Almeida. Somada a isso, a condição de Francisco Braga como segundo colocado no município de Conceição, tendo o seu adversário local Nelson Lopes Ribeiro Lima (CDP) obtido 1.357 contra os seus 1.311 votos, é outro fator que explica o seu insucesso nesse pleito.

No entanto, é a partir dos anos 1964 que Francisco Braga, sua parentela e diferentes aliados políticos indicados por ele passam a obter o controle administrativo de Conceição, estabelecendo um domínio que perdurou até o ano de 2012, quando um pertencente à família é derrotado nas eleições. Nesse ano de 1964, estrategicamente, Francisco Braga é eleito prefeito de Santana de Mangueira⁷⁰ como candidato único da UDN; seu filho mais velho, Walter Leite Braga, ocupava o cargo de prefeito de Conceição (eleição de 1963); e Wilson Leite Braga já despontava em seu segundo mandato como deputado estadual.

⁶⁹ Resultado da eleição para prefeito de Conceição em 1947. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 21 abr. 2021. No trabalho de Mello (1993, p. 204), o autor comenta sobre como o resultado da 41ª Zona Eleitoral favorecia a vitória de Francisco de Oliveira Braga e como esse resultado foi modificado através de recurso no TRE/PB.

⁷⁰ Esse município está no território que pertencia a Ibiara, sendo, porém, parte das terras que anteriormente pertenciam a Conceição. Pela Lei Estadual nº 3095, de 05/11/1963, é elevado à categoria de município. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/santana-de-mangueira/historico>. Acesso em: 21 abr. 2021.

Considerando que a família Leite Braga só começou a obter o controle executivo em sua localidade apenas a partir de 1964, como seria possível afirmar que foi o capital político-familiar desse grupo que permitiu a Wilson Leite Braga a sua entrada na política estadual? Esse fato não estaria sinalizando a ocorrência de um fenômeno de poder político mais complexo do que a simples ideia de transmissibilidade por meio de uma herança familiar? Estudar a trajetória dessa família, nesse sentido, é reconhecer a força desse capital político-familiar, mas também refletir sobre o aparecimento de outros fatores que atuam para a consolidação de famílias políticas, como os Leite e Braga de Conceição.

Apenas quatro anos após o insucesso do seu pai na política estadual, Wilson Braga conseguiu, nas eleições de 1954, ocupar um assento na Assembleia Legislativa da Paraíba para o quadriênio de 1955 a 1958. Nesta eleição, segundo dados do TRE/PB, sua votação expressiva no pleito ocorreu no município de Conceição (obteve 2.278 nesse município, sendo 2.916 a sua votação total no estado). Por meio desse dado, fica nítida a importância do poder político da sua família no local para o seu sucesso na política estadual. Porém, tal votação expressiva nesse município foi resultado também da sua capacidade de negociação, inclusive com antigos adversários políticos, aproveitando-se da posição que ocupava como líder estudantil e presidente da Casa do Estudante em João Pessoa:

A derrota do pai em 1950, como aspirante à Assembleia Legislativa, alertava Wilson para o fato de que só unindo o eleitorado de Conceição poderia dispor de um deputado. O acordo, intermediado na Casa do Estudante, pelo então colegial pessedista Sabino Ramalho, significou a entrega da prefeitura de Conceição, em 1955 ao PSD – que novamente elegeu Unias Ramalho – com as bases desse partido, obrigando-se a, um ano antes, votar em Wilson Braga para deputado estadual (Mello, 1993, p. 207).

Conforme o banco de dados do TRE/PB⁷¹ sobre essas eleições, tem-se aí o resultado de uma estratégia política que surtiu efeito para a família Braga. O principal adversário político de Francisco Braga na eleição para deputado estadual em 1950 – Nelson Lopes Ribeiro Lima – ainda aparecia com expressiva votação em Conceição na eleição de 1954 (1.103 votos), mas agora ocupava o segundo lugar na apuração total do município. Em primeiro lugar, estava o candidato Wilson Braga, que atingiu um total de 2.278 votos contabilizados só nesse território local.

Evidencia-se, nesse político, já em seus primeiros momentos de entrada no cenário da política estadual, sua habilidade de atuar no jogo político, tornando os adversários de hoje em

⁷¹ TRE/PB Resultado das eleições de 1954 por município. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 21 abr. 2021.

aliados também do mesmo momento e vencendo, inclusive, a famosa máxima de que “os adversários de hoje são os aliados de amanhã”. Tal comportamento político, que lhe valeu, por parte de adversários, o epíteto de “raposa”⁷², aponta a presença de um aprendizado político adquirido através do contato com sua família, com importantes nomes da política paraibana e através das instituições de que participou e presidiu no meio estudantil, durante a sua trajetória escolar e acadêmica.

Essa atuação política de Wilson Braga nas eleições de 1954 coaduna-se com os três modos de transmissão do poder político, citados por Canêdo (1997) em sua pesquisa. Em sua trajetória, vemos a presença de um grande ancestral ainda vivo, Francisco Braga, que lhe assegurou transmissibilidade a partir do momento em que se seguiu a ordem partidária da UDN; o acordo entre ele e Unias Ramalho do partido oposicionista (PSD) é exemplo de transmissibilidade ocorrida por meio de alianças políticas e familiares; e Wilson Braga estava conectado a redes políticas associativas, como era o caso do movimento estudantil, fazendo uso do capital social adquirido na sua longa trajetória de passagem por instituições, como a Casa do Estudante e a UNE.

Entretanto, a transmissibilidade citada pela autora pode ser vista, nesse caso dos Leite e Braga, não como algo que ocorre de modo linear, em que o filho, obtendo a herança política do seu pai e de outros ascendentes, acrescenta a ela as suas redes políticas e assim consegue perpetuar, através do seu nome, a família. Em Wilson Braga e sua parentela, o poder político e familiar parece funcionar como uma teia de reciprocidade, na qual a família local atua decisivamente para a obtenção do mandato do filho herdeiro no nível estadual; e este, envolto por suas redes políticas e respondendo às solicitações do momento, utiliza-se de sua influência, prestígio e poder advindo do cargo para concretizar o domínio de sua família nesse plano local.

A presença de Wilson Braga como deputado estadual em 1954, mas sobretudo a consolidação do seu nome no cenário político em 1962 e 1966, quando sai de deputado estadual para federal, já em meio à Ditadura Militar, mudou decisivamente os rumos da situação política da sua parentela em sua cidade natal. É justamente nesse período que o seu pai, irmãos e sobrinhos começam a obter resultados positivos nas disputas locais, superando um período marcado por inúmeros fracassos, como foi o caso da derrota de Francisco Braga nas eleições de 1947 e a de Walter Braga em 1959.

⁷² O nome raposa foi divulgado por José Luiz Junior (PMDB) quando ele evoca a obra *O Príncipe*, de Maquiavel, para falar do que chama de “artimanhas” de Wilson Braga na montagem de alianças. Ele usa essa obra também para criticar a atuação de Wilson como governador da Paraíba. Cf.: *Jornal da Paraíba*, 06 jun. 1986, Ano XIV, nº 4128.

Um fator de ordem histórica, aliado às estratégias políticas, é também significativo para explicar o domínio exercido por essa família em Conceição, especialmente no período que vai de 1964 a 1985: a Ditadura Militar no Brasil. Com a decretação do Ato Institucional nº 2 (AI-2) e do Ato Complementar nº 4, após as eleições de 1965, foi estabelecida uma série de regras para criação de novos partidos políticos, através do regime bipartidário. Foram assim criados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de orientação governista; e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), legenda formalmente de oposição ao regime.

Com os descontentamentos dos militares em face dos resultados nas eleições de 1965, foi ainda decretado, antes do pleito de 1966, o Ato Institucional nº 3, estabelecendo eleições indiretas para governadores dos estados e nomeações dos prefeitos das capitais e dos municípios tidos como de segurança nacional, pelos respectivos governadores. A adoção dessas medidas de caráter autoritário incidiu diretamente nos rumos da política estadual e municipal em estados como a Paraíba. Neste, ocorreu um período de domínio político de lideranças como João Agripino, através da arregimentação dos principais chefes políticos locais que passaram a ingressar na ARENA paraibana:

Assim, de imediato, iniciaram-se as articulações visando à criação dos novos partidos. João Agripino, recém-eleito, passou a coordenar a formação do diretório local da ARENA. A partir de uma comissão constituída pelos deputados Waldir dos Santos Lima, Sílvio Porto e Joacil de Brito Pereira, que passaram a percorrer o interior do estado fazendo visitas aos líderes políticos locais, são entabulados os trabalhos visando à arregimentação dos membros da UDN, PDC, PL, PSP e as dissidências do PSD, PTB, PSB e PR para constituição do partido governista (Cittadino, 2006, p. 306).

Com uma perspectiva política de unir aliados e adversários em uma mesma legenda, João Agripino e seus correligionários transformaram a ARENA no partido hegemônico nas eleições paraibanas. Tal domínio dessa legenda chegou a ser tão notório que determinados setores da imprensa, segundo Cittadino (2006, p. 308), referenciam-se a ela através da metáfora de um barco capaz de vencer tempestades e dar segurança a todos que desejassem fazer parte dele⁷³.

A estratégia de João Agripino em unir lideranças provenientes de facções adversárias na política paraibana foi o motor de desentendimentos ocorridos no interior do partido, sobretudo em relação aos que não viam com bons olhos o enfraquecimento das suas bases

⁷³ Esta metáfora foi criada por Antônio Brayner, colunista na sessão “Tópicos” do jornal *A União*. In: *A União*, João Pessoa, p. 3, 5 mar. 1966.

locais⁷⁴. Mas, em casos como o da família Leite Braga na política de Conceição, ela se constituiu de elemento fundamental para o domínio que essa facção passou a exercer em sua localidade com a instauração do Estado autoritário. Estado este, contraditoriamente ao que era disseminado, foi mais uma fase de acomodação e manutenção das antigas oligarquias que dominavam a política estadual e local.

A relação entre João Agripino e a família Leite Braga foi notória na eleição de 1965, como aponta o resultado das eleições em Conceição, segundo o banco de dados do TRE/PB⁷⁵. Concorrendo pela legenda da UDN e contando com o apoio dos udenistas pertencentes ao clã Braga (Francisco, Walter e Wilson), Agripino venceu o pedessista Ruy Carneiro, em Conceição, por uma diferença expressiva de 1.448 sufrágios, obtendo 3.357, de um total de 5.538 votos apurados, contra 1.909 do PSD.

A aproximação dos Leite Braga com esse governo permitiu a essa família assumir posição privilegiada no estado, especialmente quando João Agripino passou a ser preferido pela cúpula militar como representante político de apoio ao regime nos seus primeiros anos de estruturação. Com a cruzada política de Agripino, arregimentando o maior número de lideranças locais para a ARENA, Wilson Braga e sua família puderam não só ingressar nesse partido como também alcançar a política federal, angariando a oportunidade de disputar como deputado federal o pleito de 1966 e ser eleito como o quinto mais votado pela legenda⁷⁶.

Com essa fixação de Wilson Braga como deputado federal e a sua condição de líder arenista, sobretudo com a cassação do mandato de vários políticos paraibanos dessa agremiação e do MDB⁷⁷, teve início esse longo período de domínio da família Leite Braga em sua localidade⁷⁸. Durante a Ditadura Militar, essa família passou a controlar de tal modo o executivo local que chegou a participar de eleições em chapa única pela ARENA (pleitos de 1968 e 1972)

⁷⁴ Entre os descontentes, estavam o prefeito de Patos, José Cavalcante, e o de Guarabira, José Pimentel Filho. Somada a esses, uma lista de 31 municípios também endossava suas insatisfações com essa política de João Agripino na arregimentação de adversários locais para a ARENA paraibana. Ver: TEJO, William. Política em preto e branco. *Diário da Borborema*, Campina Grande, Ano IX, nº 2596, p. 3, 13 mar. 1966.

⁷⁵ Eleições de 1965 para Governo do Estado da Paraíba. Dados no município de Conceição/PB. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 26 maio 2021.

⁷⁶ Sobre a eleições de Wilson Braga como deputado federal em 1966, ver: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 26 maio 2021.

⁷⁷ Como cita Nunes (2014, p. 523), em 1969, foram cassados os mandatos de: Pedro Moreno Gondim (ARENA); Antônio Vital do Rego (MDB); Osmar de Araújo Aquino (MDB); Francisco Souto Neto (ARENA); Robson Duarte Espinola (ARENA); Romeu Gonçalves de Abrantes (ARENA) José Targino Maranhão (MDB); Mário Silveira (MDB); Ronald de Queiroz Fernandes (MDB); Silvio Pélico (ARENA).

⁷⁸ O posicionamento da família Braga dentro da ARENA paraibana corrobora o pensamento de autores como Monteiro (2016, p. 43), ao apontar como os partidos políticos em estados, a exemplo da Paraíba, são utilizados para acomodar os interesses das famílias políticas tradicionais e não sendo, portanto, instituições voltadas para um projeto de Estado.

ou, quando da presença de partidos concorrentes (MDB/PMDB), seus adversários atingiam votações inexpressivas⁷⁹.

Valendo-se da força conquistada por meio da boa relação mantida entre Wilson Braga e os políticos diretamente ligados à Ditadura Militar, como era João Agripino, bem como do próprio contato deste com a cúpula dos militares⁸⁰, os Leite Braga utilizaram a política como um verdadeiro negócio de família. Tendo, a princípio, sua atuação mais geral limitada ao município de Conceição, passaram através de Wilson Braga a ir além dessa fronteira, o que ficou mais evidente nos pleitos ocorridos a partir de 1982, com a disputa para o executivo estadual.

Na eleição de 1982, quando Wilson Braga concorreu contra o candidato do PMDB, Antônio Mariz, para o governo do estado, observa-se a presença de novos familiares em postos estratégicos na política local e na estadual. Enquanto Wilson Braga sagrava-se vitorioso nesse pleito, o mesmo acontecia com o seu pai Francisco de Oliveira Braga, em Conceição, e com a sua irmã, Vani Braga, que conquistara uma cadeira como deputada estadual pelo PDS e a condição de primeira mulher a ocupar o cargo no estado. Concretizou-se, desse modo, uma rede de poder político e familiar que abrangia quase todos os níveis de representação na Paraíba.

Embora essa família apresente um declínio nas eleições subseqüentes, sobretudo quando da derrota de Wilson Braga no Senado para o candidato do PMDB, Raimundo Lira, em 1986, evidencia-se nela a presença de um capital político-familiar que perdura até os nossos dias. No próprio pleito de 1986, Lúcia Braga é eleita deputada federal (PFL) e Vani Braga é reeleita deputada estadual. Em eleições mais recentes, outros integrantes do grupo passam a deter o controle local em Conceição⁸¹, domínio que se estende até os anos de atuação de Wilson Braga como deputado federal⁸².

A presença de familiares em diferentes níveis de representação pública, como ocorreu com a família Braga, não é, evidentemente, mera questão de acaso. Trata-se de estratégia

⁷⁹ No pleito de 1982, por exemplo, o senhor Francisco de Oliveira Braga chegou a atingir 70,0 % dos votos e seu concorrente mais direto, João Manguera Neto, somou apenas 17,98% dos votos. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>.

⁸⁰ No processo de cassação do mandato de Wilson Braga, aparecem correspondências em que este menciona sua amizade com integrantes dos militares, a exemplo do Secretário de Segurança Nacional, à época, Jaime Portela. Na carta endereçada a esse secretário, Wilson Braga refere-se a ele como conterrâneo e pessoa conhecida de perto. Ver: SIAN. Sistema de Informações do Arquivo Nacional. *Dossiê Wilson Braga*. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa. Acesso em: 26 maio 2021.

⁸¹ De 2001 a 2008, o sobrinho de Wilson Braga, Alexandre Braga Pegado, exerceu o mandato de prefeito em Conceição. De 2009 a 2012, Vani Braga também foi prefeita de Conceição. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>.

⁸² Wilson Braga foi deputado federal até o ano de 2011. Após esse mandato, ainda ocupou assento como deputado estadual até o ano de 2014, encerrando sua carreira política. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>.

política com vista ao fortalecimento de um sistema de dominação político-familiar. O fato de um familiar ocupar o comando do executivo local e outros assumirem cargos como de deputados estaduais e federais ocorre por uma miscelânea de motivos. Entre estes, podemos destacar: o controle do empreguismo público; a movimentação de grande volume de recursos financeiros; a formação e a extensão de uma base política/eleitoral maior e mais sólida para perpetuação do grupo; e a maximização no uso do recurso eleitoral que passa a ser utilizado na eleição de dois ou três candidatos da família em uma mesma campanha⁸³.

Entre os fatores apresentados para o domínio político exercido por essa família na Paraíba, deve-se citar também o aparato midiático. Analisando o que chama de “cartografia do poder político-midiático” e enfatizando como diferentes famílias políticas paraibanas são detentoras dos direitos de radiodifusão sonora e de imagens, o autor Marciano Monteiro cita o caso da família Braga. Para ele, ao lado de famílias tradicionais da Paraíba (Feliciano, Mota Wanderley, Pires, Gadelha, Lucena, entre outras), os Braga constituem um exemplo dessa elite política que tem utilizado estrategicamente a mídia, através do domínio exercido por sua parentela nessa área das comunicações:

No município de Piancó, Wilson Braga, ex-deputado estadual, ex-deputado federal e ex-governador da Paraíba, é sócio da rádio Cidade de Piancó, ao lado de sua irmã Nice Braga. Nice Braga é irmã de Vani Braga, ex-prefeita da cidade de Conceição, e mãe de Alexandre Braga Pegado, ex-prefeito da mesma cidade, e de Francisca Leomar, conhecida como Lola, candidata derrotada à prefeitura em 2012, e sócia da rádio Conceição FM, ao lado da cunhada. A família comandou a cidade por mais de 50 anos, tendo Wilson Braga como a maior liderança do grupo familiar (Monteiro, 2016, p. 221).

Especialmente nesses primeiros anos da década de 1980, é possível enxergar com maior evidência a reprodução dessa família em diferentes bases de representação da política estadual. Ao ocuparem cargos como prefeitos, deputados e governador, estando presente em outros espaços sociais (cartórios, empresas, advocacia, conselheiros de tribunais de conta), a família Leite Braga atua socialmente em rede e expressa-se como um corpo capaz de utilizar, através das estruturas existentes, esse capital político-familiar com vista à manutenção e à reprodução do seu capital econômico:

O grupo familiar existe enquanto criação social que é capaz de reproduzir estruturas existentes. Os interesses dos grupos familiares são múltiplos. Numa ordem societária capitalista, a ampliação do capital econômico se torna um dos interesses centrais. E o capital político-familiar é um desses capitais que se converte em capital econômico. É a esfera da política um dos espaços nos

⁸³ Sobre a participação de vários candidatos de uma mesma família em cargos eletivos diferentes, ver: Monteiro (2016, p. 125).

quais a família torna-se estratégica no sentido de ampliação dos capitais: político, econômico e familiar (Monteiro, 2016, p. 22).

Embora a questão familiar não seja único fator de explicação da transmissibilidade política e da montagem de uma estrutura de representação concentrada em poucos grupos, sendo ainda um aspecto contraditório ao processo democrático, ela se constitui em locus estratégico de coesão e sobrevivência da elite política. Em outras palavras, a família Leite Braga, entre outras já estudadas no território paraibano, sendo pensada na condição de corpo social, é uma categoria e/ou “princípio de construção da realidade coletiva” que nos ajuda a compreender o funcionamento da sociedade, suas lógicas de representação, sobretudo, por meio dos seus grupos dirigentes:

As estruturas de parentesco e a família como corpo só pode se perpetuar ao preço de uma criação continuada do sentimento familiar, princípio cognitivo de visão e de divisão que é, ao mesmo tempo, princípio afetivo de coesão, isto é, adesão vital à existência de um grupo familiar e de seus interesses (Bourdieu, 1996, p. 130).

Desse modo, sendo Wilson Braga um herdeiro político da parentela Leite Braga, tendo recebido da união entre essas famílias um capital político relevante para sua entrada e ascensão na política estadual, como pensar a presença de outros fatores que contribuiriam conjuntamente com o elemento familiar? O conhecimento da trajetória estudantil desse personagem, sobretudo da sua formação nos principais centros de ensino formadores da elite política paraibana, bem como da sua atuação política nessas instituições, é fundamental para o entendimento das redes que apontam para uma profissionalização da elite desse estado no campo da política.

No capítulo seguinte, dialogamos justamente sobre a formação educacional da elite política paraibana, vista através da trajetória estudantil de Wilson Leite Braga. O percurso percorrido pelo estudante Braga, seu contato com instituições não apenas educativas, mas principalmente políticas, sua convivência direta com pessoas integrantes dos quadros de partidos como a UDN, o PSB e a ARENA e, ainda, sua atuação como líder de movimentos estudantis são, assim, problematizados como meios indissociáveis da sua forma de atuar no campo da política no Estado ao longo da segunda metade do século XX.

3 DA POLÍTICA ESTUDANTIL À POLÍTICA PARTIDÁRIA: WILSON LEITE BRAGA E A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DA ELITE POLÍTICA

No contexto das décadas de 1930/40, durante o período conhecido como Era Vargas, o cenário da educação brasileira ficou marcado por acirradas disputas pela hegemonia do ensino, entre representantes do movimento Escola Nova e a Igreja Católica. Como discorre Saviani (2013, p. 197), após um rápido momento de convergência entre esses grupos, sobretudo com o restabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas e com a presença desses dois grupos na Associação Brasileira de Educação (ABE), ocorreu uma ruptura entre eles, após a publicação do *Manifesto dos Pinheiros da Educação*.

Divergindo das ideias escolanovistas, os educadores católicos fundaram, em 1933, a Conferência Católica Brasileira de Educação, realizando, já no ano seguinte, o I Congresso Nacional Católico de Educação. Visando repensar o papel da Igreja na educação e seu combate à laicização e à “ingerência” de ideias socialistas no ensino⁸⁴, esses educadores católicos incentivaram, naquele momento, a formação de militâncias, por meio da fundação de grupos de ação missionária. Entre esses grupos, destacam-se movimentos que atuavam diretamente no ensino, a exemplo da Juventude Estudantil Católica (JEC), direcionada aos alunos secundaristas; e a Juventude Universitária Católica (JUC)⁸⁵.

No bojo dessas mudanças na educação brasileira, as principais lideranças da Igreja Católica, como Alceu Amoroso Lima⁸⁶, investiam na fundação de novas escolas católicas no país e na formação educacional de sacerdotes para atuarem nessas instituições. Data desse momento histórico a reestruturação de antigas escolas diocesanas, como o Ginásio Diocesano de Cajazeiras (1934) e a fundação de novas instituições, como o Ginásio Diocesano de Patos (1938). No ensino superior, destacam-se também essas ações da Igreja, a exemplo da fundação das Faculdades Católicas e da PUC do Rio de Janeiro (1940 e 1941, respectivamente).

A presença efetiva da Igreja Católica na educação escolar e as propostas dos escolanovistas que defendiam a laicização e a universalização do ensino, no entanto, não alteraram o caráter elitista da educação brasileira. Autores como Ansell (2010) e Kang (2017)

⁸⁴ Moraes e Nunes (2013, p. 282) citam o interesse da Igreja em propor o seu modelo educacional como “via de alternativa ao escolanovismo e aos princípios socialistas de educação”.

⁸⁵ Saviani (2013, p. 257) comenta sobre a formação e a atuação de cada um desses grupos militantes da Igreja Católica.

⁸⁶ Segundo Saviani (2013, p. 256), Alceu do Amoroso Lima foi uma liderança do movimento leigo católico, a partir da década de 1920, responsável pela revista *A Ordem* e pelo Centro Dom Vital, sendo também um dos principais incentivadores da atuação da Igreja Católica na função educativa.

defendem que, nesse período, ocorreu uma priorização das políticas federais pelo ensino secundário e superior e uma desvalorização da formação primária, acentuando ainda mais uma educação elitista no país. Olhando para a questão arquitetônica e a localização dos novos grupos escolares, construídos na Paraíba nas décadas de 1930/40, Pinheiro (2002, p. 184) também destaca esse caráter elitista na educação, ao enfatizar que as escolas mais planejadas e aparelhadas eram direcionadas às “classes médias e pequena burguesia”.

Ainda assim, mesmo as famílias de elite enfrentavam nesse período dificuldades para dar continuidade à formação dos seus filhos, especialmente em face da falta de oferta de ensino secundário e superior em regiões mais extremas e distantes das capitais, a exemplo do Sertão Paraibano. Nesse sentido, restavam a esses grupos de elite direcionar os seus filhos para estudar em instituições longe de seus municípios, visando garantir a formação profissional dos seus futuros herdeiros.

É nesse contexto que se insere a trajetória estudantil de Wilson Leite Braga e de inúmeros filhos provenientes de famílias políticas do estado paraibano. Desse modo, este capítulo propõe analisar como havia um percurso comum para a elite política paraibana em sua formação educacional. Tal percurso, em geral, era marcado por uma passagem em colégios diocesanos (fase de ensino fundamental), por escolas nacionalmente reconhecidas como o Liceu Paraibano e o Colégio Pio X (fase de ensino médio) e por faculdades de Direito, Medicina e Engenharia.

Portanto, o presente capítulo problematiza, a partir da trajetória de Wilson Leite Braga, como essas instituições eram etapas importantes para a elite política não só do ponto de vista da formação dos seus filhos em áreas liberais, como o direito e a medicina. Acrescido a essas formações, tais instituições se constituíam também como um caminho possível para se chegar ao “clube” (campo político), lembrando metaforicamente o pensamento de Carvalho (2017, p. 119) sobre a trajetória da elite política.

Nesse sentido, analisamos como a passagem de Wilson Braga, e outros filhos da elite, por instituições onde se encontravam reconhecidos nomes da política desse estado foi importante para a sua futura carreira política. Embora a entrada na política surgisse em decorrência do próprio capital que esses herdeiros tinham no seio de suas famílias, a presença deles em instituições educacionais onde estudavam outros representantes da elite política era uma oportunidade para a convivência desde cedo com esse campo.

3.1 No Colégio Diocesano: entre católicos e políticos

Fevereiro de 1945. Seguindo os requisitos do Decreto-Lei nº 424, de 9 de abril de 1942, estabelecido pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, da então República dos Estados Unidos do Brasil, o jovem Wilson Leite Braga, na ocasião com 14 anos de idade, realizava o seu exame admissional para ingressar na primeira série do Ginásio Diocesano de Patos-PB⁸⁷.

O exame, primeiro desafio requerido para aprovação posterior do curso ginásial, ocorria em duas modalidades: na primeira, o candidato respondia a uma prova escrita, que versava sobre as áreas de Português, Matemática, Geografia e História Geral; e no segundo momento, era avaliado através de teste oral, apenas nas áreas de Português e Matemática⁸⁸.

Apresentando dificuldades quanto ao teste escrito nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática, conforme se verifica em seu exame admissional⁸⁹, o jovem Braga obteve melhores resultados na atividade avaliativa oral e nas áreas de Geografia e História Geral. Com esse desempenho nessa segunda modalidade (oralidade), ele conseguiu atingir a média exigida para a aprovação, migrando, logo em seguida, para residir como aluno interno pelos cinco anos seguintes nessa instituição.

No Ginásio Diocesano de Patos, Wilson Braga passou a ter a oportunidade de conviver de perto não apenas com familiares e amigos vindos do chamado Vale do Piancó, onde estava localizado o seu município, Conceição-PB, mas também com lideranças políticas e religiosas que se encontravam, à época, na direção da instituição. Esse era o caso do Monsenhor Manuel Vieira, diretor do Colégio, do padre Joaquim de Assis Ferreira (inspetor)⁹⁰ e do casal José e Rosalinda Cavalcante, professores da escola e integrantes políticos da União Democrática Nacional (UDN).

Nesse cenário político e religioso, marcante para a própria história da educação brasileira⁹¹, Wilson Braga inseriu-se no cotidiano do Ginásio Diocesano de Patos, uma escola

⁸⁷ No capítulo V desse Decreto-Lei, estava previsto o exame admissional como requisito para entrada nesse nível de ensino. Ver: Lei Orgânica do ensino secundário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 jun. 2021.

⁸⁸ Informações obtidas através de acesso à pasta de matrícula do aluno na atual Escola Cidadã Integral (ECI) Monsenhor Manuel Vieira.

⁸⁹ O exame admissional ou prova de seleção do Ginásio Diocesano de Patos é um entre outros documentos presentes na pasta de matrícula de Wilson Braga que foram obtidos durante a pesquisa.

⁹⁰ Natural de Malta-PB, Joaquim de Assis Ferreira foi transferido de Catolé do Rocha para Patos em 1945, exercendo, no Colégio Diocesano, o cargo civil de Fiscal Federal. Foi ainda um orador conhecido e cronista em programas de rádio, como a Espinharas. Disponível em: <https://www.diocesedepatospb.org.br/in-memorian-conego-joaquim-assis/>. Acesso em: 19 jun. 2021.

⁹¹ A partir de 1932, ocorreu a substituição do líder católico Fernando Magalhães, do comando da ABE (Associação Brasileira de Educação), pelo escolanovista Lourenço Filho. Foi lançado, também nesse ano, o Manifesto dos

que visava, segundo afirmava o próprio diretor Monsenhor Vieira, “proporcionar à mocidade católica brasileira, a par da mais esmerada educação religiosa, moral e cívica, uma sólida formação literária e científica” (Vieira *apud* Nóbrega, 2007, p. 93).

O Ginásio Diocesano de Patos era, nesse sentido, uma escola fundada ainda em decorrência das disputas pelo monopólio do ensino entre intelectuais ligados ao cientificismo e católicos ortodoxos, conforme apontam Afonso e Silva (2016, p. 5). Uma instituição fruto, portanto, das reafirmações da Igreja Católica sobre a necessidade de formação dos seus sacerdotes para atuarem diretamente na educação escolar, o que ocorria, em geral, após um período de longa formação acadêmica em seminários no Brasil e na Europa⁹².

Foi justamente pautado nesses ideais católicos e políticos, massivamente disseminados pelos principais líderes da Igreja Católica, sobretudo com as ideias reformistas do início dos anos 1930, que ocorreu a formação educacional ginásial de Wilson Braga. O próprio currículo da escola, perceptível através de documentos do período como o histórico escolar, é ainda uma testemunha relevante sobre o tipo de formação ofertada a jovens provenientes de famílias políticas tradicionais do Sertão Paraibano, dentre outras regiões.

No histórico de Wilson Braga, por exemplo, verificamos esse tipo de formação híbrida, a partir de um modelo voltado para reprodução e valorização dos princípios católicos e políticos do cidadão, oferecendo inclusive contribuições para o exercício de uma futura carreira político-partidária. Tal fato verifica-se na questão de distribuição dos componentes, mas, sobretudo, no tipo de avaliação empregada no Ginásio Diocesano de Patos, que apresentava uma ênfase no desenvolvimento das habilidades discursivas dos alunos, por meio de teste e atividades orais.

O histórico aponta que o ano letivo ocorria entre os meses de abril e novembro. Nesse período, os alunos cursavam uma média de oito componentes distribuídos nas seguintes áreas: Português, Matemática, Geografia Geral, História Geral, Latim, Francês, Desenho e Trabalhos Manuais. Do ponto de vista avaliativo, os alunos recebiam a atribuição de uma nota por mês, denominada de “arguições”, sendo computada uma média ao final do ano letivo. Além dessa avaliação, tinha ainda a atribuição da nota de participação e um teste oral.

Quanto ao caso específico do componente Trabalhos Manuais, visualiza-se, no histórico de Braga, que ele não era de caráter obrigatório ou não se efetivou na grade curricular do

Pioneiros da Educação, conclamando pela escola pública gratuita, laica e obrigatória. Desagradando-se dessas medidas, os principais líderes religiosos promoveram uma retirada em massa da ABE, fundaram a Conferência Católica Brasileira de Educação e passaram a promover uma série de congressos católicos de educação e militâncias em diferentes níveis de ensino direcionados a jovens e adultos. Cf.: Saviani (2013, 195-198).

⁹² Afonso e Silva (2016) citam o caso de Odilon Alves Pedrosa, um padre e intelectual da Paraíba que fez sua carreira teológica em Roma e que, ao regressar ao Brasil, atuou na formação da direção de seminários e na imprensa católica.

Ginásio Diocesano⁹³. Já a presença de outras línguas no currículo, como Latim e Francês, e a ausência de um componente científico sobre o estudo da vida e dos seres vivos (Ciências) atestam as pretensões da Igreja Católica no sentido de uma formação cidadã, centrada em interesses políticos e eclesiais.

Ainda sobre o histórico escolar, é possível inferir no documento como esse modelo de escolas diocesanas apresentavam uma valorização extremada da capacidade de oratória. A própria entrada do candidato como integrante da escola era condicionada, como vimos no caso de Wilson Braga, por um exame de admissão. Este selecionava os alunos, por sua vez, avaliando a sua condição de articular e organizar ideias através da oralidade, chegando esse critério a compor 50% do resultado geral.

A ênfase no uso da oralidade dos alunos era constante ao longo de todo o ano letivo, sendo este um requisito valioso para aprovação, uma vez que era atribuída uma prova oral avaliativa a ser somada juntamente com a média das arguições e participações. Em casos elencados como o de Braga, a oralidade se apresentava fundamental para o êxito no curso ginásial, em face, sobretudo, das dificuldades enfrentadas na escrita, tanto durante o seu exame admissional quanto no decorrer dos anos letivos, ante a resolução dos testes escritos nos componentes de Latim, Francês, Matemática e História Geral⁹⁴.

Portanto, os colégios diocesanos implantados ou reestruturados na Paraíba, a partir dos anos 1930⁹⁵, principalmente com as acirradas disputas pelo monopólio do ensino no Brasil entre católicos e escolanovistas, foram elementos cruciais na formação de jovens que compunham a elite política paraibana. O tipo de educação ofertado, formando não só no âmbito do ensino religioso, mas homogeneizando um currículo com vista à continuidade de uma carreira estudantil nos demais níveis de ensino, aponta para um trabalho articulado e consciente, visando à seleção e ao recrutamento desses jovens para os futuros cargos reservados à elite política.

⁹³ O componente Trabalhos Manuais explica-se pelo próprio contexto de disputas no campo da educação brasileira dos anos 1940 entre católicos e liberais escolanovistas. Nesse sentido, ele era previsto no Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942, em sua estrutura de funcionamento do ensino secundário em nível ginásial, mas aparecia integrado ao item III (Artes). O ensino das línguas Latim e Francês também estava previsto nesse Decreto-Lei e aponta para essa influência que a Igreja Católica ainda exercia na elaboração do currículo educacional do país. Ver: Saviani (2003, p. 195; 256); Ver também: CÂMARA DOS DEPUTADOS. DeCreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 abr. 2023.

⁹⁴ Informações obtidas no histórico escolar de Wilson Braga, presente no arquivo da ECI Mosenhor Manuel Vieira, localizado especificamente na pasta de matrícula dos alunos.

⁹⁵ É nesse contexto que o Estado da Paraíba passou a contar com a fundação e a reestruturação de escolas dirigidas diretamente pelas dioceses locais. Em 1927, é fundado o Colégio Pio X em João Pessoa, sendo administrado pela Diocese em 1934; no ano de 1931, o antigo Ginásio Diocesano de Cajazeiras volta novamente a ter funcionamento e recebe a construção de um prédio em 1934; em 1938, é fundado o Ginásio Diocesano de Patos; e nas décadas que se seguiram, como no ano de 1957, é fundado ainda o Colégio Diocesano Dom João da Mata no município de Itaporanga. Sobre a fundação desses colégios, ver: Fernandes (2008, p. 15-17).

Embora a entrada de Wilson Braga como aluno interno no Ginásio Diocesano de Patos tenha ocorrido em meados de 1940, autores como Moraes e Silva (2014, p. 282) afirmam como esse momento da educação brasileira fora marcado por um “rebuscar”, por parte da Igreja Católica, de ideias pedagógicas provenientes dos anos 1920 e 1930. Nesse sentido, num contexto pós-Segunda Guerra Mundial, quando novas demandas eram apresentadas para o ensino no país – sobretudo a ideia de uma educação escolar direcionada para o desenvolvimento urbano, industrial e técnico – permanecia através desses colégios diocesanos um ensino de forte tendência católica e direcionado para a formação da elite:

Ora, a educação brasileira, ao longo da história, sempre apresentou a existência de um ensino para a elite, que trilhava pelo primário e secundário formal com direção ao ensino superior, e permanecia o ensino profissional, como uma espécie de sistema paralelo, que conduzia à formação de força de trabalho com maior rapidez para a indústria em franca expansão nas décadas de 1940 e 1950 e preparava braços e mentes para a fábrica (Moraes; Silva, 2014, p. 286-287).

Pensar a trajetória de Wilson Leite Braga no Ginásio Diocesano de Patos é ter em mente a importância de instituições como esta na formação política deste e de outras figuras de elite, que predominaram no cenário paraibano da segunda metade do século XX. É impossível desconsiderar a relevância do modelo implantado nessas escolas, como a valorização da oralidade e a presença de políticos, que atuaram nos quadros do magistério e da direção desses educandários, para entendermos os perfis das figuras políticas que chegaram a atingir os maiores postos da política no estado.

Na trajetória política de Wilson Braga, o Ginásio Diocesano se reveste, de fato, de verdadeira relevância. Ao estudar nessa instituição, esse futuro governador passou a ter contato direto com padres e professores que logo se tornariam também políticos reconhecidos nesse novo campo. Entre esses, destaca-se o padre e diretor do Ginásio Diocesano de Patos, Monsenhor Manuel Vieira.

Monsenhor Vieira, como era chamado, foi um dos religiosos católicos atuantes na educação, sobretudo na região Nordeste. Nascido em Uiraúna-PB, atuou como padre e professor nos municípios sertanejos de Cajazeiras e Patos. Em Patos, especialmente, exerceu a função de pároco e depois tornou-se diretor do Ginásio Diocesano, desenvolvendo nessa escola uma formação educacional que muito espelhava a sua atuação sacerdotal e política.

Conhecido entre os pares como um sacerdote voltado para a juventude e como um “formador de almas”, Monsenhor Vieira destacava-se também na comunidade de Patos pela sua habilidade de oratória, especialmente durante eventos públicos. Embora sua carreira

educacional tenha sido bem mais prolongada – professor de Matemática e Filosofia e diretor do Ginásio Diocesano por 24 anos – foi atuante direto no campo da política partidária, tendo exercido os cargos de secretário de Educação no governo João Agripino e de deputado federal pela ARENA entre 1967 e 1970.

Na condição de deputado federal eleito nos primeiros anos da Ditadura, Monsenhor estabelecia no Congresso uma relação de proximidade com as principais figuras políticas do governo militar, postura semelhante à que praticava com as lideranças governistas da Paraíba. Nos discursos desse padre, registrados nos Anais da Câmara Federal, podemos perceber sua boa articulação com ministros do governo autoritário e uma forte ênfase nos temas de cunho social, a exemplo da sua comunicação sobre a questão da assistência médica no Nordeste:

O Sr. Monsenhor Vieira (Comunicação) - Senhor Presidente, nobres Deputados, venho acompanhando, com cuidado e atenção, a obra executada pelo Exmo. Sr. Ministro da Saúde. E, homem do interior acostumado a vida inteira a vê-lo no abandono por parte daqueles que têm o dever de cuidar de todos e não apenas de alguns, senti-me satisfeito – por que não confessar? Quando vi os olhos de S. Exa. se estenderem até bem longe das capitais, do asfalto, e chegarem à zona do interior, cujo acontecimento quase nenhuma cobertura tem da imprensa, do rádio ou da televisão (Monsenhor Vieira. Anais da Câmara dos Deputados. jan./fev. 1968, p. 59-60).

Monsenhor Vieira era, portanto, uma liderança religiosa que contou com forte inserção no meio estudantil, teve relação direta com a oligarquia agripinista e se inseriu inicialmente nesse campo através de sua ligação com a ARENA, após o Golpe Civil-Militar de 1964. Foi também, segundo afirmam autores como Mello (1993, p. 2005), um dos primeiros a perceber as inclinações políticas de Wilson Braga ao ter afirmado, durante uma das várias exposições orais no colégio: “Veja a vocação política desse rapaz!”.

A proximidade do Monsenhor Vieira com a política e, particularmente, com o partido UDN era tão evidente que ele chegou a ser acusado, nos anos 1960, de utilizar o Ginásio Diocesano como meio de captar votos para o partido. Segundo Fernandes (2008, p. 59-60), os integrantes de oposição ligados ao PSD, durante comícios, levantavam a ideia de que essa instituição estava sendo posta a serviço da causa udenista, sendo o cônego Vieira acusado por atitude antidemocrática.

No entanto, tendo a oposição levantado essa querela, pode-se perceber a influência política, educacional e religiosa que esse sacerdote exercia em Patos e adjacências. Em resposta aos pessedistas, eram organizadas, à época, amplas mobilizações por parte de integrantes da escola (professores, alunos) e autoridades locais que saíam às ruas e afirmavam ser a política

do Diocesano educacional e não partidarista, através dos disseres: “A política do G.D.P. é ensinar. Defendemos o que nos pertence. Glória ao Ginásio Diocesano de Patos”⁹⁶.

Desconsiderando os excessos presentes nessa acusação, levantada pelos representantes do PSD contra o padre Manuel Vieira, é certo que o posicionamento político desse sacerdote tem relação direta com a sua formação religiosa, ocorrida nas primeiras décadas do século XX. Segundo José Martin Afonso e Ramsés Silva (2016, p. 7), a Igreja Católica recrutava alguns jovens provenientes da elite para ingressarem na “vida religiosa, como carreira política”. Ao estudarem em seminários no Brasil ou na Europa, parte desses jovens recebiam uma preparação para ocuparem futuros cargos de liderança na hierarquia da Igreja e para atuarem como influenciadores intelectuais em suas arquidioceses, isso por meio de funções como “jornalistas, articuladores políticos e educadores” (Afonso; Silva, 2016, p. 7).

Além da importância do Monsenhor Vieira na formação política e educacional do então jovem Wilson Braga, o quadro docente do Ginásio Diocesano atesta a tendência dessa escola em oferecer um ensino com base numa formação liberal e religiosa. Essas características no ensino do Ginásio Diocesano são visíveis quando observamos o Quadro 3, que apresenta os professores que integravam essa instituição e suas respectivas formações.

No Quadro 3, é possível perceber três categorias de profissionais que formavam o magistério do Ginásio Diocesano de Patos: a primeira, correspondente aos sacerdotes, que lecionavam, em geral, as disciplinas de idiomas e religião, sendo cinco destes professores; a segunda, os professores de formação, que atuavam nas mais diversas disciplinas, integrando sete desses profissionais; e a terceira, tratava-se do grupo predominante de profissionais liberais (correspondente a dez desses professores), como médicos, advogados, juízes, farmacêuticos, entre outros.

Ao tomarmos contato com o Quadro 3 do magistério do Ginásio Diocesano, passamos a evidenciar como instituições educacionais, ainda em sua fase colegial, se transformavam em importantes meios de direcionar os herdeiros das elites políticas locais, como é o caso de Wilson Braga, para uma formação específica nas áreas mais cobiçadas por elas. Sendo essas áreas, predominantemente, o direito e a medicina, a presença de profissionais liberais ensinando nessas instituições transformava-se em incentivo para a futura carreira trilhada por esses filhos de elite.

⁹⁶ Tais informações são apresentadas por Flávio Sátiro Fernandes (2008, p.59), um ex-aluno dessa instituição que registrou em sua obra, *Subsídios para a História do Colégio Diocesano de Patos*, algumas memórias colhidas ou vivenciadas.

**Quadro 3 - Docentes do Ginásio Diocesano de Patos
Corpo Docente do Ginásio Diocesano de Patos-PB**

Nome	Formação
Acácio Cartaxo Rolim	Sacerdote
Agrícola Montenegro	Juiz de Direito
Antônio Aureliano	Médico
Antônio do Vale da Silva Dias	Professor de Letras Português
Antônio Gameiro	Professor de Letras Português
Basílio Serrano de Sousa	Farmacêutico
Estácio Souto Maior	Médico
Euclides Gomes de Brito	Professor de idiomas (Francês)
Fernando Gomes	Sacerdote
Joaquim de Assis Pereira	Sacerdote
José Cavalcanti	Professor de História
José Justiniano	Médico
Lourival Cavalcanti	Advogado
Luiz Wanderley Torres	Advogado
Manoel de Sousa Oliveira	Professor de História
Manuel Vieira	Sacerdote
Napoleão Abdon da Nóbrega	Advogado
Oswaldo Lima	Professor
Quinídio Sobra	Dentista
Rosalinda Queiroz Cavalcanti	Professora de Matemática
Vicente Freitas	Sacerdote

Fonte: Fernandes (2008), organizado pelo autor.

Tal dado pode ser constatado na própria formação posterior, seguida pelos alunos do Ginásio Diocesano. Trabalhando com o percentual de duzentos alunos que passaram por essa instituição, a partir do momento em que acessamos a lista dos estudantes concluintes (anos de 1942 a 1961) e escolhemos aleatoriamente esses nomes, fica evidente uma tendência para os cursos de Direito e Medicina, além da inserção na carreira política. Dos duzentos alunos selecionados, considerando o acúmulo de mais de uma função presente na sua trajetória, 62 seguiram a área da Medicina; 61, a formação em Direito; 35, as diferentes engenharias; 71 atuaram em outras funções; e 45 ocuparam algum cargo político⁹⁷.

O Ginásio Diocesano de Patos constituía-se, portanto, uma etapa importante para a futura formação profissional dos filhos de famílias políticas do Sertão Paraibano. Ao direcionar os seus herdeiros para instituições como essa, tais famílias políticas as compreendiam como locais pontos de passagem com vista a uma profissionalização já previamente idealizada por elas. Na trajetória de Wilson Braga, percebe-se essa tendência, uma vez que era ele o segundo filho da casa a estudar nesse colégio.

⁹⁷ Para a seleção desses duzentos alunos, acessamos a lista de matrículas do Ginásio Diocesano de Patos-PB, entre os anos de 1942 a 1961, conforme dados fornecidos por Fernandes (2008, p. 61-140). Considerando o número de vinte turmas pesquisadas nesse período, escolhemos aleatoriamente uma média de 10 alunos por turma, passando, num segundo momento, a pesquisar qual a carreira futura que foi seguida por eles.

Retomando o aspecto da política partidária, era nítida a influência do Ginásio Diocesano de Patos na vida de jovens como Wilson Braga. Tendo sido fundado através do apoio do governo Argemiro de Figueiredo e de deputados como Ernâni Sátiro e Peregrino Filho, estas eram autoridades políticas constantes durante celebração de eventos na escola, a exemplo do ocorrido no ano de 1948, quando, durante a cerimônia de conclusão do curso ginásial de Wilson Braga, sua turma teve como paraninfo o ex-governador do Estado Argemiro de Figueiredo⁹⁸.

A política de influência udenista do Ginásio Diocesano atingia, nesse sentido, as instâncias administrativas, como a direção do Monsenhor Vieira; passava pela presença das autoridades políticas externas, frequentes nos eventos escolares; indo até o quadro mais geral dos professores. Neste último exemplo, a presença de professores na escola como José Cavalcanti da Silva e sua esposa Rosalinda Queiroz Cavalcanti – um casal de influência política/partidária no município de Patos e adjacências – foi, sem dúvida, um dos elementos expressivos para a futura carreira de Wilson Braga.

José Cavalcanti, filho de um latifundiário do Sertão Paraibano (Manoel Cavalcanti da Silva), foi convidado pelo próprio Monsenhor Vieira para estudar no Ginásio Diocesano de Patos, onde concluiu o ensino secundário. Nessa instituição, tornou-se professor de História Geral e do Brasil, de onde saiu, em 1950, para ingressar na política pela UDN, sendo eleito deputado estadual por três pleitos seguidos (de 1950 a 1962) e para um mandato como prefeito de Patos-PB (de 1963 a 1969).

Ainda que a sua carreira política tenha sido praticamente encerrada em 1972⁹⁹, tendo seus direitos políticos cassados pelos militares, a sua atuação como prefeito de Patos se assemelha e muito ao modo como Wilson Braga atuou ao longo da sua carreira pública, especialmente na ocasião do governo da Paraíba. José Cavalcanti ficou conhecido por seu perfil dito populista¹⁰⁰ e, nessa administração, implantou programas que pregavam a propaganda do

⁹⁸ Wilson Braga concluiu o curso ginásial no Ginásio Diocesano em 1948, um ano após o seu irmão Walter Braga. Sua turma era formada por dezenove alunos, estando, entre estes, nomes que também seguiram a carreira política no Estado, como o ex-prefeito de Malta-PB Redi Wanderley da Nóbrega e o ex-prefeito de Patos-PB e deputado federal Rivaldo Nóbrega Medeiros. Na ocasião de conclusão, a cerimônia era marcada por eventos religiosos (missa de ação em graças) e culturais, uma vez que era o Cine Teatro Eldorado o local escolhido para as homenagens aos formandos. Ver: Fernandes (2008, p. 64-65).

⁹⁹ Em 1972, José Cavalcanti da Silva teve seus direitos políticos cassados pelo governo militar, após acusações de crime de corrupção durante o período em que esteve à frente da Prefeitura de Patos-PB. No dossiê de cassação, aparecem também informações acusando esse político de “esquerdismo”, sendo anexadas no processo fotografias denunciando a sua aproximação com lideranças políticas de esquerda, como o ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes. Ver dossiê de cassação de José Cavalcanti da Silva em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp#. Acesso em: 19 jun. 2021.

¹⁰⁰ Embora considerando as contribuições de Weffort (1978) sobre o conceito de populismo, este trabalho dialoga com Gomes (2001), sobretudo, em suas formulações críticas ao modo de interpretação populista. Entre essas críticas, convergimos com a autora quanto a pensar a relação entre Estado e trabalhadores, líder e povo, destacando o papel protagonista das massas e não como um mero instrumento de manipulação.

social como prioridade. O regime de mutirão, por exemplo, um projeto sobre a construção de casas populares com ajuda dos próprios moradores, foi um desses programas implantados por José Cavalcanti e adotado por Braga em 1983, durante seu governo.

Possuindo um capital político-familiar herdado de longas gerações de suas famílias e estudando com intelectuais que representavam não apenas o modelo de uma instituição religiosa, sendo também diretamente ligados a uma orientação político/partidária, Wilson Braga dava seus primeiros passos rumo à entrada no campo da política. Dessa forma, se a estrutura educacional montada no Ginásio Diocesano – através da própria visão católica empregada e de mentores como Monsenhor Vieira e José Cavalcanti – abriu caminhos para a sua posterior projeção na política, somaram-se a ela outras instituições de ensino, como o Liceu Paraibano e a Faculdade de Direito da Paraíba.

3.2 Entre o Lyceu e a CEP: espaços de projeção para uma carreira política

Em 1949, após enfrentar mais um exame admissional, ingressava Wilson Braga no tradicional Liceu Paraibano. Seguia, assim, o percurso percorrido pelo seu irmão mais velho, Walter Braga, já com um ano de estudos nessa instituição, e outros colegas estudantes do Sertão Paraibano, como Dorgival Terceiro Neto, Euclides Dias de Sá, Francois Leite Chaves e José Soares Madruga¹⁰¹.

Sua entrada como aluno liceano se dava também pela própria história difundida sobre a escola. Tendo sido fundada durante o Império Brasileiro e elevada à categoria de escola com as mesmas vantagens do Ginásio Nacional (Colégio Pedro II)¹⁰², era ela um caminho quase certo das famílias de políticos tradicionais do Estado. Mesmo as famílias que residiam em pontos mais extremos, como a de Wilson Braga no Sertão, consideravam o Liceu o local mais propício para garantir a profissionalização dos seus herdeiros políticos. Isso porque tinha o status de escola onde estudaram intelectuais como Augusto dos Anjos e grande parte dos políticos que haviam governado a Paraíba, como Alfredo da Gama e Mello, Álvaro de Carvalho, Álvares Lopes Machado, João Pereira de Castro Pinto e João Pessoa.

No Liceu, Wilson Braga passava a estudar numa instituição preparatória para o ensino superior e contava com mais recursos didáticos para a sua formação intelectual e,

¹⁰¹ Sobre essa lista de pessoas que estudaram com Wilson Braga no Liceu Paraibano, ver: Pimentel (2005, p. 22).

¹⁰² Essas vantagens do Liceu Paraibano foram conquistadas através do Decreto nº 2301, de 01 de julho de 1896, aprovado pelo presidente Prudente José de Moraes Barros. Ver: SENADO FEDERAL. Decreto n. 2.301, de 1 de julho de 1896. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/396246/publicacao/15629898>. Acesso em: 18 fev. 2023.

posteriormente, ingresso na carreira política. Porém, excetuando-se esses aspectos, dava continuidade nessa escola ao tipo de formação recebido no colégio anterior, sobretudo quanto ao ensino voltado para os ideais cívicos, religiosos e políticos do cidadão, ofertado por profissionais divididos entre clericalistas e liberais¹⁰³.

Nesse sentido, por meio dos chamados mestres-escolas – professores fundamentados na Igreja Tridentina e em seu movimento educacional ultramontanista¹⁰⁴ – Wilson Braga seguia a formação baseada no ensino clássico de Filosofia e línguas estrangeiras, como Latim e Francês. Tinha também um ensino de forte tendência eurocêntrica, por meio dos conteúdos clássicos de História e Geografia, e ênfase ainda nas disciplinas de Português e Matemática.

Para além dos aspectos mais estruturantes do Liceu, esse ambiente foi um espaço propício para o início da carreira política de Wilson Braga. Como aluno dos anos finais do ensino secundário, ele passou a ingressar em grêmios e outras associações estudantis e a presidir espaços privilegiados que serviam tradicionalmente de passagem para uma futura carreira política. Este era o caso da Casa do Estudante Pobre (CEP) de João Pessoa, uma instituição que abrigava jovens provenientes das mais distantes regiões da Paraíba, sendo também um ponto de passagem de futuros integrantes da política do Estado.

Criada no governo de Argemiro de Figueiredo (1935-1940), sob o Decreto nº 698, de 11/04/1936, mas instituída apenas em 12/03/1937, através do Decreto nº 728, a história da Casa do Estudante de João Pessoa está diretamente entrelaçada à história e às influências do Liceu Paraibano. Loureiro (1989, p. 44) descreve como o próprio orçamento dessa instituição foi levantado, em parte, a partir da caixa escolar do Liceu Paraibano (vinte contos de réis) e como a sua administração esteve a cargo do diretor dessa escola, o professor Matheus de Oliveira¹⁰⁵.

Não deixando de considerar os interesses políticos impetrados no governo de Argemiro de Figueiredo para institucionalização da CEP, deve-se acrescentar também a participação de um grupo significativo de alunos do Liceu que atuaram para efetivação desse projeto¹⁰⁶. Da data de oficialização até o ano de 1950, quando essa Casa conseguiu a sua autonomia no

¹⁰³ Sobre esse perfil dos professores do Liceu Paraibano, ver: Mello (2019, p. 41).

¹⁰⁴ Segundo Ítalo Santirocchi (2017, p. 170), esse paradigma tridentino tem relação com o Concílio de Trento (1945-1963), assembleias que buscavam repensar as doutrinas e a organização da Igreja Católica. Já o ultramontanismo trata-se de um momento que tem como base defender a autoridade do papa em âmbito universal.

¹⁰⁵ Na edição de 01 de agosto de 1937 do jornal *A União* (p. 3), é citada a fundação da Casa do Estudante Pobre da Paraíba.

¹⁰⁶ Moreno (2011, p. 11) cita uma lista dos alunos do Liceu que atuaram para a criação da CEP, estando entre eles: Damásio Franca, Augusto Lucena, Fernando Barbosa, Samuel Souto Maior Filho, Áreo Meneses, Antônio Queiroz, Eustáquio de Medeiros, Rossine Lira e Petrônio Cesar de Lemos Campelo.

governo de Osvaldo Trigueiro, verifica-se que o seu público frequentador era pertencente a essa escola, sendo a própria CEP um espaço utilizado como extensão do que ocorria no Liceu¹⁰⁷.

Outro aspecto característico dessa aproximação entre o Liceu Paraibano e a CEP foi o uso estratégico desse espaço para fins político-partidários. Tendo começado apenas como uma instituição adaptada para dormitório de um pequeno número de alunos, ela foi rapidamente sendo transformada num espaço mais permanente desses estudantes. Nos anos 1940 e 1950, essa instituição passou a fornecer refeições e apresentou um significativo aumento no número de membros, o que ocorreu, sobretudo, em face da sua utilização massiva para capitalização de votos e fortalecimento de alianças políticas.

Para Loureiro (1989, p. 51), foi no governo de José Gomes da Silva, interventor em 1946, que a CEP foi diretamente explorada como moeda de troca, sendo este político responsável por garantir que parentes, amigos e correligionários pudessem ter acesso à Casa, por meio de um cartão amarelo, espécie de senha que identificava os seus residentes. Foi no governo de José Gomes ainda, através dessa política de troca de favores, que a CEP se tornou uma instituição formada, em sua maioria, por residentes vindos da região desse governador, do Vale do Piancó, sendo presidida por alunos provenientes principalmente de três municípios: Conceição, Itaporanga e Piancó¹⁰⁸.

Foi imerso, portanto, numa estrutura política favorável, tanto por ter sido uma instituição fundada por Argemiro de Figueiredo quanto pelo domínio majoritário que o grupo do Vale do Piancó já dispunha na CEP, que Wilson Braga se inseriu nela e na política estudantil proveniente do Liceu Paraibano. Como 63º sócio, conforme consta na documentação da CEP, Wilson Braga tornou essa instituição o seu primeiro espaço de exercício de uma liderança estudantil e, ao mesmo tempo, partidária.

Contudo, isso não significa que a sua escalada à presidência da CEP em 1951 ocorreu de modo tranquilo. Uma vez que o grupo dos líderes estudantis udenistas do Vale do Piancó já estava estabelecido na Casa, Wilson Braga foi, aos poucos, construindo laços e formando um grupo de amigos aliados que se interessavam pela administração dessa instituição. A partir do apoio de colegas vindos da sua região (José Soares Madruga, José Nabor de Assis, Orlando de Oliveira Nóbrega), Braga assumiu essa posição de comando da CEP e passou a empreender

¹⁰⁷ Bezerra (2017, p. 156) comenta sobre a relação entre a CEP e o Liceu Paraibano através da metáfora de um cordão umbilical, afirmando que o que ocorria na Casa reverberava no Liceu, o que se vivenciava na Escola era estendido à convivência na Casa de diferentes formas.

¹⁰⁸ Bezerra (2017, p. 165) menciona esse domínio, na CEP, de alunos do Vale do Piancó, destacando José Gomes da Silva como político natural de Itaporanga-PB.

uma extensa campanha para além dos muros da instituição, sendo por ela conhecido em diversos espaços sociais da capital¹⁰⁹.

Para o exercício de sua liderança, foi fundamental a força da propaganda veiculada por colegas jornalistas que residiam na CEP e trabalhavam em jornais como o citado *O Norte*¹¹⁰. Por meio de veículos como este, a CEP era apresentada no início dos anos 1950 como estando em verdadeira calamidade, com espaço físico incompatível com o número de estudantes que se deslocavam à capital, deteriorado e com sérios problemas de saneamento. A arrecadação financeira, que ocorria por meio do patrocínio dos estudantes associados e da suplementação do Estado e dos municípios, era também descrita como insuficiente para manutenção das despesas da instituição, que vinha, desse modo, acumulando uma série de dívidas com diferentes fornecedores¹¹¹.

A partir do momento em que os problemas enfrentados pelos residentes da Casa do Estudante ganharam as páginas dos principais periódicos paraibanos, quando corriqueiramente os jornais estampavam essa situação de calamidade, a instituição tornou-se centro da atenção de inúmeras autoridades políticas. Nesse bojo, o então presidente da CEP, Wilson Braga, passou à condição de frequentador assíduo do Palácio do Governo, na administração de José Américo (PL), sendo logo destacado nas páginas da imprensa como “jovem de tirocínio administrativo” e estudante “devotado” a lutar pela melhoria das condições de vida dos residentes dessa Casa¹¹².

Estando à frente dessa instituição, Braga tornou-se figura conhecida do governador José Américo, encontrando-se com ele em, pelo menos, três ocasiões, quando reivindicou melhorias para a Casa do Estudante. Nessas reuniões, estabeleceu contatos com alguns secretários que eram indicados pelo governador para o atendimento às reivindicações, como o político José Fernandes de Lima, responsável pela Secretaria da Agricultura:

O presidente da Casa do Estudante, o pré-universitário Wilson Leite Braga, travou entendimento com o Governador José Américo, solicitando de sua Excia. medidas urgentes para beneficiar a entidade que dirige [...]. O Governador, prontamente, atendeu o pedido do esforçado presidente da C.E.P. dizendo-lhe que se entendesse com o dr. José Fernandes de Lima, secretário da Agricultura, o que foi feito sem demora (O Norte, 1952).

¹⁰⁹ Sobre essa disputa na CEP entre Wilson Braga e líderes udenistas, ver Mello (1993, p. 204).

¹¹⁰ Entre esses colegas, estão os jornalistas José Morais Souto e Ivanildo Maciel, colunistas do jornal *O Norte*.

¹¹¹ Quanto à campanha empreendida por melhorias e construção da Nova Casa do Estudante, articulada por jornalistas residentes nessa instituição, e ao modo como Wilson Braga era citado na imprensa, ver: SOUTO, José Morais. Só não falta nada na Casa do Estudante. *O Norte*, 13 jan. 1952, Ano XLII, nº 569, p. 5-8.

¹¹² Ver essa descrição de Wilson Braga em: SOUTO, José Morais. Só não falta nada na Casa do Estudante. *O Norte*, 13 jan. 1952, Ano XLII, nº 569, p. 8.

Diante de vagas promessas de atendimento político que passam dias a fio e acabam demorando para ser concretizadas, nos famosos “chás de cadeira”, a rede de relações políticas de Wilson Braga, bem como de outros colegas da pauta Casa do Estudante, foi estendida para além do Palácio do Governo. Na própria matéria apresentada acima, de autoria do estudante e jornalista José de Moraes Souto, registra-se como esses estudantes se mobilizaram através de contatos diretos na Assembleia Legislativa. Saindo do executivo para o legislativo, logravam, assim, maior êxito nesse segundo poder, conseguindo a aprovação de requerimentos que comissionavam os parlamentares para realizarem visitas e relatarem a situação da CEP.

Estando à frente desses pareceres deputados conhecidos do grupo estudantil, como Napoleão Abdon Nóbrega¹¹³, os estudantes recebiam posição favorável e, mais que isso, a instituição era propalada no meio político como estando em “estado triste e desolador” e “em petição de miséria”. Com o posicionamento assumido por esse segmento da imprensa e o apoio recebido e oficializado pelos integrantes da Assembleia Legislativa da Paraíba, a CEP tornou-se centro de preocupação e visitação de diferentes segmentos da política do estado, especialmente em face da eminência das eleições para o Senado Federal, prestes a ocorrerem em setembro de 1952.

No dia 29 de fevereiro 1952, o então presidente da CEP, Wilson Braga, convocou a comunidade estudantil para comparecer à instituição por ocasião da visita do candidato a suplente de senador Drault Ernany (PSD). Além da presença de um prestigiado político com influências em âmbito federal, estariam presentes ainda outras autoridades, como o presidente da Assembleia Legislativa, Ivan Bichara¹¹⁴; prefeitos, como Praxes Pitanga (PTB), do município de Misericórdia; e integrantes de jornais de outros estados, a exemplo do *Diário do Pernambuco*¹¹⁵.

Visitas de políticos prestigiados do momento, como a de Drault Ernany, tornavam-se importantes na resolução das reivindicações dos estudantes. Mas eram também ocasiões importantes para atuação daqueles que pretendiam ingressar numa futura carreira política. No caso de Wilson Braga, foi um momento significativo para a consolidação da sua liderança no

¹¹³ Deputado estadual eleito em 1950 pela Coligação Democrática Paraíba (CDP), formada pela aliança entre o PSD e o PL. Ver: Eleições de 1954 para Deputado Estadual na Paraíba. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 10 jul. 2021.

¹¹⁴ Deputado estadual eleito em 1950 pela Coligação Democrática Paraibana (PSD/PL), foi líder do governo de José Américo, presidente da Assembleia Legislativa no biênio 1951-52 e governador da Paraíba, [eleito indiretamente durante a Ditadura Militar, em 1975](#). Nesse período em que visitou a Casa do Estudante de João Pessoa, era também diretor do jornal *O Norte*, principal periódico de apoio aos integrantes dessa instituição nos anos 1950. Ver dados em: Centro de Pesquisas e Documentações da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ivan-bichara-sobreira>.

¹¹⁵ Quanto à visita de Drault Ernany à Casa do Estudante, ver: *O Norte*, 29 fev. 1952, Ano XLII, nº 607.

meio estudantil, uma vez que o regimento da CEP previa eleições anuais para formação da nova mesa diretora, sendo ainda um meio de se apresentar para os principais integrantes da política do Estado. Tanto o é que o jornal *O Norte* mencionou o papel desempenhado por Wilson Braga na organização do evento e apresentação das dependências da Casa para essa comitiva:

A convite do acadêmico Wilson Leite Braga, presidente da Casa do Estudante da Paraíba, o dr. Drault Ernany percorreu todas as dependências do Casarão da rua da Areia, assegurando aos seus dirigentes que contarão com a sua ajuda sempre que se fizer necessário para melhoria das condições em que vivem os estudantes pobres que se valem da Casa do Estudante como a única maneira de se manterem nesta capital para prosseguir os estudos (O Norte, 1952).

Com a presença constante dessas autoridades políticas na CEP, foi, assim, oficializada uma campanha que ia além das primeiras reivindicações levantadas pelos líderes dessa Casa. Já não se tratava mais da proposição de reformas pontuais apenas, mas da construção de uma nova Casa, capaz de abrigar mais pessoas e oferecer a esses residentes um ambiente moderno e adaptado às suas necessidades. Tal campanha, veiculada na edição de 16 de abril de 1952 do jornal *O Norte*, sob forma de sessão secretariada por Wilson Braga, aproximava diretamente as lideranças políticas do estado, oferecendo aos líderes estudantis ainda maior visibilidade nesse campo político.

Nessa sessão de oficialização da campanha pró-construção da nova Casa do Estudante, estavam presentes nomes como o deputado Humberto Lucena (PSD) e autoridades políticas municipais, como os vereadores Claudio de Paiva Leite (UDN) e Diogenes Martins Morais (UDN). Nesse sentido, atuando no meio político-partidário, Wilson Braga estabelecia, com esses representantes do legislativo e outros de diferentes âmbitos da sociedade civil, os nomes que encabeçariam as comissões para efetivação da campanha.

Uma breve observação dos nomes eleitos para presidir as comissões, que haveriam de colocar em prática o plano de ação para construção da nova Casa, é suficiente para percebermos como essa instituição era um verdadeiro espaço de promoção da política partidária e como ela atingia os diferentes setores da sociedade. Na chamada comissão de honra da Casa, apareciam os nomes do governador José Américo, do deputado Ivan Bichara, do Arcebispo Metropolitano e de diversos prefeitos e diretores das Faculdades do Estado; na comissão geral, membros como o citado Humberto Lucena, Fernando Milanez (PSD)¹¹⁶ e Luiz Inácio Ribeiro Coutinho

¹¹⁶ Deputado estadual eleito pela Coligação Democrática Paraibana (PSD/PL) em 1950. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 10 jul. 2021.

(UDN)¹¹⁷; e na comissão executiva do plano, destacavam-se o nome de Wilson Braga e colegas militantes da Casa, como José Soares Madruga.

Estendia-se, através das propostas, dos projetos e das mobilizações para a construção da Casa, uma ampla rede de relações políticas, que ia do executivo estadual até o legislativo municipal da capital e outros municípios. Rede de relações que se ampliava ainda para o Congresso, por meio de contatos entre deputados estaduais e parlamentares. Um desses exemplos foi a troca de correspondências entre o deputado Octacílio Queiroz¹¹⁸ com o senador Ruy Carneiro (PSD), solicitando deste e dos senadores Assis Chateaubriand (PSD) e Virgínio Veloso (PSD) providências quanto à situação dos jovens estudantes de João Pessoa¹¹⁹.

Nesse caso específico, os problemas enfrentados pelos estudantes de João Pessoa e sua luta em prol da construção da nova Casa deixavam de ser uma questão tratada na esfera estadual e chegavam ao executivo federal. Isso porque, tomando conhecimento do relato apresentado pelo deputado Octacílio, Rui Carneiro se comprometeu a convocar o deputado Janduhy Carneiro (PSD) para levar a questão ao então ministro da Educação, afirmando ainda que, naquele mesmo instante, entraria em contato com o presidente Getúlio Vargas, dando a este conhecimento do que estava ocorrendo com os estudantes da capital.

Esse período em que Wilson Braga esteve na presidência da Casa do Estudante foi uma fase de coroação da sua liderança estudantil, sendo também capaz de construir bases importantes para a sua entrada na carreira política. Estando à frente dessa campanha, pôde não apenas conhecer e atuar ao lado de destacadas lideranças políticas da Paraíba, como também alcançar resultados concretos das reivindicações, sobretudo junto ao executivo estadual. A rede de relações políticas adquiridas, somadas às próprias conexões políticas já consolidadas por sua família, foram fundamentais para sua reeleição como presidente da Casa¹²⁰.

Ante o contexto de mobilizações em prol da CEP e os ecos que se faziam notórios no meio social e político sobre o tema, o governador José Américo adotou uma série de medidas com vista a atender as principais reivindicações dos estudantes¹²¹. Desta feita: autorizou o pagamento de dívidas contraídas pela Casa no comércio local; aumentou a subvenção de 3 mil

¹¹⁷ Prefeito do município de Sapé eleito em 1947 pela legenda UDN. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 10 jul. 2021.

¹¹⁸ Deputado estadual eleito pela Coligação Democrática Paraibana (PSD/PL) em 1950. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 10 jul. 2021.

¹¹⁹ Essa troca de correspondência entre Octacílio Queiroz e Rui Carneiro é citada em: *O Norte*, 29 mar. 1953, Ano XLIII, nº 1028.

¹²⁰ No mês de setembro de 1952, foi eleita a nova mesa diretora da Casa do Estudante, sendo composta da seguinte forma: Wilson Leite Braga (presidente); José Nabor de Assis (vice-presidente); Dorgival Terceiro Neto (tesoureiro); e Euclides Dias de Sá (chefe de patrimônio da Casa). Ver: *O Norte*, 09 set. 1952, Ano XLII, nº 763.

¹²¹ Ver *O Norte*, 19 mar. 1952, Ano XLII, nº 623.

cruzeiros mensais para 8; iniciou uma reforma na instituição, construindo novos quartos e melhorando o sistema de saneamento; mobilizou a Secretaria de Assistência Social para doação de verba destinada à compra de utensílios para a Casa; e fez a doação de um terreno próximo ao Colégio Estadual (Liceu Paraibano), encaminhando para a Assembleia um projeto de abertura de crédito suplementar de 2 milhões para construção de duas Casas do Estudante, sendo uma em Campina Grande e a outra em João Pessoa.

Os resultados da campanha atingiram também diretamente a sociedade civil, levando movimentos sociais e representantes de diversas categorias (jornalismo, comércio, funcionalismo público, cultura e esportes) a organizarem eventos e arrecadarem doações para a Casa do Estudante. Dentre esses, um dos mais destacados foi o movimento de mulheres da classe média paraibana, as Bandeirantes do Brasil, liderado por figuras ligadas à política, como Myriam Bezerra e Ofélia Gondim, que atuaram na organização de eventos estudantis e como membros ativos na execução do plano de arrecadação para a construção da nova Casa do Estudante¹²².

Por meio da parceria de grupos como as Bandeirantes e da participação de integrantes do jornalismo, como José Leal, essa instituição passou a receber doações do comércio local e a organizar uma série de eventos, que iam desde jogos esportivos (Treze x Botafogo), torneios de queda-de-braço até filmes no Cinema Plaza. Somada a isso, a comissão de estudantes liderada por Wilson Braga, José Barbosa de Souza, José Soares Madruga e outros formava grupos para visitar municípios e requerer a subvenção da Casa, organizava rifas, atuava até na compra e venda de automóveis e marcava constantes encontros com lideranças políticas locais.

Quanto ao início e à amplitude dessa campanha da CEP, é necessário compreender que isso não ocorreu de caso impensado, no sentido de um movimento improvisado dos estudantes visando melhorar as condições materiais de acomodação e alimentação na capital. Bezerra (2017) defende o período de 1950 na CEP como caracterizado pela produção de uma narrativa por parte desses grupos de estudantes que, através da participação da imprensa, atingiria diretamente diversos setores da sociedade e, conseqüentemente, seria capaz de mobilizar esses setores sociais para suprir as demandas dos estudantes.

Tratava-se, na realidade, de divulgar a imagem desses estudantes como humildes e com grandes perspectivas de sucesso na vida profissional e acadêmica, como foi veiculado nos jornais *A União* e *O Norte*, e assim atrair os olhos da classe média paraibana de João Pessoa para a CEP, iniciativa que começou a ocorrer na administração de Wilson Leite Braga

¹²² Quanto à ação das Bandeirantes do Brasil em prol da Casa do Estudante, ver: SOUTO, José Morais. Daqui e Dali. *O Norte*, 01 mar. 1952, Ano XLII, nº 608.

(1951/1952), quando esse então presidente afirmava, já nas primeiras reuniões com os estudantes da Casa¹²³, sobre a necessidade de promover estratégias para chamar a atenção das senhoras benfeitoras das tradicionais famílias da cidade.

A iniciativa de Braga visava atingir a feição de senhoras benfeitoras das famílias tradicionais e, com isso, conseguir o apoio de um aliado caridoso nas campanhas de arrecadação que apelavam para doações de mantimentos, ajudar na reforma de ampliação e construir uma imagem positiva do grupo, que se mostrava proativo em superar os desafios demandados (Bezerra, 2017, p. 169).

Com planejamento das ações e toda essa estrutura montada através da participação de setores da imprensa paraibana, a CEP conseguiu, durante a administração de Wilson Braga, muitas doações, inclusive desse grupo definido como de “senhoras benfeitoras”. Conseguiu ainda movimentar a participação dessa gama de parlamentares, sendo também utilizada para projetar positivamente a imagem de governos, como foi o caso de José Américo de Almeida, geralmente descrito nos jornais como “aquele que mais investiu recursos em prol da CEP de João Pessoa”¹²⁴.

Diante de uma administração prestigiada no meio estudantil e político, em face da política desenvolvida à frente da CEP, Wilson Braga conseguiu se estabelecer como principal líder dessa instituição e ainda ampliar sua rede de influência para outros setores da política estudantil. No ano de 1952, por ocasião das eleições para presidente da Vanguarda Estudantil da Paraíba (VEP)¹²⁵, apoiou a candidatura do seu amigo e colega da CEP, José Soares Madruga, contra a chapa de Raimundo Nonato Batista, representante da UDN da Várzea, que tinha como uma das principais lideranças o político Flávio Ribeiro Coutinho¹²⁶.

Da política estudantil desenvolvida na CEP, Wilson Braga se dirigiu diretamente para as suas primeiras ingressões na política partidária, através da participação em associações como o Clube da Mocidade. Fundado pelo então candidato a deputado estadual Cícero Leite, esse clube foi uma espécie de iniciação política não só para ele como também para outros futuros

¹²³ Loureiro (1989, p. 65) cita uma dessas primeiras reuniões da CEP ocorrida sob a presidência de Wilson Braga, em que este comentava que a Casa do Estudante iria “dar uma festa à sociedade de João Pessoa”.

¹²⁴ Em *O Norte*, João Pessoa, 19 de março de 1952, o governo de José Américo é descrito como o que mais beneficiou a Casa do Estudante, se comparado aos seus antecessores.

¹²⁵ A Vanguarda Estudantil da Paraíba (VEP) foi uma associação dos estudantes secundaristas (nível médio) fundada em 1949 em João Pessoa. Em 1956, com a deliberação da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), que criou a AESP para representar esses estudantes no estado, teve início um processo de extinção da VEP.

¹²⁶ Mello (1993, p. 204) trata dessa eleição na Vanguarda Estudantil da Paraíba. Em *O Norte*, de 06 de abril de 1952, também aborda essa eleição apresentando a cerimônia de posse de José Soares Madruga e a fala de Wilson Leite Braga, ao homenagear o sucesso do seu colega do pleito.

integrantes da política do estado, a exemplo de Dorgival Terceiro Neto, François Leite Chaves, Judivan Cabral e José Soares Madruga.

Conforme o relato produzido por memorialistas que residiram na CEP, como os citados Loureiro (1989) e Moreno (1991/2011), o Clube da Mocidade – espaço que reunia jovens acadêmicos interessados nos sabores da vida boêmia (danças, bebidas, petiscarias e namoros) e na política – foi utilizado por Cícero Leite para fortalecer sua campanha rumo à Assembleia Legislativa do Estado. Conhecendo a fama que se espalhava sobre os estudantes do Liceu estabelecidos na CEP (capacidade de oratória, melhores notas nos exames), o então candidato passou a oferecer algumas vantagens do Clube a esses jovens em troca da participação deles nos seus comícios e outros eventos de campanha:

Cícero Leite, então candidato a deputado estadual, descobriu a mina de ouro. Fundou o Clube da Mocidade, na rua Capitão José Pessoa, em Jaguaribe. Botou-os como sócio em categoria especial. Quem falasse bem teria comida, bebida e não pagaria a cota para dançar. Em contrapartida, a rapaziada sustentaria seus comícios desde a praia de Pitimbu até Cabedelo (Loureiro, 1989, p. 60).

No Clube da Mocidade, Wilson Braga também pôde fazer valer a sua liderança exercida na CEP, conseguindo eleger como presidente dessa associação uma pessoa da sua base estudantil, o colega Euclides Dias de Sá. Conforme Loureiro (1989, p. 60), embora Cícero Leite não tenha obtido sucesso no pleito disputado, as atividades políticas exercidas por esses jovens lhes permitiram boa proximidade com políticos do estado, especialmente da ala udenista, e conhecimento entre o eleitorado de João Pessoa¹²⁷.

Mesmo quando deixou a presidência da CEP em 1953, tendo encerrado dois períodos de mandato, a liderança de Wilson Braga nessa Casa ainda se fazia sentir, sendo esse espaço importante para a oficialização da sua candidatura nos quadros do partido UDN, na eleição de 1954. Em 26 de setembro de 1953, assumiu a presidência da Casa o seu amigo Dorgival Terceiro Neto, antigo integrante do grupo na condição de tesoureiro. Já no mesmo mês de setembro de 1954, Euclides Dias de Sá assumiu o comando da Casa, sendo também um integrante desse mesmo grupo de Wilson Braga na administração anterior, na qual ocupou a função de chefe do patrimônio.

Embora a votação expressiva de Wilson Braga em 1954 tenha sido contabilizada no Sertão Paraibano, sendo em João Pessoa nesse primeiro momento quase inexpressiva, a CEP

¹²⁷ Pimentel (2005, p. 26) cita o relato de um integrante do grupo de Wilson Braga que fazia parte do Clube da Mocidade, o senhor Severino Alves de Andrade (Biu Bate-Bate). Este, rememorando o período de residente na CEP, fala como o Clube da Mocidade foi um espaço de projeção da carreira política de Wilson, afirmando que vários candidatos a vereador ligados à UDN estavam integrados a ele.

foi, sem dúvida, uma instituição relevante para seu sucesso eleitoral. Basta verificarmos, nesse sentido, que grande parte dos colegas de Braga que compunha o grupo formado na CEP eram provenientes da região sertaneja, particularmente de municípios como Conceição, Itaporanga e Piancó, áreas significativas do seu eleitorado, sobretudo, nos primeiros pleitos disputados por ele no Estado.

No entanto, percorrer essas sucessões presidenciais da CEP é deparar-se não só com a questão do acúmulo de capital político do jovem Wilson Braga, sendo tal instituição uma das primeiras fases da sua profissionalização no campo da política. A trajetória de Braga e de colegas que passaram por essa Casa é também reveladora de que este era um ponto de passagem comum percorrido pela elite política paraibana, especialmente da parcela da elite que comandava municípios localizados no Sertão Paraibano. Como exemplos que podem ser citados, temos o próprio caso da família Braga em Conceição e adjacências, e dos Maias nos municípios de Brejo do Cruz e Catolé do Rocha.

Nesse sentido, a ideia presente no próprio nome dessa instituição – CEP ou Casa do Estudante Pobre da Paraíba – se configura mais como uma narrativa produzida por esses jovens e setores da imprensa do que como marca expressiva da condição econômica vivenciada por eles em suas famílias. Tratava-se de estudantes de uma elite política que tinham várias razões para se deslocar para a capital e residir em instituições mantidas pelo interesse público e privado.

As condições precárias de educação vivenciadas em todo o país e latentes no Estado da Paraíba nesse período, como a falta de oferta do ensino secundário e superior em áreas distantes da capital, a exemplo do Vale do Piancó, são um desses fatores. Em face da inexistência dessas escolas, estudantes provenientes de famílias com melhores condições econômicas e, em geral, com capital político acumulado em seus municípios afastavam-se da cidade natal e davam continuidade aos seus estudos em outras instituições, como no citado Liceu Paraibano.

A junção desses fatores fez da CEP uma instituição que abrigou, ao longo da sua história, diversos políticos que comandaram os postos mais altos da política do estado, sobretudo a partir dos anos 1950. Na lista dos residentes da Casa, estampada geralmente em ocasiões de comemorações pela passagem de aniversários da instituição, são citados alguns dos seus ex-presidentes, com destaque para a carreira política percorrida por eles:

Instituição formadora – ao longo de sua história – a Casa do Estudante formou um leque de personalidades políticas e intelectuais, pessoas que se destacaram e ainda se destacam, entre essas, os ex-governadores Wilson Braga e Dorgival

Terceiro Neto; o ex-ministro Mailson da Nóbrega; o ex-senador François Leite Chaves¹²⁸.

Sendo abrigo de jovens que eram herdeiros políticos de famílias tradicionais da Paraíba, a CEP foge diretamente da ideia de uma instituição que tinha por objetivo atender estudantes pobres do Estado. Não por acaso, autores que escreveram sobre essa Casa, a exemplo de Alves (1989, p. 269), abordam de forma satírica a denominação de Casa do Estudante Pobre (CEP), afirmando que pobre mesmo em João Pessoa era atendido pelo padre José Coutinho – figura conhecida pelas ações filantrópicas na capital – ficando a cargo da CEP abrigar a elite de várias regiões do Estado.

Entretanto, o próprio termo “elite” é visto com ressalvas em relação a essa parcela de estudantes residentes na CEP. Até porque como explicar o fato de que esses jovens, ao se deslocarem a capital para estudar, acabavam residindo em espaços com péssimas condições de habitação como a CEP? Não seria esse termo algo inaplicável às condições materiais vivenciadas por eles em João Pessoa, bem como à própria postura de reivindicarem melhorias junto a amplos setores da sociedade e, principalmente, no âmbito político?

Victor Leal (1997, p. 43), debatendo sobre a questão da liderança dos coronéis e sua relação com a representação política municipal, pensa a situação destes coronéis em comparativo com a própria condição dos demais residentes nas suas áreas e das pessoas subordinadas a ele. Para o autor, eles eram fazendeiros que, mesmo detendo propriedade, terras e gados, viviam em dificuldades econômicas com a acumulação de empréstimos e outras dívidas. Porém, ainda que nessas condições e dependendo de relações políticas externas para manterem a sua influência local, tratava-se de proprietários que tinham, portanto, uma condição econômica aparentemente mais favorável em relação aos demais, sendo denominado por esse autor como um “fazendeiro remediado” (Leal, 1997, p. 43).

Desse modo, ainda que possa ter iniciado com o propósito de atender a população mais carente do estado – o que é algo muito improvável, sobretudo, dadas as péssimas condições de acesso à educação inclusive para a própria elite – a CEP tem, a partir dos anos 1950, um elemento político que a definia, particularmente, como espaço reservado à classe média do Sertão Paraibano. Segundo Loureiro (1987, p. 52), o “cartão amarelo”, principal meio de entrada nessa instituição, valorizou-se de tal modo que só era ofertado a famílias consideradas de voto e prestígio político em seus municípios.

¹²⁸ CONSED. Casa do Estudante completa 80 Anos e integra história da política e educação da Paraíba. Disponível em: <http://www.consed.org.br/central-de-conteudos>. Acesso em: 19 jul. 2021.

Portanto, no cenário do final dos anos 1940 e início dos anos 1950, a CEP era um espaço reservado para os filhos de famílias políticas do interior, ou correligionários ligados a elas, que pretendiam continuar seus estudos, tendo como uma das únicas opções o Liceu na capital do estado. Através de governadores como José Gomes e José Américo, essa instituição passou a ser massivamente explorada por esses e outros integrantes da política estadual, tendo sido utilizada também pelos próprios residentes, que transformaram esse local em uma espécie de transição para uma futura carreira na política.

Considerando serem o Liceu e a CEP os primeiros espaços percorridos por Wilson Braga em sua trajetória estudantil em João Pessoa, evidencia-se como diversos fatores contribuíram para aflorar nele um desejo, ainda jovem, pela participação na política partidária. Porém, diferentemente do que escreveram autores como Mello (1993, p. 205), a trajetória de Braga não foi um caminho retilíneo em direção a legendas como a UDN. Embora a sua família e os vários contatos que ele tinha em João Pessoa pertencessem à ala udenista, teve proximidade com um universo de políticos, inclusive de agremiações rivais à UDN, como era o PL de José Américo e o PSD de Drault Ernani e Rui Carneiro.

Esse tipo de comportamento apresentado por ele – aproximação com personalidades políticas, legendas, grupos diversos – latente já nos anos de Liceu e CEP, é ainda mais evidente quando do seu ingresso na Faculdade de Direito da Paraíba, no ano de 1952. No tópico a seguir, podemos analisar como os anos de passagem pelo ensino superior, ocasião em que Wilson Braga se integrou à política desenvolvida no Diretório Acadêmico e na UNE, foram importantes para sua entrada na carreira política.

Desse modo, à medida que participava ativamente dos principais órgãos de luta dos estudantes no estado e se aproximava de lideranças políticas localizadas tanto à direita quanto à esquerda do debate, Wilson Braga ia já se estruturando a partir de um perfil político que seria logo denunciado pelos próprios colegas do meio estudantil. Tratava-se da denominação de “raposa política”¹²⁹, expressão muito pertinente para um ainda jovem estudante que conseguia equilibrar a sua condição de candidato udenista, em 1954, com a sua aproximação a integrantes de partidos rivais, que atuavam em movimentos estudantis organizados por representantes de esquerda.

¹²⁹ Loureiro (1989, p. 60), autor memorialista que conta as suas experiências vividas na CEP, utiliza essa expressão de “raposa política” para denominar jovens participantes do Clube da Mocidade, como Wilson Braga, enfatizando suas capacidades políticas para utilizarem determinadas situações ao seu favor, sobretudo por meio do uso da oratória.

3.3 Da Faculdade de Direito para a Assembleia Legislativa: formação, espaços de circulação e dinâmica de atuação de um personagem da elite política

Em 1952, acompanhando as mudanças na trajetória educacional da elite política paraibana, que agora não precisava mais deslocar-se para fora do Estado, visando garantir o tão cobiçado curso de bacharelado em Ciências Jurídicas¹³⁰, ingressava Wilson Braga na Faculdade de Direito da Paraíba. Foi este o período de maior efervescência de sua liderança estudantil e dos primeiros passos rumo à entrada no campo da política partidária.

Acessando documentos produzidos sobre a faculdade (revista elaborada por professores integrantes do curso, relatórios, atas de reuniões, matérias de jornais do Diretório Acadêmico e do Estado), podemos ter em mente como, nesse espaço, ele estava próximo dos principais dirigentes da política, tendo contato ainda com renomados intelectuais do país. Por meio dessas fontes, evidenciam-se também os principais temas debatidos no curso e a sua participação em eventos do ciclo acadêmico, momentos que, certamente, atuaram na formação da sua personalidade apresentada no campo da política.

É impossível mergulhar nos vestígios da antiga Faculdade de Direito da Paraíba sem perceber, quase que de imediato, que esta não era simplesmente uma instituição educacional voltada para a formação de futuros profissionais liberais do Estado. Era também um espaço de circulação e formação de nossa elite política e um símbolo de poder político para diferentes governadores do estado, a exemplo do governador José Américo de Almeida, Ivan Bichara, José Targino Maranhão, Ronaldo Cunha Lima, entre outros.

Mesmo começando os seus trabalhos no ano de 1951, a fundação da Faculdade de Direito da Paraíba deu os seus primeiros passos legais em 11 de agosto de 1949, quando um grupo de professores, políticos e juristas da Ordem dos Advogados do estado se reuniu em sessão para efetivação do projeto de criação dessa instituição. Em sessão presidida por Hermes Pessoa de Oliveira e Flodoardo da Silveira, com a participação do então governador e de diversos “representantes de associações de classe”, ocorreu a aprovação do projeto de efetivação dessa faculdade, tendo sido este também um momento ideal para distribuição de honorarias entre os pares do meio jurídico e político¹³¹.

¹³⁰ A Faculdade de Direito da Paraíba foi oficializada em 27 de março de 1951 através do Decreto nº 29.398, assinado pelo presidente Getúlio Vargas. De acordo com esse decreto, a instituição deveria ser mantida pela Ordem dos Advogados da Paraíba, tendo sede em João Pessoa. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/106657-autoriza-o-funcionamento-do-curso-de-bacharelado-da-faculdade-de-direito-da-paraiba.html>. Acesso em: 16 ago. 2021.

¹³¹ Ver: Ata da sessão de fundação da Faculdade de Direito da Paraíba. João Pessoa-PB, 11 de agosto de 1949. *Revista da Faculdade de Direito da Paraíba*, Ano I, nº 01, 1953, p. 53-54.

O domínio dessa instituição por parte dos dirigentes da política na Paraíba era facilmente evidenciado. Embora, ao longo dessa primeira sessão, tenha se destacado a união entre advogados e discentes em prol da efetivação de um “anseio dos estudantes”, que seria a fundação da faculdade, a reunião foi, de fato, um espaço aberto para promoção das figuras políticas estaduais: o governador José Américo é citado como aquele que disponibilizara recursos materiais e morais, estando atuante desde a gestão do projeto da faculdade; os irmãos Antônio e Cláudio Santa Cruz ocupam grande parte discursiva da reunião; e o coronel José de Oliveira Leite é indicado, pelo mesmo Cláudio Santa Cruz, para receber o título de doutor *honoris causa*, demarcando a sessão como oportunidade de fortalecimento de redes políticas.

Na primeira edição da *Revista da Faculdade de Direito da Paraíba*, é possível ter uma ideia da presença político-partidária nessa instituição, por meio das principais figuras atuantes no Estado ao longo dos anos 1950. Logo na abertura, a revista (1953, p. 2) apresenta uma espécie de homenagens ao governador José Américo de Almeida, trazendo uma fotografia do político acompanhada de um texto biográfico sobre ele. Para o corpo docente responsável pelo periódico (Cláudio Santa Cruz, Afonso Pereira e José Flóscolo da Nóbrega), o governador é citado como o responsável pela efetivação do ensino superior na Paraíba, afirmando como merecido o título de doutor *honoris causa* que lhe foi oferecido pela faculdade.

O próprio corpo docente e administrativo da faculdade, também veiculado pela revista em sua primeira edição (1953), nos situa nessa dimensão político-partidária da instituição. Como fica perceptível no quadro a seguir, a faculdade contava com representantes da burocracia do Estado, ocupantes de diferentes cargos tanto na política quanto no judiciário paraibano, estando nessa lista promotores, chefes de polícia, presidentes do Tribunal Regional Eleitoral, governador, presidente da Assembleia Legislativa, prefeitos e secretários de governo.

Nesse universo de professores com forte incursão na política partidária, destacam-se nomes como o diretor da faculdade, Severino de Albuquerque Montenegro; o professor de Direito Internacional Público, Ivan Bichara; e um dos considerados fundadores da instituição e professor de Economia Política, Cláudio Santa Cruz. Além desses, outros integrantes do judiciário, mesmo não sendo tão reconhecidos como atuantes na política diretamente, chegaram a ocupar e presidir cargos representativos, como é o caso de José Flóscolo da Silva (subprefeito de Santa Luzia-PB), Afonso Pereira da Silva (deputado estadual), Osias Nacre Gomes (secretário do Interior e Justiça e vereador), João Lelis de Luna Freire (prefeito de Taperoá-PB e deputado estadual), entre outros.

Quadro 4 - Relação do Corpo Administrativo e Docente da Faculdade de Direito da Paraíba em 1953

Docentes	Componente Curricular
José Flóscolo da Nóbrega	Introdução à Ciência do Direito
Cláudio Santa Cruz Costa	Economia Política
Anibal Victor de Lima e Moura	Teoria Geral do Estado
Afonso Pereira da Silva	Direito Romano
Osias Nacre Gomes	Direito Civil
Mário Moacir Porto	Direito Civil
Antônio Gabínio da Costa Machado	Direito Civil
Flodoardo Lima da Silveira	Direito Civil
Severino Montenegro	Direito Penal
Ivaldo Falcone de Melo	Direito Penal
Renato Lima	Direito Constitucional
João Lelis de Luna Freire	Ciência das Finanças
Hélio de Araújo Soares	Direito Comercial
José Mário Porto	Direito Comercial
Ivan Bichara Sobreira	Direito Internacional Público
Agripino Gouveia de Barros	Direito Internacional Público
Paulo de Moraes Bezerril	Direito Judiciário Civil
Luís Gonzaga de Oliveira Lima	Direito Judiciário Civil
Oscar de Oliveira Castro	Medicina Legal
Clóvis dos Santos Lima	Direito Industrial e do Trabalho
Francisco Seráfico da Nóbrega	Direito Administrativo
José de Farias	Direito judiciário Penal

Fonte: Revista da Faculdade de Direito da Paraíba, Ano I, nº 1, 1953. Organizado pelo autor.

Concentrando-nos apenas nos três primeiros docentes citados, temos já de modo claro essa forte atuação político-partidária na Faculdade de Direito. Vemos, nesse sentido, a importância da presença deles para a carreira política de Wilson Braga. Ao situarmos resumidamente o perfil desses três docentes da Faculdade de Direito, constatamos como ela se configurou em um lócus de passagem de quase todos os integrantes da elite política desse Estado, considerando os políticos formados a partir da década de 1950. Nessa lista, além de governadores estão também os próprios fundadores e dirigentes de partidos expressivos na Paraíba nos anos 1950 e 1960.

O diretor Severino Albuquerque Montenegro é um exemplo dessa elite, sobretudo quando investigamos a sua trajetória estudantil e política. Natural de Alagoa Grande-PB, tinha uma formação educacional que tipificava a trajetória não apenas de Wilson Braga, mas da grande maioria dos discentes e docentes da Faculdade. Isso porque se verificam, em sua carreira estudantil, passagens pelo Ginásio Diocesano, pelo Lyceu Paraibano e pela Faculdade de Direito do Recife.

Antes de atuar como professor e diretor da Faculdade de Direito da Paraíba, Severino Montenegro já havia percorrido o caminho da política partidária, ocupando o cargo de prefeito e presidente da Câmara Municipal de Alagoa Grande-PB e, logo em seguida, o cargo de deputado estadual (de 1912 a 1915). Com o fim do Estado Novo, foi nomeado interventor do Estado em 1945, substituindo Samuel Duarte, do Partido Progressista. Nessa ocasião, formou

um governo secretariado apenas por integrantes do Partido UDN, o que aponta sua tendência política em favorecer e atuar nesse partido.

Entretanto, a aproximação dele com o governo de José Américo assinalou como a Faculdade de Direito não era um reduto desse partido, mas uma mescla de inúmeras influências que atuavam decisivamente em trajetórias como a de Wilson Braga. O segundo citado nessa lista, o então professor Ivan Bichara Sobreira, confirma essa tendência da instituição em agregar lideranças provenientes de agremiações políticas distintas.

Ivan Bichara tinha uma carreira política já bem consolidada, durante o período, como professor da Faculdade de Direito da Paraíba. Tal função de docente nessa instituição era dividida com a sua participação nas duas legendas que disputavam o cenário político no momento (PSD e UDN), sendo líder na Assembleia Legislativa de governos que se digladiavam no decorrer dos pleitos disputados.

Nessa perspectiva, Ivan Bichara foi deputado estadual pela UDN (de 1947 a 1950) e líder do governo de Oswaldo Trigueiro. Já no governo posterior, migrou para a aliança formada entre o PL de José Américo e o PSD de Rui Carneiro, tornando-se também líder desse novo governo. Sua forma de se comportar politicamente, percorrendo diferentes agremiações, sem sombra de dúvidas, foi uma influência significativa para a nascente carreira política de jovens como Wilson Braga. Isso porque Braga também iniciou sua atuação pela UDN, mas, em face dos novos cenários apresentados, como esse presente na Faculdade de Direito, não se converteria em integrante ortodoxo de uma legenda, passando por incontáveis agremiações ao longo da sua trajetória¹³².

A trajetória de Ivan Bichara e sua similaridade com a carreira política de Wilson Braga nos ajudam a enxergar, na elite política dos anos 1950, um traço característico da cultura política nesse período: o uso oportunista de diferentes legendas por parte de integrantes dessa elite como forma de permanência e consolidação dos seus nomes no campo político. Portanto, mais do que uma simples ideia de influência que um político poderia exercer na carreira dos novos integrantes, o que tais trajetórias deixam em evidência é a típica cultura do “camaleão”, do uso estratégico dessas legendas como possibilidade de maiores garantias políticas e eleitorais.

Além dos políticos Ivan Bichara e Wilson Braga, outros nomes que aparecem no cenário político dos anos 1950/1960 atestam a presença dessa prática de mudança partidária. Entre eles,

¹³² Ver o perfil de Severino de Albuquerque Montenegro, Ivan Bichara Sobreira e Cláudio Santa Cruz Costa em: Centro de Pesquisa e documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico>. Acesso em: 16 ago. 2021.

podem ser citados os deputados estaduais eleitos em 1947, Luiz Gonzaga de Oliveira (UDN) e Praxedes da Silva Pitanga. Luiz Gonzaga deixou a UDN e migrou para o PTB em 1951, quando foi eleito prefeito de João Pessoa-PB, deixando ainda esse partido para filiar-se ao PSP em 1958. Quanto ao político Praxedes Pitanga, este saiu da UDN para o PTB também em 1951, mas retornou à legenda udenista em 1954, quando disputou novamente a vaga de deputado estadual pela Paraíba¹³³.

Retomando a questão dos professores da Faculdade de Direito da Paraíba, quando analisamos o terceiro citado, Claudio Santa Cruz Costa, vemos ainda mais evidentes traços de aproximação deste com a trajetória de Wilson Braga. Cláudio Santa Cruz era também natural do município de Conceição e teve uma carreira estudantil passando por colégios de base religiosa, pelo Liceu Paraibano e pela Faculdade de Direito do Recife. Na Faculdade de Direito da Paraíba, atuou como um dos fundadores, sendo docente da disciplina de Economia Política. Tal atuação no magistério era dividida ainda com o seu trabalho de advogado e a sua participação direta na política partidária, sobretudo em legendas de inclinações socialistas.

Advogado de presença em sindicatos em João Pessoa, Cláudio Santa Cruz foi um dos integrantes da Esquerda Democrática, partido criado pelo líder socialista João Mangabeira como uma dissidência da UDN. Nessa agremiação, estavam, pelo menos inicialmente, colegas da Faculdade de Direito e amigos, como José Américo de Almeida, Ivan Bichara e José Leal. Tendo esses políticos citados abandonado a legenda com a sua conversão em Partido Socialista Brasileiro (PSB), Cláudio tornou-se o principal nome desse novo partido no estado, assumindo sua presidência local e destacando-se através da organização de eventos com a presença de líderes nacionais da legenda¹³⁴.

O nome de Cláudio Santa Cruz e sua atuação, tanto como político quanto como docente da Faculdade de Direito, é relevante para a carreira política de Wilson Braga. Ao lado de Santa Cruz, compondo o partido e/ou o ofício da advocacia, estava um grupo formado por amigos de Wilson Braga durante a sua carreira universitária e primeiras incursões na política, a exemplo de Nizi Marinheiro, Oswaldo Trigueiro do Vale, Joacil Pereira e Octávio de Sá Leitão Filho. Essas aproximações de Wilson Braga com integrantes do Partido Socialista Brasileiro foram cruciais para a sua entrada no partido em 1962, ocasião em que buscava recuperar-se da derrota sofrida na UDN, no pleito de 1958.

¹³³ Esses dados encontram-se presentes na página do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB). Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 15 mar. 2023.

¹³⁴ Ver o perfil de Cláudio Santa Cruz Costa em: http://www.ihgp.net/luizhugo/claudio_santa_cruz.html. Acesso em: 16 ago. 2021.

Estudando com esses docentes, Wilson Braga respirava diariamente os ares da política do Estado, estando informado e participando também dos principais acontecimentos que movimentavam a elite dirigente, caracterizada pela circulação entre três importantes setores da sociedade: a educação superior, o judiciário e o meio político (leia-se Poder Executivo e Poder Legislativo). Ao conviver de perto com essa elite, e já disponibilizar de um repertório de atuação política no seio da sua família e por entre os muros de outras instituições pelas quais passou, Braga teve à sua disposição, nessa Faculdade, determinados conhecimentos que foram, ao seu modo, mobilizados em suas campanhas, discursos e produções bibliográficas¹³⁵.

Na Faculdade, convivendo com esses docentes, acompanhando a promoção de eventos e a presença constante de figuras reconhecidas do meio acadêmico, Braga teve contato com conhecimentos diversos. Como aluno de Direito, teve a possibilidade de acompanhar palestras e debates sobre os problemas sociais do Brasil (seca, desigualdades sociais, atuação do direito), como a dos professores Mário Moacyr Porto e Cláudio Santa Cruz¹³⁶.

Por ocasião de visitas à instituição, teve contato ainda com reconhecidos intelectuais brasileiros e estrangeiros, como Gilberto Freyre e Georges Gurvitch, em eventos que refletiam sobre o domínio da tecnocracia no mundo. Pôde ainda se inserir e atuar politicamente dentro do movimento estudantil no ensino superior, participando de eventos nacionais e se posicionando por meio de campanhas que mobilizavam a academia, a exemplo da bandeira levantada por ele e outros estudantes na campanha “O petróleo é nosso”¹³⁷.

Porém, se no meio docente Wilson Braga recebia uma formação intelectual e política que influenciaria a sua vida pública, foi no universo estudantil, particularmente no ensino superior, que ele começou a colocar em prática e a desenvolver uma profissionalização política. Sua vida de universitário, que já dividia o tempo entre as aulas e os exames da faculdade, com a presença no legislativo estadual em 1955, foi, de fato, bem movimentada. Nesse período, ocupou a direção do Diretório Acadêmico de Direito e a presidência da União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP), seguindo a onda de prestígio do qual gozava, em âmbito internacional, em associações e movimentos estudantis.

Para exercer posição de liderança nos principais órgãos do movimento estudantil atuantes na capital, mesmo sendo deputado estadual, Wilson Braga contava com a participação

¹³⁵ As obras de autoria de Wilson Braga, a exemplo dos livros *Quando falar é preciso* (1978) e *O Nordeste e outros problemas* (1980), são exemplos de bibliografias desse político e dos conhecimentos que ele geralmente mobilizava durante seus discursos e campanhas políticas.

¹³⁶ Ver: Revista da Faculdade de Direito da Paraíba, João Pessoa-PB. 1953, p. 9-52.

¹³⁷ Mello (1993, p. 208) aborda essa participação de Wilson Braga e outros colegas da Faculdade de Direito na campanha “O petróleo é nosso” refletindo sobre as diferentes correntes ideológicas que marcavam presença no meio estudantil.

de um grupo formado por antigos colegas do Liceu Paraibano e da Casa do Estudante. Além desses colegas de instituições anteriores que seguiram com ele para a Faculdade de Direito, compunham ainda esse grupo amizades adquiridas no meio universitário em geral, integrantes da imprensa paraibana e representantes de associações de luta pelo direito da mulher, como é o caso, em 1955, de sua futura esposa e deputada, Lúcia Toledo Navarro¹³⁸.

Por meio dessa rede de relações políticas no meio estudantil, Braga não perdia de vista as possibilidades que esse campo lograria para continuidade da sua atuação na política partidária. Desse modo, encontrava-se conectado aos principais eventos organizados pela UNE, participando como representante das entidades estudantis do Estado. Foi o caso do Congresso ocorrido em Belém do Pará, onde, juntamente com colegas da universidade (Lúcia Navarro, Egídio Madruga, Dorval Terceiro Neto), entrou em conflito físico com a polícia local¹³⁹.

Através dessa inserção na UNE, Wilson Braga foi nomeado como um dos seus delegados em 1958, durante os trabalhos organizados em Viena para a efetivação do Congresso Internacional pela Paz entre os Povos, a ser realizado em Praga. Nessa ocasião, valendo-se da sua estadia no Rio de Janeiro, onde fortaleceu amizades com integrantes da UNE Nacional, contou com a participação do então presidente da UEEP, Lindbergh Farias, para confirmar a sua possibilidade de representante da instituição. Isso porque, como ainda integrante da UDN e pertencente à classe média política do Estado, sofria pressões de opositoristas no seio do próprio movimento estudantil, através de presidentes de diretórios acadêmicos em João Pessoa¹⁴⁰.

Todavia se, nos dois últimos anos da década de 1950, Wilson Braga enfrentava uma forte oposição em determinados segmentos estudantis, o período em que se encontrava ligado à Faculdade de Direito (de 1952 a 1956) foi, no entanto, o momento de maior projeção de sua carreira política nesse meio. Nas páginas dos jornais *O Norte* e *A União*, verifica-se uma série de matérias em que ele é citado ora atuando diretamente na Assembleia Legislativa – requerimentos, votos de aplausos e homenagens a estudantes e entidades dessa classe – ora estando presente como líder ou representante de células estudantis, e ainda visitante ativo de

¹³⁸ Pimentel (2007, p. 27) comenta que, entre os principais integrantes do grupo que facilitavam a liderança de Wilson Braga no meio estudantil, estavam Eurípedes Gadelha, Euclides Dias de Sá, Lúcia Toledo Navarro, Enaldo Soares, Sindulfo Santiago, Egídio Madruga, Severino Alves de Andrade, José Soares Madruga e Napoleão Ramalho.

¹³⁹ Pimentel (2005, p. 27-28) cita essa participação de Wilson Braga como delegado da UNE no Congresso ocorrido em Belém-PA.

¹⁴⁰ Quanto a essas divergências entre Wilson Braga e presidentes de diretórios acadêmicos na Paraíba, Pimentel (2005, p. 28-29) cita o depoimento de um líder estudantil que falou sobre o episódio de nomeação de Braga como representante da UNE.

espaços que constituíam a base do seu poder político em anos anteriores, como a Casa do Estudante.

No ano de 1956, mais precisamente, Wilson Braga é citado pelo jornal *O Norte* em três ocasiões específicas como representante de entidades estudantis e em uma como visitante político. Nesses três primeiros casos, ele aparece como presidente da UEEP, responsável pelo retorno dos trabalhos na entidade, promovendo evento cultural e assistencialista no meio estudantil; como um dos representantes eleitos para o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito; e como organizador do V Congresso Universitário da Paraíba, em face da sua condição de presidente da UEEP.

Nessa atuação à frente da UEEP, é possível perceber uma continuidade no modo como ele operava politicamente em instituições anteriores a esta. Braga promovia, estrategicamente, bailes que eram capazes de movimentar um grande número de pessoas – nesse caso, estudantes universitários – assim como fez enquanto presidente da antiga Casa do Estudante. Acompanhado das atividades de lazer, os bailes forneciam também serviços assistenciais, como a instalação de uma barbearia e de um “gabinete dentário” na própria sede da UEEP, produzindo uma imagem positiva dele no meio acadêmico¹⁴¹.

Sua atuação durante a organização do V Congresso Universitário Paraibano – foi um dos principais responsáveis em face de ser o presidente da instituição promotora (UEEP) – é citada também em *O Norte*¹⁴². Neste ele participou da apreciação do nome de José Américo como reitor da Universidade da Paraíba, teve o seu relatório de contas aprovado na reunião que marcava o fim da sua administração à frente da UEEP e se fez presente na eleição do novo presidente dessa instituição, quando foi eleito mais um dos integrantes do seu grupo estudantil, Egídio da Silva Madruga¹⁴³.

O ano de 1956 é também importante para evidenciarmos como Wilson Braga tinha como outra das suas estratégias exercer influência na escolha dos próximos líderes que haveriam de presidir algumas instituições estudantis, especialmente quando se tratava de entidades anteriormente presididas por ele. Fato ocorrido, por exemplo, no encerramento de suas atividades à frente da UEEP – quando elegeu um colega do curso e aliado dos tempos de Liceu –, mas também durante as eleições para os novos presidentes da Casa do Estudante, instituição

¹⁴¹ Ver: Início das Atividades da União Estadual dos Estudantes Paraibanos. *O Norte*, João Pessoa-PB, 24 fev. 1956.

¹⁴² O V Congresso dos Estudantes. *O Norte*, João Pessoa-PB, 27 maio 1956, p. 8.

¹⁴³ Egídio da Silva Madruga era da mesma turma de Wilson na Faculdade de Direito da Paraíba e foi também um dos mais jovens deputados estaduais pela Paraíba, eleito em 1958. Com longa carreira política como deputado, exerceu ainda a função de presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba entre 1973 e 1974.

que, até aquele momento, ainda continuava sob o comando de estudantes provenientes do Sertão Paraibano.

O fato de manter sob seu domínio político essas entidades é confirmado em momentos de visitação a elas, ocasiões em que ele se apresentava não na condição de estudante, mas de deputado. Ao final de setembro de 1956, verifica-se uma dessas visitas quando a Casa do Estudante recebeu uma comitiva de autoridades do Estado, durante uma cerimônia de reforma da entidade e empossamento da nova diretoria¹⁴⁴. Na comitiva, estando presentes o prefeito da capital Apolônio Sales de Miranda, o desembargador Mário Moacir Porto, jornalistas e outros, era assim empossado por Braga mais um colega seu da Casa, o jovem Euclides Dias de Sá.

A construção de sua carreira política estratégica, através de aproximações com essas instituições e movimentos estudantis, era fortalecida ainda mais por meio da sua atuação na Assembleia, em seus primeiros anos de deputado. Ao ocupar uma cadeira no legislativo, Wilson Braga constantemente aparecia na tribuna para realizar contundentes discursos em prol dos estudantes, apresentando requerimentos, moções de aplausos e projetos de leis, que iam desde pedidos de subvenção para instituições educacionais até homenagens às entidades estudantis das quais ele era representante.

Logo ao assumir o cargo de deputado em fevereiro de 1955, ele buscou dar uma resposta aos colegas presentes na Casa do Estudante, instituição importante para a sua projeção política e vitória no pleito de 1954. Ocupando a tribuna em um dos seus primeiros momentos, fez assim um discurso justificando o teor de requerimento colocado em votação na Assembleia sobre a necessidade de urgência na discussão de mensagem governamental. Tratava-se de matéria de grande interesse para o então deputado, pois o objeto em questão era a abertura de crédito de um milhão de cruzeiros para auxiliar na construção de duas Casas do Estudante, uma promessa feita pelo governo durante os anos em que esteve na presidência da CEP, mas que ainda não tinha sido concretizada¹⁴⁵.

Completado um ano de Assembleia em março de 1956, o seu modo de atuação parlamentar direcionava-se, principalmente, para as escolas e entidades de ensino secundário. Nesse mesmo mês, apresentou projeto de lei visando obter do governo do Estado subvenção anual de cento e vinte mil cruzeiros para a Escola Castro Pinto, localizada na capital do Estado¹⁴⁶. Sua atuação estratégica no meio estudantil era reforçada ainda pela propagação dos seus requerimentos e projetos em segmentos da imprensa favoráveis ao seu grupo partidário.

¹⁴⁴ Inaugurados os melhoramentos na Casa do Estudante da Paraíba. *O Norte*, João Pessoa, 02 out. 1956.

¹⁴⁵ *O Norte*, João Pessoa-PB, 26 fev, 1955.

¹⁴⁶ Subvenção para o Castro Pinto. *O Norte*, João Pessoa, 08 mar. 1956, p. 8.

Um destes era o citado jornal *O Norte*, que citava constantemente em suas edições alguns telegramas enviados por dirigentes de escolas homenageando o deputado através da aprovação de moções de aplausos¹⁴⁷.

Wilson Braga usava a sua posição privilegiada como deputado para construir uma imagem positiva dentro do movimento estudantil, assentado no ensino secundário e superior. No entanto, essa estratégia política e eleitoral dirigia-se também para grupos de estudantes mais específicos. Tal era, por exemplo, o teor do projeto de lei colocado em pauta no mês de fevereiro de 1956¹⁴⁸ sob a denominação de “Regulamento de vantagens concedidas a estudantes”. Com a finalidade de abonar as faltas, durante períodos de provas, para estudantes que já trabalhavam, o deputado pretendia propor mudanças no próprio funcionamento administrativo das escolas do Estado, visando atender particularmente a esse grupo.

Em sua atuação política direcionada para o meio estudantil, ele acompanhava o cenário histórico e político que atingia o país em momentos marcantes, como eram ainda as homenagens prestadas no meio acadêmico ao estudante assassinado no Recife, Demócrito de Souza Filho. Passados 10 anos da morte desse estudante pernambucano – foi assassinado em frente à sede do Diário de Pernambuco por uma polícia política durante as manifestações contra o Estado Novo de Vargas –, Wilson Braga ocupou a tribuna da Assembleia Legislativa pedindo votos de aplausos para a UEEP, por haver realizado homenagem a esse símbolo de luta dos estudantes em todo o país¹⁴⁹.

Levando a Assembleia a se inteirar sobre o evento ocorrido na UEEP e fazendo reverberar, mais uma vez, a sua fala na imprensa paraibana, Braga promoveu e divulgou os seus próprios esforços de líder estudantil. À medida que colocava em pauta essa entidade de luta dos estudantes, estava ao mesmo tempo ressaltando o seu trabalho como ainda presidente da UEEP e representante dos estudantes na Faculdade de Direito da Paraíba. Nesse caso, a morte de Demócrito de Souza e, particularmente, a memória construída sobre ele nesses dez anos eram acionadas discursivamente por ele para fortalecer sua imagem política junto a esses vários segmentos do meio estudantil.

O fato de Demócrito ser também, no ano de 1945, ano de sua morte, um estudante da Faculdade de Direito do Recife e representante dos estudantes na luta pela redemocratização no final do Estado Novo, constituía-se em si elemento significativo para Wilson Braga na busca

¹⁴⁷ Um desses exemplos é a matéria: Congratulações a Wilson Braga. *O Norte*, João Pessoa-PB, 25 jan. 1956. Nesta o jornal cita uma moção de aplausos do diretor da Escola Técnica Constantino Monsenhor Vieira, de Cajazeiras, dirigida ao deputado Wilson Braga.

¹⁴⁸ Regulamento de vantagens concedidas a estudantes. *O Norte*, João Pessoa-PB, 21 fev. 1956.

¹⁴⁹ Homenagem a Demócrito. *O Norte*, João Pessoa, 08 mar. 1955.

de fortalecimento do seu nome na política estudantil. Razão pela qual a sua fala durante esse pronunciamento não se limitou apenas em expressar homenagens à entidade que presidia e à memória do estudante Demócrito. Ele dirigiu o seu pronunciamento à “juventude universitária brasileira e, especialmente, paraibana”, afirmando a necessidade de mobilização desses estudantes na luta pela democracia.

Pronunciamentos como esse e outros apresentados pelo parlamentar na Assembleia apontam o uso constante que ele fazia dos acontecimentos que marcavam o cenário dos movimentos estudantis internacionais. Respirando ainda os reflexos da Segunda Guerra Mundial, e sendo informado das consequências dessa matança imperialista no mundo, Braga acompanhava os debates que movimentavam os acadêmicos brasileiros da segunda metade dos anos 1950, utilizando os ecos de crítica aos regimes totalitários e de luta pela democracia como meios de consolidar a sua nascente carreira política.

Essa característica de se utilizar politicamente do contexto histórico, correspondendo oportunamente aos anseios dos grupos de que participava, era perceptível em Wilson Braga já antes da sua escalada como deputado. Em dezembro de 1951, quando o presidente Getúlio Vargas enviou para o Congresso um projeto de lei que deu origem à Petrobras, mas admitindo a participação mínima de investidores estrangeiros nas ações, ele integrava os estudantes paraibanos envolvidos na campanha “O petróleo é nosso”.

Longe de postura à esquerda com essa participação, ele estava, na realidade, compondo os estudantes que foram às ruas representar a União Nacional dos Estudantes (UNE) em sua afirmação de repúdio à exploração do petróleo brasileiro por estrangeiros. Ao mesmo tempo em que ia ao encontro dos protestos das principais entidades estudantis, posicionava-se também como aliado do partido integrante da sua família, a União Democrática Nacional (UDN), que propôs a criação da Empresa Nacional do Petróleo (Enap), defendendo o monopólio estatal desse produto.

Em suma, se é digna de desconfiança uma expressão comumente utilizada pelos autores que escreveram sobre a vida de Wilson Braga, a de que, “em qualquer lugar, Wilson era sempre ele mesmo”¹⁵⁰, tal desconfiança não se aplica à sua posição como integrante da elite política paraibana. Como descendente de duas famílias políticas tradicionais do Estado e advogado formado pela Faculdade de Direito da Paraíba, bem como líder de instituições e movimentos

¹⁵⁰ Guedes (2012) e Pimentel (2005) citam, em seus trabalhos, essa ideia de que Wilson Braga mudava de legendas, mas era sempre ele mesmo. Esta, em geral, era uma referência ao seu perfil denominado de populista, no sentido de representante das massas.

estudantis, ele possuía uma trajetória que muito se assemelha à de vários representantes da elite política atuante nesse estado.

No entanto, no tópico a seguir, buscamos delinear mais claramente a posição de Wilson Braga como um dos representantes da elite política paraibana, através de uma análise prosopográfica dessa elite. Ao realizarmos um comparativo entre essa trajetória educacional de Wilson Braga e a dos governadores que se encontravam, contextualmente, próximos ao período de atuação política de Braga, perceberemos os espaços de passagem e concentração dessa elite em direção à futura ocupação dos mandatos representativos.

3.4 Wilson Braga e a prosopografia da elite política paraibana

Analisando a trajetória do político Wilson Leite Braga, verificamos uma formação educacional focada nos primeiros anos de estudos no seu município de nascimento, passando pelo Ginásio Diocesano de Patos, pelo Liceu Paraibano e pela Faculdade de Direito da Paraíba. Essas instituições educacionais constituíam-se, portanto, espaços comuns onde estudavam as principais famílias políticas da Paraíba até meados do século XX, sendo raras as exceções que destoavam desse percurso. Tal assertiva fica evidente ao realizarmos uma pesquisa de cunho prosopográfico, fazendo um levantamento a partir de informações colhidas em acervos como o do CPDOC (Fundação Getúlio Vargas) e o do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP).

Seguindo o caminho da pesquisa prosopográfica, selecionamos o cargo máximo ocupado pelos políticos no estado da Paraíba – o de governador – no período de 1947 a 2002. A partir dessa seleção, estabelecemos como foco central investigar as instituições onde esses políticos estudaram, verificando se apresentavam ou não semelhanças com a trajetória de Wilson Braga. Como objetivo secundário desse levantamento, procuramos traçar também um perfil da formação profissional desses governadores, visando identificar os principais espaços sociais preenchidos por eles, para além da atuação no campo da política¹⁵¹.

Para o primeiro item dessa investigação (formação educacional), apresentamos o Quadro 5, a seguir, com a lista dos dezenove governadores identificados, seus períodos de atuação e as instituições rastreadas na pesquisa. Trabalhando com o caráter de seleção desse grupo de governadores, sob o critério de percentagem, mergulhamos no universo complexo da elite política do estado, situando-nos no seu processo de recrutamento, seleção e reprodução, e

¹⁵¹ Este período foi escolhido visando traçar o momento entre as primeiras incursões de Wilson Braga na política, sua entrada no campo e os anos de mais efetiva participação dele no cenário político e eleitoral paraibano.

pensamos, assim, sobre as teias de relações que explicam o perfil e as práticas dessa elite política no cenário eleitoral paraibano.

Quadro 5 - Perfil educacional dos governadores paraibanos (de 1947 a 2002)

PERFIL EDUCACIONAL DA ELITE PARAIBANA (GOVERNADORES)				
		Instituições e Nível de Ensino		
Nome	Período de atuação	Fundamental II	Médio	Superior
Oswaldo Trigueiro	1947 a 1951	Colégio Diocesano Pio X	Colégio Diocesano Pio X	Faculdade de Direito de Recife
José Américo de Almeida	1951 a 1956	Seminário de João Pessoa	Liceu Paraibano	Faculdade de Direito de Recife
João Fernandes de Lima	1951 a 1954	Colégio Diocesano Pio X	Colégio Diocesano Pio X	Faculdade de Direito de Recife
Flávio Ribeiro Coutinho	1956 a 1958	Colégio Diocesano Pio X	Liceu Paraibano	Faculdade de Medicina da Bahia
José Fernandes de Lima	1960 a 1961	Colégio Diocesano Pio X	Colégio Diocesano Pio X	Faculdade de Direito de Recife
Pedro Gondim	1961 a 1966	Liceu Paraibano	Liceu Paraibano	Faculdade de Direito de Recife
João Agripino Maia (Filho)	1966 a 1971	Colégio Diocesano de Santa Luzia	Liceu Paraibano	Faculdade de Direito de Recife
Ernâni Aires Sátiro e Sousa	1971 a 1975	Colégio Diocesano Pio X	Liceu Paraibano	Faculdade de Direito de Recife
Ivan Bichara Sobreira	1975 a 1978	Colégio Diocesano de Cajazeiras	Liceu Paraibano	Faculdade de Direito de Recife
Dorgival Terceiro Neto	1978 a 1979	Colégio Diocesano de Patos	Liceu Paraibano	Faculdade de Direito da Paraíba
Tarcísio de Miranda Buriti	1979 a 1982	Colégio Diocesano São José	Colégio Diocesano Pio X	Universidade Federal da Paraíba (Direito)
Clóvis Bezerra Cavalcanti	1982 a 1983	Colégio Diocesano Pio X	Liceu Paraibano	Universidade de Pernambuco (Medicina)
Rivando Bezerra Cavalcanti	1986	_____ ¹⁵²	_____	Faculdade de Direito de Recife
Milton Bezerra Cabral	1986 a 1987	Colégio Americano Batista (Recife)	_____	Universidade Mackenzie de São Paulo (Engenharia).
Ronaldo Cunha Lima	1991 a 1994	Colégio Diocesano Pio X	Colégio Estadual da Prata	Universidade Federal da Paraíba (Direito)
Cícero de Lucena Filho	1994 a 1995	_____	Liceu Paraibano	Universidade Federal da Paraíba (Engenharia)
Antônio Marques da Silva Mariz	1995	Colégio Pio X	Liceu Paraibano	Faculdade Nacional de Direito (Rio de Janeiro).
José Targino Maranhão	1999 a 2002	_____	_____	Universidade Federal da Paraíba (Direito)
Antônio Roberto de Sousa Paulino	2002	_____	_____	Universidade Paraibana de Educação (Direito/Unipê)

Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2021). Organizado pelo autor.

¹⁵² Informação não identificada durante a pesquisa com as biografias desses governadores.

Compreendendo o universo dos dezenove políticos pesquisados, podemos evidenciar como esses governadores tinham uma formação voltada especialmente para o âmbito de um ensino religioso, de cunho católico cristão e também de natureza cívica. Isso porque treze desses governadores (cerca de 68,4% do total) estudaram em colégios de modelo diocesano, escolas presididas por padres, que tinham um exame admissional e se concentravam na formação cívica, por meio das noções de cidadania, ética, moral.

Além dos colégios diocesanos, o Liceu Paraibano aparece aqui como outro grande centro formador desses políticos. Embora não tenha sido possível localizar todas as instituições onde esses governadores estudaram, especialmente no nível que hoje denominamos de médio, verificamos que dez deles (quase 52%) apresentaram passagem pelo Liceu Paraibano. Porém, é possível afirmar que esse número seja ainda maior, considerando que a pesquisa não conseguiu identificar a formação média de quatro desses governadores.

É relevante, nesse Quadro 5, a presença marcante do Colégio Pio X¹⁵³ como um dos caminhos percorridos por, pelo menos, nove desses políticos (48%) em sua formação estudantil. Tal dado aponta que o protagonismo exercido pelo Liceu Paraibano, na educação da elite local, passou a ser dividido com outros colégios a partir do século XX. Porém, confirma ainda a predominância da capital do estado, João Pessoa, como principal fluxo dos estudantes pertencentes a essa elite política.

No nível superior de ensino, fica nítido o domínio de Recife como grande centro formador da elite política paraibana, compreendendo o universo de dez governadores (52% do total). Porém, é preciso considerar o potencial crescente da Faculdade de Direito da Paraíba, posterior UFPB, que, mesmo sendo fundada na década de 1950, já despontava como centro formador desses políticos, aparecendo aqui com seis (ou 31%) deles. Dessa forma, percebemos que João Pessoa e Recife compreendiam as duas principais capitais escolhidas por esse grupo de elite para concluir a formação educacional.

Em se tratando da natureza do curso escolhido, fica ainda mais visível a preferência que a elite política paraibana dava à formação na área jurídica, sobretudo o bacharelado em Direito. Dos governadores pesquisados, 15 (cerca de 79%) seguiram a formação na área de Direito, 2 seguiram a área da Medicina e 2, o curso de Engenharia. Desse modo, como em períodos bem

¹⁵³ Atual Colégio Marista Pio X, foi fundado em 1894 pela arquidiocese da Paraíba e a administração direta dessa ordem em 1927. Além do aspecto religioso, o colégio destacava-se também no meio acadêmico e nas atividades de arte e cultura, sendo considerado uma das mais importantes instituições de ensino no Estado já na primeira metade do século XX. Ver: Colégio Marista Pio X: nossa história. Disponível em: <https://marista.edu.br/piox/nossa-historia/>. Acesso em: 01 set. 2021.

anteriores ao mencionado, a exemplo do Segundo Império no Brasil, cursos como o de Direito encontram-se entre os preferidos da elite política.

Ainda que se reportando a uma fração da elite política atuante na segunda metade do século XX, a análise da trajetória estudantil de Wilson Braga, e dos demais governadores, é revelador de mudanças que começaram a se processar no cenário nacional da educação superior já nas primeiras décadas desse século. Segundo Bezerra (2007, p. 29), é no contexto da década de 1930 que são criadas as primeiras universidades no país, como a Universidade de São Paulo (São Paulo, 1934) e a Universidade do Brasil (Rio de Janeiro, 1935), sendo dessa década também a criação da primeira instituição de ensino superior na Paraíba, a Escola de Agronomia do Nordeste (Areia, 1937).

Embora os primeiros cursos de ensino superior no estado paraibano não tenham ocorrido nas áreas de direito e medicina, a criação da Escola de Agronomia no município de Areia evidencia o interesse que tinha a elite política desse estado em investir na formação superior dos seus herdeiros. Como aponta ainda Bezerra (2007, p. 28), a Escola de Agronomia do Nordeste foi implantada na terra natal do então ministro José Américo de Almeida, uma região estratégica para José Américo e outros descendentes dos antigos coronéis, que possuíam forte atuação política no brejo paraibano.

O próprio José Américo de Almeida participou ativamente da fundação de outras faculdades no estado, nas décadas de 1940/1950 – Faculdade de Filosofia e Letras, Faculdade de Odontologia e Escola Politécnica de Campina Grande –, tendo sido um dos principais incentivadores para efetivação do curso de Direito em João Pessoa¹⁵⁴. Como presente na revista da Faculdade de Direito da Paraíba (1953, p. 2), foi José Américo um dos auxiliares financeiros da faculdade e também um responsável direto pela criação da Universidade da Paraíba (João Pessoa), fundação só efetivada em 1955, segundo Lei Estadual nº 1.366/55.

No entanto, não se pode desconsiderar que essa fundação de cursos superiores na Paraíba, nas décadas de 1930/40, fora facilitada por uma série de outros fatores. Dentre esses fatores está o interesse do governo Vargas em investir numa espécie de modernização do campo, colocando em prática o que Castelo Branco (2005, p. 125) denomina de uma “ideologia do progresso e da modernização”, que contribuía para a formação de “doutores da agricultura”. No período específico dos anos 1940, vemos uma flexibilização na política de instalação do

¹⁵⁴ Moreira 2014, p. 12) afirma que a criação da Faculdade de Direito da Paraíba ocorreu em 1949, mas essa instituição só foi efetivada em 1951, quando o governador José Américo de Almeida doou o Grupo Escolar Antônio Pessoa para o funcionamento da faculdade.

ensino superior nos estados¹⁵⁵, sendo este também um momento de ativa participação de movimentos organizados por profissionais liberais (advogados, médicos, engenheiros), que reivindicavam a instalação de universidades.

Ainda com todos os fatores elencados, o interesse das elites políticas era certamente decisivo para instalação desses cursos de ensino superior em cada estado. Isso porque os próprios representantes dos grupos citados (profissionais liberais) eram, em sua maioria, pessoas também atuantes no campo político. Esse é o caso da criação da Faculdade de Direito da Paraíba, que contava com a presença de políticos de carreira como integrantes das primeiras sessões para instalação do campo, a exemplo de Severino Montenegro, Ivan Bichara, Cláudio Santa Cruz, José Américo de Almeida e outros.

Podemos afirmar, nesse sentido, que a fundação da Faculdade de Direito da Paraíba (década de 1950) foi um mecanismo estratégico utilizado pela elite política para garantir e reforçar as suas estratégias de domínio local e, conseqüentemente, de perpetuação das suas redes de base familiar. O próprio Wilson Braga e a grande maioria desses governadores citados são descendentes de coronéis que passaram a dividir, com os seus filhos, ora diplomados, as principais decisões de caráter político e familiar, permitindo a sustentação das suas bases locais e a expansão das suas redes de influência política para além do espaço local.

Mas não podemos focar o nosso olhar apenas na educação superior, uma vez que a trajetória de formação dessa elite era possível em face também da expansão do ensino já nos seus primeiros níveis. Os dados analisados sobre os estudos iniciais desses governadores e a posterior formação em colégios católicos – foi confirmado na pesquisa que treze desses políticos estudaram em colégios diocesanos e, pelo menos, dez iniciaram os estudos em seus municípios – esclarecem como essa elite política valorizava estrategicamente a formação dos seus futuros herdeiros políticos.

Tal formação básica em escolas católicas também era propiciada pelo contexto de mudanças na educação nacional, uma vez que foi durante o governo provisório de Getúlio Vargas, segundo Saviani (2013, p. 195-196), que tivemos a reintrodução do ensino religioso no Brasil. Nos anos que seguiram às décadas de 1930/40, percebemos uma acirrada disputa entre defensores da Escola Nova e a Igreja Católica em relação ao domínio de como deveria ser o

¹⁵⁵ Bezerra (2007, p. 33) cita as mudanças de critérios para instalação das universidades ocorridas com a Constituição de 1946, destacando, a partir de Cunha (1983), que pelo novo critério adotado nessa constituição era possível instalar-se uma universidade a partir da existência apenas de três faculdades no estado, como Filosofia, Direito e Serviços Sociais.

ensino nas escolas. Nesse contexto, é possível verificar uma expansão de colégios religiosos de tipo diocesano, que tinham padres como gestores.

Tratando especificamente dos grupos escolares na Paraíba, Pinheiro (2002, p. 182-183) cita como esse período esteve marcado por um aumento significativo na construção de novas instituições escolares no estado, passando de apenas 11 unidades em 1931 para 81 em 1949. Tal expansão, no entanto, deixava em evidência o caráter ainda elitista da educação nesse período, pois muito embora tenha ocorrido um aumento no número de unidades, visando atender um público maior, as escolas com arquitetura mais modesta eram construídas nos bairros periféricos de Campina Grande e João Pessoa, enquanto as mais bem planejadas estavam localizadas nas cidades médias e pequenas do interior:

Em que pese a disseminação dos grupos escolares ocorridos nesse período e o fato de tais instituições serem parte de um movimento gerador de profundas mudanças na organização educacional escolar, prevalecia o caráter elitista que tanto marcou a educação brasileira se manteve: construíam-se grupos escolares bem planejados e aparelhados para atender as necessidades da classe média e da pequena burguesia [...] das cidades do interior, enquanto a grande massa de trabalhadores era destinada a edificações de padrão arquitetônico inferior (Pinheiro, 2002, p. 184-185).

Essa tendência de construção de grupos escolares em cidades pequenas do interior, entretanto, correspondia basicamente ao ensino de primeiras letras, não atingindo outros níveis de ensino, como o ginásial (fundamental II) e o clássico (médio). Tais níveis de ensino eram ofertados predominantemente em cidades médias e grandes centros da Paraíba, como era o caso dos Colégios Diocesanos de Patos e Cajazeiras e do Liceu Paraibano de João Pessoa. Em face das poucas ofertas de ensino ainda nesse período, lideranças políticas do interior do estado, a exemplo de Francisco de Oliveira Braga, enviavam os seus filhos para percorrerem um movimento comum da elite no período, visando garantir a continuidade dos seus estudos e, conseqüentemente, a formação superior destes, que seriam os seus herdeiros políticos.

Fazendo um comparativo entre alguns dos nomes políticos presentes no Quadro 5, inserido no início deste tópico e a carreira estudantil de Wilson Braga, passamos a visualizar, de forma mais concreta, o percurso educacional adotado pela elite política. Ao escolhermos, por exemplo, uma figura política como o ex-governador Dorgival Terceiro Neto, que nasceu apenas 8 meses antes de Wilson Braga (12 de setembro de 1932), perceberemos claramente a similaridade das suas trajetórias estudantis.

Dorgival Terceiro Neto, filho de um latifundiário de grande influência no município de Taperoá, Melquiades Vilar, estudou seus primeiros anos na zona rural, numa escola localizada em propriedade pertencente à sua família. Quando completou o curso primário, transferiu-se,

em 1945, para o município de Patos, estudando no Ginásio Diocesano até o ano de 1949. Albergou-se na Casa do Estudante, em 1950, e passou a estudar o ensino clássico no Liceu Paraibano. Concluindo o ensino clássico, ingressou, em 1953, na Faculdade de Direito da Paraíba, graduando-se em Ciências Jurídicas no ano de 1957.

Dorgival é, desse modo, um desses exemplos que apontam para o tipo de formação educacional ofertado para a elite política, especialmente durante os anos de 1930 a 1960. Ainda que uma parte dessa elite apresentasse mudanças quanto ao colégio estudado, o caminho traçado na formação educacional era, em geral, o mesmo: ensino primário na cidade natal, secundário em colégios católicos regionais, clássico em escolas de tipo Liceu ou Pio X e superior em faculdades de Direito ou Medicina. Mesmo citando aqui apenas a biografia de um desses nomes, outros como Clóvis Bezerra, Ernâni Sátiro e João Agripino poderiam também ser mencionados para ilustrar a similaridade na formação educacional dessa elite política.

Entretanto, seguir uma determinada instrução educacional não significava, necessariamente, que esses políticos ocupariam funções sociais relacionadas apenas às suas formações. Quando analisamos as biografias desses governadores, percebemos que, em sua maioria, se constituem empresários de diferentes ramos. Portanto, ainda que se tratasse de políticos de carreira pública bem extensa, podemos afirmar também que, paralelamente à atividade executiva ou legislativa, estavam presentes em praticamente todos os setores da sociedade, neste caso, do estado paraibano.

A trajetória política de Wilson Braga se constitui, nesse sentido, um exemplo de como atuava a elite política na segunda metade do século XX. Conhecer um pouco da sua biografia é acompanhar a formação educacional, mas também as principais funções liberais em que atuava essa elite política. Quando analisamos que Wilson Braga foi um político de longa carreira e ainda um advogado e empresário do ramo das comunicações, constatamos como essa elite política, visando à sua sustentação, atuava em diferentes campos sociais.

Em outras palavras, podemos dizer que, à medida que o político atuava em diferentes setores da sociedade, passava a ter mais condições de se manter no campo e de perpetuar a sua oligarquia, uma vez que se retroalimentava politicamente desses setores. Tal fato ocorre materialmente através da possibilidade de gerir empregos públicos e privados, estabelecer um sistema constante de prestação de favores e divulgar uma imagem pública positiva através do domínio de determinados veículos de comunicação, como rádios, jornais e canais de televisão.

No caso dos políticos selecionados, a expressiva maioria atuava no setor jurídico, em especial na função de promotor e procurador; e na administração dos bancos públicos, a exemplo do Paraibano e do Banco do Nordeste. No âmbito público, evidencia-se que a chegada

ao mais alto escalão da política do estado era, em geral, precedida pela ocupação também dos mais altos cargos em nível estadual e federal, estando nessa lista dos governadores, ministros e presidentes do STF e do STE, ministros do executivo federal, procurador da República e embaixador¹⁵⁶.

Embora ocupasse cargos nos mais diferentes setores do Governo Federal (funcionário, presidente consultivo, diretor bancário), era o quadro do funcionalismo estadual o principal setor de passagem dessa elite política rumo ao governo. Nesse caso, a complexidade de cargos se fazia evidente (assessores, assessores especiais, chefes de gabinete, consultores gerais), tendo maior destaque o cargo de secretário de governo, função ocupada por, pelo menos, seis dos governadores mencionados no Quadro 5.

Quanto ao exercício de cargos no âmbito privado, a figura do empresário, de fato, destaca-se entre esses políticos, sendo suas funções distribuídas em quatro principais setores: agroindústria (especialmente no ramo usineiro), construção civil, comunicações e bancos. No ramo usineiro, atuavam nomes como a família Ribeiro Coutinho e os Fernandes Lima; na área da construção civil, famílias como os Lucena; e nos setores bancário e de comunicações, os Mariz/Maia e a própria família Braga, no que concerne ao serviço radiofônico.

Analisando o aspecto da ocupação de cargos na burocracia do estado e no setor privado, vemos que eram esses setores responsáveis pela manutenção do poder da elite política. Todavia, a ocupação e o controle que essa elite exercia nos mais altos postos do estado e nos setores empresariais têm relação direta com outras formas de domínio. Entre elas, estão o controle político, a influência presente em suas localidades (municípios) e a atuação de comando no seio dos principais partidos políticos como fundadores, presidentes e delegados dessas legendas.

Quando nos perguntamos se esses governadores eram provenientes de famílias políticas e se sua parentela exercia algum tipo de liderança em seus municípios de nascimento, os números apontam a presença de um expressivo capital político-familiar. Quinze desses governadores possuíam parentes ligados à política e, pelo menos, quatorze eram lideranças tradicionais em seus municípios que seguiam ainda o modelo dos antigos coronéis. Esses dados levantados indicam a importância do poder exercido nesses locais para as futuras incursões da elite na política partidária, bem como quanto à ocupação dos cargos públicos.

¹⁵⁶ Entre esses políticos que transitaram pelos altos escalões do executivo federal, são exemplos: Oswaldo Trigueiro, embaixador do Brasil na Indonésia, ministro do STE e presidente do STF e procurador-geral da República; João Agripino, ministro do TCU e ministro das Minas e Energia no governo de Jânio Quadros; e José Américo de Almeida, ministro do TCU e ministro de Aviação e Obras Públicas no governo Vargas.

No sentido de comando do partido, pelo menos oito desses políticos ocuparam funções de presidência nos mais diferentes níveis, perpassando incontáveis outras funções, como fundadores, delegados e secretários-gerais. Quando nos concentramos, especificamente, nas mais reconhecidas lideranças políticas do estado, considerando diferentes períodos históricos, vemos que a ocupação do cargo de presidente do partido assinalava o seu maior domínio político sobre o grupo. Este era o caso de José Américo, fundador da UDN (1947) e do PL (1950) no estado; de João Agripino, secretário-geral e vice-presidente da UDN (1955/1957) e responsável pela ARENA na Paraíba; e Ernâni Sátiro, último presidente nacional da UDN e vice-líder da ARENA em âmbito nacional.

Essa constatação de que a elite política se projeta e se consolida nesse campo por meio de sua ligação familiar, controlando um determinado partido político, põe em evidência o que Marciano Monteiro (2016) denomina de duplo sentido da herança política. Analisando o período de redemocratização no Brasil, a partir de 1985, esse autor afirma a importância dos dois aspectos citados como principais meios de perpetuação de grupos oligárquicos na Paraíba, ao pontuar que:

O duplo sentido da herança política situa-se no fato de que muitos herdeiros das famílias políticas passam também a ser os que controlam o partido em seus Estados. Herdam-se, portanto, duplamente. Herdam-se não apenas o nome de família, mas, e fundamentalmente, a instituição “partido” que se atrela às outras heranças materiais e simbólicas que permitem ao grupo familiar se perpetuar (Monteiro, 2016, p. 105).

Percorrendo esse mesmo caminho da elite política paraibana estava Wilson Braga, que tinha nas famílias Leite e Braga, como foi possível observar no segundo capítulo, um capital político-familiar decisivo para a sua entrada na política, em 1954, como deputado estadual. No âmbito privado, sua participação também se fazia notória como sócio da Associação Paraibana de Imprensa e ativo participante de congressos desse setor, bem como de empresário que detinha o controle de sistemas de comunicação, a exemplo das rádios Sanhauá, em João Pessoa; Rádio Cidade FM, de Piancó; e Rádio Educadora, de Conceição.

Quanto ao comando do partido, Wilson Braga foi também um dos nomes dessa elite política que concentrava o seu poder político através de posição de liderança partidária. Mesmo não tendo essa posição de comando em anos iniciais da sua carreira política, foi durante os anos de Ditadura Militar que, aos poucos, ele passou a ser o principal comandante da ARENA paraibana. Entre os anos de 1970 e 1973, ocupou as funções de presidente do Diretório Regional e coordenador-geral; e com a abertura política e o surgimento de novos partidos em 1979,

participou da fundação do PDS¹⁵⁷ paraibano, sendo também presidente de seu Diretório Regional em 1980.

Digna de nota é que essa posição de comando na ARENA paraibana, ocupada por Wilson Braga na década de 1970, ocorreu muito mais em função de suas articulações políticas e das mudanças na legislação partidária, instaurada pelo regime, do que propriamente em face de heranças familiares. A cassação de mandatos de políticos paraibanos na década de 1960, bem como a nova configuração dos partidos, estabelecida pelo regime através do Ato Institucional nº II (AI-2), foram favoráveis a Braga em seu cenário de disputa eleitoral no estado. Além de ter, no comando da ARENA na Paraíba, um aliado político histórico, o ex-governador João Agripino, acrescia-se ainda, nesse período, o fato de ele possuir boas relações com integrantes da alta cúpula do regime, como se verifica em documentos do SNI analisados no quinto capítulo deste trabalho.

Como político de carreira que mais disputou eleições no estado, Braga chegou ainda a transitar por outros cargos relevantes na burocracia. Entre estes, estão as nomeações a procurador do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e de secretário do Conselho Estadual de Desenvolvimento. No governo Pedro Gondim, foi ainda nomeado para o funcionalismo público, tendo o seu nome sido cogitado para o cargo de diretor regional dos Correios e Telégrafos, conforme menciona o Serviço Nacional de Informações (SNI) na elaboração do perfil ideológico desse político¹⁵⁸.

Utilizando-se dessas e outras condições disponíveis, Wilson Braga foi situando o seu nome entre os demais herdeiros da elite política do estado e consolidando uma carreira de sucessivos mandatos na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal. Recebeu assim, entre alguns dos seus pares, a definição de político habilidoso na formação de alianças e articulação político-partidária – atuação simbolicamente equiparada à ação de uma raposa – e de responsável por liderar um movimento político personalista, denominado em seu líder o nome de “braguismo”. As incursões desse político em diferentes agremiações partidárias e a sua atuação política e eleitoral no período antecedente ao golpe civil-militar (1964) são problematizadas no capítulo que se segue, por meio de uma leitura sobre as práticas políticas da elite no cenário eleitoral paraibano.

¹⁵⁷ Em 1979, foi criada uma nova reforma partidária no Brasil, encerrando o bipartidarismo da Ditadura Militar e permitindo o pluripartidarismo, com base na Lei nº 6.767/1979. A partir dessa Lei, o PDS apareceu como substituto à ARENA; e o PMDB, por sua vez, ocupou o espaço antes pertencente ao MDB, partido oficialmente de oposição ao Regime Militar.

¹⁵⁸ Sistema Nacional de Informações (SNI): Juízo Sintético de Wilson Leite Braga. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa. Acesso em: 12 set. 2021.

4 É PRECISO NÃO TOMAR PARTIDO: WILSON LEITE BRAGA E AS PRÁTICAS DA ELITE POLÍTICA EM TEMPOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO

Convivo com todas as classes e assumo o governo em seu nome, na esperança de que irei administrar com todas elas, independente do partido ou ideologia a que se filiam. Sou político, sempre fui político e homem de partido.

(Wilson Braga, 15 mar. 1983)¹⁵⁹

A carreira política de Wilson Leite Braga teve início em 1954, quando disputou e venceu sua primeira campanha para deputado estadual pela Paraíba na legenda da UDN. No entanto, o braguismo, esquema político que derivava do seu nome no estado, teve as suas primeiras aparições por meio da imprensa no começo da década de 1980. As sucessivas vitórias alcançadas na Câmara Federal e o posicionamento desse político como o mais votado da ARENA paraibana, durante a maior parte da Ditadura Militar, o transformaram, ainda no final dos anos 1970, em um dos principais nomes cotados para o governo estadual.

Com os rumores sobre a sua possível candidatura ao governo do estado nas primeiras eleições diretas realizadas com a abertura política e a reformulação partidária de 1978, setores da imprensa paraibana se digladiavam ao caracterizarem, a partir de diferentes visões, a sua liderança política. Esta, recebendo a denominação de braguismo¹⁶⁰, colocava no centro da discussão o seu estilo de política, desenvolvida como deputado federal, sendo atribuído na imprensa a nuances de contestações e aplausos. Enquanto opositoristas ferrenhos a ele, como o jornal *Correio da Paraíba*, tratavam de “revelarem os males do braguismo”, os situacionistas, por sua vez, descreviam-no como o estilo político mais apropriado às condições precárias do estado.

Entretanto, mesmo objetivando defender o braguismo dos constantes ataques sofridos em jornais como o *Correio da Paraíba*, os colunistas aliados a ele apresentavam, ainda que indiretamente, a feição de um estilo político rudimentar, atrasado e contrário ao discurso democrático que ganhava corpo no início dos anos 1980. Um desses exemplos é a coluna do

¹⁵⁹ Discurso apresentado por Wilson Leite Braga em 1983, por ocasião da posse como governador da Paraíba. Ver esse discurso na íntegra em Guedes (2012, p. 119-124).

¹⁶⁰ O presente trabalho não faz uso do termo “braguismo” no sentido de conceito ou chave interpretativa para os fenômenos políticos que são analisados na tese. Ele é apenas problematizado como um elemento criado pela própria imprensa, nos anos 1980, e reforçado pelos autores que escreveram sobre a trajetória de Wilson Braga, nos anos 1990. Sua operacionalização neste estudo, portanto, tem como objetivo pensar o sentido histórico que foi atribuído a ele no período e como tais visões nos ajudam a analisar determinadas características da cultura política na segunda metade do século XX, a partir da trajetória de Wilson Leite Braga.

político Abelardo Jurema, um integrante do PDS nos anos 80 que teve os seus direitos políticos cassados com o Ato Institucional nº 1 (AI-1), de 1964, e que passou boa parte da Ditadura Militar em exílio no Peru, em face de sua proximidade com o governo de João Goulart, antes do golpe civil-militar.

Jurema, ao escrever para o jornal *O Norte* no mês de maio de 1980, trazia em sua coluna o título: “braguismo”. Nesta, relembra os seus anos de atuação na política paraibana e em cargos públicos, como o de diretor do Departamento de Educação no governo de Ruy Carneiro. Para além disso, sua coluna apresentava como interesse maior defender o braguismo dos ataques que vinha sofrendo em setores da imprensa paraibana. Com esse intuito, ele justificava o perfil político adotado por Wilson Braga como sendo o mais ajustado às condições sociais do estado paraibano, sobretudo ao naturalizar a presença de elementos políticos contrários aos discursos democráticos, que ganhavam corpo nesse período:

Grande é, pois, a injustiça de se proclamar que um dos defeitos do braguismo é o seu “clientelismo”. Combatem-no pelo “empreguismo” que desenvolve. Mostram-no sempre como o “despachante” no trato dos interesses privados de um sem número de paraibanos (Abelardo Jurema. Braguismo. *O Norte*, 11 maio 1980).

Citando o problema do desemprego em estados da Região Nordeste e comparando-os com alguns do Sul e Sudeste, esse autor afirmava que era uma injustiça criticar o braguismo em função de aspectos como clientelismo e empreguismo. Partia assim em defesa direta de Wilson Braga, afirmando ser este um político “liso”, que não possuía posições empresariais ou ligações com poderosos, mas que tinha nas relações de amizade, ‘afilhados’, a fonte de explicação para os seus sucessivos mandatos federais. Afirmava, ainda na coluna, que o braguismo tratava-se da filosofia política mais ajustada a “uma Paraíba pobre e de vida difícil”; e que Braga era um político ativo e um benfeitor público que atuava em todos os espaços onde estivesse um “desajustado em busca de proteção”.

Embora vivesse um período de desgaste da Ditadura Militar e acompanhasse a onda de mudanças que culminariam com o restabelecimento da ordem democrática no país, Jurema fez a defesa do braguismo, mas acabou por ressaltar nele a presença de estratégias políticas típicas do regime coronelista do início do século XX. Ele acentuou as próprias críticas que eram feitas a esse estilo político, oferecendo elementos estruturais do braguismo e da política desenvolvida pelo seu líder, o deputado Wilson Braga.

O braguismo era, portanto, um esquema político que carregava, não à toa, todos os “ismos” derivados da política coronelista e da posterior cultura política dos anos 1950, batizada

sob o nome de populismo. Sua força motriz explicava-se na nomeação crescente de pessoas para ocuparem os cargos públicos, dentro da prática de troca de favores do qual o voto era o produto a ser negociado. Tinha como base, portanto, o apadrinhamento, por meio também do uso do serviço público, espelhando a típica política do clientelismo.

Tal uso constante do setor público é citado, por exemplo, em Cittadino (1999, p. 128), que menciona a eleição ocorrida em 1982, quando Wilson Braga consagrou-se vitorioso contra o candidato do PMDB, Antônio Mariz. Para a autora, longe de representar um momento significativo de abertura política rumo à democracia, essa eleição revestiu-se de verdadeiro retrocesso, sendo marcada por manobras antidemocráticas, como o uso abusivo da “máquina pública”, beneficiando o candidato pedessista; e as práticas clientelistas, operacionalizadas através do “populismo braguista”.

O braguismo tinha, nesse sentido, um esquema de dominação política que incidia diretamente nas massas do Estado, mas que, como forma de se sustentar, ia ao encontro também dos setores dominantes, forjando alianças, em geral, pelo próprio sistema de troca de favores. Esse caso é perceptível na coluna do citado político Aberlado Jurema, ao mencionar o seu episódio de demissão do serviço público e como Wilson Braga atuou, depois de 16 anos, para a sua reversão a esse setor, através de anistia. Há casos ainda como o do deputado estadual Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, do PMDB, que, de acordo com o historiador José Octávio Mello:

[...] foi denunciado junto à polícia federal pela secretária de Educação e Cultura, Giselda Navarro Dutra, cunhada do ex-governador Burity. Datado do governo Clóvis Bezerra, em janeiro de 1983, o processo terminou nas mãos de Braga, que não lhe deu seguimento. Três anos depois, Odilon não hesitaria em aderir ao braguismo, por cuja coligação seria candidato a vice-governador do Estado, como companheiro de chapa do senador Marcondes Gadelha (Mello, 1993, p. 207).

Assim se escrevia o braguismo na história política eleitoral paraibana dos anos 1980 e prosseguia, de forma cambaleante, nos anos 1990 em direção à sua queda. Por um lado, segundo o pensamento do citado Aberlado Jurema, ele guardava a imagem típica de um estilo de política voltado às condições de desigualdade da população paraibana. Por outro, um símbolo de atraso, corrupção, violência e oportunismo, visões massivamente sedimentadas por segmentos de oposição a Wilson Braga, em eleições como as de 1986 e durante a tentativa de retorno através

da forja de novas alianças, como ocorreu com o partido dos trabalhadores nas eleições para prefeitura de João Pessoa, já nos idos de 1990¹⁶¹.

Como expressão política criada pela imprensa paraibana nos anos 1980 e pelos autores biográficos que escreveram sobre esse político, analisar os sentidos históricos atribuídos ao “braguismo” foi necessário, especialmente para o entendimento dos pontos que se seguem no presente trabalho. Sua abordagem inicial nos ajuda, portanto, a problematizar a trajetória percorrida pelo deputado Wilson Leite Braga nas décadas de 1950/60, analisando as linhas que melhor delineiam a sua entrada e afirmação na política, como típico representante de uma elite local, questão ainda não explorada na historiografia sobre esse personagem da política paraibana, especialmente quando pensamos as décadas entre 1950 e 1970.

Portanto, não é interesse do presente trabalho tomar o braguismo como chave interpretativa para o momento analisado, mas acompanhar o sentido histórico atribuído a ele nesse período. Haja vista que, como afirma Jorge Ferreira (2020, p. 11), interpretações políticas como populismo, manipulação de massas ou mistificações ideológicas não são mais suficientes para dar conta desses condicionamentos homogeneizados pela mídia, sendo necessário analisarmos, fundamentalmente, a cultura política, a manifestação de uma identidade coletiva, as experiências vividas e compartilhadas pelos grupos em dado momento histórico.

Desse modo, nos tópicos mais adiante, analisamos algumas práticas políticas que atravessam a trajetória do então deputado Wilson Leite Braga e que apontam para as características da cultura política da elite nessas duas décadas. Enfocam-se, neste capítulo: o oportunismo desse político, visível em sua estratégia pragmática de formar alianças e acomodar-se ou mudar constantemente de partidos políticos; a permanência do mandonismo local, por meio do controle eleitoral dos municípios de base política familiar; e as práticas de natureza clientelista e antidemocrática, como as fraudes eleitorais, que impunham limites e serviam para burlar o processo democrático.

4.1 Wilson Braga e o udenismo: entre o oportunismo do partido e o apadrinhamento de suas lideranças políticas

Quando Wilson Braga passou a integrar as fileiras da UDN paraibana, como jovem candidato situado entre o poder político exercido por sua família no Sertão e um atuante

¹⁶¹ O jornal *Correio da Paraíba* acentua críticas às tentativas de retorno do braguismo por meio da composição de alianças que pareciam improváveis de ocorrer, como nas eleições de 1996, quando Lúcia Braga concorreu à prefeitura de João Pessoa, pelo partido PDT, contra o candidato do PMDB, Cícero Lucena. Ver: PT justifica aliança com o braguismo. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 26 out. 1996, p. 3.

militante dos movimentos estudantis na capital, esse partido já detinha quase dez anos de trajetória. Com fundação datada de 7 de abril de 1945, trazia como característica central, como aponta Ferreira (2020, p. 17), a aglomeração de diversas legendas na formação de uma frente de oposição ao Estado Novo de Vargas, mas com um programa de atuação que se modificava ao calor do momento histórico e político nacional, em face de cada pleito disputado¹⁶².

Partido formado como uma frente ampla liberal de oposição ao getulismo, segundo menciona Delgado (2020, p. 134), a UDN tinha já em sua fundação nomes de renome no cenário político nacional, como Octávio Mangabeira, Juraci Magalhães, Hermes Lima, Odilon Braga e Virgílio de Melo Franco. Na Paraíba, estavam presentes em seus quadros de fundação alguns representantes da elite política do estado, a exemplo de Argemiro de Figueiredo, Ernâni Sátiro, José Américo de Almeida, João Agripino Filho, João Úrsulo Ribeiro Coutinho Filho e Osvaldo Trigueiro¹⁶³.

No que tange à sua atuação no cenário nacional, foi um partido de expressividade no Congresso, ocupando o segundo lugar em números de parlamentares, mas enfrentando a dura oposição do PSD, partido majoritário, que o derrotou sucessivamente nos pleitos entre 1945 e 1955, como discorre Delgado (2020, p. 135-136). No entanto, mesmo se colocando como oposição ao PSD e especialmente ao PTB de Vargas, chegou a fazer parte do quadro administrativo desses governos situacionistas, tendo cargos ministeriais e no segundo escalão, a exemplo de Clemente Mariani, ministro da Educação (1946), e João Cleophas, ministro da Agricultura (1951).

Com dificuldades para alcançar a presidência da República e se mostrando propício a divisões em grande parte dos estados, a UDN foi, entretanto, um partido majoritário nas eleições disputadas sucessivamente entre os anos de 1954 e 1965, em casos como a Paraíba. Nesse sentido, embora se mantivesse por meio de alianças com, praticamente, todas as legendas desse estado, através do que Gurjão (2020, p. 260) denomina de “reordenamentos das forças políticas” estaduais, era esse partido o celeiro político de duas das maiores lideranças políticas nos anos 1950: Argemiro de Figueiredo e João Agripino. A UDN constituía-se, desse modo, como um

¹⁶² Benevides (1981) apresenta, em seu trabalho, a ideia de várias UDNs, afirmando como esse partido assumia posicionamentos contraditórios ao longo das eleições, a exemplo de votar contra a cassação do mandato de parlamentares comunistas e, logo em seguida, denunciar a “infiltração comunista” na política brasileira. Sobre essas mudanças, ver: BENEVIDES, Maria Vitória. União Democrática Nacional (UDN). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>. Acesso em: 12 nov. 2021. Ver também: União Democrática Nacional: Estatutos. Disponível em: https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/udn/estatuto.htm. Acesso em: 12 nov. 2021.

¹⁶³ Ver a relação dos paraibanos que aparecem entre os fundadores da UDN em: Identificação: Relação dos Fundadores da U.D.N. Disponível em: https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/udn/identificacao.htm. Acesso em: 05 out. 2021.

caminho propício para o início da carreira política de jovens integrantes de famílias tradicionais que exerciam um poder local, a exemplo de Wilson Braga.

Partido formado a partir da classe média urbana e inscrito sob o lema moralizante da ideia de liberdade como uma “eterna vigilância”, a UDN carregava em si também inúmeros paradoxos, como o fato de ter mais integrantes entre os fazendeiros do que entre os profissionais liberais. Ele denotava em sua formação muito mais a continuidade de práticas políticas provenientes da cultura política do oportunismo do que, propriamente, o modelo de luta por um determinado programa político idealista. Seguiu, assim, a cartilha de suas lideranças que estabeleciam *modus operandi* de permanência no poder, que prevalecia acima de suas frentes de atuação política e ideológica.

No estado paraibano, a configuração de partidos maiores como a UDN e o PSD, bem como de legendas menores (PDC e PPS), deixa em evidência a continuidade das antigas famílias políticas que já detinham o controle político desse território. Nesse período, verificou-se, inclusive, a junção de representantes de facções políticas inimigas que passaram a compor os novos partidos, visando não à montagem de um programa ideológico de atuação, mas à possibilidade de adaptação e conseqüente sobrevivência dos seus grupos em face das novas demandas do campo político. Gurjão (2020) comenta sobre esses aspectos que marcaram a formação dos partidos políticos a partir de 1945, afirmando que:

Estes episódios em que inimigos figadais se aliam em prol de um interesse comum são típicos da política oligárquica em geral e das oligarquias paraibanas desde a Primeira Republica e é constantemente reeditado até o presente. O conteúdo desses partidos não apresenta qualquer substância programática, orientando, portanto, sua prática política de acordo com os interesses momentâneos que circunstancialmente coincidem ou contrapõem os diferentes grupos oligárquicos (Gurjão, 2020, p. 255).

Seguindo essa perspectiva, a década de 1950, na Paraíba, pode ser tomada como um registro dessa cultura do oportunismo, uma marca presente na UDN e em outros partidos. Organizando-se para o pleito sucessório de 1954, nos cargos de deputados e senadores, a UDN estabeleceu alianças com João Arruda, do PSP, representante do “adhemarismo”¹⁶⁴ local. Não obstante, estava, até bem próximo desse pleito, de amizade com o PTB de Vargas e, mesmo com o rompimento dessa aliança, estabeleceu a aparente mistura de água com óleo ao firmar compromisso com o Partido Comunista local.

¹⁶⁴ A expressão adhemarismo refere-se aos políticos que faziam parte na Paraíba do grupo que apoiava Adhemar de Barros, médico paulista, governador por esse estado (1946), fundador do PSP e candidato à presidência da República em 1955.

Não por acaso, esta última aliança entre um partido de classe média, representado por industriais e fazendeiros, e o Partido Comunista tornou-se objeto de críticas na própria imprensa local, através de candidatos opositoristas e lideranças religiosas que diziam não aceitar o que afirmavam ser uma união com o próprio “demônio”. Entre esses registros, está a coluna do candidato ao Senado pelo PSD, Assis Chateaubriand, “O Anjo e o Demônio”. Nessa, Chateaubriand conclamava o povo a defender nas urnas o liberalismo contra a inaptidão da UDN, agora aliada com o “bolchevismo”, travando uma espécie de “guerra santa” no estado:

A U.D.N, aqui, não é mais um organismo masculino, viril, mas um castrado moral. Está gorda de dois dinheiros, que lhe chegaram às mãos: o de João Arruda e o dos comunistas. Mas a sua gordura é a banha fôfa dos eunucos, e o sêbo dos degenerados, cujas glândulas deixaram de funcionar normalmente (O Norte, 1954, p. 4).

Não explorando aqui a visão massivamente pejorativa e nociva utilizada por Chateaubriand ao se referir ao comunismo, sua descrição política em relação à aliança UDN/PSP e UDN/PCB aponta para o evidente oportunismo da União Democrática Nacional e dos próprios partidos locais. Era, em seu entendimento, uma aliança de base política com vistas a dividendos financeiros capazes de levar o partido udenista aos êxitos pretendidos no pleito que se aproximava. Aliança, segundo afirmava equivocadamente Assis Chateaubriand, firmada por suas principais lideranças interessadas na “gordura de João Arruda e dos comunistas”, mas que colocava a UDN como uma sentinela do Partido Comunista de Moscou.

Fazendo sua própria guerra fria local, uma guerra, neste caso, estritamente de caráter oportunista, Chateaubriand utilizava a sua posição de “dono” do jornal *O Norte*¹⁶⁵ para colocar no eleitor as lentes que melhor lhe interessavam: a ideia de uma UDN totalmente transformada a partir dos métodos e das pretensões ideológicas do comunismo soviético. Porém, tal visão não se sustentava nem mesmo no seu próprio partido, o PSD, que já em ano posterior (pleito de 1955) tratava de firmar, com a UDN, o PL e o PSB, acordos políticos com vista à ocupação da cadeira do governo do estado, no movimento que recebeu o nome de pacificação.

Em um cenário em que os dois principais partidos políticos locais tipificavam mais a expressão colonial “farinhas do mesmo saco”, aparecia a figura do então jovem representante

¹⁶⁵ Assis Chateaubriand, além da formação jurídica, era um jornalista e empresário na área das comunicações, sendo o fundador e presidente de empresas desse setor, como os Diários Associados. Conforme aponta Marieta de Moraes, o jornal *O Norte* passa a figurar com periódico pertencente aos Diários Associados de Chateaubriand, o que ocorreu exatamente em 1954, ano de sua campanha ao Senado pela Paraíba e também momento em que ele figura como colunista desse jornal. Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. Biografia de Assis Chateaubriand. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CHATEAUBRIAND,%20Assis.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

do Vale do Piancó e herdeiro do capital Leite e Braga, Wilson Braga. De projeção familiar e por meio de dois importantes setores (imprensa e movimento estudantil), seguia a orientação argemirista do seu pai e ingressava na UDN, justamente num momento em que esse partido, e ele próprio, se aproximavam do Partido Comunista local.

Não se pode negar o fato de que o jovem Wilson Braga apresentava, em início de carreira, certa aproximação com o movimento comunista brasileiro, sobretudo quando de seu envolvimento nos principais órgãos de representação estudantil no estado (UNE, UEEP, Vanguarda Estudantil). Embora não comprovadamente participando da Esquerda Democrática, bloco que deu origem ao PSB local, tinha dentro dessa ala amizades de formação profissional e do ciclo estudantil, ficando ainda registrados indícios de sua breve incursão na teoria marxista, através de troca de correspondências entre ele e sua então namorada e estudante de Serviço Social, Lúcia Navarro¹⁶⁶.

Entretanto, a trajetória desse jovem político é significativa não para comprovar um esquerdismo presente em sua vida pública, questão que ele mesmo tratou de desconsiderar por meio de fala na própria imprensa¹⁶⁷, mas como um elemento importante para conhecermos mais um caminho percorrido pela elite com vista à sua afirmação no cenário da política. O meio acadêmico e suas pautas sociais ofereciam a Wilson Braga condições para se situar bem no cenário da política, colocavam-no ao lado de herdeiros de elites políticas locais e ofereciam postos de liderança estudantil importantes para uma futura projeção no campo político.

A trajetória política de Wilson Braga nos anos 1950/60 aponta elementos próprios da cultura política presente nesse período, como o relativo interesse e aproximação das elites políticas com o crescimento dos movimentos sociais, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Ela está situada num meio de coexistência, por vezes, não problematizada: de um lado, os movimentos de esquerda, representados por partidos como o PSB e o PCB; de outro, as posições liberais de partidos como a UDN e o PSD. Tais relações, no entanto, tornam-se visíveis através de um olhar atento aos principais aspectos dessa cultura política em determinados momentos históricos, a exemplo das estratégias de formação de alianças.

Ao mergulharmos em sua trajetória acadêmica, podemos nos perguntar como um jovem militante do meio estudantil não ingressou em legendas que tinham uma relação mais estreita

¹⁶⁶ Em seu livro de memórias, Lúcia Braga comenta o momento em que começou a namorar com Wilson Braga e relata a viagem dele para participar, como delegado da UNE, do Congresso Socialista Pour la Paix et l'Amitié, uma espécie de preparativo para o Festival da Juventude que seria realizado em Praga. Nesse momento, cita a troca de cartas com ele e como a sua "ternura e saudade" eram acompanhadas por uma escrita centrada na "doutrinação marxista".

¹⁶⁷ Mello (1993, p. 208) cita essa declaração de Wilson Braga na imprensa paraibana.

com a sua atuação no ensino superior, a exemplo do PSB. Porém, o fato é que esse posicionamento na legenda udenista não era, necessariamente, uma ação de afastar-se dos grupos aos quais ele se encontrava ligado na Faculdade de Direito da Paraíba e na Casa do Estudante, mas um caminho também percorrido por outros que buscavam espaço em diferentes campos sociais como meio de alcançar seus interesses políticos e partidários.

Sobre esse aspecto, basta lembrar o caso da Esquerda Democrática mais uma vez, um bloco de orientação à esquerda que coexistia dentro da UDN, mas que, em face das próprias mudanças no programa de ação udenista, foi migrando para transformar-se em novo partido político (PSB). Na Paraíba, esse grupo de esquerda chegou a contar com a participação de figuras destacadas na política do estado, como José Américo de Almeida¹⁶⁸, Ivan Bichara, tendo, inclusive, antigos colegas de Wilson Braga, como o jornalista José Leal, o deputado Joacil de Brito Pereira (UDN) e o advogado e político Nizi Marinheiro (PSB).

Sendo possível, assim, manter-se como integrante dos movimentos estudantis, bem como um líder presente nesse espaço que tinha lugar de destaque por meio de sua relação com setores da imprensa paraibana¹⁶⁹, Wilson Braga via, na UDN, o lugar propício para a sua carreira política. A presença dele nesse partido é um dado significativo também para pensarmos, através dessa figura política, dois aspectos que não devem deixar de ser considerados acerca das práticas políticas oportunistas que permeiam o universo da elite política na cultura dos anos 1950: a aproximação com uma legenda em franco crescimento e o uso de lideranças políticas capazes de exercerem o papel de padrinhos para uma nascente carreira política.

Mesmo considerando a forte participação de famílias políticas tradicionais e figuras em evidência nesse campo, como integrantes de partidos rivais à UDN (casos como o PSD de Rui Carneiro e Humberto Lucena), não se pode negar ter sido a União Democrática o partido que estava em franco crescimento eleitoral na Paraíba entre os anos de 1950 e 1960. Nesse período, obteve maioria, em geral, ou dividia com o PSD a Assembleia Legislativa e o Congresso. Nos anos 1954/1955, por exemplo, elegeu 15 deputados estaduais, entre as 40 vagas em disputa, 5

¹⁶⁸ Na biografia do político Cláudio Santa Cruz Costa, escrita por Luiz Hugo Guimarães para o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), o nome de José Américo é citado como um dos integrantes da Esquerda Democrática, quando ocorreu a ruptura desse grupo dentro da UDN. Disponível em: https://www.ihgp.net/luizhugo/claudio_santa_cruz.php. Acesso em: 15 mar. 2023.

¹⁶⁹ Ainda antes do início de sua carreira política, Wilson Braga tinha relações diretas com setores da imprensa paraibana. A Casa do Estudante foi uma instituição parceira do jornal oficial do Estado da Paraíba, *A União*, no qual seus jovens, durante o governo de José Américo (1950 a 1953) foram recrutados para compor a equipe de revisão e redação, ação que passou a ser seguida também por outros periódicos locais. Ver: Loureiro (1989, p. 61-62). Havia nitidamente também uma aproximação de Wilson com o jornal *O Norte*, em que sua atuação à frente da Casa do Estudante era constantemente citada, entre os anos de 1951 e 1952, prática, em geral, realizada por colegas residentes na Casa e que participavam da equipe de redação desse jornal.

federais (eram 11 vagas nesse cargo), todos os seus senadores e suplentes e ainda alcançou o governo do estado, através da administração de Flávio Ribeiro Coutinho (1956 a 1958).

A presença de Wilson Braga numa legenda em franco crescimento no estado corrobora uma ideia que deve ser observada acerca da cultura política desse período. Ao ingressar na UDN, vemos que Braga escolhia participar não só de pequenas legendas, como foi a sua entrada no PSB em 1962, mas se situar em médios e grandes partidos. Nesse sentido, se a questão das altas legendas eleitorais podia significar um entrave para a entrada de jovens políticos, era ela também companheira, em face da possibilidade de eleger um maior número de candidatos e do uso de outros elementos disponíveis para o sucesso eleitoral. Entre esses elementos, está a aproximação com figuras proeminentes do partido que podem servir de verdadeiros padrinhos políticos, sendo, em geral, chefes políticos de determinados territórios municipais e donos dos partidos em esfera estadual.

A UDN para Wilson Braga significava, portanto, seguir os passos de uma das maiores lideranças de sua região sertaneja e, mais especificamente, do chamado Vale do Piancó: o deputado João Agripino Filho. Agripino, caminhando para ocupar a liderança da UDN no Estado, diante da cambaleante, mas ainda dominante, chefia de Argemiro de Figueiredo, desenvolvia nos anos 1950 uma relação de proximidade com o jovem político Wilson Braga.

Recorrendo aos números eleitorais de 1954 para deputado estadual, verifica-se que Wilson Braga foi o último candidato eleito da UDN, obtendo 2.916 sufrágios. Nesse pleito, mesmo com votação expressiva no município de Conceição (2.278 votos ou 78,1% do total obtido no Estado) e tendo uma votação mínima espalhada por 33 municípios, chama atenção a sua concentração de votos em Catolé do Rocha e Brejo do Cruz. Estes territórios constituíram para o jovem Braga o segundo e o terceiro maiores colégios eleitorais, com votação de 203 e 127 sufrágios, resultando para ele em 330 votos imprescindíveis para a sua primeira eleição¹⁷⁰.

Alcançando, nessa primeira eleição, uma votação significativa em dois municípios que compõem o território de onde descende João Agripino, setores de domínio político da família Maia, é este, sem sombra de dúvidas, um forte indício do apoio que Wilson Braga recebeu desse chefe local. A expressividade da votação obtida nesses dois municípios chega a ser ainda mais evidente quando comparamos sua votação obtida na capital, então município onde ele residia. Nela, obteve apenas a soma de 99 sufrágios, votação corresponde a menos da metade obtida em Catolé do Rocha.

¹⁷⁰ Ver esses números sobre as eleições de 1954 em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em 20. jul. 2023.

Os resultados eleitorais obtidos por Wilson Braga, nesse primeiro pleito para deputado estadual, denotam como a sua base política explica-se a partir das relações de mandonismo local, do capital político de sua família no Sertão, formado a partir de longos anos de atuação em municípios dessa microrregião. Vitórias como a ocorrida em 1954 deixam em evidência também a força dos arranjos e rearranjos políticos por meio da formação de alianças com famílias políticas tradicionais locais, a exemplo da família Maia, de onde era descendente o político João Agripino.

Muito além da atividade política de apadrinhamento unilateral, o que certamente existia nessa relação entre João Agripino, Wilson Braga e sua família era uma espécie de compromisso político e eleitoral. Isso porque, considerando as eleições de 1954 a 1962, o udenista João Agripino aparecia no colégio eleitoral de Conceição sempre figurando entre os mais votados, tendo obtido a terceira posição em 1954 (585 sufrágios), primeira colocação em 1958 (902 sufrágios) e o segundo lugar nesse município em 1962 (2.661 sufrágios), quando então já se consolidava como o mais votado para o Senado¹⁷¹.

Tratava-se, nesse sentido, de uma relação mútua de troca de apoio político, muito próximo do que ainda hoje ocorre durante os pleitos para deputado, senador e governador. Nessas relações de compromisso, os deputados federais ou senadores formam alianças em cada município com um deputado estadual, prometendo a estes também seu apoio eleitoral ou facilitando o acesso a determinados serviços, disponíveis apenas em âmbito federal. Uma espécie de troca de favores que teria como finalidade o maior acúmulo de capital eleitoral, bem como a extensão da rede de práticas de natureza clientelistas. Apoios esses que chegavam a perdurar também após os pleitos disputados, como podemos perceber nas relações de proximidade política entre Wilson Braga e João Agripino.

Dois episódios ocorridos durante a fase parlamentar de Wilson Braga apontam para essa aproximação com o líder udenista João Agripino. O primeiro data do término das eleições de 1954 no famoso caso de fraude eleitoral na 17ª Zona de Campina Grande, quando o primeiro mandato do jovem Braga foi posto em risco diante da mudança de última hora dos números eleitorais, que passaram a indicar o filho de Argemiro de Figueiredo, Petrônio Ramos, como eleito em substituição a Braga. O segundo trata da formação da ARENA paraibana, quando Wilson Braga passou a integrar o partido e foi selecionado como candidato a deputado federal.

Na iminência de perder o mandato de deputado conquistado em 1954, Wilson Braga e todos que já consideravam definidas as vagas para a Assembleia Legislativa foram

¹⁷¹ Ver esses números sobre as eleições de 1962 em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em 20. jul. 2023.

surpreendidos com a misteriosa chegada de votação diferente da que havia sido veiculada nos telegramas eleitorais do TRE-PB. Por meio de atas e mapas parciais rasurados, os resultados da 17ª Zona Eleitoral de Campina apontavam agora eleitos Petrônio Ramos Figueiredo (UDN) e Djacir Cavalcanti Arruda (PSP), em substituição, respectivamente, a Wilson Leite Braga (UDN) e Antônio Américo Cesar de Almeida (PSP)¹⁷².

Na condição de “raposa política” que sentia a fraude eleitoral praticada e como estudante de Direito que já conhecia bem os caminhos jurídicos, Wilson Braga tratou de levantar os meios necessários para contestar esses números ante ao Tribunal Regional Eleitoral. Desse modo, mesmo recebendo o negativo de José Mário Porto para representá-lo – um dos seus professores da Faculdade de Direito da Paraíba e então político udenista ligado a Argemiro de Figueiredo – chama atenção o modo como ele procedeu antes de acionar definitivamente o TRE-PB, ao entrar em contato com o líder partidário João Agripino.

Ao fazer longa exposição do caso de fraude na 17ª Zona Eleitoral, criticando a atitude do chefe udenista Argemiro de Figueiredo e defendendo Wilson Braga como verdadeiro eleito ao cargo de deputado, o jornal *O Norte* citou, na edição de 26 de novembro de 1954 (p. 4-8), uma troca de correspondências entre Wilson Braga e João Agripino. De acordo com o periódico, diante da negação de José Mário Porto em assumir a defesa do jovem Braga, ele teria se direcionado a Agripino, buscando obter deste uma espécie de autorização para dar andamento ao caso.

Decerto que o jornal *O Norte* se fazia, nesses anos, uma voz de oposição à UDN, atacando insistentemente a figura de Argemiro de Figueiredo e noticiando episódios de divisões no partido. No entanto, suas declarações a respeito do assunto que divulgava como “O caso Wilson” são relevantes para termos ideia dos laços políticos existentes dentro de fortes agremiações políticas do Estado, como a UDN. Nessa matéria em particular, o jornal citou o telegrama como fonte oficial e apontou como Wilson Braga dependia de uma resposta de Agripino para dar ou não prosseguimento à reclamação, um típico caso de dependência numa relação de apadrinhamento político.

Havia, portanto, uma relação de proximidade entre Wilson Braga e o futuro comandante da nau arenista João Agripino. Tal aproximação deixou os seus rastros presentes nas corridas eleitorais no município natalício de Braga e também diante de casos como esse, que serviu, inevitavelmente, para elevar os ânimos e as disputas dentro da UDN local. Concedendo a Wilson Braga “o direito de mover-se livremente, agindo como bem entendesse e quisesse”,

¹⁷² Ver: SOUTO, José. Ronda Política. Wilson Braga, o queimado. *O Norte*, João Pessoa-PB, 11 nov. 1954, p. 2.

Agripino se posicionou em lado contrário à liderança de Argemiro, que, por sua vez, tentava através de diversas estratégias impedir a formalização de uma denúncia no TRE-PB contra o seu filho Petrônio Ramos Figueiredo¹⁷³.

O apoio de João Agripino nesse caso foi decisivo para Wilson Braga, que dependia, por sua vez, de um padrinho bem situado como forte liderança da UDN nesse momento. Uma liderança possível não só para permitir a abertura desse processo no TRE-PB, como também para garantir a sua manutenção, uma vez que se tratava de uma denúncia formulada contra um integrante do próprio partido e, além do mais, filho do presidente estadual da legenda. Por meio de autorizações e apoios como o do senador João Agripino, Wilson Braga conseguiu, assim, recuperar sua cadeira de deputado estadual e ainda manter-se na UDN, mesmo em meio ao clima de divergências e desentendimentos presentes no seio do partido.

Outro episódio que denota essa aproximação ocorreu já na corrida eleitoral nos anos 1965, quando a política já sofria diretamente as marcas do estado de exceção instaurado em 1964. Nesse momento, com a promulgação do Ato Institucional nº II (AI-2), que previa o fim dos partidos políticos em vigência e a organização do sistema bipartidário, João Agripino aparecia no cenário paraibano como líder udenista e recebia do governo Castelo Branco a orientação para organizar o bloco situacionista local, depois denominado de Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Tal momento é importante citar, pois foi no início da Ditadura Militar o período de efetivação e maior guinada na carreira política de Wilson Braga. Com a formação do partido organizado por Agripino, Braga conseguiu lograr espaço na ARENA recebendo, inclusive, a vaga para disputar a cadeira de deputado federal pela legenda. Em momento de perseguições políticas, que, em geral, incidiam sobre a cassação de mandatos de parlamentares de esquerda ou denominados pela cúpula militar como “populistas e oportunistas”, ele não apenas garantiu a sobrevivência de sua carreira política como também ascendeu à Câmara Federal.

Muito além do apadrinhamento político, clientelismo, mandonismo local, o que a trajetória de Wilson Leite Braga coloca em evidência são as continuidades de práticas antidemocráticas, notadamente naturalizadas na cultura política brasileira dos anos 1950/60. No próprio cenário paraibano, há inúmeros casos como esse, que nos direcionam a pensar não em uma atitude singular de alguns políticos, e sim numa prática enraizada em nossa política desde

¹⁷³ O jornal *O Norte* cita que Argemiro de Figueiredo havia enviado mensageiro a Wilson Braga, após ter conhecimento da possibilidade de reclamação no TRE-PB, propondo um acordo. Tratava-se de estabelecer um sistema de rodízio de licenças mensais na Assembleia que permitiria a Braga permanecer no cargo, mesmo estando na suplência de Petrônio. Ver: SOUTO, José. Ronda Política. Convocado para um acordo. *O Norte*, João Pessoa, 14 nov. 1954, p. 2.

os famosos tempos do sistema coronelista, que avançam ainda hoje por meio de relações clientelistas entre personalidades políticas locais e estaduais e, sobretudo, entre figuras políticas que guardam relações de parentesco.

Um olhar atento aos nomes presentes nas eleições paraibanas entre os anos de 1950 e 1958 nos revela um panorama dessas relações de compromissos entre famílias políticas, com vista à chegada e à permanência de herdeiros e apadrinhados nos principais postos de poder político do Estado. Nesse cenário, é possível perceber um número reduzido de famílias no domínio dos cargos eletivos, especialmente federais, estando dentre elas: os Maias, os Bezerra Cabral, os Bezerra de Melo, os Figueiredo, os Carneiro, os Gadelha e os Ribeiro Coutinho.

Famílias que, por mais que pareçam estar distanciadas quanto aos seus nomes, possuíam laços que as uniam constantemente, como era o caso do empresário e comerciante campinense Severino Bezerra Cabral (PL). Deputado estadual por três vezes consecutivas (de 1950 a 1958) e prefeito de Campina Grande (de 1959 a 1963), Severino Bezerra encontrava-se intimamente ligado a outras figuras políticas de destaque em âmbito estadual e federal. Por meio do uso de práticas políticas provenientes do século XIX, como o casamento e o apadrinhamento, ele é um bom exemplo das estratégias de associação da elite política com vista à permanência de suas famílias no poder.

Em 1952, exatamente dois anos antes das eleições de 1954, quando já era deputado estadual pela Paraíba, Severino Bezerra uniu a sua família com a do senador Drault Ernany de Melo e Silva, através do casamento do seu filho, Milton Bezerra Cabral, com a filha desse senador, Mariam Chagas Melo e Silva. Em cerimônia realizada no Rio de Janeiro, verifica-se como os Bezerra Cabral se associavam com outras famílias de grande capital político do estado paraibano, e como o próprio evento mobilizava a elite política em âmbito nacional.

Nesse casamento, como paraninfos do noivo, estavam os senadores Virgínio Veloso Borges e Assis Chateaubriand; e como paraninfos da noiva, o senador Ruy Carneiro e sua esposa Alice Carneiro. Na condição de convidados, o evento foi prestigiado pelo então deputado federal Nereu Ramos; pelo vice-presidente da República, Café Filho; e pelos ministros de governo, Negrão Lima e Horário Lafer, e ministros do Superior Tribunal Federal¹⁷⁴. Em suma, além de reunir como padrinhos do casal figuras de renome na política do estado paraibano, o evento foi uma ocasião de conexão entre os representantes da elite política estadual com políticos e demais autoridades atuantes em âmbito federal.

¹⁷⁴ Sobre esse casamento, ver: Marcante acontecimento social. *O Norte*, João Pessoa-PB, 15 jul. 1952.

Articulações dessa natureza demarcavam o nome dos futuros herdeiros desse grupo que haveria de dar continuidade ao domínio exercido pela família, originando Milton Cabral, deputado federal e senador, além de tantos outros que ainda perpetuam o nome da família nesse Estado. Uma análise quantitativa dos candidatos a deputado estadual pela Paraíba, nos anos entre 1950 e 1958, aponta justamente que foi a partir desse período que ocorreu um grande crescimento de políticos que trazem, em seus próprios nomes, referências às suas famílias, através dos sobrenomes Filho, Sobrinho e Neto.

Em 1950, eram ainda poucas as incidências desse tipo, em que sobrinhos apareceram apenas em duas citações e filhos, em seis. Em 1954, sobrinhos permaneceram em duas citações e filhos, em quatro; e, em 1958, o momento de maior incidência nesses casos, doze desses deputados carregavam o acompanhante filhos no nome, havendo ainda duas citações de sobrinhos e o sobrenome neto aparecendo citado em três ocasiões. Trata-se, desse modo, de um fenômeno de herdeiros políticos que passam, nos finais dos anos 1950, a demarcar em seus próprios nomes ligações com as suas famílias, utilizando esse mecanismo como estratégia política.

Embora não demarcando a insígnia do sobrenome de herança, mas apenas o sobrenome de suas famílias, Wilson Braga e os demais envolvidos no caso de fraude nas eleições de 1954 citada – Antônio Américo Cesar de Almeida, Djacir Cavalcanti Arruda, Petrônio Ramos Figueiredo – são também modelos para pensar duas dessas práticas de perpetuação da elite política em cenários locais e estaduais.

Em primeiro aspecto, apontam o caráter da substituição, uma vez que tinham em seus pais figuras políticas já consolidadas em âmbito local e estadual, a exemplo de Argemiro de Figueiredo e Elpídio de Almeida, pais de Petrônio Ramos e Antônio Américo, respectivamente. Em segundo aspecto, a importância do uso de suas localidades como forma de atingir os níveis mais avançados da representatividade política, utilizando os capitais acumulados nesses territórios para permanência e expansão de seus domínios políticos.

Uma breve passagem nas eleições de 1954 para deputado estadual, consultando os números dessa corrida no município de Campina Grande, verifica-se que Petrônio Ramos Figueiredo e Antônio Américo de Almeida estavam bem situados em suas localidades, aparecendo entre os quatro candidatos mais sufragados e com votação que representava, respectivamente, cerca de 93,8% e 79,1%, do total obtido no Estado. Tal dado também é perceptível no candidato Wilson Braga em sua localidade, sendo, em geral, uma constância entre todos os que possuíam familiares no comando ou como principal oposição em seus municípios.

Nessa perspectiva, se a vida pública de Wilson Braga e a trajetória de outros representantes da elite política estadual nos ajudam a compreender inicialmente dois elementos da cultura política – o direcionamento para partidos historicamente em ascensão e a aproximação com lideranças políticas que presidem esses partidos –, é fundamental analisarmos o uso dos municípios por parte da elite política. Por meio da atuação desse político entre os anos de 1954 e 1962, assim, podemos observar uma estrutura de dominação política que tem o município como base de sustentação para uma carreira política, em outros níveis de representação, e quais eram as práticas operacionalizadas nos territórios municipais que atuavam para manter o poder político dessa elite.

4.2 O município em disputa: a importância do território municipal para a elite política (décadas de 1950 e 1960)

A partir da literatura produzida por autores como Leal (1997), fomos conduzidos a olhar as relações de poder político entre federação, estados e municípios concentrados na famosa expressão sustentada pelo governo Campos Sales (de 1898 a 1902): “é lá [dos estados] que se governa a República” (Sales *apud* Carvalho, 2003, p. 98). Ainda que seja concisa essa premissa e largamente sustentada na tese de Leal, *O município e o regime representativo no Brasil (contribuição ao estudo do coronelismo)*, é imprescindível a historiografia repensar o papel dos municípios na política estadual, suas relações dinâmicas com este nível de representatividade e com o próprio ente federal.

Não é de interesse deste trabalho questionar a validade dos pressupostos apresentados por leituras clássicas como a de Leal – haja vista ser até hoje fundamental no debate sobre o poder local e suas relações com a política estadual e nacional –, mas chamar a atenção para um aspecto ainda pouco explorado pela historiografia que aborda o poder local: o domínio dos municípios por parte das famílias políticas locais como meio de entrada e afirmação dos próprios chefes, ou de seus herdeiros, na política estadual e, conseqüentemente, federal.

Nas últimas duas décadas, tem crescido na historiografia o interesse pelo estudo do poder local, especialmente quanto à dominação de determinados municípios por famílias políticas, através de estratégias e práticas diversas. Entre esses trabalhos, destacam-se: estudos que analisam a hegemonia de famílias políticas por meio de práticas, como a formação de alianças, casamentos e “apropriação simbólica de emblemas modernos da cidade” (Adilson Filho, 2009; Silva, 2018; Silva, 2017); que problematizam a instituição e a consolidação dessas famílias por meio de práticas de socialização e domínio da terra ou através da fabricação de

festas populares (Ferreira, 2013; Lima, 2013); e ainda análises sobre o domínio político de famílias tradicionais em determinados estados e regiões, tendo como base o estudo dos capitais políticos e dos espaços e instâncias de poder controlados por elas durante a constituição de “redes políticas” (Monteiro, 2016; Alves; Zimmer, 2017).

Embora essas abordagens sejam fundamentais para analisarmos como pequenos e médios municípios estão sendo controlados politicamente por tradicionais ou novas famílias políticas, faltam ainda, na historiografia, estudos que abordem especificamente a relevância do capital eleitoral desses municípios para projeção e acomodação de famílias políticas em outros níveis de representação. Análises, a exemplo da que propomos neste trabalho, em que o município é problematizado como fundamental no sucesso eleitoral de uma trajetória política, tornam-se imprescindíveis. Isso porque tal abordagem investiga como o capital eleitoral adquirido por famílias como os Braga no município de Conceição-PB era praticamente suficiente para eleger seus representantes à Assembleia Legislativa, a exemplo de Wilson Braga. De igual modo, esse capital eleitoral adquirido nos municípios era também expressivo no sucesso eleitoral dos candidatos dessas famílias, quando também concorriam ao cargo de deputado federal, sobretudo nas décadas de 1960/1970.

Nesse aspecto, se, para o período de início e término do coronelismo no Brasil, sustentava-se a máxima de que “é de lá [dos estados] que se governa a República” (Sales *apud* Carvalho, 2003, p. 98), para esta análise de história política nos anos entre 1954 e 1962, podemos afirmar que é dos municípios que se alcançam o Estado e os principais cargos eletivos federais, como deputados e senadores. Em outras palavras: o domínio exercido nos cargos eletivos (deputados estaduais, deputados federais, senadores e governador), pelas principais famílias políticas em territórios como a Paraíba, só se tornava possível em face do domínio que elas exerciam em âmbito local, seja estando propriamente no comando desse território ou figurando como uma das duas famílias mais importantes em situação de disputa política e eleitoral.

Mesmo antes desse período, a Constituição de 1934 já assinalava a importância do município para a política nacional. Essa constituição estabeleceu a eletividade de prefeito e vereadores, definindo a autonomia municipal nas decisões que seriam de sua competência, como a organização dos serviços públicos e a decretação de impostos e taxas¹⁷⁵. Tal relevância desses territórios municipais na estrutura política nacional ainda se observa em momentos mais distantes da história política brasileira. Wilians Souza (2016, p. 247), reportando-se ao Império

¹⁷⁵ Ver: Planalto. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 28 mar. 2023.

brasileiro, discorre sobre a participação das elites locais na institucionalização das Câmaras Municipais, apontando o uso desse órgão como base de sustentação política do Império.

Todavia, a participação decisiva do território municipal para a projeção da carreira política das famílias políticas locais, em âmbito estadual e federal, tem em si um fato político e histórico que a delimita. É ela, sem dúvida, fruto das reformas eleitorais que passaram a vigorar no período final do Estado Novo (1945)¹⁷⁶ e que culminaram com o retorno das eleições presidenciais neste ano e o fim das interventorias estaduais e municipais. Estas interventorias foram substituídas nas eleições de 1947 e possibilitaram aos chefes locais as condições não só para se projetarem eleitoralmente em seus territórios de atuação política, mas também de utilizarem seu capital político e eleitoral como meio mais rápido e prático de marcarem presença na política estadual.

O caso da família Braga em Conceição do Piancó, particularmente através de Francisco de Oliveira Braga e, mais precisamente, do seu herdeiro político, Wilson Leite Braga, corrobora a nossa hipótese em relação a esse período posterior à política do Estado Novo. Ao acompanharmos, no TRE-PB, a escalada dessa família local em direção ao cenário da política estadual, através desse herdeiro político, passamos a ter em evidência mais um elemento da cultura política presente no período: o uso decisivo da política municipal, de seu potencial eleitoral, para projeção desses chefes locais e seus familiares em outras esferas de representação política.

Mesmo com resultados iniciais negativos no cenário eleitoral, podemos evidenciar a projeção da família Braga em direção às disputas estaduais já nas primeiras eleições do período pós-Estado Novo. Em 1947, Francisco de Oliveira Braga (UDN) concorreu e perdeu a eleição em Conceição-PB para o candidato Unias Leite Ramalho (PSD), em pleito acirrado (903 contra 882 ou 50,59% contra 49,41% dos votos) e com resultado só definido posteriormente por meio de decisão judicial. Tal resultado frustrante para esse udenista não o impediu, no entanto, de ingressar nas eleições de 1950 como candidato à cadeira de deputado estadual, ocasião em que novamente não obteve êxito, amargando apenas a décima suplência em seu partido.

¹⁷⁶ Entre essas legislações, podemos citar o Decreto-Lei de nº 7.586, de 28 de maio de 1945 (Lei Agamenon) e a própria Constituição de 1946. A Lei Agamenon não estabeleceu a Justiça Eleitoral de imediato, mas criou os órgãos de atuação eleitoral, tendo como base para isso o Código de 1932. Já a Constituição de 1946 permitiu a integração da Justiça Eleitoral como estrutura do poder judiciário e deu jurisdição eleitoral aos juízes de direito. Sobre essa questão, ver: Glossário TSE: Lei Agamenon. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-agamenon>. Acesso em: 29 nov. 2021. Ver também Leal (1997, p. 262), em que o autor analisa como essa lei foi responsável pela regulação, pelo alistamento, pelo processo eleitoral e pela organização dos partidos em bases nacionais.

Muito mais relevante do que as derrotas nesses dois pleitos, o que esse cenário eleitoral do chefe da família Braga nos apresenta são duas questões que não podem passar despercebidas: em primeira ordem, a tentativa de uma família de tradição local em assentar o seu nome na política estadual, participando sucessivamente das campanhas municipais e estaduais; em segunda ordem, a concentração de votos obtidos em seu município, um percentual correspondente a 68,7% (1.311 sufrágios), número próximo do suficiente para vencer a eleição, caso estivessem em um partido pequeno à época, a exemplo do Partido Republicano (PR).

Nas eleições subsequentes ao pleito de 1950, essas duas questões continuaram a ser evidenciadas, agora por meio do então jovem político Wilson Leite Braga. Já em 1954, ele aparecia como substituto do seu pai na disputa da vaga para deputado, participando das eleições estaduais ocorridas até o ano de 1962. Seus números eleitorais no município de Conceição-PB, nesses três primeiros pleitos disputados (1954, 1958 e 1962), como pode ser observado mais adiante, são dados significativos do domínio político que a família Braga exercia nesse local e da importância de tal território para a sua presença na esfera da política estadual.

Tabela 1 - Votação de Wilson Braga no município de Conceição-PB nas eleições de 1954 a 1962

Ano	Votos na eleição	Votos no município de Conceição-PB	Votos Percentuais de Wilson Braga na eleição considerando esse município (%)
1954	2.916	2.278	78,1
1958	2.898	1.644	57
1962	4.739	3.347	71

Fonte: TRE-PB.

Conforme se observa na Tabela 1, a votação obtida por Wilson Braga nessas três eleições estaduais, considerando isoladamente o município de Conceição-PB, foi extremamente decisiva para a sua vitória eleitoral. Apenas no ano de 1958, ele obteve margem de votos inferior a 71%, mas, mesmo neste ano, sua votação alcançou a expressiva casa dos 57% do total obtido no Estado. A relevância desse município na votação geral desse político fica ainda mais evidente quando consideramos, em números absolutos, eleições como a de 1962, em que, dos 4.739 votos alcançados, 3.347 foram contabilizados nesse território.

Ainda de acordo com essa tabela, verifica-se que o município de Conceição-PB funcionava para Wilson Braga como um vetor que assinalava ou não a sua vitória eleitoral. Dos três pleitos disputados, ele perdeu apenas a eleição de 1958, quando sua margem de votos percentuais em seu município despencou de 78,1% para 57% (2.278 para 1644). Conceição-PB era, portanto, um colégio eleitoral decisivo no início e na continuidade da carreira desse político, enquanto deputado estadual, sendo fundamental também, embora com percentual eleitoral inferior a este, em sua incursão ao cargo de deputado federal entre os anos de 1966 e 1978, conforme apresenta a Tabela 2.

Mesmo não sendo os anos de 1966 a 1978 correspondentes ao período de estudos analisado nesse subtópico, mencioná-los nos ajuda a enxergar como a chegada à esfera da política federal foi, em seus primeiros pleitos, garantida pela votação obtida no município de procedência do político. Como apresenta a segunda tabela, nas eleições de 1966 e 1970, o percentual de votos obtidos por Wilson Braga em Conceição correspondeu à casa dos 26,1% e 14,3%, números ainda relativamente expressivos para a vitória eleitoral. Consultando nos dados do TRE-PB a votação desse político, obtida por municípios, verifica-se também que é em Conceição onde ele obtinha o maior número de votos, excetuando-se no ano de 1978, quando sua votação maior no Estado foi obtida na capital, ficando essa localidade em segundo lugar.

Tabela 2 - Votação de Wilson Braga no município de Conceição-PB nas eleições de 1966 a 1978

Ano	Votos na eleição	Votos no município de Conceição-PB	Votos percentuais de Wilson Braga na eleição considerando esse município (%)
1966	20.815	5.436	26,1
1970	43.055	6.159	14,3
1974	61.151	7.275	12
1978	83.964	4.590	5,5

Fonte: TRE-PB.

Considerando os números eleitorais alcançados especificamente na década de 1970, verifica-se que Wilson Braga vai aos poucos se deslocando de uma política mais municipalista para concentrar-se em todas as regiões do Estado. Não por acaso, Conceição deixava de ser o seu primeiro colégio eleitoral, e a capital paraibana (João Pessoa), bem como as áreas adjacentes, destacavam-se em números de votos absolutos para esse político. Os dados colocam em evidência, portanto, a ascensão de uma família política local para novos e maiores espaços de representação no Estado, bem como a manutenção também das áreas anteriormente controladas por elas, a exemplo do que era o Sertão Paraibano para a família Braga.

A importância decisiva do município na eleição em âmbito estadual de políticos com histórico familiar vinculados a eles pode ser constatada não só no exemplo apresentado da família Braga. Tal questão era uma prática política facilmente identificada no cenário eleitoral paraibano, que, certamente, ainda tem seus impactos em nossos dias. Ao selecionarmos os cinco candidatos mais votados na eleição de 1954 para deputado estadual, acompanhando suas votações no município de procedência ou atuação política, evidenciamos o peso eleitoral que tinham essas localidades para a vitória desses candidatos.

Como aponta o Quadro 6, os cinco candidatos mais votados em 1954 para deputado estadual possuíam um município com margem de votos expressiva na composição total obtida no Estado. Entre esses números, apenas o político Humberto Lucena não atingiu a margem acima de 50% em seu município, o que ocorreu em face da divisão dos votos entre ele e outro

bem situado em Bananeiras-PB, o deputado Clóvis Bezerra. Desses cinco, dois se elegeram com votação praticamente proveniente de seus municípios de origem, sendo eles Severino Cabral e Eduardo de Alencar.

Quadro 6 - Deputados estaduais mais votados em 1954 e suas ligações políticas

Nome	Votos em 1954	Município com ligações políticas	Votos totais e percentuais no município
Humberto Lucena	4.065	Bananeiras	1.572 / 38,6%
Luiz Bronzeado	4.059	Areia	2.043 / 50,3 %
Severino Cabral	3.998	Campina Grande	3.664 / 91,6%
Eduardo Alencar	3.832	Mamanguape	3.477 / 90,7%
Clóvis Bezerra	3.669	Bananeiras	2.514 / 68,5%

Fonte: TRE-PB.

Ainda que Humberto Lucena e Severino Cabral não tivessem nascido nesses municípios, citados como de maior atuação política, ambos possuíam ligações diretas com essas localidades, o que explica as margens de votos obtidas em 1954. O primeiro tinha, em Bananeiras-PB, um familiar comandando o executivo municipal, o prefeito Antônio Coutinho Filho; já o segundo citado atuava como empresário e comerciante em Campina Grande-PB, sendo residente neste lugar por praticamente toda a sua vida.

Considerando os políticos mencionados no quadro 6 a questão do domínio local através do aspecto familiar aparece como fator significativo para projeção deles no cenário estadual. Observa-se, em seus históricos, que eles ou eram provenientes de famílias presentes no comando do executivo municipal ou eram os próprios políticos locais que se projetavam em direção à política estadual. Um bom exemplo é o político Eduardo de Alencar Ferreira, integrante da tradicional família Lundgren, que foi eleito como prefeito de Mamanguape-PB em 1951. Este, antes mesmo de encerrar o mandato no executivo local, deixou o cargo para ocupar a vaga de deputado estadual, com o resultado eleitoral de 1954.

A rápida transição desses políticos para novos cargos representativos e o papel decisivo de seus municípios em suas votações não eram um fenômeno que ocorria apenas do âmbito local para o estadual, estando presente também em direção à esfera de representatividade federal. Quando observamos alguns dos candidatos eleitos em 1954 para deputado federal, e suas respectivas votações, verificamos a presença decisiva de um determinado município para a eleição desses políticos. Podemos elencar, a termo de exemplo também, nomes como José Janduhy Carneiro (PSD), eleito com 24.153 votos nessa eleição, dos quais 4.524 foram alcançados apenas no município de Pombal, reduto da sua tradicional família. Na UDN, aparecem como eleitos nesse pleito as duas maiores lideranças do partido, Argemiro de Figueiredo e João Agripino. O primeiro, somando 17.969 no total, sendo 7.525 destes obtidos

no município de Campina Grande; e o segundo, 17.129 votos, totalizando 6.340 votos só em Catolé do Rocha e Brejo do Cruz¹⁷⁷.

É preciso enfatizar, entretanto, que a dominação política exercida pelas famílias de elite nesses municípios, e sua conseqüente ocupação do legislativo estadual, era objeto de inúmeras práticas, inclusive antidemocráticas, exercidas no bojo de uma cultura política que tinha como principal objetivo a ideia de permanecer no poder. Ressaltando novamente a eleição de 1954, dois conjuntos de práticas foram utilizadas nesse período por famílias tradicionais do estado, como os Braga, para o alcance da vitória eleitoral, quais sejam: estabelecimento de acordos políticos com a oposição local e o controle dos números eleitorais através de mecanismos de falseamento dos votos.

4.3 Sem oposição: acordos políticos e vitória eleitoral

Já se tornou usual a ideia de que, em tempos de campanha política, o que importa mesmo é o “vale tudo”, o uso de estratégias de diversas ordens com vista à tão cobiçada vaga pleiteada. Para tal objetivo, muito acima de ideologias, estatutos de partido e interesses coletivos, está o sonhado estabelecimento de acordos políticos favoráveis ao candidato. No caso de Wilson Braga e da eleição de 1954, este é um fato político evidente através do acordo firmado entre ele e os representantes do PSD em Conceição, antes da disputa desse pleito.

Mesmo a UDN na Paraíba tendo como principal adversário o PSD, isso em nível de Estado, Wilson Braga estabeleceu um acordo com esse partido que significava basicamente uma troca de apoio político/eleitoral. Concorreria ele no pleito de 1954, com força máxima em Conceição, recebendo das principais lideranças locais, incluindo-se aí os representantes pessedistas, o apoio necessário para que os votos nesse município não fossem divididos, prejudicando, em tese, a sua possibilidade de vitória eleitoral. Em troca do apoio no referido ano, esse político assumia, assim, o compromisso de entregar a prefeitura, em próximo pleito, aos adversários de sua família em Conceição¹⁷⁸.

Diante da aliança formada com a oposição pessedista, Wilson Braga obteve, no pleito de 1954, ampla maioria de votos no município. Conforme atestam os números eleitorais do

¹⁷⁷ Segundo os dados do TRE-PB sobre as eleições de 1954: o candidato José Janduhy Carneiro (PSD), obteve em Pombal 59,42% dos votos válidos desse município; Argemiro de Figueiredo, obteve em Campina Grande 33,95% e; João Agripino alcançou 75,78% dos votos válidos em Catolé do Rocha e 76,82% em Brejo do Cruz. Ver: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Resultado das eleições de 1954. In: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em 28 mar. 2023.

¹⁷⁸ Ver o estabelecimento desse acordo em Melo (1993, p. 207).

TRE-PB, ele alcançou resultado histórico em Conceição, obtendo 2.278 votos (58,8%), estando à frente do segundo colocado, o candidato e então prefeito do município, Nelson Lopes Ribeiro Lima (PL), com maioria de 1.175 sufrágios. O apoio do PSD à campanha dele era também expressa nos números desse próprio partido, cujo representante legal, Humberto Lucena, apareceu em terceiro lugar e com votação de apenas 98 votos (2,53% do total de votos válidos apurados).

As marcas desse acordo acabaram por ressoar e se comprovaram, como havia sido previsto, na eleição de 1955 para a prefeitura de Conceição. Nesta, o candidato João Mangueira Neto (PSD), que havia sido derrotado em 1951, atingiu votação atípica no município ao ser eleito com 2.028 votos (73,32% do total), vencendo o segundo candidato com maioria de 1.290 sufrágios. Considerando que as votações nesse local, em geral, eram bem acirradas, com diferenças que não atingiam a casa dos 80 votos entre os candidatos¹⁷⁹, pode-se perceber os impactos da aliança firmada entre Wilson Braga e o PSD conceiçãoense.

Essa estratégia braguista de se aliar até com a oposição local de seu partido para ganhar a eleição não passava despercebida. Já em novembro de 1954, após serem contabilizados os números eleitorais, divulgava-se na imprensa local esse acordo entre Wilson Braga e os representantes pessedistas de Conceição. Por meio de um colega da Casa do Estudante que acompanhou de perto as estratégias utilizadas pelo político para ganhar a eleição, o jornalista José Souto, a coluna Ronda Política (jornal *O Norte*) apresentou o título “Entre um quente e dois fervendo”. Nele, questionava-se o comportamento futuro do então deputado, dividido entre as orientações do partido em que se elegeu (UDN) e os acordos assumidos com os principais opositores dessa legenda.

Comenta-se muito a situação política do sr. Wilson Leite Braga, que se elegeu para a Assembleia Legislativa na legenda da União Democrática Nacional. É que o jovem estudante de Direito é filho do chefe da secção do brigadearismo no município de Conceição, mas recebeu, conforme se diz o público, o apoio dos pessedistas locais, que sufragaram seu nome em troca da solidariedade udenista ao candidato a prefeito daquela cidade do Vale do Piancó, que sairá das hostes do PSD e será, ao que se diz sem reservas, o sr. João Mangueira, místico de pessedismo e socialismo (O Norte, 1954, p. 2).

Colocando “lenha na fogueira” ao comentar os boatos que se espalhavam sobre a articulação política do jovem Wilson Braga, o jornalista só não enfatizou o que era óbvio

¹⁷⁹ Esse acirramento dos resultados eleitorais em Conceição-PB pode ser constatado nas eleições de 1947 e 1951, através das informações divulgadas pelo TRE-PB. Ver: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Resultado das Eleições. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 11 mar. 2023.

também naquele momento: o acordo não interessava de imediato apenas à família Braga, mas também ao PSD conceiçãoense, uma vez que enfrentavam duramente a oposição do PL local. Como pode ser visto no resultado da eleição de 1951, unindo forças políticas com os Braga, os possedistas de Conceição buscavam se recuperar da derrota sofrida para prefeitura na campanha desse ano, quando Nelson Lopes Lima (PL) venceu João Mangueira Neto (PSD) por uma pequena diferença de votos.

Outra questão não apresentada pelo jornalista é que esses acordos entre diferentes partidos locais, e até mesmo na esfera estadual, eram constantes e se modificaram ao longo da década de 1950. Nas campanhas estaduais ocorridas nos anos de 1950, 1954 e 1958, era comum ver as mudanças de coligações entre os principais partidos no transcorrer de cada pleito, sendo os inimigos de ontem aliados de hoje. Então se, em 1950, aparecia, por exemplo, a coligação Democrática Paraibana (CDP), formada pelo PSD e pelo PL contra a UDN, em 1958, o PL já mudara de lado e formava com a UDN a Coligação Nacional Libertadora (CNL) para enfrentar o PSD. Formações e reformulações essas que só não foram maiores do que na disputa para o governo em 1955, quando o governador José Américo propôs a “pacificação”, unindo UDN, PSD, PL e PSB para eleger Flávio Ribeiro Coutinho (UDN) como o novo governador¹⁸⁰.

Acessando o banco de dados do TRE-PB, através da seleção aleatória de seis municípios paraibanos (Alagoa Grande, Antenor Navarro, Areia, Bananeiras, Piancó e Umbuzeiro), podemos constatar que, na esfera municipal, também não era incomum a formação de alianças políticas que destoavam das coligações presentes no cenário estadual. Comparando a eleição de 1951 com a de 1959, podemos enxergar uma miscelânea de coligações formadas e deformadas nesses municípios, com claro interesse de permanência dos mesmos chefes políticos no comando administrativo local.

Os dados do TRE-PB apontam que, na eleição de 1951, em Bananeiras, o PSD estava coligado com o PL para enfrentar a força da UDN local. Em 1959, no mesmo município, verifica-se que essa coligação tomava completamente outro rumo, pois o PSD formava aliança com a própria UDN, apresentando candidatura única à prefeitura. Situação semelhante à ocorrida também em municípios como Piancó, onde o PSD aparecia, em 1951, unido ao PL e depois firmava casamento com o PTB no pleito de 1959¹⁸¹.

¹⁸⁰ Ver: ZENAIDE, Hélio. Ronda Política: Entre a Paz e a Guerra. *O Norte*, João Pessoa-PB: 11 jan. 1955, p. 2.

¹⁸¹ Em todos esses municípios selecionados, ficaram constatadas a formação, a desconstrução e a reformulação de novas alianças no transcurso das eleições de 1951 e 1958. Ver: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 10 nov. 2021.

Diante de uma legislação que permitiu, juntamente com o retorno e o surgimento de diversos partidos, a possibilidade de coligações, diferentes legendas faziam uso dessa prática, desconsiderando, por vezes, o que ocorria em outros níveis da disputa política. Muito mais do que um cenário triangular e dicotômico de poder, formado pelos partidos PTB, UDN e PSD, e marcado pela divisão entre getulistas e antigetulistas, conforme apresentam autores como Delgado (2020, p. 133) e Ferreira (2020, p. 19), o que ocorria nesse período era a estratégia pluripartidária de formação de diferentes alianças. É preciso considerar, nesse sentido, a participação de outras legendas no bojo das disputas políticas estaduais. Dentre essas, destacam-se o PL, então liderado na Paraíba pelo ministro José Américo; e o PSB, partido com histórico favorável na formação de aliança, que já apresentava um crescimento considerável no início da década de 1960.

Portanto, para além dessas dicotomias, o cenário político e eleitoral das décadas de 1950/60 coloca em evidência as estratégias de formação de alianças que transpunham inclusive as barreiras e ideologias dos partidos políticos, como ocorreu no citado acordo entre Wilson Braga e os integrantes do PSD de Conceição. Não por acaso, essas estratégias ultrapassavam o que era oficialmente formulado pelos órgãos eleitorais, sendo conhecidas apenas através de setores da imprensa. Ações que não eram específicas de apenas um político, mas de inúmeros outros representantes da elite política, figuras imersas numa cultura política em que os interesses individuais se sobrepunham ao próprio partido e até mesmo às regras do jogo impostas pelo regime democrático então em vigor.

4.4 Entre rasuras e incinerações: eleições e fraudes na Paraíba nos anos 1950/1960

O período posterior ao Estado Novo foi marcado decisivamente por alterações substanciais no cenário político brasileiro, sobretudo com a promulgação do citado Decreto-Lei nº 7.586/45 (Lei Agamemnon) e da Constituição de 1946. Por meio desses dispositivos, o país passou a contar com um sistema legal que regulamentava o processo de alistamento e a organização dos partidos e da Justiça Eleitoral, responsável pela realização das eleições. Mas, em face das deficiências presentes nessas próprias leis, que se mostravam inferiores aos códigos eleitorais de 1932 e 1935, foram sendo instituídas outras inovações. Tais inovações aperfeiçoaram a legislação existente e buscavam impedir as práticas de falsificação eleitoral¹⁸².

¹⁸² São exemplos dessas inovações a Lei nº 116/50 que instituiu o código eleitoral e a Lei nº 4.109/62, que definiu a cédula de votação oficial.

Com base em todos os avanços estabelecidos na legislação eleitoral entre o final da década de 1940 e o início de 1960, a historiografia acostumou-se a olhar para esse momento destacando-o como um período de grandes mudanças na ordem política, que incidiram, principalmente, na lisura das eleições e maior segurança nos resultados eleitorais. Tinha-se agora uma Justiça Eleitoral que designava magistrados específicos para a função, uma divisão estratégica no sistema de apuração e a presença de mecanismos voltados para conter e punir as fraudes, a exemplo do voto secreto e das cédulas assinadas no ato pelo presidente de mesa. Dessa forma, considerando esses avanços de ordem legal, podemos afirmar que, nos anos 1950/1960, temos um cenário de “eleições limpas” e distantes do que se evidenciava em épocas como a Primeira República Brasileira?

Quando analisamos casos como o da 17ª Zona Eleitoral (Campina Grande-PB) na eleição de 1954, e outros referentes à família Braga na 41ª Zona Eleitoral (Ibiara e Conceição), nos pleitos de 1962 e 1966, podemos facilmente questionar a amplitude desses avanços democráticos. Ainda que tais casos nos direcionem a perceber mudanças na própria forma de efetivação das fraudes eleitorais – em função da presença de uma legislação e de um corpo de juristas responsáveis pela aplicação e punição de crimes eleitorais – esses anos apontam a continuidade dessa antiga prática política e a participação da própria Justiça Eleitoral, agindo de forma arbitrária na investigação dos crimes e/ou na punição dos culpados.

Nesses episódios de fraudes eleitorais, temos a presença protagonista do político Wilson Leite Braga, ora aparecendo como candidato lesado pelas falsificações, ora citado como mentor intelectual e principal beneficiário dos crimes praticados por seus familiares. O primeiro, referente à eleição de 1954 para deputado estadual, quando esse político entrou com representação no TRE-PB contra o seu companheiro de partido, o udenista Petrônio Ramos Figueiredo¹⁸³. O segundo relaciona-se a uma sequência de fraudes supostamente praticadas pela família Braga na Comarca de Conceição (Seção 15, 41ª Zona Eleitoral) nas eleições de 1962 e 1966.¹⁸⁴.

¹⁸³ Além da documentação movimentada no TRE-PB, o processo da fraude praticada em 1954 pode ser detalhadamente acompanhado nas páginas do jornal *O Norte*, nas edições entre os meses de novembro e dezembro do corrente ano.

¹⁸⁴ Essa série de denúncias e investigações envolvendo a família Braga pode ser consultada por meio da documentação organizada pelo SNI, quando da tentativa de cassação do mandato de Wilson Braga. Nesta, constam ofícios, pareceres, certidões e atas do TRE-PB que versam sobre esse processo envolvendo a família Braga. Ver: Sistema Nacional de Informações (SNI). Dossiê Wilson Braga. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa. Acesso em: 26 maio 2021.

4.4.1 Inimigo íntimo: a fraude da 17ª Zona Eleitoral

Decorrida a apuração das eleições de 1954, começou a se espalhar na capital paraibana, já no mês de novembro desse mesmo ano, uma série de boatos sobre a possibilidade de fraudes praticadas na 17ª Zona Eleitoral (18ª Junta Apuradora de Campina Grande). A notícia contagiava e efervescia os debates políticos nos mais distantes pontos do Estado, não era no entanto uma surpresa, visto que, já nos últimos momentos da apuração, um fato digno de desconfiança havia marcado o pleito para deputado estadual: de última hora, foi computada no TRE-PB uma apuração vinda de Campina Grande que modificava drasticamente a lista dos eleitos à Assembleia Legislativa, fazendo com que candidatos que se encontravam já comemorando a sua vitória fossem surpreendidos com a sua nova condição de apenas suplentes.

Entre os atingidos por essas mudanças no pleito de 1954, estavam dois jovens ingressantes no cenário da política estadual, Wilson Leite Braga (UDN) e Antônio Américo Cesar de Almeida (PSP). Estes, segundo a expressão política da época, haviam sido “queimados” após uma nova contagem eleitoral, que aumentava 150 votos para o candidato udenista Petrônio Ramos Figueiredo, uma votação diferente da veiculada nos telegramas e ofícios enviados ao TRE-PB e confirmada por meio de atas e mapas parciais rasurados¹⁸⁵.

Ante a essa mudança esdrúxula nos números eleitorais, os boatos que circulavam em pontos famosos da capital ganhavam cada vez mais robustez, tornando-se alvo de investigações e representações processuais no TRE-PB. A imprensa local, buscando também fazer a transição nas fontes sobre esse tema – de boatos para informações oficiais –, já entrava a essa altura em contato com funcionários e representantes do Tribunal Eleitoral, obtendo notícias do recolhimento do material para investigações e marcando entrevista com o próprio desembargador e presidente do TRE-PB, Antônio Gabínio.

Chama atenção no caso a entrevista concedida por esse presidente do TRE ao jornal *O Norte*, em 17 de novembro de 1954. Na fala desse presidente ao jornal, ele afirma ter tomado conhecimento sobre a possibilidade de fraude na eleição a partir dos comentários do povo, o que o levou a mobilizar o secretário do TRE para Campina Grande a fim de recolher o material da 17ª Zona Eleitoral. Tratava-se de uma ação sua nas primeiras investigações sobre a prática da fraude, tendo como motivação os próprios comentários de rua e as constantes publicações veiculadas no referido matutino.

¹⁸⁵ Sobre o fato, ver: GONDIM, Josélio. Dos “D. A”. Declarações do Desembargador Antônio Gabínio a *O Norte*. *O Norte*, João Pessoa, 17 nov. 1954. Ver também: ZENAIDE, Hélio. Política e administração: fraude em C. Grande. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 5 dez. 1962, p. 3.

Observam-se, na fala desse magistrado, os reflexos dos anos 1950, quando ganhavam força os debates sobre a necessidade de estabelecimento dos valores democráticos e da participação de todos os cidadãos para conter os retrocessos. A fraude agora ganhava conotações não mais de uma ação de âmbito privado, sendo publicamente apontada como um mal que deveria ser exterminado para segurança da ordem democrática. Tal visão permitia episódios como esse, em que um magistrado recebia jornalistas em sua própria casa, agradecia e desejava contar com o apoio destes no esclarecimento de casos de competência do judiciário.

Outra questão que ainda chama atenção nessa entrevista é o modo como o magistrado se posicionou em seu discurso, deixando entrever nele a imagem de um juiz disposto a usar todos os recursos possíveis para defender a democracia. Isso quando ele se referia não só ao fato de ser extremamente necessária a investigação, como também encontrar e punir todos os culpados, independentemente de quem fossem essas pessoas. Ele demarcava, nesse ponto, o discurso político e legalista concentrado na máxima de que ninguém está acima da lei, como podemos ver na citação abaixo:

Afirmou que a punição viria, recaía em quem recair, pois considera um ato desabonador e inescrupuloso usar-se de expediente dessa natureza, trabalhando pela descrença do poder judiciário e contra os interesses do povo, roubando-lhe o direito de manifestar-se e de ter sua vontade expressa, uma vez que se procura deturpar uma votação dada a candidato A ou B, votação essa, fictícia (O Norte, 1954, p. 1).

A essa altura e com a disposição do judiciário eleitoral em apurar e punir os culpados – afirmativas, por vezes, mais retóricas que práticas –, apareceram na sede do TRE-PB os candidatos Wilson Leite Braga e Antônio Américo Cesar de Almeida entrando com representação e reclamando os seus mandatos de volta. Acionando a Constituição Federal, em seu artigo 141º e §37, pediam eles a realização de perícia no material referente à apuração da 17ª Zona e, através da constatação de fraudes nestes, uma nova recontagem dos votos apurados, tendo como base os telegramas e ofícios enviados pela Junta Apuradora ao TRE¹⁸⁶.

Tornando-se caso de processo judicial, as notícias de investigações de fraude eleitoral na 17ª Zona (18ª Junta Apuradora) movimentavam os comentários populares e tinham os seus reflexos na Assembleia Legislativa. Eram, assim, objeto de acusações e acalorados debates na tribuna, a exemplo do discurso proferido pelo líder udenista Ascendino Moura. Ascendino criticava a atitude de Wilson Braga e a ação do Tribunal Eleitoral e de outros parlamentares,

¹⁸⁶ Em mesma edição que divulgava a entrevista com o presidente do TRE-PB sobre a fraude da 17ª Zona Eleitoral, o jornal *O Norte* citava a representação apresentada por Wilson Braga e Antônio Américo. Ver. GONDIM, Josélio. “Dos D. A”. Declarações do Desembargador Antônio Gabínio a *O Norte*. *O Norte*, João Pessoa, 17 nov. 1954, p. 4.

acusados por ele de estarem, taticamente, buscando preterir determinado político na ocupação das cadeiras do legislativo¹⁸⁷.

Com o intuito de se posicionarem quanto às acusações que recaíam sobre eles e visando paralisar o processo aberto por Wilson Braga e Américo Cezar de Almeida, entravam também com representação no TRE-PB os candidatos Petrônio Ramos Figueiredo (UDN) e Djacir Arruda (PSP). No entanto, mesmo sendo eles os principais beneficiários das mudanças ocorridas nos números eleitorais, o foco de suas representações não era provar a lisura da votação na 17ª Zona Eleitoral, mas defender a ilegalidade do recurso pleiteado pelos denunciantes (Wilson Braga e Américo Almeida). Entre os argumentos apresentados pela defesa, prevalecia a ideia de que esses denunciantes não eram habilitados para formularem o pedido e não pleitearam a tempo o recurso, o que tornava ilegítimo qualquer julgamento sobre o caso¹⁸⁸.

Na primeira questão, alegavam os acusados que caberia ao partido e não aos candidatos a formulação de uma denúncia de fraude eleitoral, o que feria o princípio de representação partidária. Na segunda, sustentavam o argumento de que esse “requerimento” – a representação submetida pelos candidatos Wilson Braga e Américo de Almeida – era “intempestivo”, ou seja, teria sido formulado fora do prazo, uma vez que, durante o pleito e a apuração, nenhum recurso ou reclamação havia sido impetrado contra o resultado das eleições, o que invalidaria o pedido das supostas vítimas.

Diante das repercussões cada vez mais crescentes sobre a possibilidade de fraudes na 17ª Zona Eleitoral, o TRE tratou logo de preparar os seus magistrados para tomada de decisão no caso. Na sessão de 9 de dezembro desse mesmo ano, o presidente do Tribunal Eleitoral, João Gabínio, colocou em julgamento a reclamação de Wilson Braga e Antônio Américo, a partir do parecer enviado pelo procurador regional do Estado, João Jurema, e do relatório elaborado pelo magistrado responsável pelo caso, o juiz João Santos Coêlho.

Na sessão, o relator expôs categoricamente o seu posicionamento no processo, afirmando ter os reclamantes provado a fraude praticada, o que havia ocorrido por meio do deslocamento dos votos de um candidato para outro, sendo evidente a presença de rasuras nas atas e mapas parciais. Segundo ele, a natureza da fraude praticada era tão visível que podia

¹⁸⁷ Ver: Ascendino Moura: ficaram os candidatos à mercê das preferências dos juízes eleitorais. *O Norte*, João Pessoa, 19 nov. 1954, p. 4-8.

¹⁸⁸ Essas questões aparecem na edição do jornal *O Norte* através da matéria “Uma questão moral”. *O Norte*, João Pessoa, 24 nov. 1954 p. 2; são também mencionadas no jornal *Correio da Paraíba*, por meio do colunismo político. In: ZENAIDE, Hélio. Política e administração: Fraude em C. Grande. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 5 dez. 1962, p. 3.

dispensar até mesmo uma perícia nos documentos e que não sabia os interesses motivadores dessa ação, mas que era preciso punir os culpados pelo ato criminoso:

A fraude foi feita – disse o dr. Santos Coêlho – não sei com que interesse, pois isso não me interessa. Foi feita, não sei se por simpatia, por coação, ou pelos trinta dinheiros. Em face do exposto, opinou pela consignação dos votos contidos nas mensagens telegráficas recebidas pelo Tribunal e pela punição de quem for culpado da fraude verificada na 17ª Zona Eleitoral (O Norte, 1954, p. 8-4).

Para o relator do processo, o juiz Santos Coelho, não havia dúvidas da prática de fraude ocorrida contra os candidatos Wilson Braga e Antônio Américo, tendo ficado provado “por A mais B” que ocorreram rasuras nas atas e mapas parciais. Na visão do magistrado, teria sido essa ação um ato criminoso, pois se tratava do deslocamento de votos pertencentes a esses candidatos (cerca de 150 no total) para o udenista Petrônio Ramos figueiredo, sendo extremamente necessária a abertura de inquérito para apurar e punir todos os envolvidos no crime¹⁸⁹.

Seguindo esse mesmo pensamento do relator, os demais magistrados proferiram também seus votos em favor de Wilson Braga e Antônio Américo Cezar de Almeida, afirmando duas questões julgadas como necessárias ao processo: considerar fraudulentos os mapas parciais e as atas da 18ª Junta Apuradora, sendo tomados como válidos os resultados contidos nos telegramas e ofícios enviados anteriormente; e culpar os responsáveis pelo crime praticado. Quando ao argumento para tal decisão, prevalecia a ideia de que não podia o Tribunal se eximir da tarefa de assegurar a vontade do povo expressa nas urnas e “lavar as mãos” diante de evidente crime de falsificação eleitoral, sendo este um atentado capaz de desmoralizar o regime democrático.

Após a decisão do TRE-PB que reconheceu a validade das reclamações de Wilson Braga e Antônio Américo de Almeida, confirmando terem ocorrido fraudes na 17ª Zona Eleitoral, o processo ainda não se encerrou nessa instância. Conforme verifica-se na edição do jornal *A União* de 24 de dezembro de 1954, Petrônio Ramos Figueiredo e Djacir Cavalcante Arruda entraram ainda com recurso contra a decisão proferida pelo referido Tribunal Regional, sendo a documentação encaminhada para o TSE, que haveria de estabelecer a decisão final do caso¹⁹⁰.

¹⁸⁹ Ronda Política. A Sessão Histórica. *O Norte*, João Pessoa-PB, 10 dez. 1954, p. 2.

¹⁹⁰ O encaminhamento desse processo pode ser acompanhado também na coluna Ronda Política do jornal *O Norte*, com a seguinte matéria: Continua a expectativa. *O Norte*, João Pessoa, 11 dez. 1954, p. 2.

Entretanto, chegando o recurso ao Rio de Janeiro para ser analisado inicialmente pelo Procurador-Geral da República, Plínio Travassos, recebeu menção negativa pelo magistrado. Esse procurador defendia, em seu relatório, a necessidade de manutenção da decisão tomada pela corte do TRE-PB, reconhecendo a fraude praticada e a legitimidade dos mandatos de Wilson Braga e Américo Cezar de Almeida. No TSE, foram assim esgotados os recursos desse longo processo de fraude eleitoral na Paraíba, tendo esse órgão seguido a decisão do procurador, quanto a negar completamente o pedido pleiteado pelos candidatos Petrônio Ramos e Djacir Arruda; e determinar a continuidade das investigações sobre os envolvidos nas falsificações¹⁹¹.

Ao julgar esse caso de fraude e, logo em seguida à decisão proferida, determinar a abertura de inquérito para identificar e punir os culpados, vemos evidentemente os avanços democráticos característicos do período em relação a momentos anteriores da nossa história. Como ficou registrado nas próprias edições do jornal *O Norte*, em fins de dezembro de 1954, o TRE incumbiu um magistrado, Nelson Deodato Fernandes de Negreiros, para a realização da investigação e elaboração de relatório de apreciação sobre os envolvidos nas falsificações, o que ficou concluído já no mês de março do ano seguinte¹⁹².

No entanto, essa culpabilização dos envolvidos nas práticas de fraude, em geral, não sofriam as devidas punições. Logo após o trâmite de investigações e abertura de inquérito, em que se identificavam detalhadamente os agentes e suas participações no crime, o processo sofria com a lentidão e pausa dos próprios magistrados que a eles acabavam não dando seguimento. No caso citado, ao tomar o depoimento de mais de setenta testemunhas e concluir que a fraude fora praticada pelo presidente da 18ª Junta Apuradora, o juiz Josué de Castro Farias, em companhia do deputado estadual Álvaro Gaudêncio de Queiroz e do suplente Petrônio Ramos Figueiredo, Nelson Negreiros seguiu o rito judicial ao enviar o relatório ao TRE-PB. Ao completar essa fase, o processo acabou por esbarrar em mãos dos magistrados, ficando os acusados impunes em relação aos crimes.

Tal impunidade fazia com que esses mesmos nomes, anteriormente acusados de fraude eleitoral, continuassem à frente de seus mandatos no legislativo paraibano. Mesmo antes das apurações da fraude na 17ª Zona Eleitoral, um dos principais envolvidos no crime, Petrônio Ramos Figueiredo, já ocupava vaga na Assembleia Legislativa por meio de licença do deputado Francisco Pereira. Petrônio concorreu ainda nas eleições de 1958, representando o Partido

¹⁹¹ Ver: SOUTO, José. Ronda Política. Prenúncios da Vitória. *O Norte*, João Pessoa-PB: 24 fev. 1955, p. 3; Contrário ao recurso de Djacir Arruda o Procurador da República. Longo Estudo de Plínio Travassos. *O Norte*, João Pessoa: 24 fev. 1955, p. 1.

¹⁹² Ver a publicação do resultado desse inquérito em: *O Norte*, João Pessoa, 13 mar. 1955, p. 8.

Social Progressista (PSP), legenda que, ironicamente, havia sido prejudicada com o crime eleitoral praticado em 1954. Desta feita, o deputado estadual Álvaro Gaudêncio de Queiroz permanecia no exercício de seu mandato, que seria ainda renovado nesse cargo nas eleições seguintes até o ano de 1966.

A prática da fraude eleitoral e a impunidade não eram, portanto, novidades dos anos 50 e 60, mas o modo como elas passaram a ser efetivadas ganhava contornos próprios do período. Durante os anos da Primeira República, a fraude eleitoral se processava, em geral, já no momento do pleito, ocasião em que os eleitores eram coagidos por meio da troca de favores e/ou violência a pronunciarem, em votação aberta, o nome do seu candidato. Embora existissem mecanismos que determinassem mudanças divergentes dos resultados das urnas, como a Comissão de Verificação dos Poderes, estas ocorriam de modo legal, dentro dos parâmetros já estabelecidos politicamente, ainda que não compatíveis com um regime democrático.

Com a instituição do voto secreto na Constituição de 1946, que seria assegurado por meio do isolamento do eleitor em cabine e da utilização de cédula oficial, os mecanismos de falsificação de votação acabaram por sofrer também modificações. De acordo com o que ficou atestado no relatório do juiz Nelson Negreiros, na fraude da 17ª Zona Eleitoral, temos uma percepção detalhada das novas estratégias utilizadas por velhos caciques da política para determinarem, a seu bel prazer, os resultados das urnas.

No relatório, ao citar os responsáveis pela fraude praticada, Nelson Negreiros menciona como se deu a participação de cada um deles para a adulteração ocorrida nos mapas e atas parciais. Contra o juiz e presidente da 18ª Junta Apuradora, Josué Clemente de Farias, pesava a denúncia de ser o autor direto da fraude, agindo a mando do deputado Álvaro Gaudêncio de Queiroz. Segundo a acusação apurada nos depoimentos, teria ele impedido o deslocamento dos serviços eleitorais do fórum para o cartório e, após o fim da apuração e em dia de feriado, conseguido as chaves do depósito público, levando consigo os documentos da eleição, depois devolvendo-os com as rasuras efetuadas. Tal ação motivada, de acordo com as testemunhas¹⁹³, em função de dinheiro que teria recebido de partidos políticos.

O deputado estadual Álvaro Gaudêncio de Queiroz foi indiciado como intermediário da fraude e por haver tentado impedir as denúncias do caso. Relatava o juiz, no inquérito, o depoimento das testemunhas que, por sua vez, afirmavam haver uma relação de amizade e influência política entre ele (Álvaro Gaudêncio) e o presidente da Junta Apuradora. Por meio

¹⁹³ Ao citar no relatório os culpados, o juiz menciona também as pessoas que depuseram contra ele. Nesse caso, a denúncia havia partido, segundo ele, de numerosas testemunhas, estando entre elas o senhor Orlando de Almeida e Cizena de Almeida (escrivã do cartório).

dessa proximidade, teria ele agido como um elo entre os interessados por essa prática de fraude e o presidente da Junta, então agente pago para a realização do ato. Pesavam ainda as acusações de ter enviado correligionários a Wilson Braga, buscando estabelecer com ele acordos para a não efetivação de uma denúncia no TRE.

Sobre Petrônio Ramos Figueiredo, denunciava-se que este havia “cientificado” depoentes de sua participação na fraude, por intermédio do deputado Álvaro Gaudêncio. Segundo esses depoentes, Petrônio havia afirmado, durante momentos de reuniões com seus correligionários, que ocorreriam mudanças nos resultados das eleições e que ele passaria da condição de suplente para eleito. Era também acusado de participar da tentativa de impedir o candidato Wilson Braga de formular a denúncia da fraude ocorrida na 17ª Zona Eleitoral.

Esse relatório detalhado do juiz aponta como as fraudes no período não deixaram de existir, mesmo com os dispositivos legais criados para impedi-las. O que ocorreu, de fato, não foi o seu desaparecimento, mas sua mudança de estratégia prática. Ela passava a ocorrer agora ante os resultados já totalizados e por intermédio dos responsáveis pela veiculação das informações junto ao TRE.

Tornando-se cada vez mais difíceis as falsificações no ato da eleição, era preciso agora contar pessoalmente com o “bico de pena” do presidente da Junta, que tomava para si a borracha eleitoral. Este executava a dança dos números de modo tão grosseiro, como foi nesse caso, que economizava até mesmo o trabalho de um perito em atos de fraudes. Como o rito legal da apuração era agilizado pelo envio de telegramas e ofícios pelo presidente da Junta ao TRE, dando nota dos números apurados, e estes eram posteriormente confirmados na ata final, restava a esse falsificador a tarefa de agir sorrateiramente sobre as atas e mapas parciais da apuração para fazer prevalecer a sua vontade no pleito.

Esse processo de falsificação nas eleições de 1954 é um exemplo de como as elites políticas agiam por meio de diversas práticas para garantir sua permanência no campo político. Práticas estas que apontam para a continuidade de um *modus operandi* dessa elite ainda na segunda metade do século XX. Isso porque, era no período da chamada República Velha em que ocorriam constantemente essas interferências dos candidatos nos resultados das eleições. Estes, além de buscarem burlar o processo através da compra de votos e do uso da violência, agiam também modificando os resultados finais por meio de fraudes na contagem dos votos ou da anulação de resultados que não os favoreciam.

Entretanto, para além desse episódio de fraude na 17ª Zona Eleitoral, outros casos de falsificações eleitorais atestam que não eram só de mudanças que se definiam essas práticas nos anos 1950/1960 na Paraíba. As denúncias de fraudes eleitorais praticadas pela família Braga na

41ª Zona, que vieram a beneficiar herdeiros políticos como o próprio Wilson Leite Braga, especialmente nas eleições de 1962, apontam exemplos bem mais complexos. Nesse segundo caso, que veremos mais adiante, as falsificações iam desde o momento do alistamento eleitoral até o final do pleito, contando com o envolvimento do presidente do Cartório Eleitoral, chefes de seções e oficiais de justiça, estes últimos atuando para encobrir as provas dos crimes eleitorais praticados.

4.4.2. Onde estão as cédulas? O caso da 41ª Zona Eleitoral e outros episódios de fraudes na Paraíba

A família Braga, nos anos 1950 e 1960, foi também um exemplo que nos ajuda a perceber como ocorria a permanência das antigas práticas coronelistas, ainda no regime democrático pós-Estado Novo. Não assumindo, no entanto, o papel de juízes da história, mas levando em conta o que dizem os documentos referentes à atuação política dessa família no referido período, verificamos a presença de denúncias e investigações levantadas contra esse agrupamento político. Entre elas, são citados principalmente casos de falsificação de números eleitorais, queima de cédulas e mapas, bem como utilização de juízes para favorecer o candidato da família, o político Wilson Leite Braga.

Grande parte dessa documentação é conhecida por meio de dossiê organizado durante a implantação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968, quando se instituíram o estado de sítio e a cassação dos mandatos políticos (nesse mesmo ano) de 11 deputados federais. Entre alguns pontos do dossiê, pode-se destacar: uma ficha individual do político Wilson Braga, com referências gerais sobre o seu comportamento político; um ofício enviado pelo desembargador corregedor da justiça, Francisco Espínola, à Procuradoria Regional da Paraíba, relatando sua investigação sobre as eleições na 41ª Zona Eleitoral (Conceição e Ibiara); o parecer do procurador regional, João Jurema, indicando a instauração de inquérito sobre o caso; e uma certidão emitida pela Procuradoria Estadual confirmando a existência do relatório de investigação do processo de fraude na 41ª Zona Eleitoral e a indicação dos crimes eleitorais praticados¹⁹⁴.

¹⁹⁴ Todo esse material encontra-se no banco de dados digital do Arquivo Nacional, através de seção relacionada aos documentos levantados durante a Ditadura Militar, por meio do Sistema Nacional de Informação (SNI). Ver: SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo SNI: BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa. Acesso em: 29 nov. 21.

Com base nas acusações presentes especificamente na ficha individual de Wilson Braga, elaborada pelos militares da Comissão de Investigação da Paraíba (CI-PB), verifica-se a descrição de um cenário político eleitoral dos anos 1950 e 1960 mais parecido mesmo com o período da Primeira República Brasileira e seu sistema coronelista. Na ficha, Wilson Braga é apontado pelos militares como político que, ao longo de toda a sua vida pública, se elegeu “sob o manto da corrupção eleitoral”. Para eles, essa corrupção eleitoral era decisiva nas suas vitórias e persistiu nas últimas eleições disputadas para deputado federal.

Tal documento cita também a atuação do meio jurídico, afirmando que, mesmo com diversas aberturas de representações, sindicâncias e inquéritos sobre irregularidades na 41ª Zona Eleitoral, os processos haviam sido procrastinados. Desse modo, os militares descrevem o município de Conceição como local que virou o próprio sinônimo de todos os vícios que se podem nomear nas eleições paraibanas, mencionando, assim, as práticas de corrupção que ficaram atestadas no relatório do então desembargador corregedor Francisco Espínola:

Domínio do Cartório pela família Braga, nomeação de juízes eleitorais corruptos que se colocam a seu serviço, eleitores de outros estados votando, mortos e ausentes que votam naquele município, mapas falsos, queimas de cédulas e chapas de votação logo após a apuração, desaparecimento de documentação eleitoral, tudo isso já foi exaustivamente apurado pelo TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL em vários processos em trânsito nesse Tribunal, nos quais o Sr. Wilson Leite Braga aparece como autor intelectual e principal beneficiado (FUNDO SNI. Dossiê Wilson Braga. BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 35, 1969).

Mesmo fazendo menção a toda a vida pública de Wilson Braga, os casos de corrupção eleitoral apresentados referem-se principalmente à eleição de 1962 para deputado estadual, quando a Comarca de Conceição teve 5.362 votos apurados e esse político, 3.347 (63,43%) dos votos válidos. Conforme relatório do corregedor Francisco Espínola e parecer do procurador João Jurema, citado na ficha individual e anexado ao dossiê militar, teria sido essa eleição marcada por um dos “maiores escândalos eleitorais já ocorridos na Paraíba”, sendo o município de Conceição alvo de fato inédito para o TRE-PB, qual seja: a incineração de cédulas e mapas de votação logo após o término do pleito.

O caminho percorrido entre as acusações de fraudes em 1962 na 41ª Zona Eleitoral e as constatações presentes no relatório do corregedor e pareceres da Procuradoria Regional do TRE-PB fica bem evidente na ficha individual dos militares da CI-PB. Mas, ao analisarmos outras documentações que formam o dossiê militar sobre Wilson Braga, como a certidão emitida pela Procuradoria Regional Eleitoral do Estado, verificam-se de modo mais detalhado

esse percurso do processo e o que ficou devidamente constatado pelo TRE acerca de tais denúncias de corrupção eleitoral.

Na certidão de número 710/65, documento requerido pelo procurador regional e emitido pela Secretaria da Procuradoria do Estado, observam-se, pelo menos, quatro pontos que delineiam bem o andamento até aquele momento das investigações e formulações de inquérito. Em primeira instância, a visita realizada pelo juiz corregedor na 41ª Zona e a apreensão do material recolhido para análise; segundo, a relatoria preliminar do corregedor sobre o material; terceiro, o parecer formulado pelo presidente da Procuradoria Regional da Paraíba, abrindo a instauração de inquérito; e, por último, a análise grafotécnica do material recolhido, realizada pelos peritos indicados (um do Banco do Brasil e outro do próprio TRE-PB), e seu relatório esmiuçado sobre o caso, entregue ao TRE.

Como consta no documento emitido, o foco da investigação eram as denúncias de “votação simulada”, termo usado para referir-se à contabilização de votos de eleitores que não compareceram ou se encontravam ausentes da Comarca no dia da eleição. Porém, o que ficou constatado pelo exame grafotécnico dos peritos, e nas observações do juiz corregedor, iam muito além de apenas um elemento de falsificação eleitoral e do próprio momento do pleito. Segundo cita o documento, ao mencionar o depoimento dos presidentes da 13ª e da 22ª Seção Eleitoral, havia a possibilidade de ocorrências de fraudes já durante a fase de alistamento eleitoral (FUNDO SNI. Dossiê Wilson Braga. BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 44. 1969).

Quanto ao trabalho dos peritos, a certidão esclarece a forma de abordagem aplicada por eles ao material eleitoral, destacando uma atividade minuciosa de análise sobre 6.040 folhas, sendo observada cada assinatura por sua vez. O documento aponta ainda o cuidado na divulgação dos resultados obtidos, em que os peritos fizeram uso de contagens absolutas dos votos declarados na 41ª Zona Eleitoral, transformando-os também em números percentuais para destacar a extensão ou não de fraudes praticadas no pleito e favorecer o entendimento do que foi constatado, conforme pode-se observar a seguir:

Dessa verificação, resultou constatar-se a existência de setecentos e oitenta e uma (781) assinaturas de supostos votantes, manifestadamente falsificadas, como se ressaltavam a um simples exame ocular. Ainda observaram os peritos a existência de cento e quarenta e três (143) assinaturas duvidosas, que exigiam exame especial, com aparelhagem técnica apropriada (laudo, fls. 23/24). A fraude, segundo a perícia, foi observada em dezoito (18) seções de zona, só escapando [...] seis do respectivo total (fls. 26). Dos 5.012 votos apurados, encontra-se uma percentagem de 15,5% de assinaturas evidentemente falsas, restando ainda 2,8% de eleitores cujo comparecimento

é duvidoso (Fundo SNI. Dossiê Wilson Braga. BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 45. 1969).

Considerando o que foi constatado pela análise pericial nos documentos relativos à eleição de 1962 na Comarca de Conceição, observa-se que as falsificações apontadas constituíram uma ação que não era para meros amadores. Fica evidente, no texto oficial, um esquema de proporções gigantescas que, certamente, contava com a participação de inúmeras pessoas, uma vez que as fraudes, ao que supunha o corregedor, iam desde o processo de alistamento eleitoral até o momento final da apuração. Nesse caso em destaque, os peritos chegaram a afirmar que apenas 6 das 24 seções não apresentaram indícios de fraudes e que, comprovadamente, 781 assinaturas foram falsificadas, o que comprometeu cerca de 15,5% dos resultados da eleição na Comarca, havendo fortes possibilidades de esse número ser ainda bem mais elevado.

Ao observarmos os números da corrida eleitoral na 41ª Zona Eleitoral (Conceição /Ibiara), no ano de 1962, divulgados pelo TRE-PB, temos uma dimensão ainda maior do impacto que essas fraudes tiveram no cenário oficial dessa eleição. No pleito citado, o candidato Wilson Leite Braga (PSB) apareceu em primeiro lugar nesse município, com 3.347 votos válidos, enquanto o segundo e o terceiro colocados, João Manguera Neto (PSB) e José Cavalcanti da Silva (UDN), somaram apenas 762 e 302 votos, respectivamente. Diante desses números e das acusações de fraudes divulgadas entre o município e adjacências, um candidato pertencente ao próprio partido de Wilson Braga, João Cavalcanti da Silva, apareceu como depoente na certidão da Procuradoria Regional denunciando a existência de falsificações na 41ª Zona Eleitoral.

Somada às denúncias de votação simulada, tal certidão da Procuradoria Regional cita ainda, ao detalhar os índices divulgados pelos peritos, a existência de seções eleitorais que chegaram a ter 40% dos seus votos considerados fraudados, a exemplo da 5ª e da 6ª seções. Destaca a presença de 17 eleitores que já haviam sido transferidos e tiveram seus votos registrados – entre os quais, pessoas residentes em circunscrições muito distantes, como Mato Grosso – e enfatiza também a presença de nomes de falecidos entre os votantes no pleito.

Diante das acusações apresentadas e da abertura de inquérito no TRE, através do que foi identificado na análise pericial, chama ainda atenção a questão da participação direta de integrantes do judiciário na tentativa de encobrir as fraudes e o controle do cartório eleitoral pela família Braga. No relato do juiz corregedor sobre sua sindicância na Comarca de Conceição, ele informa a incineração das cédulas e dos mapas de votação pelo oficial de justiça Eduardo Gomes de Oliveira e que este declarava assumir toda a responsabilidade pelo ato. Já

na ficha individual de Braga, que tem como base, nesse aspecto, o relatório do juiz corregedor, é descrito como esse magistrado aponta o domínio do cartório pela família Braga e as medidas tomadas para afastar essa influência dos familiares de Wilson Braga de tal órgão:

No caso de Conceição, não se pode negar que nenhuma segurança merece aos adversários da UDN o controle absoluto do cartório eleitoral pela família Braga. Para ressaltar essa situação, basta lembrar que o prédio onde funciona o mesmo cartório tem ligação pelos fundos com a casa do escrivão Francisco de Oliveira Braga (Doc. Fl 16). Esse cidadão é o pai de Wilson Leite Braga e tio do escrivão de então. O TRE, acolhendo a representação, decidiu, em sessão de 3 de agosto de 1963, afastar o juiz e o escrivão do cartório (Doc fl 28 a 30) (Fundo SNI. Dossiê Wilson Braga. BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 51. 1969).

Esse tipo de domínio exercido pela família Braga em Conceição é um exemplo típico de continuação de práticas que remontam ao período coronelista no Brasil¹⁹⁵. Observa-se nessa família, em sua relação com o município, um poder que buscava se sustentar eleitoralmente, mas que o fazia sob a égide do controle das eleições. Tal domínio dos números eleitorais era, por sua vez, efetivado a partir de uma ampla rede de conexões, que se estendia para setores como o judiciário, por meio da parceria de autoridades, a exemplo do citado caso do oficial de justiça.

Não se pode, no entanto, partir do pressuposto de que essa família dominava absolutamente em seu município, sem enfrentar resistência por parte de outras facções políticas locais. A documentação levantada sobre as investigações e constatações de fraude efetuadas pela família Braga em Conceição descreve um cenário político caótico nesse município no transcorrer do processo de investigações. É o que se pode perceber nitidamente em ofício encaminhado pelo desembargador Francisco Espínola ao TRE, após ser comissionado a retornar à Comarca diante de telegrama enviado pelo juiz titular da zona, Genival Matias de Oliveira, informando ameaças sofridas de agressão física e invasão do cartório:

Alega o juiz que a polícia local é impotente para cumprir as suas ordens; que os civis disparam armas de fogo em vias públicas e populares permanecem nas adjacências do cartório, ameaçando-o de agressão física; que elementos do P.S.D premeditam a invasão do cartório e com seiscentos homens armados (Fundo SNI. Dossiê Wilson Braga. BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 48. 1969).

¹⁹⁵ Entre essas semelhanças nas práticas políticas utilizadas pela família Braga e o período do coronelismo, estão as próprias denúncias de fraude no alistamento eleitoral. Como cita Gurjão (2020, p. 92), durante o período coronelista, as disputas eleitorais tinham início antes mesmo do pleito, referindo-se à ocorrência de “alistamento clandestino” como uma prática das facções políticas para aumentar o número de seus eleitores.

Como mencionado pelo próprio juiz desembargador, as eleições ocorridas em 1962 deixaram um rastro de hostilidade e violência instalado na Comarca, o que o fazia, em ofício, lembrar o próprio tribunal de que o território em destaque era cortado pelas antigas tradições do cangaço, sendo necessária a tomada de medidas urgentes para conter possíveis violências. Declarando esse clima de hostilidade instalado, ao recolher depoimentos no local e lembrar a questão da localização da Comarca, o desembargador chegava a enfatizar a necessidade de força policial no território, prevendo a possibilidade de casos de violência em face do pleito que se aproximava:

De tudo o que se observa é que a situação da 41ª Zona requer atenção especial desse Egrégio Tribunal. Além de sua localização remota, aos limites dos estados de Pernambuco e Ceará, é centro de uma zona onde ainda remanescem as tradições do cangaço. A presença da força federal nos municípios que a compõem (Conceição e Ibiara), já solicitada por esse Egrégio Tribunal, era uma medida que se impunha para garantir a tranquilidade do próximo pleito e de sua apuração (FUNDO SNI. Dossiê Wilson Braga. BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 49. 1969).

Embora constatando, durante a visita, que muito do que era noticiado constituía ainda boatos sem comprovações, conforme afirmavam os depoimentos, ele detalha a existência de uma relação política entre o juiz da Comarca com a família Braga. Relação esta, segundo o corregedor, presente desde o momento em que o juiz se instalara no município e se dividira entre as funções de professor, advogado e integrante do bloco da UDN, que dava apoio a Wilson Braga. Seria essa ligação, segundo o corregedor, o principal motivo para que pessedistas e outros espalhassem ameaças, afirmando de antemão a existência de fraudes nas futuras eleições.

As resistências a esse domínio da família Braga em Conceição se fizeram sentir não apenas através de ameaças e ataques diretos, direcionando-se também para a arena do judiciário. Isso é o que se constata por meio do próprio TRE-PB, através de reclamação enviada pelo delegado do PSD, formulando denúncia contra o juiz da zona eleitoral, Genival Matias de Oliveira. No ofício, datado de 21 junho de 1963, o delegado do PSD e outras sete testemunhas expunham, em cinco páginas, onze argumentos levantados para fazer a reclamação contra o juiz e requeriam uma nova visita do corregedor para apuração e instauração de inquérito. Pediam ainda o afastamento do magistrado Genival Matias de suas funções no Tribunal e a nomeação de novo juiz para a Comarca¹⁹⁶.

¹⁹⁶ Essa representação do PSD contra a família Braga é também um dos documentos que fazem parte do dossiê Wilson Braga. Ver: SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo SNI: BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 53, 1969. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa. Acesso em: 29 nov. 21.

A longa argumentação apresentada pelo PSD para pedir o afastamento do juiz é uma parte que chama a atenção no documento. Ela nos direciona a visualizar o cenário político então instalado na Comarca e os elementos utilizados pela família Braga para estabelecer o domínio político em tal território. Entre as acusações proferidas nessa parte, a grande maioria delas versa sobre a atuação dos juízes que, segundo argumentava o delegado do PSD e demais testemunhas, eram os responsáveis diretos ou indiretos pelas fraudes. Tal argumento se sustentava na ideia de que esses juízes fechavam os olhos para os crimes eleitorais praticados pelos Braga, tomavam decisões sempre favoráveis a essa família e dividiam a função de magistrados com a de cabo eleitoral dos candidatos dessa família.

Ao lembrar o inquérito, então em processo, sobre as fraudes ocorridas em 1962, o documento aponta, já em seu segundo argumento, o comportamento do juiz Alceu Alves Feitosa, magistrado que antecedeu Genival Matias de Oliveira e que presidiu essa eleição. Para os representantes pessedistas, teria esse juiz “cruzado os braços” e assistido inerte aos crimes praticados no pleito, causando prejuízos para os candidatos que formularam críticas e reclamações em tempo hábil. Afirmavam ainda que, diante dessa situação, o próprio magistrado pedira transferência para outra Comarca, sendo substituído pelo atual Genival Matias.

Mesmo citando as práticas ditas como ilegais do juiz Alceu Alves, os pontos centrais da reclamação recaíram sobre o magistrado Genival Matias, sendo este o principal responsável pelo pleito que se aproximava para a prefeitura de Conceição. Contra esse magistrado, foi listada uma série de denúncias, que iam desde a sua atuação na legenda da UDN até as decisões judiciais, ditas como sempre favoráveis à família Braga. Essas acusações, fundamentadas no código então vigente (Lei 2.350, de junho de 1955) e em documentos comprobatórios, em anexo, são conhecidas resumidamente nos pontos a seguir:

i) Antes do exercício do cargo de juiz da Comarca de Conceição, Genival Matias era ex-político militante em Conceição da legenda da UDN, atuando nos comícios e em todas as etapas da eleição, desde a inscrição até a apuração dos pleitos;

ii) No exercício do cargo, não se desvinculava da atuação partidária, exercendo no município de Juazeirinho também a função de promotor público e presidente da UDN. Mesclava, assim, as atuações jurídicas com as de natureza político/partidária;

iii) Na condição de presidente da UDN em Juazeirinho, agraciou o deputado Wilson Braga com 443 votos, um local onde a família Braga não dispunha de outra influência a não ser a presença do magistrado em tal lugar;

iv) Na atuação como juiz em Conceição, continuava amparando seu antigo aliado político, tendo como auxiliar o escrivão Francisco Velton, primo de Wilson Braga. Por meio

dessa parceria, o magistrado não estaria enviando os recursos impetrados pelo delegado do PSD, Manoel Messias do Nascimento, com a finalidade de beneficiar o candidato a prefeito da família aliada, Walter Leite Braga;

v) Estava deixando de dar o expediente no cartório eleitoral para fazê-lo em sua residência, ficando inacessível às fiscalizações dos pessedistas e, quando proferia os seus despachos no cartório do serviço eleitoral, mantinha contato com o Cartório de Execuções Criminais, que tinha como tabeliã a irmã de Wilson Braga, Nice Braga;

vi) Vinha permitindo transferências eleitorais ilegais, ocorridas com atestados assinados em branco pelo tenente Jacinto da Consta Serra, tendo como reconhecimento de firma o comissário procedente da irmã de Wilson Braga, Nice Braga; e

vii) Ao mesmo tempo em que permitia transferências ilegais de eleitores, agia arbitrariamente na prisão de eleitores pessedistas que haviam declarado rompimento com a UDN.

Ainda que se tratasse de uma denúncia que precisava ser investigada, essa reclamação e os demais documentos comprobatórios expõem os indícios de como esse controle eleitoral, por parte de famílias locais como os Braga, se efetuava em seus municípios. Entre essas denúncias, estavam principalmente a nomeação de autoridades jurídicas extremamente afinadas com a família política e a presença dos próprios familiares no controle do cartório eleitoral. Por meio do apoio dessas autoridades, podiam os chefes locais e seus herdeiros manter o controle sobre o alistamento do eleitorado local, facilitar as práticas de falsificação nos pleitos ocorridos e, além do mais, atuar na procrastinação de denúncias formuladas contra integrantes do grupo, em virtude de práticas de fraude eleitoral.

Essa forma de dominação presente no município de Conceição trata-se, inegavelmente, da continuidade do chamado mandonismo, em que o chefe, em geral, maior representante da oligarquia, busca exercer o controle de diferentes setores, interferindo nas decisões locais. Tendo ele influência decisiva no meio jurídico, ao participar da nomeação dos juízes e dos chefes de polícia e ainda comandar espaços de poder, como os cartórios, utilizava-se de toda espécie de arbitrariedade com vista à continuidade e à reprodução da sua família nos principais postos de comando.

Segundo Carvalho (1997), essa dominação de tipo mandonista apresenta-se em maior ou menor grau, dependendo dos avanços nos direitos de cidadania. Porém, é preciso evidenciar que o mandonismo também sobrevive alimentando-se das estratégias da própria ordem democrática. Como se percebe no exemplo das famílias Braga e Figueiredo citadas, muitas

eram as formas de falsificação eleitoral ainda utilizadas nos anos 1950/1960, mas se destacando agora como predominante a adulteração de títulos, mapas e atas parciais.

Porém, mesmo com a utilização de todos esses mecanismos que burlavam as vias democráticas, os grupos de oposição política nesses locais encontravam meios de efetivar seus reclames e resistir ao domínio dos mandões. Este foi o caso da reclamação feita pelo PSD ao TRE: diante da ineficácia das denúncias efetuadas no município, recorria-se diretamente ao Tribunal Eleitoral, agora, para manifestar-se contra a própria autoridade jurídica. Assim, diante de uma formulação bem executada, por meio do uso da legislação e de documentos comprobatórios, bem como do manifestado interesse legal dos magistrados regionais no caso, podiam esses opositores alcançar determinado êxito.

Enviando a reclamação para o procurador regional do Estado e o TRE, os integrantes do PSD de Conceição conseguiram alcançar seus objetivos no caso. Do procurador, receberam a alegação de não ser ele a pessoa com incumbência para o caso, mas que tais denúncias deveriam ser alvo de sindicância. Quanto ao TRE, em sessão de 8 de agosto de 1963, a reclamação foi colocada em julgamento, e os magistrados decidiram pelo afastamento do juiz Genival Matias e do escrivão. O Tribunal decidiu ainda determinar o deslocamento do cartório eleitoral, em face das denúncias apresentadas sobre o uso dele pela família Braga¹⁹⁷.

A tomada dessas decisões no TRE, no entanto, tinha caráter limitado, sendo mais paliativas do que propriamente eficazes no combate às ações antidemocráticas de mandonismo político, como a fraude eleitoral. Tal assertiva pode ser facilmente comprovada ao verificarmos que, para além do afastamento de juízes e mudança nos locais de funcionamento do cartório eleitoral, o cenário em municípios como Conceição era praticamente o mesmo. Não por acaso, na eleição seguinte para deputado federal, ocorrida em 1966, o diretório do MDB paraibano enviou também sua reclamação, denunciando a continuidade de fraudes eleitorais na 41ª Zona.

Nesse segundo caso, vemos que, mesmo durante o período da Ditadura Militar, essas práticas de falsificação permaneciam e, além disso, as denúncias sobre elas se somavam a petições acumuladas para o andamento de processos de investigações, há muito paralisados. Foi o que ficou atestado na reclamação de 9 de novembro de 1966, apresentada pelo advogado do MDB estadual, Hilton Guedes Pereira. Nesta, os emedebistas efetuaram denúncia de fraude no alistamento eleitoral da 41ª Zona e requereram o prosseguimento do processo de nº 2/62, o

¹⁹⁷ Ofício presente no Dossiê de Wilson Braga. Ver: SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo SNI: BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 59, 1969. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa. Acesso em: 29 nov. 21.

mesmo que correspondia às denúncias de falsificações praticadas pela família do deputado Wilson Braga na eleição de 1962¹⁹⁸.

Fazendo menção ao TRE sobre o que havia ocorrido em 1962 na 41ª Zona, sobretudo quanto à questão da votação simulada de eleitores não correspondente aos títulos exibidos, o MDB requeria a continuidade desse processo, então paralisado, e afirmava a repetição de tal prática de falsificação no último pleito ocorrido. Nesse sentido, como argumento para continuidade do processo anterior, o partido utilizava a própria recorrência da prática de fraude nessa zona e o fato de elas estarem deixando margem para futuras repetições desse ato antidemocrático.

Entre os motivos elencados para sustentar essa denúncia de fraude na 41ª Zona Eleitoral (eleição de 1966), o documento cita a ocorrência de abrupto aumento no número de eleitores, denunciando terem ocorrido falsificações durante o processo de alistamento eleitoral. Aponta, dessa forma, a existência de uma lista, em anexo, contendo o nome dos eleitores alistados irregularmente – entre esses eleitores, estariam pessoas pertencentes ao Estado do Pernambuco –, chegando ainda a citar na representação o nome de uma eleitora que estaria portando um título eleitoral falsificado. Segundo consta nas alegações, seria essa eleitora apenas um exemplo de “centenas” de outras pessoas que receberam das autoridades competentes locais títulos falsos e que estariam exercendo o direito do voto.

Além da questão das irregularidades no alistamento eleitoral, o MDB estadual denunciava as suspeitas de fraudes ocorridas diretamente em duas seções eleitorais. Segundo afirmavam, duas seções receptoras de votos da 41ª Zona Eleitoral encontravam-se no chamado Poço do Cachorro, um local de difícil acesso e muito distante da sede (“vinte e três léguas de distância”), impossibilitando a ocorrência de fiscalizações e facilitando, conseqüentemente, as práticas de fraude. Nesse ponto, os emedebistas teciam críticas à própria organização do TRE, em face da inexistência de um magistrado na Comarca para atender o pedido de transferência dessas seções, sendo tal zona alvo de constantes mudanças de juízes.

Quanto à denúncia formulada sobre a eleição de 1966, podemos ver claramente a repetição de duas características que marcaram os atos de falsificação eleitoral nos anos 1950/1960: de um lado, o controle exercido nos órgãos responsáveis pela organização da eleição, sobretudo os cartórios, já em sua etapa de alistamento eleitoral, peça chave para

¹⁹⁸ Essa representação do MDB contra a família Braga é também um dos documentos que fazem parte do dossiê Wilson Braga. Ver: SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo SNI: BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 53, 1969. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa. Acesso em: 29 nov. 2021.

garantia de votos em determinado candidato; e de outro, a participação direta ou indireta de integrantes do TRE, que se mostravam ineficazes na tomada de decisão sobre os processos de fraude e no atendimento dos requerimentos que visavam democratizar as eleições.

Em suma, elevados números eleitorais em um só município, práticas antidemocráticas de controle das eleições e disputas entre oligarquias locais que, em geral, desencadeavam uma série de conflitos violentos e de processos judiciais eram os principais elementos que marcavam a política municipal em décadas como as de 1950 e 1960. No centro de tais acontecimentos, estavam famílias como os Braga de Conceição, que buscavam, através de suas influências locais, projetar-se em direção à política estadual e, por essa via, fortalecer, inclusive, seu domínio em âmbito local.

A historiografia escrita sobre esse período enfatizou massivamente a ideia de eleições mais democráticas (Blondel, 1994 [1957], p. 22), “menos manipuláveis” (Cittadino, 1998, p. 17), concentrando-se em debater os avanços no processo eleitoral a partir de mudanças na legislação (Delgado, 2020). Ainda que tais mudanças no processo de redemocratização pós-Estado Novo devam ser problematizadas, é preciso olhar com muito cuidado essas transformações. É certo que as reformas eleitorais do período, como a Lei Agamemnon, tiveram os seus impactos no processo democrático, sobretudo quanto ao sigilo do voto e à distribuição e à organização das eleições (TSE, TRE e Juntas Apuradoras). Tais mudanças, no entanto, não impediram por completo a continuidade de práticas políticas antidemocráticas massivamente utilizadas em períodos anteriores.

Nessa perspectiva, se fraudes como as rasuras de atas e mapas citados no caso da eleição de 1954 (17ª Zona Eleitoral) e da votação simulada em 1962 na 41ª Zona, atestam, por um lado, a efetivação nos processos de investigação e criminalização dessas práticas; por outro, evidenciam continuidades operacionalizadas através do agenciamento dos próprios integrantes dos órgãos de democratização. Desse modo, devem-se olhar com ressalvas as afirmações que atribuem para esses anos a ideia de carisma e esvaziamento da violência como fatores dominantes nos pleitos eleitorais, como se as práticas políticas da Primeira República tivessem encontrado sua morte ante as reformas eleitorais.

Como pode ser observado nas próprias eleições de 1962, não eram apenas a família Braga e o candidato Wilson Leite Braga os alvos de acusações de fraudes no período. Tratava-se de uma onda generalizada de investigações, que partiam de denúncias impetradas, através de recursos no TRE-PB, por candidatos ou partidos considerados lesados nesse pleito. Jornais como o *Correio da Paraíba* mencionavam, quase que diariamente, episódios de indícios de

fraudes, além de réplicas e trélicas de candidatos envolvidos em investigações de supostas fraudes eleitorais¹⁹⁹.

Como se verifica na eleição de 1962, ainda durante o período de contagem dos votos, começavam a chegar na sede do TRE em João Pessoa uma onda de recursos, reclamações e tentativas de impugnações de resultados parciais. Essas denúncias, além de apresentarem as falhas ocorridas durante o pleito e a participação em crimes eleitorais dos próprios agentes envolvidos na eleição, eram também estratégias utilizadas pelos candidatos, ante a possibilidade de derrota que ia se apresentando no decorrer do longo período de apuração.

Na edição de 18 de outubro de 1962, o jornal *Correio da Paraíba* expôs um desses episódios, através da coluna intitulada “Diário da Política”. Na matéria, o jornal mencionou a quantidade de recursos que eram protocolados no TRE-PB, denunciando que haviam ocorrido falhas no processo eleitoral por meio de evidentes flagrantes de irregularidades nas zonas. O periódico mencionava, assim, o início de uma “batalha judicial” envolvendo os candidatos ao senado Argemiro de Figueiredo (PTB) e Aluísio Campos (UDN), que disputavam acirradamente a segunda vaga para esse cargo, uma vez que João Agripino se encaminhava para ser o mais votado ao senado no pleito.

Desse modo, como aponta o jornal *Correio* na coluna citada, Argemiro Figueiredo (PTB) e Aluísio Campos (UDN), constatando uma diferença parcial no pleito que pouco ultrapassava a barreira de mil votos, impetraram uma avalanche de recursos e reclamações no TRE-PB e protagonizaram episódios de acusações mútuas na imprensa. Como resultado dessa disputa, ocorreu recontagem de votos em municípios como Araruna, Campina Grande e Teixeira, o que, conseqüentemente, atrasou ainda mais a divulgação do resultado final do pleito e criou um clima de descrédito no trabalho da Justiça Eleitoral.

Fato digno de curiosidade nessa disputa, que envolvia dois reconhecidos chefes políticos da década de 1960, foi a presença protagonista de uma terceira pessoa, que se envolvia ativamente nas acusações presentes no jornal *Correio*: o deputado estadual Petrônio Ramos Figueiredo. Como filho de Argemiro Figueiredo, Petrônio se destacou nesse jornal na edição do dia 18 de outubro de 1962 (p. 3) ao fazer um pronunciamento denunciando o candidato

¹⁹⁹Além dos dois exemplos de fraudes citadas no trabalho, diversos outros casos marcaram as eleições como as de 1962. Nas edições do jornal *Correio da Paraíba*, entre outubro e dezembro de 1962, pode-se verificar as denúncias sobre essas outras fraudes, a exemplo das seguintes matérias: Onda de recursos contra as três urnas de Monteiro. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 17 nov. 1962, p. 3; José Lacerda refuta acusação de fraude. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 23 out. 1962, p. 1; e Fraude eleitoral: Aluísio replica. *Diário da Política*, *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 18 out. 1962.

Aluísio Campos de cometer fraude eleitoral, através da nota intitulada pelo periódico: “Petrônio denuncia Aluísio por fraude e diz Argemiro eleito”.

Na sua fala à imprensa, esse deputado proferiu uma série de acusações que eram direcionadas não só para Aluísio Afonso Campos, como também para integrantes do judiciário que, segundo ele, estariam sendo “subornados” para acatar pedidos de recontagem de votos. Afirmava ainda ter sido o autor de denúncia formulada no TRE contra episódios de fraudes que “campearam no sertão” e que ocorreram sob o comando de Aluísio Campos. Encerrando seu discurso, Petrônio Ramos Figueiredo afirmava também que acreditava na honestidade dos magistrados do Tribunal Eleitoral, embora tivesse tomado conhecimento sobre um juiz que havia sido “vencido” (subornado) pelo candidato Aluísio campos.

Aluísio Afonso Campos apareceu igualmente na imprensa oferecendo sua réplica às acusações proferidas por Argemiro e seu filho Petrônio Ramos Figueiredo. Na matéria “Fraude eleitoral na Paraíba: Aluísio replica Argemiro”, publicada também no dia 18 de outubro de 1962, o jornal *Correio da Paraíba* expôs a fala de Aluísio, que se mostrava indignado com declarações descritas como “levianas”, afirmando que quem tinha experiência em fraudes era o próprio Petrônio Ramos Figueiredo, lembrando, nesse caso, o episódio ocorrido em 1954 contra o deputado Wilson Leite Braga:

Não tenho experiência de fraude e, graças a Deus, cesso, como o deputado Petrônio Figueirêdo, que, em 1954, devidamente assessorado por outros políticos mais maduros e experimentados no ofício, na 17ª zona eleitoral, adulterou resultados para depurar os deputados Américo e Wilson Braga – disse Aloisio (*Correio da Paraíba*, 1962, p. 3).

A fraude eleitoral era, portanto, um recurso utilizado por esses políticos não apenas para garantir os resultados favoráveis nas eleições. Elas se constituíam igualmente de estratégia operacionalizada por eles para desqualificar os resultados obtidos por seus principais concorrentes na disputa eleitoral. Essa desqualificação, por sua vez, ocorria através do uso dos próprios dispositivos democráticos, como o Código Eleitoral, que sofria inversões de interpretação de acordo com os interesses políticos em cada eleição ou episódio de denúncia formulada no TRE.

Essa estratégia de utilizar pontos específicos do Código Eleitoral ao bel prazer dos candidatos, fora percebida pelo colunista Hélio Zenaide na edição do jornal *Correio* (dia 5 de dezembro de 1962, p. 3), através do título “Política e administração: fraude em C. Grande”. Nessa coluna, Zenaide destaca o encaminhamento de uma reclamação contra o resultado da apuração na 16ª Zona Eleitoral (Campina Grande), feita pelos Partidos PSB, UDN e PL. Tais

legendas alegavam terem ocorrido, nessa zona, fatos que invalidariam totalmente os números ali apurados, citando episódios de “tumulto e desordem”, como o uso abusivo de bebidas alcoólicas no local e a introdução de “cédulas estranhas” nas urnas.

Quanto à questão da introdução destas “cédulas estranhas”, afirmava a coluna de Zenaide que esses partidos declararam ter ocorrido um fato que, em si, já invalidaria os números eleitorais da 16ª Zona. Isso porque, durante a apuração, um dos membros da Junta Eleitoral, José Gil Gonçalves, havia repreendido um delegado de partido que estava “misturando cédulas estranhas” com as que eram retiradas das urnas. Para os representantes dos três partidos reclamantes, esse delegado era aliado dos candidatos ao senado Argemiro de Figueiredo (PTB) e Drault Ernani (PSD), tratando-se de uma ação deliberada para beneficiar estes e prejudicar os candidatos João Agripino (UDN) e Aluísio Campos (UDN).

Além dessa denúncia de crime eleitoral praticado na 16ª Zona, chamou a atenção na coluna de Zenaide o tópico denominado “Fraude e preclusão”. Neste, o jornalista destacou um entendimento legal assumido pelo TRE-PB em 1954 de que não deveria haver preclusão contra crimes que ofendessem a ordem constitucional, sendo indicada a anulação da apuração nesses casos. Em outras palavras, Zenaide retomou o “escândalo” de fraude eleitoral praticada na 17ª Zona, na eleição de 1954, quando Petrônio Ramos Figueiredo foi envolvido com um dos mandantes de fraude nas atas e mapas parciais dessa zona, crime que retirava Wilson Leite Braga e Antônio Américo de Almeida da lista dos eleitos a deputado estadual no pleito.

Enfatizou, assim, o referido jornalista que, se naquele momento o TRE-PB havia confirmado os pedidos de Wilson Braga e Antônio Américo, concedendo-lhes novamente o cargo, e derrubado a tese levantada por Petrônio Ramos Figueiredo de que a reclamação era intempestiva, então esta decisão deveria ser a mesma quanto a esse crime eleitoral que envolvia a família Figueiredo. Nesse sentido, Zenaide observou a conduta adotada pelo filho de Argemiro que buscava amparo nas brechas interpretativas do Código Eleitoral de 1950, defendendo-se mais uma vez das acusações de fraudes através de argumentos como as ideias de preclusão ou intempestividade dos denunciante.

No entanto, nesse segundo pleito, os argumentos apresentados por Petrônio e a família Figueiredo parecem ter surtido os seus efeitos. Como constam nos dados do TRE-PB, Argemiro foi proclamado como segundo senador eleito em 1962, obtendo o total de 110.832 votos válidos, tendo uma diferença para o terceiro colocado, Aluísio Afonso Campos, de apenas 1.549 votos. Porém, o reconhecimento desse resultado pelo TRE-PB não constituiu uma surpresa, visto que, acrescidas aos argumentos levantados pela defesa do PTB e do PSD, pesavam

também as inúmeras denúncias de fraudes protocoladas contra o então candidato ao senado pela UDN, Aluísio Campos.

Os anos 1950/60, portanto, não devem ser analisados apenas como um período de grandes avanços democráticos, como expõem categoricamente as principais leituras historiográficas do período. Inúmeros episódios de fraude e corrupção eleitoral, atestados principais através de matérias presentes em periódicos como os citados, indicam a permanência de práticas antidemocráticas provenientes de períodos históricos anteriores a esse momento de redemocratização. Tais práticas, à medida que nos permite analisar alguns traços da cultura política da elite nesse cenário eleitoral paraibano, extrapolam esses limites, estando presentes em outros estados, a exemplo das matérias veiculadas por jornais paraibanos sobre fraudes ocorridas no Ceará, na Bahia, no Rio de Janeiro, entre outros territórios do Brasil²⁰⁰.

Ainda assim, é preciso reconhecer também que, se essas práticas contrárias à democratização não desapareceram completamente com as reformas, porém passaram a conviver com outras mais ajustadas às normas legais. Entre elas, podemos destacar a busca de fortalecer suas influências políticas como uma prática das famílias de poder local, através da tática de criação de novos municípios (emancipações), e o uso descartável e oportunista das legendas políticas. Essas questões ganham corpo nos próximos debates, a partir da atuação legislativa do político Wilson Leite Braga.

4.5 Dividir para melhor dominar: emancipações distritais como face da cultura política dos anos 1950/1960

A culpa não foi dos habitantes dessas vilas, porque nenhum sonho pode ser tão dourado na vida de um ente humano quanto a liberdade, e aqueles que a ela aspiram nunca deverão serem acusados. Os nossos legisladores é que puseram o carro na frente dos bois e, agora, precisam ter a coragem de votar contra uma porção de projetos, dos muitos que estão no palácio das secretarias e visam a criar municípios. (Souto. Ronda Política. *O Norte*, 23 out. 1956, p. 2).

Era esta já a segunda metade dos anos 1950, quando, no Estado da Paraíba, em seu âmbito político, a ideia da necessidade de ponderação sobre a criação de novos municípios

²⁰⁰ Entre as matérias de fraudes divulgadas em outros estados, temos: Candidato ultimando recurso para pedir anulação do pleito. *O Norte*, João Pessoa: 12, out. 1962; Desvio de urnas eleitorais no Ceará. *Correio da Paraíba*, João Pessoa: 23 out. 1962; A anulação do pleito fluminense. *A União*, João Pessoa, out. 1962.

ganhava a cena pública no legislativo. Na pauta, estava a votação da proposta orçamentária do executivo para o ano de 1957 e suas respectivas 87 reparações apresentadas. Mas, em termos específicos, colocava-se no debate a questão da desenfreada proposição de projetos de criação de novos municípios no Estado, destacando-se a repercussão da fala do político petebista Antônio Montenegro.

No discurso, Montenegro encaminhava uma espécie de apelo aos parlamentares pedindo que retirassem da pauta, de forma generalizada, seus projetos de lei que versavam sobre a criação de municípios. Na visão de José Souto, no entanto, tratava-se esta de uma atitude louvável e, ao mesmo tempo, uma “bomba autenticamente retardada” (Souto, 1956, p. 2), visto que, naquele momento, a situação encontrava-se caótica. Lembrava o jornalista dos projetos recentes de emancipações, como o de Juazeirinho, e da concentração desses PLs apresentados por um único deputado, referendando o exemplo de Humberto Lucena como político que, de uma só vez, requereu a emancipação de três localidades.

Não pretendia, entretanto, nem o jornalista nem tampouco o político, impedir que esse surto emancipacionista chegasse ao fim. A preocupação propalada dirigia-se ao ano de 1957, suas dificuldades de orçamento apresentadas, e à ideia de que o período correto para as emancipações era, na verdade, a partir de 1958, quando se daria por encerrado o quinquênio do Estado, abrindo-se margens para as novas repartições do território. Tanto era este um fato que o próprio Montenegro seria ainda autor de quatro projetos emancipacionistas, atuando entre 1959 e 1961 na criação das cidades de Aguiar, Boqueirão dos Cochos, Ibiara e Nova Olinda²⁰¹.

O caso citado acima configura-se uma realidade que atingia todo o país, não sendo uma particularidade do estado paraibano. O fim do Estado Novo e as consequentes políticas institucionais de redemocratização, embasadas sobretudo na Constituição de 1946, propagaram uma descentralização na administração do território nacional. Essa política descentralizadora conferia a estados e municípios autonomia em relação à escolha de seus governantes e definia a repartição de responsabilidades em questões, como a divisão ou a aglutinação de seus territórios e a forma de gerenciar a arrecadação pública²⁰².

Quanto aos recursos arrecadados, definia essa Constituição a transferência para os municípios de 10% referentes ao imposto de renda (art. 15, inciso 4º), tendo direito a 40% na arrecadação de novos impostos criados pelos Estados ou pela União (art. 21) e ainda a 30% do valor excedente da arrecadação estadual em seu território (art. 20). Esse quadro de mudanças

²⁰¹ Bezerra (2016, p. 149) aborda a emancipação dos municípios citados.

²⁰² Ver Palácio do Planalto: Constituição de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 05 dez. 2021.

na distribuição de impostos só passou a ser efetivamente favorável aos municípios nos anos 1960, através de emendas constitucionais e da vigência do prazo de pagamento de alguns impostos, definidos pela Constituição de 1946, como discorre Bezerra:

No caso das emancipações instituídas em 1961, pode-se, de fato, atestar uma conjuntura bastante favorável em dois aspectos. Primeiro, houve a sanção da Emenda Constitucional nº 5/1961, que ampliou a cota de 10% para 15% do imposto de renda a ser repassada às unidades locais (Brasil, 1961). Segundo, no período de 1960 a 1966, o biênio 1960/1961 foi aquele em que as transferências do imposto de renda (IR) e do imposto de consumo para os municípios, feitas pela União, chegaram a quase 100% do valor total (Bezerra, 2016, p. 103).

Diante desse contexto, verifica-se um aumento significativo na criação de municípios em todo o território nacional – o Brasil passa de 1.890 municípios em 1950 para 3.953 em 1970²⁰³ –, sendo a Paraíba o Estado que mais promoveu emancipações distritais. Como se percebe no Quadro 7, a seguir, essa política institucional foi um motor decisivo para uma verdadeira mudança na configuração territorial do Estado paraibano, o que foi devidamente efetivado através da atuação do governo estadual, então responsável pela regulamentação das leis e sanção das emancipações operadas em seu território.

Quadro 7 - Municípios criados na Paraíba entre 1940 e 1960
Década de 1940 Década de 1950 Década de 1960 Total de municípios

41	47	83	171
----	----	----	-----

Fonte: Assembleia Legislativa da Paraíba. Organizado pelo autor (2023).

Com base nesses dados, evidencia-se que a criação de novos municípios no país e, particularmente em nosso lócus de debate, a Paraíba, era uma nova prática política largamente utilizada pela elite como instrumento de dominação e manutenção de poderes. Através das alterações promovidas nas normas institucionais e das relações clientelistas convenientes com os governadores do Estado e a Assembleia Legislativa, diversas famílias tradicionais da política fizeram uso dessa estratégia de emancipação distrital, tornando-a um elemento característico da cultura política do oportunismo nas décadas de 1950 e 1960. Por meio dela, puderam essas famílias manter sob seus comandos suas áreas de influência eleitoral, captar mais recursos financeiros do Estado e União e ampliar as possibilidades do empreguismo público.

A família Braga de Conceição-PB aparece como uma dessas famílias políticas que utilizaram a prática de emancipações distritais, sobretudo quando pensamos nos anos 1960. Após duas décadas de acirradas disputas em seu território, os Braga conseguiram, de fato,

²⁰³ Ver esses dados em Bezerra (2016, p. 18).

consolidar o seu domínio político no executivo municipal por meio da eleição vitoriosa de Walter Leite Braga, em 1963, sobre o candidato pessedista Manuel Rodrigues Leite. Como já haviam conquistado o legislativo estadual em 1962, por meio da reeleição do irmão Wilson Leite Braga, tinham em si uma posição política privilegiada que lhes permitia o uso de novas estratégias capazes de fortalecer seu capital político/eleitoral.

Nessa perspectiva, ainda que oficialmente o nome de Wilson Braga não constasse entre os deputados da ALPB que elaboraram projetos emancipacionistas, isso não retira dele a possibilidade de atuação nesses projetos. Como bem mencionou Bezerra (2016, p. 163), a bancada de parlamentares de 1963 foi responsável pela continuação do ímpeto emancipacionista, mesmo com os vetos apresentados pelo governador Pedro Gondim em 1961, que impediram 11 desmembramentos de municípios. Dessa forma, as emancipações distritais eram obra não de um único indivíduo, e sim de todo um grupo de parlamentares em consonância com o governador, uma vez que a posição de situacionista ao governo era fundamental para ocorrerem essas emancipações.

A bancada de parlamentares eleita em 1962, da qual fazia parte o político Wilson Braga, concluiu essa legislatura (de 1963 a 1966) somando 23 emancipações distritais, número significativo que foi possível por meio do desarquivamento dos projetos lançados em 1961. Observar esse dado quanto às emancipações no Estado paraibano é algo importante na realização de pesquisas como esta, sobretudo para não incorrerem no erro de considerar apenas a ação do parlamentar que elaborou o projeto de lei e desconsiderar todo o processo de tramitação e os diferentes personagens envolvidos.

Seguir essa premissa é direcionar o olhar para enxergar o complexo sistema de relações de poder envolvido nas emancipações distritais e concebê-la enquanto uma prática política largamente efetuada nessas duas décadas. Quando nos reportamos especificamente ao caso da família Braga e à sua participação na emancipação do distrito de Santana de Mangueira (1963), então território pertencente a Ibiara-PB, temos em evidência as relações de poder político que atuavam no desmembramento de um território. Nesse aspecto, podemos constatar ainda os diferentes benefícios logrados por famílias políticas, como a citada, ao empreender esses projetos emancipacionistas.

No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o território que compreendia o município de Conceição, terra de influência política da família Braga, passou por diversas mudanças em sua configuração. Em 1959, pela Lei Estadual 2.041, desmembrou-se desse território o distrito de Ibiara, tornando-se este um município; e entre os anos de 1962 e 1964, Conceição recebeu a anexação de dois distritos (Cardoso e Montevideo). Porém, mesmo tendo o seu território

dividido para formação de um outro município, como Ibiara, Conceição continuava ligado a esses antigos territórios na condição de Comarca, que formava a 41ª Zona Eleitoral, de modo que, em determinadas eleições, a exemplo das de deputados estaduais, os números eleitorais eram contabilizados em conjunto.

Não obstante ter ocorrido esse desmembramento, em 29 de novembro de 1961, o deputado estadual João Mangueira Neto (PSD), prefeito de Conceição (de 1956 a 1958), apresentava na ALPB o Projeto de Lei nº 483/61, visando desmembrar o distrito de Santana de Mangueira do, ainda recente, município de Ibiara. Tal proposta não encontrou, à época, dificuldades no legislativo, recebendo parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça. No entanto, esbarrou nas mãos do governador Pedro Gondim, que vetou completamente essa emancipação, alegando não cumprimento das condições exigidas, falta de “características básicas” no local e por tratar-se de distrito recentemente criado²⁰⁴.

Ficando relegado ao arquivamento, o projeto de criação do município de Santana de Mangueira foi retomado na legislação posterior, recebendo do mesmo governador Pedro Moreno Gondim a promulgação, através da Lei nº 3.095, de 05 de novembro de 1963. Diferentemente do que ocorreu em 1961, não constavam, nesta lei, vetos ou alterações do que já havia no projeto de emancipação distrital. Decretava-se nela a criação do cargo de comissário de polícia, e seus suplentes, e de coletor e tesoureiro por meio da instalação da Coletoria Estadual. Definia ainda essa lei a abertura de crédito no valor de 100 mil cruzeiros para custeio das despesas de organização do novo município e sua fundação, a partir da eleição do prefeito e dos vereadores, em data determinada pelo TRE-PB.

Teria o distrito de Santana de Mangueira se desenvolvido em menos de dois anos ao ponto de conseguir cumprir as exigências elencadas pelo governador e, conseqüentemente, atingir o patamar de município? Segundo constata-se no ato governamental (Lei nº 321/1949), que dava nova organização aos municípios, muitos eram os critérios para a legalidade do desmembramento, estando entre eles os definidos no artigo 4º, incisos I, II, III: população mínima de vinte mil habitantes; número mínimo de quatrocentos prédios de alvenaria na sede; e renda tributária própria acima de 250 mil cruzeiros²⁰⁵.

Verificando a documentação referente ao projeto de criação desse município, não havia nos anexos comprovações dos pontos exigidos na Lei nº 321/1949. O então distrito não

²⁰⁴ Esse veto encontra-se entre as documentações do mesmo decreto que sancionou a criação do município em 1963. Ver: Assembleia Legislativa da Paraíba: Leis Estaduais. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/2536_texto_integral. Acesso em: 07 dez. 2021.

²⁰⁵ Ver. Assembleia Legislativa: Leis Estaduais. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/13026_texto_integral. Acesso em: 08 dez. 2021.

contemplava critérios como o número de habitantes determinado²⁰⁶ nem comprovava o quantitativo de domicílios e o percentual de renda própria estabelecido. Tratava-se este de mais um caso de tantos outros novos municípios criados nesse período que recebiam a aprovação da Assembleia e do governo estadual de forma arbitrária, em que, nem ao menos, as documentações necessárias eram anexadas aos projetos.

O que ocorreu, certamente, com o município de Santana de Mangueira explica-se dentro do jogo político eleitoral dos anos 1960 no Estado. Em 1961, a proposta de emancipação desse distrito partia de um então opositor do governador Pedro Gondim, o deputado João Mangueira Neto (PSD). Vale salientar que, por ocasião das divergências com o PSD, que não aceitava a proposição do seu nome como candidato ao governo em 1960, Gondim deixou o partido e se compôs no PDC, formando aliança com a UDN, o PL, o PTB e o PSB, derrotando o pessedista Janduhy Carneiro. A sanção de uma emancipação distrital, embora trouxesse para ele dividendos financeiros, passava também pelo critério político, sendo o controle eleitoral sobre essas áreas uma preocupação que determinava sanções ou vetos aos projetos²⁰⁷.

Em 1963, quando da promulgação do projeto de emancipação de Santana de Mangueira, o deputado João Mangueira Neto já não pertencia mais à composição da ALPB e havia se candidatado, em ano anterior, pelo PSB, deixando o PSD. Nesse mesmo ano, compunha com o seu adversário histórico de Conceição, Wilson Leite Braga, o mesmo partido (PSB). Em tal ocasião, não obteve êxito no pleito de 1962 e viu a família Braga, através do seu principal representante, reconquistar a vaga na Assembleia Legislativa.

A presença da família Braga, em 1963, no executivo conceiçãoense e na ALPB, através de Wilson Leite Braga, é indício da possível interferência dessa família na emancipação de Santana de Mangueira. Com o progressivo desaparecimento de João Mangueira Neto do cenário político local e estadual, um forte opositor dos Braga, esta família coloca-se no Estado como principal comandante política do território formado por Conceição e seus vizinhos emancipados (Ibiara e Santana de Mangueira). Essa relação pode ser constatada a partir dos dados do TRE-PB na primeira eleição para a prefeitura de Santana de Mangueira, ocorrida em 1964.

Como previsto na Lei nº 3.095/63, promulgada pelo governador Pedro Gondim, o TRE-PB organizou o pleito nesse novo município para 1964. Neste, o então chefe político de

²⁰⁶ De acordo com o Censo de 1960, o município de Ibiara, território ao qual pertencia Santana de Mangueira, tinha uma população estimada em 13.125 habitantes, quantitativo que não correspondia ao exigido na Lei Estadual nº 321/1949. Ver: IBGE. Censo de 1960. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t5_rn_pb.pdf. Acesso em: 08 dez. 2021.

²⁰⁷ Bezerra (2016, p. 169-170) pontua essa relação entre as emancipações e os anseios políticos/eleitorais do governador Pedro Gondim.

Conceição, Francisco de Oliveira Braga (UDN), candidatara-se à vaga de prefeito, sendo eleito como candidato único com votação total de 588 sufrágios (100% dos votos válidos). Interessante nesse pleito foi também a eleição para vereador do município, em que a UDN apareceu como único partido na disputa e, obviamente, preencheu todas as sete cadeiras disponíveis para o cargo. Ocupando o executivo desse novo município, Francisco Braga completava, assim, em plena Ditadura Militar, um domínio político da família Braga que se estendia, oficialmente, por dois municípios e chegava à vaga de deputado estadual na ALPB.

O fato de a família Braga ter ocupado o executivo de Santana de Mangueira logo após a emancipação não se configurava uma novidade à época. Isso porque, já em 1954, quando Pedro Gondim (PSD) se dividiu entre os cargos de deputado estadual e secretário de Agricultura de José Américo (de 1951 a 1955), verificou-se uma relação de proximidade entre ele e Wilson Braga. Mesmo estando em partidos diferentes, Gondim ocupou por algumas vezes o plenário da ALPB em defesa de Wilson Braga, em casos como o da sua disputa judicial com o filho de Argemiro de Figueiredo, Petrônio Ramos Figueiredo, no episódio de fraude na 17ª Zona. Neste, falou sobre as dificuldades de Braga na obtenção de recursos para uma luta judicial, afirmou ter certeza da fraude praticada contra o jovem político e o defendeu de ataques direcionados por colegas do seu próprio partido (a UDN)²⁰⁸.

Essa proximidade não fugiu aos olhares dos próprios militares em 1965, quando da organização de documentos para cassação do mandato e dos direitos políticos de Wilson Braga. No histórico de Braga organizado pelos militares, consta a citação repetida de sua proximidade com o governador Pedro Gondim, em que se menciona a cogitação do seu nome para a vaga de diretor regional dos Correios e Telégrafos do Estado da Paraíba em 1961, a sua nomeação como funcionário desse Estado efetuado por esse governador em 1965, e sua condição de vice-presidente da ALPB nesse mesmo governo²⁰⁹.

Essas relações estabelecidas entre famílias locais e o governador faziam com que os critérios legais para as emancipações praticamente deixassem de existir, cedendo espaço para os acordos de ordem política e eleitoral. As emancipações, nesse aspecto, pareciam mais uma tipificação da chamada “política dos governadores”, mas considerando apenas a esfera estadual,

²⁰⁸ Tais discursos de Pedro Gondim encontram-se registrados no jornal *O Norte* em edições como a de 20 de novembro de 1954. Ver: Souto, José. Ronda Política. Recursos minguidos e mensageiro da vitória. *O Norte*, João Pessoa-PB, 20 nov. 1954, p. 2. Ver também: Inabilidade de Ascendino Moura – Pedro Gondim na sessão de ontem da Assembleia Legislativa aborda o caso Wilson Braga. *O Norte*, João Pessoa-PB, 20 nov. 1954, p. 8.

²⁰⁹ Esse histórico está presente no conjunto de documentos que formam o dossiê Wilson Braga. Essa representação do PSD contra a família Braga é também um dos documentos que fazem parte do dossiê Wilson Braga. Ver: SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo SNI: BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p 19, 1969. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa. Acesso em: 29 nov. 2021.

em que o governador sancionava o desmembramento ao arrepio da lei e, em troca, gozava, juntamente com essas famílias locais, de reconhecimento público e vantagens administrativas e financeiras.

Em entrevista realizada com o ex-deputado e chefe da Casa Civil do governo Pedro Gondim, Waldir dos Santos Lima, Bezerra (2016) cita, na fala do próprio político, o critério da “vantagem política” como aquele que passou a ser utilizado nessas emancipações:

O parlamentar foi eleito em 1962, mas, antes disso, foi chefe da Casa Civil do governo Pedro Gondim, lugar que o colocou no epicentro das emancipações. Segundo ele, em meio aos excessos relativos à “pulverização” municipal, a exemplo da criação de unidades como Caldas Brandão, “deixou de existir critérios para criar municípios. O critério foi de vantagem política” (informação verbal). Uma vantagem que envolvia a elite local, nos municípios criados, os deputados e o governador estadual (Bezerra, 2016, p. 183-184).

“Vantagens políticas” que se traduziam pelo aumento dos recursos para o Estado, dimensionado na Constituição de 1946 a partir do número de municípios, e pelo capital eleitoral obtido por meio dos acordos que se estabeleciam entre chefes locais, deputados e governador. Quanto ao âmbito municipal, uma vantagem se traduzia por meio do controle de um volume maior de recursos e de empregos públicos por parte das famílias locais, uma vez que emancipar significava praticamente duplicar o orçamento e abrir margem para a criação de novos empregos públicos.

Na citada lei estadual de criação do município de Santana de Mangueira, bem como nas demais, verificam-se esses aspectos. Juntamente com a emancipação, o governador autorizava uma abertura de crédito no valor de cem mil cruzeiros (art. 3º), que seria para custeio das despesas com a efetivação da Lei, sendo determinada ainda a criação dos cargos de comissário de polícia e seus suplentes (art. 2º) e coletor e tesoureiro estadual (art. 4º). Na própria esfera da política municipal, ocorria a multiplicação dos cargos públicos, como se verificou em Santana de Mangueira na eleição de 1964, quando os vereadores e o prefeito eleitos pertenciam a um mesmo partido (UDN), o que nos mostra uma prática política do empreguismo público nessas emancipações, que atingiam desde um zelador até o político.

Considerando as eleições de 1966 na Paraíba e o resultado de Wilson Leite Braga em sua primeira candidatura a deputado federal, podemos perceber a importância de emancipações como essa para a projeção das famílias políticas locais em outras esferas de representação política. Nessa eleição, Braga alcançou a condição de sexto candidato mais votado (20.815 votos), tendo uma concentração eleitoral muito expressiva no Sertão, somando só nos cinco primeiros municípios (Conceição, Cajazeiras, Piancó, Itaporanga e Bonito) 15.172 votos do seu

total obtido na eleição. No caso de Conceição, onde eram computados os votos também de Ibiara e Santana de Mangueira, ele obteve 5.436 votos. Pode-se perceber, nesse sentido, que as emancipações eram também um meio de reconhecimento e prestígio político em sua área de maior atuação política.

Entretanto, as emancipações devem ser pensadas como uma das práticas dessa cultura política operacionalizada pela elite para manutenção do seu poder político, não sendo necessariamente determinante para o alcance do sucesso eleitoral preterido por ela. Para concretização desse objetivo, somavam-se ainda outras práticas, estando principalmente entre elas a capacidade de adaptação e de mudança desses políticos entre os partidos, de acordo com o cenário nacional e estadual apresentado. Nesse aspecto, a movimentação constante dos candidatos entre diferentes partidos políticos era uma das práticas presentes na trajetória de alguns dos representantes da elite, o que será analisado no tópico a seguir.

4.6 É preciso não tomar partido: o caso do quociente eleitoral e a prática de mudar de partidos para continuar no campo político

As eleições realizadas no transcurso da década de 1950 e no início dos anos 1960 foram definitivamente marcadas por uma superposição dos políticos em relação aos partidos. Observa-se, nesses anos, a continuidade dos chamados chefes políticos, que ainda reuniam em seu entorno grande número de seguidores, mas se evidencia também o progressivo surgimento de políticos que se desgarravam desses mandões do partido, visando a maiores chances de sucesso eleitoral.

Tal fato explica-se por meio da própria legislação de julho de 1950 (Código Eleitoral, Lei nº 1.164) e suas alterações posteriores, em cujos artigos se constata certa flexibilidade na formação de alianças partidárias e no deslocamento constante dos candidatos entre os partidos. Esses dispositivos legais faziam com que as legendas fossem muito mais meios formais de efetivar os interesses individuais de determinados candidatos, do que propriamente instrumentos de propagação de um projeto ideológico, dentro dos ideais democráticos difundidos ao longo dessas duas décadas, posteriores ao Estado Novo.

À medida que se previam eleições com o maior número de partidos, teoricamente em disputa, o Código Eleitoral de 1950 abria margens também para legalizar as constantes mudanças de legendas, enfraquecendo os partidos enquanto organismos maiores de representação política. No artigo 48, esse Código estabelecia que o registro das candidaturas

deveria ocorrer até 15 dias antes do pleito e, no artigo 49, o prazo de até 10 dias para que esses candidatos pudessem requerer o cancelamento de seus nomes em registro.

Diante de um período bem longo para o exercício dessas mudanças, chegando basicamente às vésperas do pleito, essa legislação contribuía para uma superposição do político em relação ao partido. Isso porque uma candidatura efetuada a dias da eleição correspondia mais aos interesses individuais do político do que propriamente à sua convergência dentro de um programa partidário. Ao ingressarem em curto espaço de tempo nos novos partidos, esses candidatos não conheciam, em geral, nem a sede desses organismos, tampouco as agendas defendidas em seus estatutos, termos de compromisso e identidade política.

O enfraquecimento da estrutura de partido como maior representante de um programa democrático pode ser ainda melhor observado quando da formação de alianças, previstas em tal Código Eleitoral. No artigo 50, estabelecia a possibilidade de um candidato ser registrado, em mesma circunscrição, por mais de um partido, prática que seria efetivada no artigo 140, ao legalizar a aliança entre dois ou mais deles com finalidade do registro de candidatos em comum. A legislação dos anos 1950 era, nesse sentido, o pontapé inicial para a forja de alianças firmadas com o exclusivo interesse de vencer as eleições, não definindo a necessidade de um programa político comum que corroborasse essas uniões.

A pouca representatividade democrática dos partidos, visível nessas duas décadas, explica-se também por um elemento que, ironicamente, foi utilizado com a finalidade de fortalecer esses organismos políticos, dentro do nosso sistema democrático: a representação proporcional, definida através do quociente eleitoral. Por meio do quociente eleitoral, conforme expressam os artigos 56 e 57 do Código de 1950, determinavam-se os eleitos dividindo o número de votos válidos pela quantidade de lugares a serem preenchidos. Através dessa contagem proporcional, cada legenda passava a ter direito a uma ou mais vagas, dependendo da multiplicação do quociente ou média atingida na eleição, elegendo seus representantes na ordem dos mais votados.

Atualmente ainda em vigor, a ideia da eleição proporcional era o fortalecimento de um sistema democrático constituído por meio de diferentes partidos com representação em todas as circunscrições legislativas. Esse sistema seria viável, teoricamente, ao mobilizar uma diversidade de programas a serem colocados em pauta no legislativo, impedindo a superposição de uma agenda política em relação às demais. Porém, mesmo alcançando em parte esse objetivo, as eleições proporcionais, e sobretudo a flexibilidade da nossa legislação, permitiram um fenômeno ainda presente em nosso tempo: o uso descartável dos partidos políticos com a finalidade imediata de sucesso eleitoral de determinados candidatos.

Na cultura política dos anos 1950 e início dos anos 1960, observa-se o fenômeno da troca de partidos como prática largamente utilizada por representantes de tradicionais famílias políticas de estados, como a Paraíba. A figura do político Wilson Braga e sua saída da UDN para o PSB em 1962, em face de haver perdido a eleição em 1958 no primeiro partido, pode ser um fio condutor para o entendimento do exercício dessa prática política e suas nuances nas duas décadas citadas.

Na eleição de 1958, Wilson Braga tentava sua reeleição para deputado estadual através do partido UDN, tendo obtido a primeira suplência. Mesmo alcançando boa margem de votos, apenas 18 a menos que na eleição anterior, o resultado era insuficiente ante a altura do quociente partidário, número explicado em função da aliança firmada entre a UDN e o PL, na Coligação Nacional Libertadora (CNL). A derrota nessa eleição, entretanto, não o afastou completamente da Assembleia, proximidade esta que foi garantida pela posição de primeiro suplente, apto a preencher as constantes licenças de titulares do partido, e efetivada após o falecimento do udenista Américo Maia em 1961²¹⁰.

Com a iminência das eleições de 1962, mesmo conseguindo espaço na UDN após o insucesso do pleito de 1958, Braga buscava aumentar as possibilidades de assegurar a sua posição na Assembleia, filiando-se à legenda do PSB e lançando sua candidatura nesse pleito. Tal estratégia política era compatível com os números eleitorais que ele vinha alcançando em eleições anteriores e o aproximava também de algumas amizades, já conservadas por meio de sua formação jurídica na Faculdade de Direito da Paraíba e em outros espaços do meio estudantil. Através dessa mudança, ele acompanhava também o próprio cenário nacional, que se apresentava favorável ao PSB, sobretudo após o crescimento desse partido no final dos anos 1950 e sua postura de apoio ao governo do Presidente João Goulart, no início de 1960.

Seguindo esse caminho, Wilson Braga conseguiu não apenas a condição de eleito em 1962, juntamente com outros seis candidatos do partido, como ainda figurou como o mais votado da legenda e o sexto mais votado no geral (4.739 votos válidos). O PSB, por sua vez, aparecia nessa eleição como uma das quatro legendas mais fortes do estado, dividindo as quarenta cadeiras do legislativo com o PSD e o PDC, chegando a ultrapassar a UDN em número de eleitos para o cargo de deputado estadual. Resultado histórico alcançado no estado por esse

²¹⁰ Deve-se destacar que, nesse período, Wilson Braga participou de uma manobra política para conceder imunidade parlamentar ao suplente de deputado Agnaldo Veloso Borges. Segundo cita Nunes (2003, p. 124), Agnaldo era o sexto suplente da Coligação Nacional Libertadora (UDN PL) e, diante das denúncias de ter sido ele o mandante do líder da Liga Camponesa de Sapé (João Pedro Teixeira), o deputado Joacil de Brito organizou um esquema que consistiu na licença dos suplentes na coligação e permitia ao representante da família Veloso Borges assumir o mandato e, conseqüentemente, gozar da imunidade parlamentar.

partido, considerando que, nas eleições anteriores, havia elegido, no máximo, três candidatos em uma única eleição, ainda que se constituísse partido em ascensão desde o pleito anterior²¹¹.

A estratégia de utilização desse partido para fins eleitorais por parte de Braga era, desse modo, acompanhada pelo próprio fenômeno do aparecimento da legenda em cenário regional e nacional. Embora o PSB ainda não pudesse ser considerado um grande partido em termos nacionais, vinha ocupando espaços importantes nesse cenário, sobretudo através da presença nos governos de Jânio Quadros e João Goulart; e, no Nordeste, por meio de um dos seus mais destacados políticos, o pernambucano Miguel Arraes. Na Paraíba, era um partido de coligações bem-sucedidas, unindo-se a legendas como a UDN, em 1955; e o PDC, em 1960, ocupando espaços através de governos como os de Pedro Gondim (de 1958 a 1960/ de 1961 a 1966) e da atuação de movimentos de esquerda em franco crescimento, como as Ligas Camponesas.

Entretanto, embora com todos os fatores históricos elencados, o quociente partidário, certamente, era o principal motivador da transição de políticos já conceituados, como Wilson Braga, para partidos de menor representação, a exemplo do PSB. Argumento que se confirma nas palavras do presidente do Diretório Estadual desse partido, Cláudio Santa Cruz Costa, ao afirmar que, dos deputados eleitos em 1962 pelo PSB, José Lacerda e José Lira não conheciam a sede do próprio partido; e Wilson Braga, mesmo estando no PSB, mantinha ainda ligações com a UDN de João Agripino e com o PDC de Pedro Gondim²¹².

Analisando a trajetória político-partidária dos candidatos do PSB eleitos em 1962 para deputado estadual, podemos evidenciar como este era um dos principais partidos escolhidos para alcance de sucesso eleitoral. Fica nítido, nessas trajetórias, que não era apenas Wilson Braga que fazia uso dessa estratégia política, sendo uma prática adotada por inúmeros candidatos ao cargo durante esse período. Observa-se também o grande número de mudanças efetuadas por esses políticos, pois alguns chegavam a concorrer em legendas diferentes a cada pleito disputado, como aponta o quadro 8.

Observando o quadro 8 sobre a trajetória desses deputados estaduais eleitos em 1962, percebemos que: todos esses políticos iniciaram suas carreiras políticas em partidos diferentes do PSB; casos como Assis Lemos e Otacílio Jurema são exemplos de políticos que chegaram a contabilizar passagem por três legendas em curto espaço de tempo (de 1950 a 1962); e o ponto

²¹¹ Conforme apresentam os dados do TRE, na eleição de 1962, o PSD elegeu 9 deputados; o PDC, 8; o PSB, 7; e a UDN, 6. Nas eleições de 1950 e 1954, o PSB elegeu apenas um deputado estadual; e em 1958, foram eleitos três dos seus candidatos, também para esse cargo. Ver: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 05 jan. 2022.

²¹² Ver Mello (1993, p. 210).

de partida desses políticos era, em geral, as grandes legendas em disputa no estado durante os anos 50 e 60, destacando-se o predomínio da UDN e do PSD.

Quadro 8 - Deputados estaduais eleitos pelo PSB em 1962 e seus históricos na política

Nome	Votação	Histórico partidário até 1962
Wilson Leite Braga	4.739	UDN/ PSB
José Teotonio da Silva	4.318	UDN/ PSB
Assis Lemos	3.538	UDN/ PTB/PSB
José Lacerda	2.798	PSD/ PSB
José Alves Lira	2.432	PSD/PSB
Langstein Almeida	2.223	PSD/PSB
Otacílio Jurema	2.203	PL/ PSP/PSB

Fonte: TRE-PB e CPDOC/FGV. Organizado pelo autor.

Pesquisando essas trajetórias, podemos verificar ainda que essas mudanças partidárias ocorriam quando esses candidatos saíam de uma disputa local, em seus municípios de atuação política, para concorrerem ao cargo de deputado estadual. Dos sete eleitos em 1962, apenas Wilson Braga e Assis Lemos ingressaram diretamente na candidatura a deputado estadual, os demais haviam disputado cargos a vereadores e prefeitos em suas localidades. Tais acomodações em novas legendas, quando da mudança de circunscrição na disputa política, certamente, explica-se pelo próprio quociente partidário, uma vez que esses políticos tinham maiores chances de se eleger no novo cargo com o capital eleitoral que já detinham em seus municípios.

A título de exemplo sobre esse aproveitamento do capital eleitoral já acumulado nos municípios, temos os políticos Langstein Almeida e Otacílio Jurema. Langstein foi candidato a vereador pelo PSD em 1959, no município de Campina Grande, elegendo-se com a segunda maior votação (1.136 votos). Otacílio Jurema, antes dessa candidatura a deputado estadual, havia sido eleito como prefeito de Cajazeiras pelo PSP em 1959, com expressiva votação (2.755 votos). Ambos candidatos possuíam boa margem de votos já assegurados em suas localidades e, portanto, compatíveis com o quociente partidário de legendas menores como o PSB.

Porém, essa mudança de partido visando a menores quocientes partidários ocorria não só quando da transição desses políticos da disputa local para a estadual. Era um fenômeno marcante também em função do insucesso eleitoral ocorrido em seus primeiros partidos nas disputas para o mesmo cargo. É justamente nesse aspecto em que Wilson Braga se situa, enquanto candidato detentor de votação compatível para o cargo de deputado estadual, mas que corria constantes riscos de não obtenção de vaga no legislativo em face do alto quociente partidário exigido pela UDN, sobretudo por ser este partido um celeiro de candidatos campeões de votos no estado.

Para candidaturas consolidadas no cenário eleitoral e detentoras de grandes margens de votos, no entanto, seguia-se naturalmente a tônica de permanência no partido de origem, como pode ser observado no quadro adiante. Mas, ainda nesses casos, o fenômeno da troca de legendas poderia operar os seus impactos em razão de outros fatores que se somavam ao quociente partidário. Nessa eleição de 1962 para deputado estadual, não por acaso, os resultados eleitorais passaram a indicar um cenário diferenciado, com quatro partidos dividindo as cadeiras do legislativo, uma quebra, pelo menos aparente, com o bipartidarismo existente nas eleições anteriores.

A saída do então udenista Wilson Braga, em 1962, para o PSB deve ser pensada dentro de um quadro geral de mudanças ocorridas no cenário nacional, com o crescimento dos movimentos de esquerda no país; e no estadual, através das divergências políticas entre lideranças dos principais partidos estaduais. No Quadro 9, podemos verificar, percentualmente, o impacto dessas mudanças na própria organização dos partidos na Paraíba e suas consequências nos resultados eleitorais de 1962 para deputado estadual.

Quadro 9 - Deputados eleitos pelos partidos UDN, PSD e PDC em 1962 e seus históricos na política

Nome	Partido	Histórico partidário anterior
Jonas Leite Chaves	UDN	PR
Francisco Pereira	UDN	UDN
Otávio Mariz Maia	UDN	UDN
José Afonso Gayoso de Souza	PSD	PSD
Mário Silveira	PSD	PSD
Aloisio Pereira Lima	PSD	PSD
João Batista de Lima Brandão	PDC	UDN
Álvaro Gaudêncio de Queiroz	PDC	UDN
Luiz Inácio Ribeiro Coutinho	PDC	UDN

Fonte: TRE-PB e CPDOC/FGV. Organizado pelo autor.

Conforme apresenta o quadro 9, ao selecionarmos nove candidatos entre os mais votados e pertencentes às três das quatro legendas que mais elegeram representantes em 1962, temos uma noção de como ocorria esse fenômeno da troca de partidos na Paraíba. Entre eles, foram listados os partidos UDN, PSD e PDC em número de três para cada uma dessas legendas e foi pesquisado o partido em que esses políticos se encontravam na eleição anterior.

Como demonstra o quadro 9, a troca de partidos era uma estratégia utilizada por grande parte dos integrantes da política na Paraíba, mas ocorria, em sua maioria, através da saída dos políticos de partidos maiores para menores. Na ordem dos políticos pertencentes a partidos maiores e que já eram consolidados com boa margem de votos, essas mudanças não eram tão recorrentes, a exemplo do caso do PSD, que manteve, percentualmente, os seus candidatos da eleição anterior.

No entanto, era no seio desses partidos maiores em que ocorria um elevado percentual de fuga dos políticos para outros partidos. Na UDN de Wilson Braga, pode-se perceber que isso era uma constância, tendo um bom número de candidatos que se deslocaram em 1962 para o PSB e o PDC, como se constata nos dois quadros citados. Tal dado é relevante para analisarmos esse pluripartidarismo da eleição de 1962 com ressalvas, pois, ainda que tenha sido um momento em que oficialmente o cenário eleitoral apontava para a presença de mais partidos em disputa, os nomes dos eleitos continuavam sendo praticamente os mesmos²¹³.

Entre os partidos citados, os casos do PDC e do PSB, sem dúvida, são os mais importantes para evidenciarmos a presença da estratégia política de utilização do quociente partidário e os impactos que as mudanças de ordem política provocavam no cenário de representação partidária. O PSB é exemplo no que tange especialmente à questão do quociente, isso quando consideramos os números já apresentados no Quadro 8, em que todos os seus sete eleitos em 1962 pertenceram em eleições anteriores a outros partidos. O PDC, por sua vez, configura-se também como partido formado de integrantes de outras legendas nos pleitos antecedentes, especialmente a UDN, mas cujas mudanças partidárias apresentavam relação direta com o momento histórico no estado, que tinha como governador Pedro Gondim.

A dissidência de Pedro Gondim do PSD em 1960, em função de não ter conseguido aprovação do seu nome no diretório estadual para concorrer à eleição ao governo, é um fato histórico que deve ser considerado nessas mudanças partidárias em 1962. Com a vitória desse político no pleito de 1960, concorrendo pela legenda do PDC, ocorreu uma aproximação durante o seu mandato de políticos atuantes em legendas consagradas, como a UDN. Estes, estrategicamente, se filiaram ao PDC, que, de partido sem expressão política na Paraíba, passou a gozar do prestígio de ter um representante no comando do executivo estadual.

Portanto, o fato de o PDC ter conseguido eleger oito deputados estaduais em 1962 não se constituía politicamente uma surpresa, pois constava, em sua lista de concorrentes, o nome de figuras representantes de famílias tradicionais na política do estado, entre os tais, o deputado Álvaro Gaudêncio de Queiroz, que já detinha três mandatos anteriores no cargo; e Luiz Inácio Ribeiro Coutinho, figura pertencente ao chamado grupo da Várzea, que se encaminhava para o seu terceiro mandato no cargo.

²¹³ Dos deputados eleitos em 1962, sete já estavam em sua terceira vitória e quinze se encaminhavam para o seu segundo mandato na Assembleia. Quanto às mudanças partidárias identificadas, o índice geral ultrapassa a casa dos 50%. Ver: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 07 jan. 2022.

Essa mudança partidária como estratégia de aproximação com o governo não deve ser vista também como uma ação exclusivamente direcionada para o PDC. A filiação de Wilson Braga ao PSB em 1962 pode ser explicada através desse fator e não apenas por meio da questão do quociente partidário. Embora este último elemento possa ter sido o principal para que políticos como ele assumissem essa escolha, era notória a proximidade que ele tinha com o governador Pedro Gondim, relação que se estreitava ainda mais ao filiar-se a um partido pequeno que, até aquele momento, era uma das bases de apoio do governador.

Não podemos nos esquecer de destacar também o próprio cenário nacional como fator preponderante para essas mudanças. Carvalho (2021, p. 154-155), discorrendo sobre a criação dos partidos nacionais com a Constituição de 1946, defende que ocorreu uma “evolução partidária” nesse período. Esse autor afirma que, ao longo dos 20 primeiros anos da democracia, ocorreram intensas movimentações dos políticos entre os partidos, além de um progressivo aumento de competitividade das menores legendas, como o PDC e o PSB.

Embora reconhecendo a questão do pragmatismo como lógica que ainda orientava essas trocas partidárias, Carvalho (2021, p. 155) explica essas mudanças como consequência da nacionalização dos partidos e de a democracia ser uma experiência recente no país. No entanto, é preciso enxergar esses esvaziamentos ideológicos das legendas como práticas da própria cultura política presente no Brasil, mesmo antes desse período apresentado pelo autor. Isso porque, como bem enfatizou Gurjão (2020, p. 255), tratava-se de partidos sem conteúdo programático definido, que orientavam suas práticas políticas através dos interesses momentâneos.

Esse uso oportunista dos partidos pelos políticos, através de mudanças abruptas de legendas em cada eleição disputada, e o próprio esvaziamento ideológico de tais partidos, que serviam mais para manutenção do status das famílias tradicionais da elite política do que na defesa de uma agenda, permaneceu mesmo durante a Ditadura Militar no Brasil. O golpe civil-militar de 1964 e a ditadura instalada no país não representaram, nesse sentido, o encerramento da atividade política das principais famílias de elite em estados como a Paraíba, sendo este um período de continuidade das mesmas práticas e dos políticos que ingressaram nos partidos do regime (ARENA e MDB). Permanência esta possibilitada por meio do prestígio que tinham esses políticos em âmbito local e de suas estratégias de acomodação aos interesses dos sucessivos governos militares.

A trajetória do político Wilson Braga e de outros representantes do legislativo federal durante o golpe de 1964, e nos primeiros anos do regime, nos situa quanto à adaptação desses políticos ao novo cenário instaurado. Através das relações mantidas entre integrantes do

Congresso com a alta cúpula militar, verifica-se a permanência de inúmeras práticas, como o apadrinhamento e a corrupção eleitoral, que eram sustentadas por meio da participação arbitrária dos militares na abertura ou no encerramento dos processos de cassações. Tais questões são problematizadas no capítulo adiante, através de uma leitura sobre o Serviço Nacional de Informações (SNI) e das práticas da elite política em tempos de Ditadura Militar.

5 NA MIRA DO SNI: WILSON LEITE BRAGA E AS PRÁTICAS DA ELITE POLÍTICA EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR

Em meados de março de 1964, setores contrários às reformas de base do presidente João Goulart saíram às ruas e expressaram seus descontentamentos com o governo, nas chamadas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Tinha-se aí o início de uma onda de articulações e protestos que culminaram, em 31 desse mesmo mês, com a movimentação das tropas do general Olímpio Mourão Filho, de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, visando à deposição do presidente, o que ocorreu em 1º de abril, com o apoio dos governadores de Minas Gerais, Guanabara e São Paulo.

Instalou-se, assim, no comando do executivo federal, por meio do golpe de 1º de abril, uma junta militar liderada por três oficiais representantes da armada (Exército, Marinha e Aeronáutica), dando início a uma série de perseguições e violências contra pessoas e instituições. Sob pretexto de proteção do regime democrático, ante a suposta ameaça de intervenção comunista, esses militares, à medida que se utilizavam da violência, buscavam também uma aparência de legalidade, agindo por meio da promulgação de atos institucionais, dispositivos que asseguravam legitimidade e mutilavam o texto constitucional.

A presença dos militares comandando praticamente todos os poderes institucionais, o que ocorria por meio da violência e de alterações na legislação, promoveu forte impacto no cenário político-partidário. O Ato Institucional nº 1 (AI-1), de 9 de abril de 1964, modificou a escolha presidencial, estabeleceu eleições indiretas e concedeu ao chefe do executivo plenos poderes para cassação de direitos políticos e decretação do “estado de sítio”. Não obstante a implantação desse ato, o governo militar respondeu com represálias aos resultados eleitorais desfavoráveis em 1965, promulgando o Ato Institucional 2 e o 3 (AI-2 e AI-3), que extinguiram os partidos políticos e decretaram eleições indiretas também para governadores dos estados, além de nomeações para os prefeitos das capitais.

Somado às práticas repressivas presentes nos atos institucionais, outro impacto significativo no cenário da política nacional foi promovido com a Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, que criou o Serviço Nacional de Informações (SNI)²¹⁴. Esse complexo órgão foi responsável pelo levantamento de centenas de perfis de integrantes da política do país, atuando

²¹⁴ Ver: Portal da Câmara dos Deputados. Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4341-13-junho-1964-376645-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 mar. 2022.

na constante vigilância sobre eles e na abertura de inquéritos que poderiam culminar na cassação dos direitos políticos, dos mandatos, no banimento e em outras práticas previstas nas legislações dessa ditadura (Fico, 2004; Veras, 2018).

O Serviço Nacional de Informações foi criado por meio do interesse do presidente Castelo Branco, que pretendia a criação de um órgão capaz de manter o governo informado sobre atividades em seus ministérios, estatais e paraestatais. Enquanto órgão de inteligência a partir da coleta ou forja de informações, sua criação tem relação direta também com a Central Intelligence Agency (CIA), sobretudo por meio do contato estabelecido pelo general Golbery do Couto e Silva com integrantes dessa agência (Fico, 2003; Huggins, 1998; Prashad, 2020).

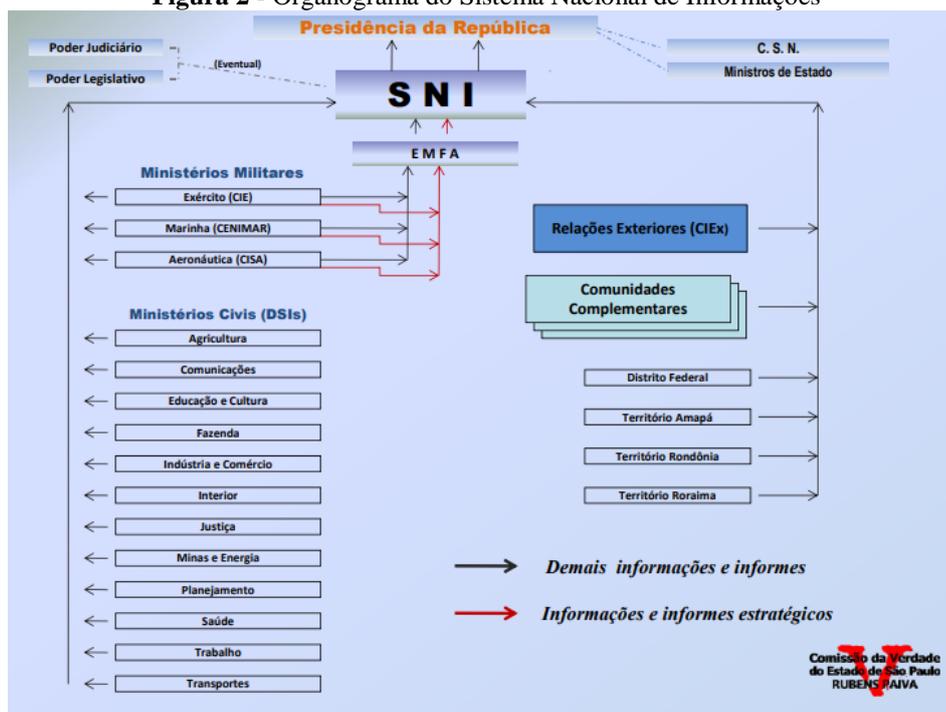
Em âmbito nacional, além de orientar e dar segurança ao Conselho de Segurança Nacional e ao presidente em suas decisões, o SNI surgiu como substituto ao Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI) e previa, em sua estrutura inicial de funcionamento, a presença de uma chefia geral, uma agência central no Distrito Federal e agências regionais (Antunes, 2002; Fico, 2001; Soares, 2020; Veras, 2018).

No entanto, no decorrer dos primeiros anos, esse órgão já apresentava inúmeras ramificações em suas agências regionais, como as Divisões de Segurança e Informações (DSI), que atuavam em cada ministério, e as Assessorias de Segurança e Informação (ASI), presentes nos órgãos públicos e autarquias federais (Fico, 2003, p. 176). Tratava-se, desse modo, de um órgão que permitia a sustentação do regime em face de sua estrutura complexa de organização e de seu papel central dentro do Sistema Nacional de Informações (SISNI), como podemos visualizar no organograma (Fig. 2), elaborado durante os trabalhos da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo.

Para o bom funcionamento desse órgão dentro de um sistema nacional que interligava todos os ministérios, além do Conselho de Segurança Nacional e da Presidência da República, era essencial o papel desempenhado pelas agências regionais do SNI e pelos seus informantes mais locais, a exemplo das Comissões de Apuração e Investigação (CAI), que atuavam nos estados. Tais órgãos locais, também denominados em alguns documentos apenas de Comissões de Investigação (CI), eram os responsáveis diretos pelo levantamento de informações em seus respectivos estados, atuando na produção de importantes documentos utilizados para a repressão, como os juízos sintéticos e os dossiês militares²¹⁵.

²¹⁵ Como o próprio nome já afirma, o juízo sintético era um documento de tipo biográfico que apresentava uma síntese sobre a vida do indivíduo, contendo informações de procedência familiar, aproximações sobre o perfil político e ideológico e histórico de atuação na vida pessoal e política. Maria Tereza Soares (2019, p. 9), citando autores com Viven Ishaq, Pablo E. Franco e Tereza E. de Souza, apresenta o juízo sintético como um documento

Figura 2 - Organograma do Sistema Nacional de Informações



Fonte: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo.²¹⁶

Nesse aspecto, verifica-se o trabalho desenvolvido pela Agência Regional do Recife (ARE/SNI) e pela Comissão de Apuração e Investigação do Exército no Estado da Paraíba (CAI/PB). A primeira, presidida pelo general do IV Exército Alfredo Souto Malan, foi responsável pelo encaminhamento de inúmeros prontuários e dossiês de políticos dos estados da Paraíba e de Pernambuco nas décadas de 1960/70. A segunda, chefiada pelo major presidente Hermano Costa Araújo, era os próprios olhos repressivos da ARE na Paraíba e principal responsável pela produção desses documentos de repressão, sendo a primeira instância, que agia não só no levantamento das informações, como também na formulação de parecer sobre os investigados.

Com base nos documentos do SNI, então em posse no sítio do Arquivo Nacional, podemos evidenciar como agiam esses órgãos regionais e locais, a exemplo das citadas ARE e CAI, e como elas sofriam interferências diretas de suas instâncias superiores, como a Agência Central e o Conselho de Segurança Nacional (CSN). Estas nem sempre confirmavam as decisões tomadas nos setores inferiores do SNI, chegando a manter, no campo político, parlamentares denunciados pelo próprio regime através de inúmeras acusações, como “oportunismo, corrupção e esquerdismo”.

que era produzido pelos órgãos do governo e que buscava reunir informações “concisas” sobre pessoas, sendo entregue ao presidente da República e a diferentes instituições governamentais, como o SNI.

²¹⁶ Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/SISNI3.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Tais questões vão ao encontro do que ficou estabelecido nos relatórios de algumas comissões estaduais da verdade e, mais especificamente, nos documentos da Comissão Nacional da Verdade, sobretudo quanto ao caráter parcial e político dos diferentes agentes que atuavam nos mais diversos setores do SNI. Evidencia-se, claramente, no relatório dessa Comissão, como determinados atos repressivos dos governos militares, a exemplo da abertura de inquéritos e investigações, ocorreram com objetivo exclusivo de interromper algumas carreiras políticas, repressão direcionada também para outros cargos, como os de funcionários públicos (professores, pesquisadores), líderes sindicais e militares.²¹⁷

Dessa forma, se os projetores da Ditadura Militar espalharam, durante esses anos, uma onda de perseguição, violência e repressão contra inúmeros políticos, foram também responsáveis pela manutenção de figuras políticas descritas por eles próprios como contrárias aos seus “ideais revolucionários”. Analisando o dossiê militar que pretendia a cassação do parlamentar Wilson Leite Braga (ARENA/PB) e o juízo sintético dele e de outros políticos, verificamos como os holofotes repressores do regime apresentavam pesos e medidas diferenciadas²¹⁸, que variavam a depender das conexões políticas do momento, das possibilidades que esses parlamentares tinham ou não de dar apoio e sustentação ao regime, bem como do próprio caráter heterogêneo dos militares em suas percepções político-ideológicas.

Desse modo, todo esse cenário de mudanças ocorridas na política durante a Ditadura Militar não impediu a sobrevivência de determinados políticos e de suas práticas de atuação presentes já em períodos históricos anteriores a 1964. A longa conjuntura de vinte um anos de domínio dos militares no Brasil carece ainda de leituras historiográficas atentas a essas permanências, a exemplo da participação ativa da sociedade civil no golpe e, posteriormente, na legitimação dos sucessivos governos militares.

Seguir um olhar que problematiza os atos de conciliação, tanto por parte dos militares quanto da sociedade civil, não significa negar a existência do autoritarismo e de diversas práticas de repressão efetuadas pelos agentes do governo militar. É, na verdade, defender outros aspectos, por vezes, relegados nas leituras historiográficas sobre esse período, como os pontuados a seguir: a Ditadura Militar foi também um momento oportuno de acomodação,

²¹⁷ Quanto a essas repressões, ver o capítulo terceiro dos relatórios finais da Comissão Nacional da Verdade, em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo3/Capitulo%203.pdf>. Acesso em: 07 out. 2022.

²¹⁸ Neves Junior (2021, p. 35) explica como historicamente os militares formavam um “setor heterogêneo de pensamento político-ideológico”, ressaltando a presença nos seus quadros internos de perspectivas nacionalistas, liberais e positivistas.

manutenção e ascensão de figuras políticas representantes de elites locais; mesmo em meio às práticas de intimidação, perseguição e cassação dos mandatos de parlamentares, a cúpula militar foi responsável por assegurar figuras e grupos políticos que se mostravam dispostos a cooperar e dar legitimidade ao regime, ainda que apresentassem um histórico político anteriormente contrário às ideologias propaladas por segmentos desse governo.

Como menciona Rodrigo Sá Motta (2016, p. 16), ao analisar o caso da ditadura brasileira, o período pós-golpe de 1964 pode ser pensado a partir de um jogo mútuo de concessões estabelecidas entre o Estado autoritário e diversos integrantes da sociedade civil. Em outras palavras, é preciso considerar que a longa sobrevivência dessa ditadura no Brasil deve ser analisada por meio da própria permanência de práticas da cultura política brasileira (negociações políticas, arranjos, morosidade burocrática, apadrinhamento). Estas atuavam na flexibilização de algumas ações repressivas do Estado, possibilitando a adesão e a acomodação de civis que abdicavam de suas posições radicais, mas não eram necessariamente partidários dos “valores do regime militar” (Motta, 2016, p. 17).

Nessa perspectiva, a trajetória do político Wilson Leite Braga durante os primeiros anos da Ditadura Militar, bem como de outros representantes da elite política, aponta que esse momento não foi apenas de repressão e resistências, mas também de adesão de integrantes da sociedade civil. Desse modo, estes civis, representantes do segmento político, se mostravam dispostos a colaborar com os interesses dos militares, buscando manter suas posições privilegiadas e obter outros dividendos possíveis. A cúpula militar, de outro modo, acumulando poderes que lhe conferiam status decisório sobre os rumos da política no país, atuava arbitrariamente dando andamento ou não aos processos de cassação, perda de direitos políticos, entre outros, seguindo o critério do apoio político.²¹⁹

Tais questões são problematizadas no debate que se segue por meio do trabalho de pesquisa e interpretação de dois conjuntos de fontes disponíveis. Em primeiro lugar, os dados fornecidos pelo sistema eletrônico do TRE-PB e do TSE acerca das eleições, situação dos candidatos e partidos, material que nos permite analisar comparativamente as mudanças e permanências ocorridas durante a transição entre os pleitos de 1962 e 1966 na Paraíba. Juntamente a esse banco de dados, as informações levantadas nos jornais impressos de

²¹⁹ Esse debate é apresentado por Rodrigo Pato Sá Motta no seu livro *As Universidades e o Regime Militar* (2014) e no artigo de sua autoria, “A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. Tal debate também é retomado, com base nesse autor, por meio de trabalhos como *Palácios Cariados*”: *a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco*, de Dimas Veras (2018, p. 26); e *Memórias sobre a UFMG: modernização e repressão durante a ditadura militar*, de Iara Souto Silva (2017, p. 27-28).

circulação estadual e nacional contribuem para o entendimento e aprofundamento dos números eleitorais, nomes e partidos divulgados por esses tribunais, bem como em relação às articulações políticas que foram colocadas em prática antes ou durante os pleitos citados.

Através desse primeiro conjunto de fontes, podemos refletir, partindo da trajetória de Wilson Braga, como durante os primeiros anos da Ditadura Militar ocorreu a permanência dos principais representantes das famílias políticas tradicionais do estado paraibano, mesmo em meio a uma onda de cassações e outras formas de repressão. Nesse sentido, é possível ainda problematizar como essas figuras políticas contribuíram para a sustentação do regime e quais foram as práticas operacionalizadas por elas para garantir sua permanência e projeção para outros cargos representativos ao longo dos anos.

Em segundo lugar, o capítulo volta-se para o extenso corpo documental disponível no sítio online do Arquivo Nacional, especialmente os processos movimentados pelo Serviço Nacional de Informações relacionados à investigação e à cassação dos mandatos de parlamentares paraibanos. Entre esses, enfatizamos mais detidamente o dossiê militar do político Wilson Leite Braga e o juízo sintético dele e de outros parlamentares, em que se constata investigações sobre esses políticos e as indicações dos seus nomes para aplicação das medidas contidas no Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Com base nesse segundo conjunto de fontes, evidenciamos a complexa organização dos militares na montagem de um sistema de vigilância e investigação sobre a vida dos parlamentares. Nesse aspecto, analisamos a hierarquização desse sistema de investigações e suas relações de poder político, que atuavam na elaboração dos processos de cassação, indicação dos nomes dos políticos cassados ou paralisação dos processos. Defendemos, desse modo, que a cultura política presente nos governos militares se assemelha à da elite política já em evidência em anos anteriores a 1964, em que a principal lógica era assegurar a permanência no poder, ainda que, para isso, fosse necessário contrariar os próprios dispositivos legais decretados durante os anos do regime.

A trajetória parlamentar do político Wilson Leite Braga aparece na pesquisa como um estudo de caso para o entendimento das práticas que movimentaram a cultura política nesses primeiros anos da Ditadura Militar. Ela é tomada como um fio condutor no esclarecimento de questões pertinentes a uma coletividade, a exemplo dos comportamentos e das formas de atuação das elites no campo político nesse momento histórico. Tal trajetória aparece, assim, como exemplo que assinala a existência de uma teia de relações políticas complexas, que extrapolam os limites do próprio território local, estando presentes em escala nacional.

5.1 A Ditadura Militar: formação dos partidos e acomodação da elite política

O golpe civil-militar de 1º de abril de 1964 foi responsável, inegavelmente, por uma sequência de mudanças no cenário político brasileiro, sobretudo pela avalanche de cassações implementadas e pelas constantes alterações no sistema de representação política. Porém, mesmo antes da promulgação do primeiro Ato Institucional, a própria presença dos militares no comando do país, após a deposição do presidente João Goulart, foi um elemento utilizado por integrantes de partidos majoritários e tradicionais nos estados e municípios para cassar o mandato de políticos de pequenos partidos, sendo estes acusados de ligações com os movimentos de esquerda.

O estado da Paraíba no ano de 1964 é um claro exemplo desse cenário político caótico que se implantava e da participação ativa dos grupos políticos locais no golpe e nas estratégias oportunistas de legitimação do novo regime. Tendo a Assembleia Legislativa desse estado uma distribuição partidária quase que equitativa entre as quatro legendas vitoriosas em 1962 (UDN, PSD, PDC e PSB) – resultado da estratégia de migração de políticos tradicionais para pequenos partidos –, essa composição começava a mudar com a sequência de cassações implementadas através dos seus próprios projetos de resoluções.

Sendo aberta em 1964, na Paraíba, uma verdadeira temporada de “caça às bruxas”, a Assembleia Legislativa e diversas câmaras municipais implementavam seus projetos de cassação de mandatos, agindo especialmente contra políticos ligados ao PSB²²⁰. Na Assembleia, foram cassados os deputados Francisco de Assis Lemos e Langstein Amorim Almeida, bem como seus respectivos suplentes, Antônio Figueiredo Agra e Agassiz de Amorim e Almeida, políticos de atuação junto às Ligas Camponesas. Na Câmara Municipal de Sapé, esse mesmo partido perdeu também vereadores, como João Alfredo Dias; e na capital, foi cassado o vereador Antônio Augusto Arroxelas, além dos seus respectivos suplentes, José Gomes da Silva e Leonardo Leal²²¹.

Essa tendência de cassações a políticos de orientação à esquerda, ocorria, a princípio, mais em face das disputas de poder local do que propriamente em função das mudanças efetivadas com o golpe civil-militar. Elas se constituíam, portanto, de estratégias

²²⁰ Sobre as sequências de cassações na Paraíba, ver: Soares (2020, p. 92-93).

²²¹ Na lista de cassações de direitos políticos, deve ser citado o nome de José Joffily Bezerra de Melo, candidato ao senado pelo PSB em 1962, que teve interrompidos seus direitos políticos por força do Ato Institucional nº 1, sendo ainda preso e libertado em 1965 pelo Superior Tribunal Militar. Nesse ponto, ver: CPDO/FGV. Verbete: José Joffily. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/jose-joffily-bezerra-de-melo>. Acesso em: 21 jan. 2022.

operacionalizadas por integrantes dessa elite política local que, ao empreender esforços diretos para o golpe, tratavam também de incidir sobre políticos de bases mais frágeis e distanciadas dos principais grupos estaduais²²². Disputas estas que passaram a ocorrer, posteriormente, entre os próprios representantes dessa elite, quando da promulgação dos Atos Institucionais²²³.

Desse modo, sem evidentemente negarmos os abalos que as ações dos governos militares provocaram na estrutura de poder local no estado paraibano, observa-se que esse período não representou a interrupção do domínio exercido pelos principais dirigentes da política estadual, contribuindo inclusive para a permanência de suas antigas práticas. Mesmo em partidos como o PSB, que foi atingido duramente pelos atos repressivos dos militares e seus apoiadores civis, verifica-se a sobrevivência política de parlamentares que utilizavam eleitoralmente essa legenda. Estes conseguiram, durante o período, não só permanecer em disputa no campo político, como ainda garantir o acesso a maiores cargos, beneficiando-se das medidas autoritárias decretadas por esse regime.

Nesse aspecto, aparece a figura do político Wilson Leite Braga, então integrante do partido PSB e eleito deputado estadual em 1962. Braga possuía um histórico de atuação política que poderia lhe colocar facilmente entre os selecionados do regime para cassação de mandato. No entanto, observa-se que foi ao longo justamente desse período que ele atingiu o ponto máximo da sua carreira política, conseguindo, logo na primeira eleição parlamentar pós-golpe, uma vaga na disputa para deputado federal pela Paraíba.

Integrando a “grande nau arenista” em 1966, como descreve Cittadino (2006, p. 308), e amparado em antigas lideranças que gozavam de grande prestígio entre a cúpula militar, como o então governador João Agripino, ele escapou, pelo menos a princípio, dos holofotes repressivos dos militares. Embora seu passado de atuação política apresentasse uma relativa proximidade com a militância de esquerda nos meios estudantis (representante da UNE em Congressos Nacionais e Internacionais), prevalecia, nesse caso, a sua atuação conservadora, ainda muito ligada aos principais líderes da UDN.

Não era Wilson Braga, entretanto, o único do PSB a permanecer na política após o Golpe Civil-Militar de 1964. Mesmo com a sequência de cassações políticas ocorridas contra esse partido, em virtude das denúncias de que alguns de seus integrantes atuavam na militância de

²²² O deputado estadual Joacil Pereira de Brito (UDN) relata detalhadamente a participação de vários integrantes civis (deputados, jornalistas) paraibanos no golpe de 1964 (Pereira *apud* Nunes, 2014, p. 69).

²²³ Cittadino (2006, p. 310) aborda o caso de João Agripino Filho, que interferiu para impedir a cassação do seu primo Antônio Mariz, alvo de denúncias de “supostas inclinações subversivas”. No dossiê militar sobre Wilson Braga, verificam-se também essas interferências, em que aparece correspondência deste com o então secretário do Conselho de Segurança Nacional, Jaime Portela, visando impedir a cassação do seu mandato.

esquerda, contava positivamente para a sobrevivência política da maioria de seus representantes da Assembleia Legislativa a imagem do PSB, visto como um partido indefinido em termos de identidade. O fato de ser reconhecidamente uma legenda utilizada por determinados políticos com o mero objetivo de alcançarem o quociente eleitoral, possibilitava, assim, a composição da maioria de seus deputados nos partidos do regime, como se constata no Quadro 10, a seguir:

Quadro 10 - Situação política e partidária dos deputados estaduais do PSB após o Golpe Civil-Militar de 1964

Nome	Partido em 1962	Partido ou situação política no período após o golpe de 1964
Wilson Leite Braga	PSB	ARENA
José Teotônio da Silva	PSB	ARENA
Francisco de Assis Lemos	PSB	Mandato cassado
José Lacerda	PSB	ARENA
José Alves Lira	PSB	MDB
Langstein Almeida	PSB	Mandato cassado
Otacílio Jurema	PSB	MDB

Fonte: TRE-PB. Organizado pelo autor.

Conforme atesta este quadro, excetuando-se os casos de cassação dos mandatos de Assis Lemos e Langstein Almeida, políticos notadamente de militância à esquerda, os cinco demais deputados estaduais do PSB conseguiram permanecer na vida política, ingressando no bipartidarismo da Ditadura Militar. Destes cinco deputados, três conseguiram espaço no partido governista e dois passaram a compor o MDB, partido formalmente dito como de oposição. Tal composição do PSB nos quadros partidários após o golpe de 1964 se confirma não só ao citarmos esses deputados eleitos em 1962, mas também quando investigamos os demais políticos ligados a esse partido. Entre estes, vemos o exemplo do próprio presidente estadual do PSB, Cláudio Santa Cruz Costa, que permaneceu na política durante a ditadura, concorrendo ao cargo de deputado federal em 1966 pelo MDB.

Como já foi apresentado no capítulo anterior, essa realocação dos deputados estaduais e outros políticos pertencentes ao PSB no bipartidarismo da ditadura não é necessariamente um fato estranho. Quando se analisa o histórico desses deputados ao longo de várias eleições, verifica-se que se tratava de políticos com movimentação por diferentes partidos, no transcurso dos pleitos ocorridos nas décadas de 1950/1960. Os sete deputados eleitos em 1962 pelo PSB eram oriundos de partidos anteriores, tendo alguns deles passagem por duas ou três legendas, antes de ingressarem nos partidos do regime. Esse é o caso do político Otacílio Jurema, por exemplo, um político que pertencia ao PL, tendo passado ainda pelo PSP antes de ingressar no PSB, em 1962.

Permanecia, portanto, durante o início da Ditadura Militar, a mesma política de adesão aos partidos, que vigorou no campo político após a redemocratização de 1945. Os partidos eram

utilizados de modo descartável como estratégia eleitoral, destacando-se movimentações constantes e pouca adesão a uma proposta ideológica. Prevalcia o critério de apoio e alianças com finalidade exclusiva de manutenção dos mesmos grupos que dominavam o campo ao longo de décadas. Esses grupos, atuando dentro da sua cultura política, faziam arranjos e rearranjos, negociavam e seguiam a onda de adesões a diferentes regimes, garantindo a sua sobrevivência e ascensão no quadro geral da política representativa.

Considerando a permanência no campo político da maioria dos deputados estaduais eleitos pelo PSB após o golpe de 1964, podemos constatar que esse período se configurou como de sobrevivência dos principais representantes das antigas famílias da elite política paraibana. Fato este que se confirma de modo mais abrangente na política que orientou a formação dos dois partidos da Ditadura Militar no estado (ARENA e MDB), bem como nos próprios resultados eleitorais decorrentes das eleições de 1966.

Como enfatiza Cittadino (2006, p. 306; 313), a formação da ARENA na Paraíba esteve a cargo do recém-eleito governador João Agripino, enquanto o MDB foi organizado pelo deputado federal Humberto Lucena. Estes, na condição de políticos tradicionais do estado da Paraíba, trataram de desenvolver uma arregimentação dos candidatos para seus partidos, considerando, principalmente, a possibilidade de apoio político e reconhecimento dos seus status de liderança. No caso da ARENA, o próprio governador João Agripino difundia a ideia de formar um partido com lideranças locais de diferentes agremiações, inclusive anteriormente rivais²²⁴. No tocante ao MDB, embora formado majoritariamente pelo PSD e por dissidentes da ARENA, havia um cuidado mais específico em relação aos territórios locais de atuação de seus candidatos.

Nesse sentido, para além das ideias de combate ao comunismo, ao populismo e às práticas de corrupção difundidos pelos ditos “militares revolucionários” de 1964, o que prevaleceu na formação dos partidos ARENA e MDB no estado foram as possibilidades de continuidade das práticas clientelistas. Ficando essas formações a cargo das mesmas famílias políticas do período anterior ao golpe civil-militar, pode-se dizer que mudaram os nomes dos partidos em 1966, mas os personagens do cenário político continuavam sendo praticamente os mesmos. Por meio dos quadros a seguir, que mencionam os candidatos eleitos nessa primeira eleição parlamentar na Paraíba com a Ditadura Militar e seus históricos anteriores, visualizamos melhor esse cenário de acomodação dos principais representantes da elite política nesse território.

²²⁴ Ver: *A União*, João Pessoa: 26 fev. 1966, p. 8.

Os Quadros 11, 12, 13 e 14 nos oferecem um panorama geral do cenário político paraibano nesses primeiros anos da Ditadura Militar. Eles indicam como ocorreu a constituição da ARENA e do MDB a partir de integrantes dos partidos extintos com o Ato Institucional nº 2 (AI-2), bem como o nome dos políticos e das famílias que continuaram comandando a política desse estado após o Golpe Civil-Militar de 1964.

Nos Quadros 11 e 13, referentes aos deputados estaduais e federais eleitos pela ARENA, constatamos que esse partido foi formado por integrantes de quase todas as legendas que disputaram eleições em 1962 (UDN, PDC, PTB, PL, PR, PSB e PSD), sendo a UDN o partido majoritário na formação desse bloco. Ao consultarmos o histórico dos políticos arenistas eleitos em 1966, evidenciamos ainda que se trata de políticos de atuação anterior no campo, uma vez que: 23 desses deputados estaduais já haviam ocupado cargos eletivos; e 16 dos 25 eleitos possuíam, pelo menos, um mandato nesse cargo em períodos anteriores. Em nível dos deputados federais, apenas o Monsenhor Manuel Vieira não detinha histórico anterior de mandato eletivo, sendo que dos 8 eleitos pela ARENA, 3 eram deputados estaduais, 3 já atuavam como deputados federais e 1 (Pedro Gondim) havia sido governador do estado.

Quanto à legenda MDB, nos Quadros 12 e 14, o seu bloco foi formado com a participação de integrantes de quatro partidos de 1962 (PTB, PSD, PSB e UDN), sendo sua base majoritária de políticos provenientes do PSD²²⁵. No histórico anterior de tais políticos, verifica-se também que estes detinham uma história de atuação no campo: todos os 15 deputados estaduais eleitos no MDB possuíam participação em cargos eletivos, sendo que 11 deles já detinham, pelo menos, um mandato nesse cargo; entre os 5 deputados federais eleitos, 4 já atuavam nesse cargo e 1 havia ocupado a vaga de deputado estadual.

Esse cenário político de permanência dos tradicionais representantes da elite política do estado é ainda mais visível ao investigarmos a continuidade de mandatos sucessivos alcançados por parte deles na eleição de 1966. Na ARENA, dos 25 deputados estaduais eleitos, 6 se encaminhavam para um segundo mandato, 6 para um terceiro e 4 para um quarto mandato sucessivo no cargo. No MDB, dos 15 deputados estaduais eleitos, 4 seguiam para o segundo mandato, 3 para um terceiro e 3 para exercer seu quarto mandato no mesmo cargo.

²²⁵ Dos deputados estaduais eleitos em 1966 pelo MDB, 10 pertenciam ao PSD em 1962. Dos federais eleitos por esse partido, 3 eram do PSD.

Quadro 11 - Deputados estaduais eleitos pela ARENA1 e ARENA2 em 1966 e seus respectivos partidos em 1962²²⁶

Nome	Partido em 1962
Clovis Bezerra Cavalcanti	UDN
Otávio Mariz Maia	UDN
Epitácio Leite Rolim	UDN
Álvaro Gaudêncio de Queiroz	PDC
Francisco Pereira Vieira	UDN
José Braz do Rego	PTB
José Pereira da Costa	PDC
Luiz Ferreira de Barros	Não localizado ²²⁷
Edvaldo Fernandes Mota	UDN
Inácio Bento de Moraes	UDN
Romeu Gonçalves de Abrantes	PTB
Egídio da Silva Madruga	PDC
Aginaldo Veloso Borges	PL
Antônio de Araújo Quinho	Não localizado
Antônio Batista Santiago	UDN
Francisco Souto Neto	PDC
Augusto Ferreira Ramos	PR
Luís Ignácio Ribeiro Coutinho	PDC
João Batista de Lima Brandão	PDC
Robson Duarte Espínola	PTB
Carlos Pessoa Filho	UDN
José Lacerda Neto	PSB
Jonas Leite Chaves	UDN
Francisco de Assis Camelo	Não localizado
Nivaldo de Farias Brito	PSD

Fonte: TRE-PB. Organizado pelo autor.

Quadro 12 - Deputados estaduais eleitos pelo MDB em 1966 e seus respectivos partidos em 1962

Nome	Partido em 1962
Ronaldo Cunha Lima	PTB
José Fernandes de Lima	PSD
Inácio Pedrosa Sobrinho	PSD
Laércio Pires de Sousa	PSD
Mário Silveira	PSD
Antônio de Paiva Gadelha	UDN
Azuil de Arruda Assis	PSD
José Targino Maranhão	PTB
Sebastião Calixto de Araújo	PSB
José Afonso Gayoso de Sousa	PSD
Luiz Gonzaga de Miranda Freire	PTB
Aloysio Pereira Lima	PSD
Orlando Cavalcanti de Melo	PSD
Balduino Minervino de Carvalho	PSD
José Soares de Figueiredo	PSD

Fonte: TRE-PB. Organizado pelo autor.

²²⁶ Nas eleições de 1966, a ARENA concorreu dividida em dois grupos (ARENA 1 e 2), favorecendo um maior acúmulo de votos no partido e, conseqüentemente, de eleitos para cargos como deputado estadual.

²²⁷ Utilizamos essa expressão para os candidatos que não apresentam histórico eleitoral antes de 1966 ou dos quais não foi possível definir precisamente seus partidos anteriores, em face da imprecisão nos dados do TRE-PB.

Quadro 13 - Deputados federais eleitos pela ARENA em 1966 e seus respectivos partidos em 1962

Nome	Partido em 1962
Pedro Moreno Gondim	PDC
Francisco Teotônio neto	PSD
Renato Ribeiro Coutinho	UDN
Wilson Leite Braga	PSB
Flaviano Ribeiro Coutinho	UDN
Ernani Aires Sátyro e Sousa	UDN
Monsenhor Manuel Vieira	UDN
Vital do Rego	UDN

Fonte: TRE-PB. Organizado pelo autor.

Quadro 14 - Deputados federais eleitos pelo MDB em 1966 e seus respectivos partidos em 1962

Nome	Partido em 1962
José Jandury Carneiro	PSD
Humberto Coutinho de Lucena	PSD
Petrônio Ramos de Figueiredo	PTB
Bivar Olyntho de Melo e Silva	PSD
José de Paiva Gadelha	UDN

Fonte: TRE-PB. Organizado pelo autor.

Quadro 15 - Famílias políticas locais e suas áreas de atuação na Paraíba entre as eleições de 1954 a 1966²²⁸.

Família	Principal representante	Município de maior concentração eleitoral
Bezerra Cavalcanti	Clóvis Bezerra Cavalcanti	Bananeiras
Gaudêncio	Álvaro Gaudêncio de Queiroz	São João do Cariri
Pereira	Francisco Pereira	Pombal
Fernandes Lima	José Fernandes de Lima	Mamanguape
Gadelha	José de Paiva Gadelha	Sousa
Targino Maranhão	José Targino Maranhão	Araruna
Ribeiro Coutinho	Flávio Ribeiro Coutinho	Sapé/ Santa Rita
Veloso Borges	Agnaldo Veloso Borges	Pilar
Coutinho de Lucena	Humberto Coutinho de Lucena	João Pessoa
Gondim	Pedro Moreno Gondim	Serraria/ João Pessoa
Braga	Wilson Leite Braga	Conceição
Aires Sátyro	Ernani Aires Sátyro	Patos

Fonte: TRE-PB. Organizado pelo autor.

Excetuando-se os casos de cassação de mandatos e as dificuldades enfrentadas por algumas dessas famílias do estado para se projetarem para além da esfera municipal, o que ocorreu durante a Ditadura Militar, conforme podemos verificar no quadro 15, foi a acomodação política da maioria dos integrantes dessas elites locais a uma nova conjuntura histórica. Essa presença dos militares no comando do país significou, portanto, para essas elites, a possibilidade de projeção dos seus herdeiros políticos, que deram continuidade a suas antigas práticas, ainda em evidência no cenário posterior ao golpe civil-militar de 1964.

Não é possível, entretanto, negar que nesse período ocorreram diversas interrupções de mandatos. Além dos citados no Quadro 15, José Targino Maranhão (MDB) e Pedro Moreno

²²⁸ Para selecionar as doze famílias e os nomes dos representantes, estabelecemos como critérios os seguintes: número mínimo de três mandatos entre 1954 e 1966 ou sequência de representantes se revezando entre os cargos do legislativo federal e municipal. Tais critérios visam acompanhar a permanência dessas famílias no cenário político do estado ao longo de várias eleições e de mudanças no cenário histórico e político.

Gondim (ARENA), foram cassados mais oito políticos, considerando os legislativos estaduais e federais. Na lista do MDB, somam-se, em 1969, 1 deputado federal, 1 suplente de deputado federal, 2 deputados estaduais e 1 suplente de deputado estadual. Na ARENA, entraram nessa lista 1 deputado federal, 3 deputados estaduais e 1 suplente de deputado estadual. Tal situação atingiu também os executivos municipais do estado, com a cassação do mandato do então prefeito de Campina Grande, Ronaldo Cunha Lima²²⁹.

A política repressiva da ditadura incidia, nesse caso, sobre os dois partidos do regime, sendo cassados políticos em diferentes níveis da representação. O fato de a ARENA apresentar uma longa lista de cassados coloca em evidência uma espécie de termômetro ou, de outro modo, uma política de controle dos seus aliados realizada pela alta cúpula militar. As cassações serviam como forma de garantir a existência de uma base aliada, pois eram mantidos no campo aqueles que correspondiam aos interesses mais imediatos do governo (votações favoráveis no Congresso, por exemplo). Do contrário, eram excluídos do cenário político aqueles que não estavam colaborando, de algum modo, com o projeto de manutenção do regime.

Ainda assim, em meio a essas cassações, um fato precisa ser considerado pela historiografia, que aponta enfaticamente a repressão a esses políticos e a interrupção dos seus nomes nesse campo com o AI-5: a efetivação dos processos de cassação sobre esses políticos não implicava, necessariamente, a exclusão do nome de suas famílias do cenário político. Para tanto, podemos pensar especificamente no citado deputado federal Pedro Moreno Gondim e sua família na eleição de 1970, no estado da Paraíba.

Mesmo Pedro Gondim não podendo lançar candidatura em 1970, uma vez que a cassação do AI-5 determinava também a perda dos direitos políticos pelo período de 10 anos, um de seus sobrinhos, Domício Gondim Barreto, permaneceu na política. Domício acompanhava seu tio desde os tempos de PSD, quando fora candidato a deputado federal por esse partido. Com a transferência de Gondim para o PDC, ele se transferiu também para esse partido, sendo eleito em 1962 como suplente do senador João Agripino (UDN), ocasião em que chegou a ocupar a vaga no Senado com a saída de Agripino para o governo. Permanecendo no cargo de senador até 1969, Domício deu continuidade ao nome da família Gondim na política do estado ao se eleger, em 1970, senador pela ARENA²³⁰.

²²⁹ Em relação ao nome dos cassados nos legislativos e nas câmaras municipais, ver Soares (2020, p. 92-93) e Nunes (2014, p. 532).

²³⁰ Pedro Gondim era sogro de Antônio Vital do Rêgo, deputado federal também eleito em 1966, que teve seu mandato cassado pelo AI-5. Os Gondim-Vital, trata-se, portanto, de uma mesma família que continua ainda hoje ocupando posição de destaque na política do estado, a exemplo do atual deputado federal e ex-prefeito de Campina Grande, Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto.

Outras famílias que tiveram seus principais representantes cassados enfrentaram dificuldades para inserir novos nomes nas esferas estadual e federal, mas não desapareceram completamente do cenário político, mantendo-se na disputa em seus municípios de atuação ou influência política. Entre essas, a família Targino Maranhão, no município de Araruna, deu continuidade ao seu nome no comando do executivo local por meio de Agenor Targino e Wilma Targino Maranhão Pedrosa; e a família Cunha Lima, de Areia, representada pelo prefeito Elson da Cunha Lima e seu vice, Agamenon da Cunha Lima.

A família Braga, de Conceição, por meio do deputado Wilson Leite Braga, se situa, portanto, nesse contexto de acomodação da elite na história política do estado da Paraíba. Com a extinção dos partidos políticos e a formação dos partidos do regime, essa família seguiu os passos de seu principal representante e dos seus ainda aliados udenistas, transferindo para o lado arenista da disputa política e fortalecendo o grupo formado pelo então governador João Agripino.

Com o importante apoio do governador João Agripino, Wilson Braga deixou o passado político de atuação no PSB e se acomodou na ARENA como uma das principais figuras do partido no estado, logrando, já em 1966, a vaga de deputado federal. Nesse sentido, os anos da Ditadura Militar foram o período de maior ascensão dessa família na política. Através de Braga, a família chegou a ocupar sucessivos mandatos de deputado federal e o cargo de governador (de 1983 a 1986), o que permitiu também consolidar seu domínio em âmbito municipal e projetar novos nomes em outras esferas da disputa política estadual.

Através da trajetória política de Wilson Braga, o principal representante político dessa família local, pode-se conhecer um aspecto do que foi a Ditadura Militar para uma parcela significativa das famílias políticas atuantes na Paraíba nesse período. Uma história escrita neste trabalho por meio de duas questões principais: (1) a Ditadura Militar foi, a princípio, um momento de relativa autonomia política para essas famílias, que chegaram, por vezes, a divergir com o governo militar na tomada de determinadas decisões; e (2) esse período teve, em um segundo momento, um aumento significativo da repressão do regime aos mais diferentes representantes dessas famílias locais, o que levou a maioria delas a convergir com os militares em seu projeto de dominação e extrair dessa relação sua própria sobrevivência no comando dos principais cargos representativos de poder no estado.

5.2 O *Argos Panoptes* da Ditadura: o Serviço Nacional de Informações e a vigilância aos políticos paraibanos

Como evidenciado no tópico anterior, os anos iniciais da Ditadura Militar não modificaram substancialmente o nome dos políticos em atuação no Congresso e as práticas utilizadas por eles para vencer as eleições. No entanto, mesmo obtendo condições de sobrevivência política e relativa autonomia na tomada de determinadas decisões, pelo menos até a decretação do AI-5, a atuação desses parlamentares foi alvo de constantes investigações. Essas atividades de investigação são notórias, sobretudo quando analisamos detidamente o juízo sintético do então deputado federal Wilson Leite Braga, documento veiculado pela Agência do SNI em Recife, hoje presente no sítio do Arquivo Nacional²³¹.

O juízo sintético desse político nos dimensiona a pensar sobre esse sofisticado sistema de vigilância implantado com o golpe de 1964. Ele é também um dos meios mais viáveis para entendermos as razões elencadas pelos governos militares para mudarem o modo de agir contra os próprios integrantes do seu partido em 1969. Isso porque foi justamente nesse ano que ocorreu a abertura de inquéritos e uma série de cassações de mandatos e direitos políticos em todo o país de parlamentares vinculados à ARENA.

O juízo sintético referente ao político Wilson Braga apresenta uma estrutura que pode ser pensada através de três divisões: primeiro, descrição dos dados pessoais do então parlamentar e das atividades desempenhadas (atividades antecedentes) e ainda em exercício (atividades atuais); segundo, a parte específica denominada de juízo sintético, em que é caracterizado o seu perfil por meio de indagações como ideologia, posição quanto à “revolução”, atividades subversivas; e terceiro, um histórico do político, contendo informações resumidas sobre a sua atuação entre os anos de 1965 e 1980.

Quanto a esse primeiro momento, percebe-se como o SNI, por meio de seus investigadores mais locais, como era o caso dos comandantes da CI-PB, tinha a preocupação de levantar informações sobre os indivíduos que datavam de períodos bem anteriores a 1964. Dados como o início da carreira política de Wilson Braga em 1955 e sua atuação como secretário

²³¹ Ver essas divisões e informações do juízo sintético de Wilson Braga, em: SIAN. Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo SNI. Juízos sintéticos e prontuários dos deputados federais da Arena PB e PE. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.80000976. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa. Acesso em: 29 nov. 2021.

de governo e vice-presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, bem como sua participação em congressos e viagens estudantis, eram conhecidos pelos militares²³².

O critério da temporalidade é algo também importante de ser evidenciado nas informações levantadas nesse documento. Enquanto num primeiro momento são descritas atividades antecedentes e atuais do político, num segundo, o juízo sintético chega a afirmar posicionamentos políticos que iam sendo alterados com o decorrer dos governos militares. No caso de Wilson Braga, ele chega a receber a denominação de político contrário ao movimento “revolucionário de 1964”, que agiu como “oportunista”, mas que naquele momento atual de processamento do documento já se posicionava como apoiador integral da “revolução de 1964”.

Essas mudanças na forma de descrever o político durante quase todo o regime é um indício relevante de que havia um interesse entre os militares de manter indivíduos que acumulavam sequências de citações negativas em seus juízos sintéticos. Embora sendo mencionado como “oportunista”, de práticas “esquerdizantes” e “corrupto”, o perfil de Wilson Braga como político que não estava engajado em movimentos de contestação ao governo, além de sua capacidade em seguir e dar apoio ao regime, era característica suficiente para mantê-lo em exercício no campo político.

Nos primeiros anos de domínio dos militares, tendo à frente do governo o marechal Humberto Castelo Branco, havia claramente uma tendência de aplicação do que regia a Doutrina de Segurança Nacional, visando à identificação, sob essa égide, dos indivíduos que atuavam em áreas destacadas como a política. Essa forma de identificação, caracterizando o indivíduo como subversivo ou não, era o ponto central que determinava a necessidade de ação imediata contra o investigado ou a possibilidade de mantê-lo ainda em seu posto de atuação, mas não o deixando escapar dos holofotes da vigilância.

Na segunda divisão do juízo sintético de Wilson Braga, este parlamentar foi justamente submetido ao método utilizado pelos militares para definir sua condição de possível subversivo ou de apoiador do que denominavam de “governo revolucionário”. Por meio de questões como posição ideológica, ligações políticas, atitude “foco à revolução” (leia-se, frente) e registro de atividades subversivas, ele foi descrito como político de inclinação democrática, sem registros de atividades subversivas e com histórico de reincidentes crimes e irregularidades eleitorais.

²³² Parte da documentação presente no Serviço Nacional de Informações já existia anteriormente, como fichas de “pessoas destacadas na sociedade”. Carlos Fico (2003, p. 175) menciona que Golbery do Couto e Silva havia conseguido reunir milhares de materiais, como fichas e dossiês, na ocasião em que trabalhava no IPES (Instituto de Pesquisas Sociais), órgão que atuou diretamente no golpe de 1964. Assim, esses materiais teriam sido levados para o SNI quando ocorreu a sua criação em junho de 1964. Além de Fico (2003), essa afirmação também é mencionada por outros autores, como Maria Helena Alves (1984, p. 25) e Renner Dreifuss (1981, p. 281).

Conforme cita diretamente o documento, ele era resumidamente descrito pelo SNI através de quatro observações:

1) Teve sua ficha individual e coletiva processada para possível aplicação do AI-5; 2) Face ao seu nível de atuação no Estado, coloca-se na posição centro-esquerda, mas atualmente dá apoio integral à revolução de 64; 3) perito em fazer presa sobre os governantes para obtenção de domínio político sobre certas áreas, o que tem assegurado ao nominado o privilégio de reeleições; 4) useiro e vezeiro na prática de crimes e irregularidades eleitorais. (SIAN. Fundo SNI. Juízo Sintético de Wilson Leite Braga. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.80000976).

Conforme atesta esse documento, Wilson Braga não era um político bem visto nos setores de investigação do SNI, recebendo descrições que iam desde a ideia de ser ele “perito” em pressionar os governos estaduais, até ser um hábil praticante de crimes e outras irregularidades eleitorais. Ainda assim, com todos esses termos negativos elencados, a ênfase em sua posição de apoio integral ao regime parece ter ressoado mais forte, uma vez que, mesmo reconhecendo o processamento de sua ficha individual para aplicação do AI-5, ele permanecia em atuação no cenário político sem sofrer quaisquer atos punitivos concretos.

Observa-se, nessas descrições do perfil ideológico de Wilson Braga, um evidente paradoxo ou ambiguidade do Estado autoritário, bem como do próprio político. Braga é apresentado como um parlamentar que seguia a posição “centro-esquerda”, um corrupto, mas também como aquele que, naquele momento, já apoiava integralmente a “revolução de 1964”. Como menciona Rodrigo Sá Motta (2016), trata-se aqui de um personagem político que, assim como muitos outros, assumiu posição ambivalente ao longo de sua trajetória e se ajustou a um governo de caráter também ambíguo e ambivalente:

É necessário perceber que a acomodação, tal como está sendo analisada aqui, implica via de mão dupla, ou seja, o Estado também era ambíguo. Alguns agentes sociais [...] aceitavam conviver com o regime militar, mas este também precisava fazer concessões, de outro modo o arranjo não seria possível (Motta, 2016, p. 17).

Nesse sentido, para além da organização de informações que poderiam servir de base numa futura cassação de mandatos e direitos políticos, os juízos sintéticos parecem ser utilizados pelos militares também como instrumentos de ameaça velada, visando a mudanças de posicionamentos políticos. Ao analisarmos a última parte desse documento, o histórico, verificamos como a repressão era já um instrumento da própria atividade de vigilância. Isso porque as ações do indivíduo investigado eram linearmente registradas pelos militares e, muito embora tenha sido propalada a ideia de que se tratava de informações secretas, esses processos

chegavam ao conhecimento de alguns investigados, fato que se constata no próprio dossiê de cassação do político Wilson Braga.

O histórico mais parece um documento à parte do juízo sintético do que propriamente uma de suas divisões, sendo um dos principais elementos utilizados pelos militares para organizar, cronologicamente, as informações levantadas sobre os investigados. Ele aparece em outros tipos de documentos, como o dossiê referente ao político Wilson Braga, e tem em sua estrutura um breve cabeçalho com informações pessoais básicas do investigado (nome e filiação) e um quadro com três colunas preenchidas com os seguintes conteúdos: data, fonte e histórico.

As informações e datas presentes no histórico dependiam do momento atual da vida do investigado e das solicitações feitas por alguns dos setores que integravam a burocracia da Ditadura Militar. Esses históricos sofriam modificações ainda dependendo do modelo de documentação em que eles se encontravam inseridos e de outros fatores, possivelmente, de ordem subjetiva, como os silenciamentos sobre determinados fatos ou períodos. Ao compararmos o histórico presente no juízo sintético e no dossiê de Wilson Braga, percebemos que, enquanto o primeiro apresenta dados do político entre 1965 e 1980, o segundo vai de 1956 até 1969.

Somadas aos aspectos já elencados especificamente no histórico do dossiê de cassação de Wilson Braga, duas outras questões merecem aqui mais atenção para esse documento sobre o político, as quais serão objeto de análise: em primeiro lugar, o fato de haver maior ênfase sobre a sua atuação política como deputado federal no período entre 1967 e 1969, tendo sido justamente neste último ano a cassação em massa de parlamentares arenistas; em segundo, o caráter de repetições de informações no documento envolvendo três áreas da sua vida pública, a saber: sua proximidade com o ex-governador e deputado federal Pedro Gondim; suas falas na imprensa por meio de jornais como *Última Hora* e *Correio Braziliense*; e algumas de suas atuações durante os trabalhos parlamentares.

Pode-se dizer seguramente através de documentos como esse que a vida de parlamentares, a exemplo do citado Wilson Braga, era constantemente vigiada por integrantes do SNI, sendo estes militares ou mesmo civis em atuação no Congresso. O histórico evidencia que a investigação sobre a vida de tal político era uma ação que compreendia olhar para o seu passado de atuação política e suas ligações pessoais, mas não perder de vista seu comportamento no presente, sendo as ações atuais do indivíduo objeto de maior atenção e preocupação por parte dos órgãos de investigação.

Embora no histórico do juízo sintético de Wilson Braga possamos ter dimensão dessa maior ênfase das investigações sobre o momento presente, é no histórico do dossiê do político que essa questão aparece mais evidente. De dezoito citações no dossiê sobre as atividades de Wilson Braga durante os anos de 1956 a 1969, onze são referentes ao momento de sua condição de deputado federal em exercício no Congresso, sendo seis delas só no ano de 1968, então período de decretação do AI-5. Pode-se afirmar, assim, que esses registros foram datados praticamente em tempo real à movimentação do seu processo de cassação em 1969, o que aponta os históricos como uma verdadeira ficha processual em constantes acréscimos, recortes e outras alterações.

Nessa perspectiva, excetuando-se o elemento da aproximação entre Wilson Braga e o ex-governador Pedro Gondim, em que as referências eram mais sobre o passado desse político, foi certamente a sua atuação presente como deputado federal nos primeiros anos da ditadura o ponto decisivo para a abertura de seu processo de cassação em 1969. A participação de Wilson Braga na imprensa, através de falas polêmicas sobre assuntos como o tráfico de camponeses nordestinos, chamou a atenção dos militares, bem como seus apertes na tribuna, realizados especialmente entre junho e outubro de 1968. Nesse último, o SNI cita as críticas efetuadas por ele às ações dos militares contra estudantes da Universidade de Brasília e sua defesa da necessidade da reforma agrária como parte do projeto de desenvolvimento do país.

Quanto à sua presença na imprensa, o histórico registra um comentário datado de 16 de outubro de 1968, descrevendo que o parlamentar estava reincidentemente denunciando, por meio desse veículo, as práticas de tráfico e venda de trabalhadores nordestinos. Na matéria do jornal Última Hora, citado no histórico e anexado nos altos do dossiê, ele aparece junto ao deputado Agenor Maria (ARENA-RN) como autores da denúncia sobre o caso, destacando-se sua fala em tom de ameaça direcionada ao então ministro da justiça, conforme exposto no trecho a seguir:

O Sr. Wilson Braga advertiu que, se o Ministério da Justiça não adotar as providências exigidas, será obrigado a requerer a Constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o fato, em todos os detalhes (SIAN. Fundo SNI. Recorte do Jornal Última Hora, edição de 18 de junho de 1968. Dossiê Wilson Braga. BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 29).

Esse discurso de Wilson Braga sobre o tráfico de trabalhadores nordestinos, bem como a matéria do jornal abordando o mesmo tema, podem ser acessados na íntegra nos anais da Câmara dos Deputados, edição de 17 de junho de 1968. Expondo os títulos “Tráfico” e “Governador Nilo Coelho – Tráfico Humano no Nordeste”, Braga apresenta nesse dia uma

crítica direcionada a falta de ação das autoridades, quanto a prática de escravização dos trabalhadores nordestinos:

Trata-se Sr. Presidente, do tráfico humano no Nordeste, e o Correio Braziliense nos traz, em minúcias, o depoimento de um norte-rio-grandense com todos os pormenores do tráfico entre estados do Nordeste e os estados de Goiás e Mato Grosso, feito por homens inescrupulosos, que procuram importar os nossos conterrâneos e vendê-los aos fazendeiros de Mato Grosso e Goiás como se fossem mercadoria [...]. Essa denúncia, Sr. Presidente, requer urgentes providências do Ministério da Justiça, para que, de uma vez por todas, encerre esse miserável expediente com que iniquamente exploram os estados nordestinos (Anais da Câmara dos Deputados. Discurso de Wilson Braga. jun. 1968²³³).

Por meio de discursos como este, Wilson Braga chamava atenção das escalas superiores de investigação e ação do governo militar. Como visível na matéria, além de aparecer em um jornal alvo de ataques dos militares desde os primeiros momentos do golpe, sua fala direcionava-se duramente contra o então ministro da Justiça, soando inclusive como uma espécie de ameaça. Acrescido a isso, seu discurso de denúncia sobre a existência de tráfico e venda de trabalhadores nordestinos como mercadoria eram corroborados por um outro colega do partido, Agenor Maria, que apontava “os governos” como os culpados desse problema por deixarem esses nordestinos entregues “à própria sorte”²³⁴.

A recorrência e a similaridade na denúncia, que se dirigia ao ministro da Justiça e culpabilizava a falta de iniciativas governamentais para resolver o problema, eram um outro aspecto apresentado pelos militares para ressaltar um caráter subversivo na atuação política de Wilson Braga. Como se verifica através de nota citada no Correio Braziliense, também em 18 de julho de 1968²³⁵, o caso de utilização do trabalhador nordestino como mercadoria virou tema de exposição nacional e Braga foi indicado como principal integrante dessas manifestações, ação que estava incomodando setores do alto escalão militar.

Em outro momento do histórico, 28 de agosto de 1968, trazendo mais uma vez como uma das fontes o jornal *Última Hora*, mas sem citar o dia da publicação ou apresentá-la em anexo, o SNI registra um discurso de Wilson Braga publicado nos Anais da Câmara. Neste ele

²³³ A íntegra desse discurso de Wilson Braga sobre o tráfico de trabalhadores nordestinos pode ser acessada em: Anais da Câmara dos Deputados. Brasília: v. 15. 17 jun. 1968, p. 60. Disponível em: https://imagem.camara.leg.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=17/6/1968#/. Acesso em: 31 ago. 2023.

²³⁴ O discurso do deputado Agenor Maria confirmando a denúncia de Wilson Braga pode ser acessado em: Anais da Câmara dos Deputados. Brasília: v. 15. 17 ago. 1968, p. 64. Disponível em: https://imagem.camara.leg.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=17/6/1968#/. Acesso em: 31 ago. 2023.

²³⁵ Ver: Ontem na Câmara. Pinga-fogo. *Correio Braziliense*, Brasília-DF, 18 jun. 1968, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 07 fev. 2022.

transcreveu uma fala do então Pontífice Paulo VI, utilizando-a como forma de advertência direcionada às autoridades brasileiras, isso ao afirmar a necessidade do governo em promover, em caráter de urgência, reformas no país. Segundo afirma o documento (Boletim Informativo 397/SNI/ARJ), Braga citava a reforma agrária como sendo a mais importante, por ser um meio de integrar o grupo dos trabalhadores rurais no plano de desenvolvimento elaborado para o Brasil:

Ao transcrever ontem, nos anais da Câmara, o discurso proferido pelo papa Paulo VI em Bogotá, o Dep. Wilson Braga (marginado) afirmou que o pronunciamento do Sumo Pontífice deve servir de advertência às autoridades brasileiras, para que promovam, quanto antes, as reformas, sobretudo a agrária, de modo que os trabalhadores rurais possam se integrar no Plano de Desenvolvimento do país (SIAN. Fundo SNI. Dossiê Wilson Braga. BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 22).

O discurso sobre a necessidade de promover a reforma agrária era apresentado pelo SNI como mais um elemento de possível atividade subversiva do político. Ao apresentá-lo no histórico, mencionando a autoria de Wilson Braga, quanto à sua transcrição, esse órgão definia a condição de marginado para o político. Acrescido à crítica social presente no próprio discurso, estava o fato de ter sido repercutido nos principais veículos da imprensa. Pesava sobre Braga também o contexto de manifestações sociais desse período, uma vez que a sua fala soava como uma defesa do trabalhador rural, que estaria sendo esquecido nas políticas do governo, conforme podemos perceber neste trecho do discurso dele, proferido nos Anais da Câmara:

Sr. Presidente, o discurso que o Papa Paulo VI pronunciou nessa oportunidade é um documento que nos serve de alerta, principalmente às autoridades brasileiras para que, quanto antes, promovam as necessárias reformas na estrutura agrária a fim de que tenham os trabalhadores rurais do Brasil melhores condições de vida e se integrem no plano de desenvolvimento desta nação e, assim, possam contribuir para o aumento de suas rendas e sua produtividade (Anais da Câmara dos Deputados. Discurso de Wilson Leite Braga, ago. 1968)²³⁶.

Como podemos perceber nos Anais da Câmara Federal, referente às 152^a e 155^a sessões, a reforma agrária era constantemente debatida pelos parlamentares e dividia opiniões. Fazia parte da rotina dos deputados, em meses como o de agosto de 1968, surgirem posicionamentos sobre esse tema através de críticas, apelos ou elogios ao presidente Costa e Silva em face de suas falas na imprensa ao abordar tal assunto. Nesse sentido, o discurso proferido por Wilson

²³⁶ A íntegra desse discurso de Wilson Braga sobre o Papa Paulo VI pode ser acessada em: Anais da Câmara dos Deputados. Brasília, v. 22, 26 ago. 1968, p. 62. Disponível em: https://imagem.camara.leg.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=26/8/1968#/. Acesso em: 31 ago. 2023.

Braga, citado pelos militares no histórico, seguia na direção de outros apresentados por políticos arenistas, como Pedro Gondim; e emedebistas, como Breno da Silveira, Joel Ferreira e Paes de Andrade²³⁷.

Seu posicionamento sobre a questão da reforma agrária foi, portanto, proferido no calor do momento histórico vivenciado em 1968 e tomava a mesma direção das falas de lideranças políticas do seu estado, a exemplo de Pedro Gondim. Era, dessa forma, um discurso que tinha como pano de fundo o momento inicial da Ditadura, no qual as elites políticas exerciam seus mandatos crendo ainda gozarem de autonomia para criticar abertamente ministros e o próprio presidente da República, situação que se modificou em 1968 com o AI-5.

A decretação do AI-5 em 13 de dezembro de 1968 significou não só o fechamento do Congresso, como também o endurecimento da ditadura em relação aos discursos proferidos pelos deputados no biênio 1967/1968. Os posicionamentos assumidos antes do AI-5 passaram a ser utilizados diretamente pelo SNI, em suas longas listas de motivos elencados, para justificar a abertura de processos, visando à cassação de direitos e mandatos políticos desses deputados, como foi o caso de Wilson Braga.

Não foi, entretanto, a questão de suas críticas sobre o plano de reforma agrária propalado pelo governo Costa e Silva que mais era enfatizada pelos militares para enquadrá-lo nos termos do AI-5 em 1969. As informações registradas nos históricos do juízo sintético e no dossiê de Wilson Braga indicam dois elementos em sua atuação como deputado em 1968 que, certamente, foram cruciais para o andamento do seu processo de cassação: primeiro, o posicionamento assumido na imprensa em defesa da classe estudantil, reprimida violentamente durante algumas manifestações, e o seu voto efetuado em favor da anistia aos estudantes envolvidos nos protestos em 1968; e segundo, o voto contra a licença para abertura do processo de cassação do mandato do deputado Márcio Moreira Alves. Esses posicionamentos e ações praticadas por ele desobedeciam às ordens do seu partido e o enquadravam na lista dos seguidores de Pedro Gondim, deputado que teve seu mandato e direitos políticos cassados em 1969.

No primeiro caso, o histórico do dossiê registra um boletim informativo de nº 407 do SNI/ABSB, referente a 30 de agosto de 1968, em que Wilson Braga proferiu na imprensa uma fala sobre a violência da polícia durante invasão na Universidade de Brasília. Nele, esse deputado criticou a ação da polícia contra os estudantes e suas famílias presentes na instituição, ressaltando a necessidade de apoiar uma comissão formada por integrantes dos dois partidos para apurar o caso, como se verifica no texto a seguir:

²³⁷ Ver: Anais da Câmara dos Deputados. Brasília, v. 22. 334-448, ago. 1968. Disponível em: <https://imagem.camara.leg.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A>. Acesso em: 07 fev. 2022.

O Sr. Wilson Braga, marginado, disse que as primeiras notícias eram alarmantes, daí dever não só da ARENA, mas também da mesa, designar-se comissão para inteirar-se das ocorrências, frisando: “estamos verdadeiramente estarecidos com as notícias que nos chegam, de tanta brutalidade da polícia, que invadiu as salas de aula, inclusive na Biblioteca, gás lacrimogêneo, sem respeitar as senhoras e nossos filhos que lá estão. Uma comissão partidária, não só formada por membros do nosso partido, merece o nosso apoio” (SIAN. Fundo SNI. Dossiê Wilson Braga. Histórico. 2 de setembro de 1968. BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 21).

Nesse ponto, percebe-se uma intenção clara de integrantes do SNI em organizar o maior número de justificativas possíveis visando à cassação do mandato desse parlamentar. Ao pesquisarmos diretamente, nas edições do *Correio Braziliense*, fazendo assim um cruzamento entre as fontes, vemos que, embora os militares tenham registrado essas informações apenas em 30 de agosto e 2 de setembro de 1968, respectivamente, esse caso foi divulgado no jornal no mês de abril de 1967. O texto escrito no histórico do dossiê, com o uso das aspas para delimitar uma fala do político Wilson Braga, não é exatamente fiel ao declarado por ele no jornal, e sua participação na matéria se insere no meio de vários outros parlamentares, ocupando apenas um pequeno trecho, como se percebe adiante:

Outro parlamentar do partido do governo, o Sr. Wilson Braga (PB), declarou que violências várias já tinham sido praticadas contra estudantes em todo o território nacional, “mas não havíamos ainda contemplado neste imenso país nenhuma como esta de Brasília, quando os policiais invadiram o recinto da universidade, penetraram na sua biblioteca para espancar jovens universitários indefesos da sua própria sala de estudos” (*Correio Braziliense*, 1967, p. 3).

Esse discurso proferido por Wilson Braga no *Correio Braziliense* foi apresentado pelo parlamentar exatamente um dia antes dessa matéria veiculada no jornal, conforme pode ser visualizado nos Anais da Câmara dos Deputados em sessão de 24 de abril de 1967. Em tal discurso, Braga afirmou a mesma defesa já anteriormente feita por outros parlamentares, como Cid Rocha e Mateus Schimdt, que criticavam a violência policial na universidade; lembrou também o seu tempo de universitário, quando participava de manifestações estudantis, e pediu providências diretas ao “presidente da República” no sentido de estabelecer “diálogos com os estudantes”:

E se assim relatamos o fato, neste instante, é porque sentimos ainda o ardor das campanhas universitárias, de quando participamos, em diversos setores das atividades estudantis, e aqui não poderíamos deixar de lançar o nosso protesto contra essas violências, contra essas arbitrariedades, fazendo apêlo a S. Exa. o Presidente da República, para que não só determine a abertura de inquérito rigoroso, com a punição imediata dos responsáveis, mas para que

defina uma política de diálogo com os estudantes (Anais da Câmara dos Deputados. Discurso de Wilson Leite Braga. Abr. 1968²³⁸).

Esse cruzamento de informações nos leva a entender que houve um esforço dos agentes do SNI em construir a imagem de Wilson Braga como a de um político que militava constantemente, na imprensa e no Congresso, em favor das manifestações estudantis, que se espalhavam por todo o Brasil em 1968. Porém, os Anais da Câmara e as matérias veiculadas em jornais, como o *Correio Braziliense*, dos anos 1967/1968 apresentam que a atuação política de Braga era muito mais direcionada para debater e reivindicar questões administrativas do seu exercício político (verbas, reformas no sistema de aposentadoria e trabalhista) do que propriamente criticar ações de repressão contra a classe estudantil.

Ainda assim, essa sua fala em 1967 para o *Correio Braziliense*, criticando as ações da polícia contra os estudantes, somada à sua participação, através de emenda, em um projeto de reforma universitária que defendia a inviolabilidade dos sistemas de ensino, colocavam-no diretamente na mira desse serviço de informações. Neste último caso, o SNI/ARJ registra no histórico sua participação em tal projeto por meio do Boletim Informativo de nº 486, de 1º de outubro de 1968, citando como fonte a imprensa através das iniciais “JB”, uma referência ao *Jornal do Brasil*, periódico do Rio de Janeiro.

Pesquisando nas edições do *Jornal do Brasil*, deparamos co-nom a publicação citada pelo SNI/ARJ na edição do dia 17 de outubro de 1968, sob o título: “Deputados propõem a inviolabilidade de todas as universidades”²³⁹. Na matéria, Wilson Braga é citado junto ao deputado Mário Piva (MDB) como autores de emendas a esse projeto de reforma universitária e organização de todo o sistema de ensino, destacando sua proposta de incluir um dispositivo em que as universidades e os demais estabelecimentos de ensino passassem a ser denominados de “asilo inviolável dos que ali estudam e trabalham”.

Não obstante o impacto dessa proposta de Wilson Braga, diante do contexto efervescente de manifestações e repressões que se espalhavam pelo país, ela era ainda corroborada, de forma mais direta e contundente, na proposição do deputado emedebista Mário Piva. Seguindo essa mesma defesa da inviolabilidade dos estabelecimentos de ensino, este deputado buscava acrescentar ao projeto um dispositivo que regulamentava o acesso a essas

²³⁸ A íntegra desse discurso de Wilson Braga sobre a violência policial praticada contra estudante da Universidade de Brasília pode ser acessada em: Anais da Câmara dos Deputados. Brasília, v. 5, 24 abr. 1968, p. 90. Disponível em: https://imagem.camara.leg.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=24/4/1967#/. Acesso em: 02 set. 2023.

²³⁹ Ver essa matéria em: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro-RJ, 17 out. 1968, 1º caderno. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 08 fev. 2022.

instituições, propondo que “ninguém poderia acessá-las sem autorização dos reitores ou diretores”.

Apresentar, em pleno outubro de 1968, uma emenda que literalmente pretendia restringir o acesso da polícia militar e de outros integrantes da segurança pública às universidades era notavelmente uma ação de enfrentamento às práticas de repressão que estavam em curso naquele momento no país. Isso porque é preciso ressaltar que, a partir de 1968, temos um divisor de águas nesse longo período de dominação militar no Brasil. Tal fato se explica pela onda de protestos, especialmente espalhados pelas capitais do Estado, contra a política repressiva do governo, os quais culminaram com um maior endurecimento das práticas de repressão do regime, formalizadas legalmente com a decretação do AI-5.

Em 28 de março desse ano, essas manifestações tiveram como ponto de partida o assassinato dos estudantes secundaristas Edson Luís de Lima Souto e Benedito Frazão de Lima Dutra, alvejados por policiais militares no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, durante protesto pela melhoria da alimentação servida naquele local. Desse episódio, espalhou-se a onda de manifestações, que inicialmente ocorreram nas grandes capitais do Sudeste, a exemplo da chamada Passeata dos Cem Mil, ocorrida no Rio de Janeiro, em 26 de junho, e que logo tiveram os seus impactos nas demais regiões do país²⁴⁰.

Na Paraíba, essas manifestações estudantis já ocorriam desde 1967, durante o governo de João Agripino (ARENA). Como aborda a historiadora Cittadino (2006, p. 325-326), estudantes de Enfermagem da Escola Santa Emília de Rodat protestaram em frente ao Palácio do Governo contra os altos índices de fome, sífilis e tuberculose, e usaram o primeiro sobrenome do presidente da República, “Costa”, fazendo uma alusão à ideia de que o país estava andando de costas. A autora menciona ainda os movimentos estudantis surgidos em 1968 como reflexo do assassinato do estudante Edson Luís, analisando as mudanças de posicionamento do governador João Agripino, que, sofrendo pressões da presidência da República, passou a proibir os atos de manifestação.

Nesse contexto de manifestações, sobretudo orquestradas por militantes de grupos estudantis, era notória a insatisfação dos agentes da repressão com emendas parlamentares como esta do então deputado Wilson Braga, haja vista estarem ocorrendo naquele momento também invasões nas universidades públicas do país, seguidas de ataques e prisões a estudantes, professores e outros representantes do ensino superior, como no caso citado da violência

²⁴⁰ Sobre esses episódios de 1968, ver: Memória da Ditadura. *Biografia de Edson Luís de Lima Souto*. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia>. Acesso em: 08 fev. 2022.

praticada na Universidade de Brasília, episódio alvo de duras críticas dos parlamentares em 1967.

Acrescida a essa sua participação na emenda sobre a inviolabilidade dos sistemas de ensino, pesava igualmente desfavorável para Wilson Braga seu comportamento no projeto de anistia, apresentado pelo deputado emedebista Paulo Macarini. Sob o nº 1346/B/1968, o projeto de Macarini tinha como proposta conceder anistia aos estudantes e trabalhadores que haviam se envolvido nas manifestações ocorridas, em todo o território nacional, a partir da morte do secundarista Edson Luís. Segundo a defesa feita por ele, publicada no Diário do Congresso Nacional, em 25 de maio de 1968, a luta dos estudantes e trabalhadores era relacionado ao “barbarismo” instalado no país e por melhoria dos salários, o que não justificava a abertura de inúmeros processos contra esses grupos, série de prisões e outras “arbitrariedades” praticadas²⁴¹.

Após ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, o projeto da anistia foi colocado em votação no dia 20 de agosto de 1968, sendo rejeitado com 198 votos contra 145 favoráveis. Conforme os Anais da Câmara dos Deputados, referente a essa sessão, e o que ficou divulgado em periódicos, como o *Jornal do Brasil*²⁴², o governo Costa e Silva, por meio do seu líder na Câmara, o deputado Ernani Sátiro (ARENA/PB), argumentava pela “inoportunidade da medida”, alegando que tal projeto não poderia ser aprovado uma vez que as manifestações estudantis ainda continuavam ocorrendo no país. A oposição derrotada na matéria, através do seu líder Mário Covas (MDB/SP), expunha a opressão do governo, declarando que a anistia seria aprovada no dia em que o povo fosse libertado.

A cúpula militar, mesmo alcançando o objetivo de ver reprovada a proposta de anistia, se mostrava insatisfeita com a votação, uma vez que 35 deputados da ARENA desobedeceram às orientações do partido e votaram pela aprovação do projeto. Entre os rebelados estavam políticos de estados estratégicos para os militares, a exemplo do deputado da Guanabara Rafael de Almeida Magalhães, tendo nessa lista dois arenistas representantes da Paraíba: Pedro Moreno Gondim e Wilson Leite Braga.

O histórico do dossiê militar sobre o deputado Pedro Gondim não registra esse fato, provavelmente porque nele já continham muitas informações sobre esse político, e sua atuação

²⁴¹ Ver: Diário do Congresso Nacional, Seção I, 25 maio 1968, p. 2777-2778. Disponível em: <https://imagem.camara.leg.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=D>. Acesso em: 09 fev. 2022.

²⁴² Sobre essa votação do projeto de anistia, ver: Anais da Câmara dos Deputados. Brasília, v. 21, 20 ago. 1968, p. 228. Disponível em: https://imagem.camara.leg.br/dc_20b.asp#/. Acesso em: 09 jul. 2022. Ver também: Câmara rejeita o projeto de anistia por 198 contra 145 votos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 ago. 1968, 1º caderno, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 09 fev. 2022.

no Congresso já havia se encerrado no mês de fevereiro de 1969, com a cassação do seu mandato e direitos políticos através da aplicação do AI-5. Porém, no histórico de Wilson Braga, verifica-se a insatisfação dos militares com esse ato, segundo registro do SNI/ARE em setembro de 1968, conforme publicação a seguir:

Por ocasião da rejeição do projeto nº 1346/B/68 (anistia), dia 28/08/68, votou a favor da anistia, desobedecendo ao comando do partido governista. Observou-se que a bancada mineira apresentou o maior percentual de indisciplina partidária com 27% dos membros contrários à orientação do partido, seguida da bancada paulista com 18% (SIAN. Fundo SNI. Dossiê Wilson Braga: Histórico. 16 de setembro de 1968. BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 21).

Como visível no histórico, o SNI, além de registrar o ato de Wilson Braga como uma desobediência às ordens do comando do partido governista, estabeleceu ainda o percentual dos votos das bancadas arenistas na Câmara dos Deputados que, segundo a citação, teria agido com indisciplina partidária ao votarem pela anistia. Desse modo, o documento ressalta a ideia que o governo imprimia de não tolerar votos ou discursos de integrantes do partido que contrariassem a orientação presidencial, especialmente em casos de explícito interesse do governo, como era o projeto da anistia.

O ponto crucial para essas insatisfações do governo militar com os deputados arenistas, incluindo-se nesse caso o político Wilson Braga, viria mesmo a partir do mês de dezembro de 1968, com o famoso pedido de licença direcionada pelo STF para processar o deputado Márcio Moreira Alves (MDB/RJ). Após o discurso proferido por esse deputado na tribuna da Câmara em 2 de setembro desse ano, insuflando a população a promover um boicote aos desfiles de 7 de setembro, o então procurador da República, Décio Miranda, dirigiu-se ao STF solicitando a cassação do mandato do deputado. O processo foi encaminhado para a Câmara, em razão do que previa a Constituição de 1967 acerca da imunidade parlamentar²⁴³, sendo votado em 12 de dezembro de 1968.

Já durante os trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça, quando o pedido de licença foi apreciado em sua constitucionalidade, o clima se mostrava desfavorável ao governo. Mesmo com a aprovação concedida pelos deputados, que somaram 19 contra 12 dos votos apurados, o presidente dessa comissão, Djalma Marinho (ARENA-RN), logo terminada a votação, declarou publicamente sua insatisfação com o resultado e pediu renúncia da presidência, sendo acompanhado por toda a bancada do MDB. Tal deputado manifestou

²⁴³ Ver: PaLácio do Planalto. Constituição de 1967: artigo 34. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 12 mar. 2022.

posteriormente sua opinião sobre esse caso afirmando, segundo publicação do jornal *Folha de São Paulo*, que:

Rejeitando o pedido de licença para o processo que visa à cassação do mandato do deputado Márcio Moreira Alves, estará defendendo a principal prerrogativa do parlamentar, que é a sua inviolabilidade na tribuna da Câmara. Não se trata de problema de natureza partidária, mas de questão que diz respeito à própria sobrevivência da instituição legislativa. O ciclo das cassações deve encerrar-se, definitivamente, para que o Congresso possa preservar-se perante a Nação, com a autoridade e a firmeza que o povo saberá reconhecer e aplaudir (Folha de São Paulo, 1968, p. 8).

A maioria dos deputados federais que formavam a legislatura 1967-1970 ressaltava a ideia de que vivíamos ainda a autonomia e a soberania dos três poderes e não mencionava o acontecimento de 1º de abril de 1964 como um golpe. A aprovação da Constituição de 1967 – que previa, pelo menos em termos legais, essa autonomia através do princípio de imunidade parlamentar – e o posicionamento político do presidente Costa e Silva no início do seu governo, afirmando que iria governar com tolerância e implantar projetos como o da reforma agrária, contribuíam conjuntamente para solidificar esse pensamento²⁴⁴.

Entretanto, é falsa a premissa de que fora apenas a defesa da imunidade parlamentar e da autonomia dos poderes o motivo que levou deputados situacionistas a se oporem à proposta de aprovação da licença para processar Márcio Moreira Alves. Disputas internas, crises e insatisfações com medidas tomadas por representantes do governo também serviram de combustível para o crescimento de uma corrente disposta a contrariar a orientação determinada para os integrantes do partido. É o que se percebe na matéria da *Folha de São Paulo*, dia 13 de dezembro de 1968 (p. 3), em que o jornal mencionou as insatisfações dos deputados arenistas com o presidente do partido, senador Daniel Krieger, e com outras lideranças quanto às atitudes assumidas na condução dessa pauta.

Com um número cada vez mais crescente de deputados arenistas se posicionando publicamente na contramão dos interesses do governo militar, afirmando de antemão que iriam votar contra o pedido de licença para abertura do processo, a matéria foi colocada para debate e apreciação dos deputados em 12 de dezembro de 1968. Durante sessão que se estendeu por seis horas, os parlamentares decidiram por 216 votos contra 141 favoráveis impedir a abertura

²⁴⁴ Como divulgado por meio da imprensa e oficializado no Ato Institucional nº 9 (AI-9), Costa e Silva chegava ao ponto de afirmar que iria promover reformas no país, incluindo-se nesse leque a reforma agrária, ainda que efetuada segundo as condições técnicas e liberais defendidas pelo regime. Sobre essa questão, ver: Costa implanta a reforma agrária. *Folha de São Paulo*, 26 abr. 1969, nº 14.559. XLIX. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=3275&keyword=agraria%2Creforma&anchor=4461761&origem=busca&originURL=>. Acesso em: 12 fev. 2022.

do processo para cassação do deputado Márcio Moreira Alves. Diante de um resultado que surpreendeu, à época, integrantes da oposição e da situação, tendo 94 deputados da ARENA votado contra o pedido de licença, a galeria da Câmara foi tomada nesse momento por “gritos de viva”, choros e canto coletivo do Hino Nacional²⁴⁵.

Antes dessa decisão, os deputados já ouviam rumores sobre a possibilidade de resposta do governo militar através da decretação de novos atos institucionais, em caso de contrariarem a determinação do presidente do partido. Ainda assim, o fato de contarem com o apoio de alguns setores militares e acreditarem na autoridade legal do Congresso, estabelecida em vários dispositivos da Constituição de 1967, contribuiu para que grandes bancadas como a de Minas e a do Paraná afirmassem antecipadamente que votariam contra o pedido de licença impetrado pelo governo.

Após a negativa da Câmara em conceder a licença para abertura do processo de cassação do deputado Márcio Moreira Alves – ação que contou com a participação de integrantes de quase todas as bancadas da ARENA –, o presidente e alguns ministros se mobilizaram rapidamente através de reuniões. Assim, por meio de ação quase imediata à votação da Câmara, foi decretado, em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), seguindo-se a ele a abertura de inquéritos e cassações dos direitos e mandatos políticos de vários deputados da ARENA e do MDB, estando entre eles o próprio Márcio Moreira Alves e o presidente do partido oposicionista Mário Covas.

Na Paraíba, as cassações atingiram os deputados federais e estaduais que possuíam alguma ligação com o ex-governador Pedro Gondim, a exemplo do seu sogro Antônio Vital (MDB), recaindo também sobre os suplentes desses deputados, que eram acusados de exercerem atividades subversivas²⁴⁶. Porém, para além da questão de ligação desses suplentes com movimentos de esquerda, essas cassações funcionavam como estratégia dos militares para determinar o candidato mais ideal na ocupação do cargo em vacância, dentro da perspectiva da possibilidade de apoio ao regime²⁴⁷.

²⁴⁵ Ver informações sobre esse momento na seguinte matéria: Câmara nega licença para processar Márcio. *Folha de São Paulo*, São Paulo-SP: 13 dez. 1968, Ano XLVIII, nº 14.425. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2018/12/1968-camara-dos-deputados-nega-licenca-para-processar-marcio-moreira-alves.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2022.

²⁴⁶ Casos como o suplente de deputado federal Osmar de Araújo Aquino, acusado de envolvimento em atividades comunistas e de criticar abertamente a “revolução” e conclamar o povo a restaurar a democracia. Sobre ele, ver: Nunes (2014, p. 534).

²⁴⁷ Maria Tereza Soares (2020, p. 38), partindo da leitura de autoras como Alves (1984), menciona que um dos motivos das práticas de cassações de mandatos políticos era a eliminação de opositores e sua substituição por pessoas integradas ao projeto do governo autoritário. Desse modo, os processos de cassação de mandatos incidiam diretamente contra suplentes, visando à montagem de um Congresso mais alinhado com as pautas governistas.

A aplicação das medidas previstas no AI-5 funcionava, entretanto, sob pesos e medidas diferentes, dependendo das relações de poder existentes entre representantes dos altos escalões da ditadura e políticos integrantes de tradicionais famílias políticas locais. Em casos de interesses convergentes entre esses políticos e setores do governo, as punições previstas nos atos institucionais não avançavam para além da abertura e dos encaminhamentos processuais, sendo paralisados nas instâncias superiores da burocracia militar. Estas, detendo o poder decisório e definitivo sobre os processos, ultrapassavam os limites legais por eles estabelecidos e incidiam de forma arbitrária confirmando ou arquivando processos de cassações indicados pelos níveis iniciais da hierarquia militar, a exemplo das Comissões de Investigação (CI) do SNI, que atuavam nos estados.

A trajetória do então deputado Wilson Braga e de outros políticos em atuação nesse momento nos direcionam a olhar para as teias de relações de poder que incidiam para a não cassação de parlamentares vigiados e constantemente alvos de processos abertos pelos militares. Documentos elaborados pelo SNI, como o citado juízo sintético e o dossiê de Wilson Braga, apontam como havia divergências de ordem política entre os setores da burocracia militar, quando da cassação desses parlamentares. Apresentam também indícios sobre as práticas da cultura política em evidência nesse período que serviram de sustentação para esses políticos e para a própria ditadura ao longo desses anos.

5.3 O rito burocrático do SNI e o processo de cassação do deputado Wilson Leite Braga

As consequências do resultado negativo obtido pelo governo militar na votação do caso Márcio Moreira Alves foram decisivas para a cassação dos direitos políticos de Pedro Moreno Gondim, um dos principais líderes políticos paraibanos na década de 1960. Figura já conhecida do presidente Costa e Silva quando este era comandante do IV Exército e acompanhara João Goulart em visita à Paraíba em 1963, Gondim se colocou decisivamente na mira repressiva do regime através de seu comportamento de independência, assumido na Câmara dos Deputados durante o biênio 1967/1968.

Votando contra os interesses do governo em várias ocasiões, sua posição assumida no projeto de anistia aos estudantes e nesse contra o deputado emedebista Márcio Moreira Alves foi o estopim para o regime, que então determinou, segundo publicação no *Diário Oficial da União*, de 10 de fevereiro de 1969, a suspensão dos seus direitos políticos. Como explicito no histórico do seu dossiê, a repressão a ele reverberou ainda em sua atuação profissional, sendo

afastado do cargo de professor da UFPB e de consultor jurídico do estado da Paraíba, por meio de outras determinações do Governo Federal.

A repressão do regime a Pedro Gondim colocava na mira do governo militar outros deputados com atuação semelhante a ele e que tinham, em seus históricos, ligações políticas antigas com esse parlamentar. Entre eles, estava Wilson Leite Braga, político que acompanhava Pedro Gondim desde as eleições disputadas para deputado estadual em 1954, quando fora exaustivamente defendido por ele na Assembleia e na imprensa em casos como o da fraude eleitoral ocorrida na 17ª Zona, episódio que lesava diretamente o então jovem candidato udenista Wilson Leite Braga.

No histórico do dossiê de cassação dos direitos políticos de Pedro Gondim, o SNI/SAPB estabeleceu uma ligação entre ele e Wilson Braga, quando Gondim ocupava o cargo de governador do estado. Em uma relação de pessoas nomeadas para os cargos do governo, listadas pelo SNI sob a denominação de “esquerdistas”, suspeitos de “esquerdismo e “corruptos”, aparece o nome de Wilson Braga e de outros que estavam na mira de investigações dos militares, conforme a citação a seguir:

Nomeou os esquerdistas e corruptos abaixo para funções estaduais: José Octávio de Arruda Melo (esquerdistas); Wilson Leite Braga (esquerdistas – suspeito); Euclides Dias de Sá (corrupto); nomeou para o cargo de Redator, Ismael Marinho Falcão (conforme D.O. do Estado de 29/06/65), ex-funcionário dos Correios e Telégrafos, demitido a bem do serviço público (SIAN. Fundo SNI. Prontuário Pedro Gondim. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.82003979).

Essa ligação era ainda mais enfatizada pelo SNI no histórico do dossiê que pretendia a cassação dos direitos políticos de Wilson Braga. Em três ocasiões, o histórico desse parlamentar apresenta o seu nome, destacando a nomeação ocorrida no governo Gondim. Um episódio que foi informado por diferentes setores de apuração e investigação do SNI (ARE, CENIMAR, ARJ), com registro semelhante ao mencionado no histórico de Pedro Gondim, como podemos ver a seguir: “O marginado, esquerdistas (suspeito), foi recentemente nomeado pelo governador Pedro Gondim, funcionário do Estado da Paraíba” (SIAN. Fundo SNI. Dossiê Wilson Braga. Histórico de 27 de outubro de 1965 BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 21).

O histórico de Wilson Braga registra ainda mais duas citações que aproximam o seu nome ao, à época, governador do estado da Paraíba Pedro Gondim. A primeira, datada de março de 1961 pelo SSOP, com ficha de ocorrência de nº 486/61, mencionando que “insistentes comentários” afirmam ter sido o seu nome cogitado para assumir o cargo de diretor regional dos Correios e Telégrafos do Estado da Paraíba. A segunda, do SNI/ARE de 18 de março de

1966, afirma que ele ocupou a função de vice-presidente da Assembleia Legislativa, exatamente durante o governo de Pedro Gondim (SIAN. Fundo SNI. Dossiê Wilson Braga. Histórico de 27 de outubro de 1965. BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 19 - 20).

Nota-se claramente, nesses registros do SNI, em seus mais diferentes setores, um esforço empenhado das comissões de apuração e investigação para enquadrar Wilson Braga no grupo dos políticos seguidores do gondismo. Evidentemente que essa aproximação existia, de fato, tanto durante o seu período como deputado estadual, quando Pedro Gondim era um dos seus colegas na Assembleia, quanto na Câmara dos Deputados, ocasião em que pertenceram ao partido situacionista. Porém, excetuando-se as repetições da nomeação para ocupar um cargo no governo do estado, as citações que aproximam Braga a Gondim são imprecisas, apenas sugerindo indiretamente que o então governador era uma espécie de mentor que dava sustentação à carreira política de Wilson Braga.

O que certamente colocou Wilson Braga na mira dos órgãos pertencentes ao SNI no estado foram, de fato, as suas atuações na Câmara e na imprensa durante o biênio 1967/1968. Ao tomar as mesmas decisões de Gondim em votações de extremo interesse para o governo militar e ainda (durante as falas na tribuna da Câmara) segui-lo em pronunciamentos que criticavam o presidente, ele se posicionou definitivamente nos holofotes da repressão, sendo o seu processo de cassação elaborado após a decisão tomada em favor do deputado Márcio Moreira Alves (MDB).

Tal votação em sentido contrário ao determinado pelo partido, embora ocorrida em cabine secreta na Câmara, foi conhecida e mencionada pela Comissão de Investigação da Paraíba (CI/PB) por ocasião de elaboração de sua ficha individual. Entre as inúmeras justificativas apontadas pelo major presidente da CI/PB, Hermano Costa Araújo, para recomendar a cassação do seu mandato de deputado federal, uma delas corresponde à votação contra o pedido do STF para abertura do processo contra o deputado Márcio Moreira Alves. Conforme o texto assinado pelo major Hermano e pelos membros do setor, major José Guilherme da Silva e capitão Expedito Bandeira de Araújo, Wilson Braga:

Como deputado federal tem quase sempre votado contra os interesses da Revolução Brasileira de 31 de março de 1964, inclusive no pedido de licença do DEPUTADO MÁRCIO MOREIRA ALVES, em desacordo com a orientação de sua bancada e em desafio e desrespeito aos ideais revolucionários (SIAN. Fundo SNI. Dossiê Wilson Braga. BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 37).

A votação de Wilson Braga, direcionada em favor do deputado Márcio Moreira Alves, era para esses militares um sinal de “desafio e desrespeito” ao movimento que eles

denominavam de revolução. Braga estaria, através dessa ação, segundo o relato dos militares da CI/PB, se posicionando reincidentemente contra os interesses “revolucionários” do governo, o que o enquadrava como um subversivo, que tinha em sua trajetória de atuação política elementos suficientes para aplicação das medidas previstas no, então decretado, AI-5.

Os relatos dos militares da CI/PB, além de citar os casos das votações de Wilson Braga na Câmara, efetuadas segundo eles “em desacordo com a revolução de 31 de março”, enfatiza os sucessivos casos de escândalos eleitorais em que o político estava envolvido. Ao chamar atenção para esse aspecto e para a atuação parlamentar de Braga, eles afirmam a sua condição de político que ainda desfrutava de “plenas imunidades”, transmitindo para os órgãos superiores a ideia de ser uma “vergonha” para o regime a manutenção de seu mandato de deputado federal:

Pelo seu comportamento político, gozando de plenas imunidades, apesar dos maiores escândalos conhecidos na justiça eleitoral paraibana, pelas quais é responsável direto e sempre principal beneficiado, constitui uma vergonha para a Revolução Brasileira o fato do Sr. WILSON LEITE BRAGA continuar com direito a um mandato de Deputado Federal, com livre trânsito em muitos órgãos governamentais e pertencendo ao partido político criado para ajudar e apoiar o Governo da Revolução (SIAN. Fundo SNI. Dossiê Wilson Braga. BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 38).

O modo como os militares da CI/PB se expressavam, transmitindo praticamente uma ideia de ser uma missão a cassação dos direitos políticos de Wilson Braga, é uma questão que deve ser ponderada acerca das divergências existentes entre os setores de investigação do SNI. Ele é um dos indícios dos limites dos atos de repressão aos integrantes de famílias políticas tradicionais, bem como um indicativo de continuidades de antigas práticas que subsistiam na cultura política brasileira e se faziam presentes na Ditadura Militar.

A ficha individual da CI/PB deixa entrever, em seu discurso, que Wilson Braga era um deputado prestigiado por entre os setores do governo militar. Pode-se entender, nesse sentido, que expressões como “vergonha”, “plenas imunidades” e “livre trânsito” são mencionadas no relato dos militares do órgão como críticas ao fato de o regime manter em sua base de apoio figuras com essas características. Para além disso, tais expressões denotam ainda a existência de conivência por parte de agentes ou órgãos do governo que não estariam tomando as devidas atitudes, diante de um evidente caso de aplicação das medidas estabelecidas no AI-5.

O parecer final elaborado por esses integrantes da CI/PB aponta nitidamente que a relação existente entre Wilson Braga e o governo militar era moldada por práticas de tipo clientelista. Como é possível observar nas justificativas apresentadas para indicar a possibilidade de suspensão dos seus direitos políticos, Braga é descrito como um deputado arenista que estava conseguindo certos benefícios do governo, estando entre eles a nomeação

de amigos e correligionários para ocupação dos cargos públicos, como afirma a seguinte citação:

De posse atual de um mandato de deputado federal, pela ARENA, através do qual tem conseguido a nomeação de amigos e correligionários, não tem sabido honrar seus compromissos para com a Revolução, traindo-a covardemente, votando contra os ideais revolucionários, inclusive quando do pedido de licença para processar um parlamentar que havia ofendido os brios das Forças Armadas (SIAN. Fundo SNI. Dossiê Wilson Braga. BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 67).

Para os integrantes da Comissão da CI/PB, as votações do deputado Wilson Braga, efetuadas em desacordo com os interesses do governo militar, eram atos não apenas de desafio e desrespeito, mas frutos da desonra e covardia desse político. A Comissão deixa evidente em seu parecer que, ao receber do governo a concessão de certos privilégios, a exemplo das nomeações de amigos e correligionários, havia uma relação de compromisso estabelecida com os representantes do regime. Assim, ao direcionar o seu voto impedindo os militares de cassarem o mandato de um deputado que, segundo eles, ofendia as Forças Armadas, Braga estava violando esse compromisso e se colocando em posição antirrevolucionária.

Muito além, portanto, de promover cassações em massa aos políticos representantes do partido situacionista, essa fala dos militares da CI/PB afirma o real interesse dos governos militares: utilizar a máquina governamental para manter uma relação clientelista, baseada no compromisso de concessão de certos benefícios a esses políticos, recebendo em troca de tais favores atos de submissão em relação aos projetos em votação na Câmara dos Deputados. Desse modo, reincidentes votações e pronunciamentos na imprensa ou tribuna em desacordo com os limites estabelecidos pelo regime eram vistos, nessa relação, como uma quebra contratual que, consequentemente, traria prejuízos ao contratante.

Todavia, uma quebra contratual, no sentido empresarial e econômico do termo, pode levar não ao encerramento da relação, mas sim ao estabelecimento de um novo contrato, este firmado diretamente com os setores superiores e contrariando, por vezes, os interesses dos subordinados. Em outras palavras, ao ir ao encontro das determinações do governo militar durante os dois primeiros anos do mandato federal, Wilson Braga conseguiu assegurar ainda a manutenção de suas relações clientelistas com os setores superiores do regime. Mesmo tendo a sua ficha processada em diversos setores de apuração e investigação do SNI, como podemos perceber ao nos debruçarmos sobre o dossiê referente à cassação dos seus direitos políticos, ele permaneceu e ainda alcançou maior status no campo da política representativa.

Esse longo processo que pretendia a cassação dos seus direitos políticos, hoje presente no sítio do Arquivo Nacional sob o nome de dossiê, é um corpo documental imprescindível ao entendimento das relações existentes entre esse político e figuras pertencentes ao regime. Ele deixa em evidência como a denúncia era processada tecnicamente nos setores burocráticos do regime e como a boa proximidade entre agentes da burocracia e o investigado incorria em alterações nas informações, acréscimos de documentações e paralisações ou arquivamentos dos processos.

Ao que tudo indica, a documentação do SNI para a abertura do processo de cassação dos direitos políticos de Wilson Braga teve início um mês após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). O SNI/ARE registra, no histórico do dossiê dele, em 24 de janeiro de 1969, a organização de uma ficha-registro feita em atendimento a uma instrução de nº 2/68. Porém havia, desde 1965, muitas documentações sobre ele em posse dessa Agência do SNI em Recife (ARE), além de processos já abertos, como o IPM/UNE-UBES, que o enquadravam entre os estudantes que exerciam a “pregação marxista”.

Em termos concretos, podemos atestar oficialmente a existência desse processo em 5 de fevereiro de 1969, quando o comandante do IV Exército, responsável pela Agência de Investigação do Recife-PE, enviou a documentação para a Comissão de Investigação Sumária do Exército (CISEX) no estado da Guanabara²⁴⁸. Todavia, o ponto de partida de tal processo ocorreu na CI/PB, sendo este o primeiro setor a elaborar a ficha individual de Wilson Braga, anexar a lista de documentos comprobatórios e relatar um parecer sobre o processo de cassação desse político.

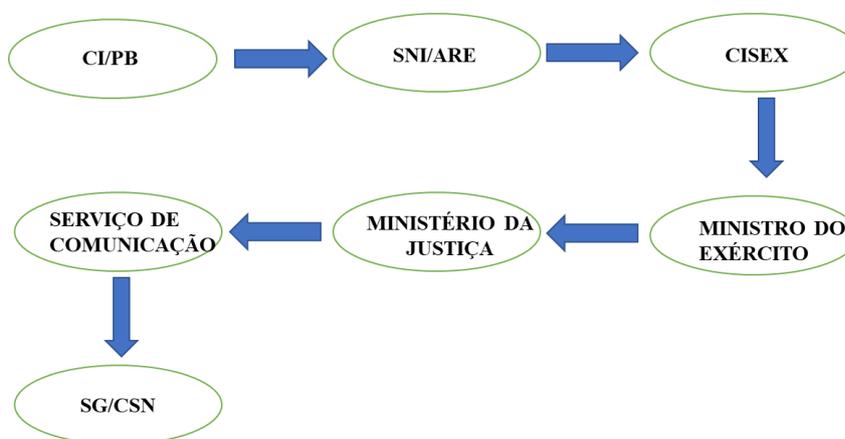
No fluxograma a seguir, podemos ter uma visão sobre como ocorreu a movimentação desse processo de cassação dos direitos políticos do então deputado Wilson Braga. Nele nos situamos a respeito dos órgãos de investigação e suas formas de organização dentro da burocracia, pensada pelo regime no período entre 1964 e 1969.

Conforme o fluxograma, foi o CI/PB ou CAI/PB o primeiro a realizar um trabalho de investigação e apuração sobre o deputado Wilson Braga e a indicar aos setores superiores do SNI a cassação dos seus direitos políticos, com base no AI-5. Dirigido pela Guarnição Militar da Paraíba e ligado à Agência do SNI de Recife-PE (ARE), essa comissão de investigação estadual foi responsável pela organização do material que serviu de base para análise pelos

²⁴⁸ Esse conjunto de documentos consta no Dossiê de Wilson Braga, iniciando com esse ofício a partir da página 71. Ver: SIA. Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo SNI: BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 71, 1969. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa. Acesso em: 29 nov. 2021.

setores superiores na abertura processual. Tratava-se de um dossiê composto de 37 páginas, com três grandes divisões: ficha individual do político; documentos do TRE-PB e dos Diretórios dos Partidos; e parecer final, espécie de decisão tomada em nível desse setor sobre o indiciado.

Figura 3 - Fluxograma do percurso do processo de cassação dos direitos políticos de Wilson Braga em 1969



Fonte: SIAN/Arquivo Nacional: dossiê Wilson Braga. Organizado pelo autor.

Na ficha individual, é descrita a fase estudantil de Wilson Braga, destacando sua participação em evento organizado pelo comunismo soviético e a suspeição ideológica de que ele exercia a pregação marxista. Ela apresenta detalhadamente os processos eleitorais existentes contra esse político, acentuando os crimes praticados e a inoperância do poder judiciário nos casos. Por fim, expõe sua atuação parlamentar, afirmando a existência de incompatibilidades morais e ideológicas do então deputado com o “movimento revolucionário de 31 de março de 1964”.

Na sessão dos documentos anexados a esse dossiê, alguns dos quais já mencionados no terceiro capítulo, são apresentados ofícios, relatórios, pareceres e atas de do TRE-PB e da Procuradoria Regional da Paraíba; somados a esses ainda, ofícios encaminhados por presidentes de partidos (PSD e MDB) e até relatórios de natureza policial, dando nota sobre casos de ameaças e violências ocorridas no município de domínio eleitoral do político.

Com base nos argumentos da ficha individual e nos documentos anexados, a CI/PB encerrava sua participação na investigação sobre Wilson Braga registrando o denominado parecer final. Nele, os militares confirmavam suas acusações levantadas contra Wilson Braga na fase dos argumentos (esquerdista, corrupto e antirrevolucionário) e opinavam pela suspensão dos seus direitos políticos, durante o prazo de dez anos, e a cassação do seu mandato de deputado federal, evocando para isso o artigo 4º do Ato Institucional nº 5.

A documentação levantada e produzida pela CI/PB foi enviada, assim, para a Agência do SNI em Recife (ARE), recebendo apreciação da comissão formada pelo IV Exército. Estando sob a responsabilidade do comandante do IV Exército, Alfredo Souto Malan, a comissão de Recife fez a análise do material, julgando procedentes as acusações efetuadas pelos militares da guarnição paraibana. Com isso, seguindo a hierarquia estabelecida na burocracia da ditadura, tal agência encaminhou a documentação para a Comissão de Investigação Sumária do Exército (CISEX) no Rio de Janeiro, então órgão do Ministério do Exército habilitado para abertura oficial do processo contra os parlamentares.

Na CISEX, a documentação da CI/PB transformou-se definitivamente em processo oficial, sob o número 00408, de 30 de janeiro de 69, sendo analisada por um de seus integrantes, responsável pela elaboração de relatório sobre o caso. Passado a cargo do relator, general Silvio Couto Coelho da Frota, foi elaborado o relatório e apreciado em comissão formada por ele e mais dois generais representantes desse órgão, a saber: general José Canavarro Ferreira (presidente) e general Francisco Esteliano Bastos de Aguiar (membro).

No relatório da CISEX, o general Silvio Coelho expôs as acusações que pesavam sobre o político Wilson Braga, afirmando estarem fartamente comprovadas na investigação sumária do IV Exército e que elas eram crimes já alvos de escândalo local e de “notoriedade e impunidade”. Em seu julgamento, o relator defendeu o encaminhamento do processo para o Ministério da Justiça, indicando a possibilidade de aplicar ao “indiciado” as penalidades previstas no Ato Complementar nº 39, de 20 de dezembro de 1968.

Em 26 de março de 1969, a comissão da CISEX aprovou o relatório em sua íntegra e encaminhou o processo para o gabinete do ministro do Exército, então general Aurélio de Lima Tavares. Este ratificou a decisão tomada pelos membros da CISEX e, em 31 de março de 1969, encaminhou, por meio de sua secretaria, o Aviso de nº 191 para o ministro da Justiça. Conforme o texto oficial expresso a seguir, eram assim encerrados os trabalhos do Exército com esse processo:

Tenho a honra de remeter a V. Exa, nos termos do Ato Complementar nº 39, de 20 de dezembro de 1968, o processo anexo, referente a WILSON LEITE BRAGA – deputado federal (Paraíba) – sendo de parecer que podem ser aplicadas ao indiciado as sanções previstas no nº I, do artigo 2º daquele Ato, tudo sem prejuízo de outra ação penal do que for possível (SIAN. Fundo SNI. Dossiê Wilson Braga. BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 4).

Chegando ao conhecimento do Ministério da Justiça, o processo sobre Wilson Braga é tratado como um memorando, sendo encaminhado, em 14 de março de 1969, ao setor do Serviço de Comunicações para abertura de um novo processo. Recebendo o número 00341, ele

é encaminhado para a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), ficando, desse modo, sob a responsabilidade do chefe de gabinete dessa secretaria.

Foi esse, portanto, o caminho de investigações e decisões tomadas no processo que pretendia a suspensão dos direitos políticos e a cassação do mandato do então deputado Wilson Braga. Evidencia-se nele um período de rápida movimentação durante sua presença no Ministério do Exército e entre os primeiros setores de protocolo do Ministério da Justiça. Constata-se, porém, sua paralisação quando alcançou o Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), ficando em mãos do então secretário geral, general Jaime Portela.

Sobre esse processo, algumas questões ainda merecem destaque e serão objeto da análise a seguir. Entre elas, analisaremos um ofício encaminhado pela Secretaria de Gabinete da Presidência da República para o Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), contendo, anexas, uma carta do deputado Wilson Braga acompanhada de oito certidões expedidas pelo TRE-PB. Esse ofício, então pertencente ao dossiê desse político, acrescido dos juízos sintéticos de outros parlamentares, são imprescindíveis para o entendimento das relações de poder em vigor durante a ditadura, sendo uma evidência da continuidade das práticas políticas clientelistas, já existentes antes mesmo dessa conjuntura.

5.4 Para além da repressão: o SNI e as práticas políticas da elite durante a Ditadura Militar

A chegada do processo de Wilson Braga ao gabinete do Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional constituiu um momento à parte nesse longo percurso de investigações, apurações e indiciamentos. Em tal estágio de tratamento da documentação, verifica-se a ocorrência de alterações que vão além do número do processo, sendo visíveis as mudanças no assunto protocolado e os acréscimos de ofícios e anexos com explícito interesse de operacionalizar uma defesa do deputado Wilson Braga, diante da efetiva possibilidade de cassação do seu mandato.

A ficha de encaminhamento, documento oficial da SG/CSN, é, em si, já um exemplo das modificações ocorridas no processo contra Wilson Braga. Nela, constata-se o encaminhamento da documentação, em data de 10 de abril de 1969, através da saída do material da Secretaria do Chefe do Gabinete Militar da Presidência (GM/PR) ao chefe do gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN). Verifica-se também a menção

de dois assuntos no processo, sendo eles: “Fraude eleitoral na Paraíba e carta do deputado Wilson Leite Braga”.

É importante observar, nessa ficha de encaminhamento, a repetição da informação referente à carta do deputado Wilson Braga. Esta é citada na papeleta em dois dos seus itens (anexo e assunto), sendo enfatizada nitidamente no corpo geral do documento encaminhado. A questão do assunto apresentado é também outro ponto relevante a ser destacado, uma vez que o processo agora se resume à ideia de investigação sobre fraude eleitoral ocorrida na Paraíba que supostamente envolvia o nome de Wilson Braga. Nesse sentido, as demais acusações levantadas contra esse político, julgadas procedentes nos setores de investigação do Ministério do Exército, são ocultadas no corpo do texto oficial.

Figura 4 - Papeleta de encaminhamento do processo contra Wilson Leite Braga na SG/CSN

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL
SECRETARIA GERAL

N. 00341

DOCUMENTO ENCAMINHAMENTO N. 163 ASS/SEC DE 10 DE A b r i l DE 1969
DO Sr. Secretário do Chefe do GM/FR AO Sr. Chefe Gabinete da SG/CSN
ANEXO Carta do Deputado WILSON LEITE BRAGA ao Exmº Sr Secretário-Geral do CSN
ASSUNTO: FRAUDE ELEITORAL NA PARAIBA - Carta do Deputado WILSON LEITE BRAGA ao Exmº Sr Sec.Geral do C S N

DE	PARA	DATA	OBSERVAÇÕES E RUBRICA DO CHEFE
SDE/SE	G A B	15.04.69	<i>[Assinatura]</i>
G A B	GE	20/abr 69	<i>Te tomar conhecimento [Assinatura]</i>

Fonte: SIAN/ Arquivo Nacional. Dossiê Wilson Braga.

Nessa etapa de movimentação da documentação, a ênfase sobre o passado de Wilson Braga ligado aos movimentos de esquerda ou as suas votações na Câmara, em desacordo com os interesses do governo militar, são retiradas de pauta, resumindo-se ao encaminhamento da questão da ocorrência de fraudes eleitorais. Mesmo esta pauta da fraude eleitoral, ainda colocada em análise, acaba por ocupar o segundo plano, perdendo protagonismo para o que era devidamente destacado: a defesa de Wilson Braga em face das acusações sobre o envolvimento do seu nome em práticas de crimes eleitorais.

Ainda que o processo aberto na SG/CSN apresente também a inclusão de novos documentos sobre o indiciado, estes organizados diretamente pelo SNI, são os documentos anexados em defesa desse parlamentar que passam a ocupar o primeiro plano do dossiê. Em outras palavras, o ofício de encaminhamento, expedido pela Assessoria da Secretaria do Chefe

do Gabinete Militar da Presidência da República (ASS/SEC CH GAB MIL PRES REP), a carta direcionada ao Secretário Geral da CSN e as certidões do TRE-PB constituem juntos a defesa do deputado Wilson Braga.

No primeiro desses documentos de defesa, encontra-se o ofício de encaminhamento de nº 163, de 10 de abril de 1969. Este, enviado por um assessor do gabinete da Presidência da República – o coronel José Tancredo Ramos Jubé – foi endereçado ao chefe do gabinete da CSN e tinha a finalidade de remeter a esse setor a documentação de Wilson Braga, então em posse do gabinete militar da presidência. O ofício, nesse sentido, foi um meio encontrado pelo deputado para fazer chegar alguns documentos organizados em sua defesa (carta e certidões) à mesa do maior responsável, naquele momento, pela efetivação ou não das cassações, o secretário do Conselho de Segurança Nacional, general Jaime Portela de Melo.

Não conseguindo acessar diretamente o secretário do CSN – principal nome do regime em 1969 a partir da elevação desse órgão à posição de superministério – Braga usava de outras formas para conseguir levar a sua carta e as certidões a ele, utilizando-se para isso de sua ligação com pessoas de grande prestígio no governo. Este era o caso do coronel Jubé, um militar bem cotado na política do regime que atuou diretamente no golpe de 1964 e recebeu, conseqüentemente, a nomeação em postos importantes do governo militar.

O coronel Jubé foi major instrutor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) até 1964 e havia atuado para consolidar o domínio dos generais sobre os órgãos públicos na noite do 31 de março, ocupando, junto com seus comandados, o espaço da SG/CSN. Motta (*apud* Chaves, 2012, p. 137), discorrendo sobre esse episódio, cita a própria fala desse militar, mencionando como ele recebeu do coronel João Batista Figueiredo a missão para ocupar o prédio do CSN e como, logo após esse ato, a administração dessa secretaria foi passada às mãos do então nomeado secretário geral, Jaime Portela de Melo.

Desfrutando de prestígio no regime em face do seu apoio integral ao alto comando, o coronel Jubé ocupou o cargo de assessoria no gabinete do então ministro Costa e Silva (de 1964 a 1967) e, com a eleição deste para presidente, passou a compor a equipe do gabinete militar da presidência (de 1967 a 1969). Nesse período, o próprio general Jaime Portela já atuava como chefe do gabinete militar da presidência, antes de ser designado novamente para a posição de secretário geral do CSN. Dessa forma, o general Portela tinha trabalhando com o coronel Jubé, havendo, pelo menos em termos profissionais, uma relação de proximidade entres eles.

Ao conseguir, através do coronel Jubé, encaminhar sua documentação de defesa, um ato de apoio demonstrado por esse militar ao político, Wilson Braga teve praticamente garantida a sua permanência na política, impedindo o desfecho de seu processo de cassação. Isso porque o

ofício de encaminhamento partia de uma figura com poder decisório no governo, sendo também um homem de confiança das duas maiores autoridades do regime no momento: o secretário do superministério (CSN), Jaime Portela de Melo; e o presidente, o marechal Artur da Costa e Silva.

Por meio da influência desse coronel, Wilson Braga conseguiu, portanto, encaminhar sua documentação, sendo ela protocolada na SG/CSN em data de 15 de abril de 1969, conforme se verifica no carimbo que acompanha a confirmação do recebido da secretaria. Assim, apenas cinco dias após a chegada do seu processo à CSN, ele conseguiu adicionar à sua defesa esses documentos, levando ao conhecimento do secretário geral as justificativas apresentadas em sua carta e as certidões do TRE-PB, que, em tese, corroboravam suas falas elencadas ao longo da comunicação.

Essa relação evidente entre Wilson Braga e o coronel Jubé é um indício importante para compreendermos como o estabelecimento de contatos entre políticos e pessoas do alto escalão militar era fundamental para suavizar as práticas de repressão nesse período. Rodrigo Sá Motta (2014/2016), analisando o funcionamento de algumas estratégias de acomodação entre intelectuais e agentes do governo militar, explica essas conexões ao mencionar que:

Vários intelectuais perseguidos tinham contatos pessoais em posições de poder, a quem poderiam recorrer nas horas difíceis: um tio general; uma esposa parente de governador ou de um deputado federal; um amigo de infância que se tornara agente do SNI (Serviço Nacional de Informações); um primo que tinha amizade estreita com influente general da reserva; um pai amigo de juízes importantes (Motta, 2016, p. 18).

Sendo essa carta enviada por Wilson Braga em data de 5 de fevereiro de 1969, é este um elemento que supõe a existência de um percurso de possíveis estratégias de convencimentos, negociações e amizades que permitiram sua chegada ao gabinete militar da presidência dois meses após a sua elaboração. Isso porque, conforme esse dossiê militar, constata-se que tal carta foi produzida no mesmo dia em que ocorreu o encaminhamento do processo de cassação, saindo da Agência do SNI em Recife (ARE) para a Comissão de Investigação Sumária do Exército (CISEX). Fato esse que indica a presença de informantes bem situados nesses setores, que agiam dando nota a Wilson Braga sobre o teor das denúncias que envolviam o seu nome no SNI.

Ao longo do conteúdo exposto na carta, percebe-se evidentemente que Wilson Braga se encontrava informado sobre algumas dessas denúncias, o que lhe permitiu, inclusive, a realização de uma defesa sobre questões específicas mencionadas no processo de cassação. Nesse caso, o caráter de documentação secreta, sigilosa ou confidencial, impresso nas bordas e

no cabeçalho dos documentos produzidos pelo SNI, funcionava no caso de Braga como mera oficialidade, uma vez que algumas dessas acusações eram conhecidas pelo investigado desde as primeiras movimentações processuais.

Nesse sentido, se é correto afirmar que muitos investigados pelo SNI, que sofreram processos de cassação, não tinham a mínima noção sobre essas investigações, também é coerente sustentar que havia pessoas que desfrutavam de contatos importantes dentro desse órgão. Tais contatos ofereciam a investigados, como Wilson Braga, a possibilidade de recorrerem no tempo hábil das denúncias, utilizando-se para isso de algumas estratégias, subterfúgios, arranjos próprios da cultura política, ainda em evidência na ditadura militar brasileira.

No conteúdo declarado ao longo da carta, percebe-se o conhecimento específico que Wilson Braga tinha a respeito do dossiê militar que indicava a possibilidade de cassação dos seus direitos políticos, mesmo não declarando a fonte que havia lhe inteirado sobre as acusações levantadas. Já no início da referida comunicação, ele afirma conhecer alguns desses pontos específicos, fazendo, logo em seguida, sua defesa em relação a eles, conforme a citação a seguir:

Chegou ao meu conhecimento que eu teria sido envolvido, como suposto beneficiário de fraude eleitoral, no bojo de investigações procedidas neste estado, por autoridade militares, a respeito de denúncia formulada contra o Dr. Genival Matias de Oliveira, atual juiz federal substituto, na Paraíba (SIAN. Fundo SNI. Dossiê Wilson Braga. BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 8).

Na citação, Wilson Braga deixa claramente exposto que havia tomado conhecimento das acusações que envolviam o seu nome, mencionando a questão de supostas ligações entre ele e um anterior juiz do município de Conceição, Genival Matias, em crimes de fraude eleitoral. A partir dessa questão, ele passa a apresentar justificativas em sua defesa, destacando para o secretário geral as eleições em que disputou e as certidões do TRE-PB, em que constavam o número de votos obtidos nos pleitos disputados e a negativa desse Tribunal Eleitoral sobre a existência de recursos contra suas diplomações.

A carta aponta o conhecimento que Wilson Braga tinha em relação ao processo contra o juiz federal Genival Matias, mencionando, pontualmente, questões como as denúncias sobre a votação que ele obteve no município de Juazeirinho-PB, terra natalícia do então juiz. Menciona ainda a representação do presidente do PSD de Conceição-PB, impetrado junto ao TRE-PB, também contra esse juiz. Sobre esses casos, ele se resume a indicar as certidões como meio de comprovar sua defesa, afirmando serem essas acusações o resultado de “cavilosa

denúncia formulada por adversários políticos locais” (SIAN. Fundo SNI. Dossiê Wilson Braga. BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 8).

Ao analisarmos a íntegra da carta, percebemos que o cerne da comunicação de Wilson Braga se concentra nas justificativas contra as denúncias de crimes eleitorais praticados por ele, ocorridos supostamente com a participação desse juiz eleitoral. Nesse sentido, as suspeitas que recaíam sobre a sua atuação em movimentos de esquerda e as denúncias de que ele estava agindo contra os interesses da “revolução” não são sequer mencionadas ao longo desse documento. Mesmo o assunto da fraude eleitoral, conforme exposto por ele, não contempla outras acusações expressas no processo de cassação, a exemplo da investigação e abertura de sindicância feita pelo TRE-PB em 1962, por ocasião de denúncias de votação simulada que haviam beneficiado esse político na 41ª Zona Eleitoral.

Porém, pouco é possível saber a respeito desse silenciamento, podendo ser meramente uma estratégia no sentido de reduzir o conhecimento do secretário geral sobre a diversidade de acusações que pesavam contra a sua atuação na política. De outro modo, poderia ter ocorrido em função de limitadas informações que chegaram até ele sobre a elaboração do seu dossiê de cassação, o que teria incidido diretamente na produção de um texto que não contemplasse as demais denúncias formuladas pelos agentes do SNI.

Para além dessa questão de silenciamentos, a carta produzida por Wilson Braga e direcionada ao general Jaime Portela é mais um dos documentos que deixa em evidência a sua proximidade com essas figuras de proa da Ditadura Militar. Nela, o então deputado expressa-se, por vezes, como um amigo do general, demonstrando que conhecia bem esse militar, especialmente em relação à sua conduta, e que escrevia a carta em estado de animação ao saber que era ele (o general) quem estava à frente da Secretaria Geral:

Acredito, Senhor General Jaime Portela, que esses esclarecimentos sirvam para desfazer as dúvidas e equívocos que porventura tenham surgido em torno do meu nome, através de denúncias de adversários políticos. E conhecendo, como conheço, o elevado espírito de justiça de V.Exa. e a sua atuação à frente da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, é que me animei em lhe escrever na certeza de que não permitirá que se faça injustiça (SIAN. Fundo SNI. Dossiê Wilson Braga. BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 9).

O general Jaime Portela era, de fato, uma figura muito conhecida durante o regime, dada a sua proximidade com o marechal Costa e Silva e, conseqüentemente, em decorrência das suas nomeações para os postos mais importantes do governo militar. Ao assumir pela segunda vez o cargo de secretário geral do CSN, o então presidente aprovou, em janeiro de 1968, o Decreto-

Lei nº 384²⁴⁹, conferindo a esse general amplos poderes de decisão no governo, através da elevação desse Conselho à categoria, do que poderíamos denominar, de superministério.

Conforme destaca Carlos Fico (2003), Jaime Portela, ao secretariar o Conselho de Segurança Nacional – órgão que teve as suas competências aumentadas com o Decreto-Lei 384/1968 – passou a ser o principal nome técnico no SNI, chegando a ser “acusado” de efetivamente dirigir o país. Dessa forma, respeitando os possíveis exageros sobre a sua condição de dirigente do governo, era o presidente Costa e Silva e ele os principais nomes de decisão sobre as investigações do SNI, uma vez que, como menciona Carlos Fico (2003, p. 176): “Se Golbery foi o ‘pai do monstro’, Costa e Silva e Portela foram os responsáveis pelo parto”.

Diante da alta posição ocupada por Jaime Portela no governo, Wilson Braga não hesitou em dirigir-se diretamente a ele, agindo em tempo real ao encaminhamento do seu processo para a CISEX, no Rio de Janeiro. A tomada de tal decisão por parte do político, escrevendo rapidamente ao secretário geral, é sem dúvida uma ação que denota o conhecimento que possuía sobre o processo. É igualmente um fato que indica a existência de relações políticas entre ele e esse general, no decorrer do exercício do seu mandato como deputado federal. Relação essa enfatizada por Wilson Braga na carta ao expressar seu ânimo em saber que era Jaime Portela o secretário geral e ao afirmar que conhecia bem a sua atuação à frente do Conselho.

Entretanto, mesmo não desconsiderando o poder decisório que tinha o general Portela enquanto secretário geral do CSN e o conhecimento de Wilson Braga com esse militar, sabe-se comprovadamente, por meio do dossiê, que a sua defesa contra o processo de cassação foi possibilitada com o encaminhamento saído do gabinete militar da presidência. Esse indício aponta uma participação direta de agentes do gabinete do presidente na defesa de Braga, supondo uma provável interferência do próprio presidente Costa e Silva, uma vez que foi de seu gabinete que partiu o Aviso nº 163, então documento decisivo para evitar a cassação desse político.

Nessa perspectiva, o dossiê militar sobre Wilson Braga, esse conjunto de documentos organizados com vista à cassação dos seus direitos políticos, expõe ao longo de suas divisões novos elementos para repensarmos as relações de poder estabelecidas entre o governo militar e as elites políticas. Ele insere outras nuances no atual debate historiográfico que se concentra nas repressões do regime, levando-nos a refletir acerca dos limites que tinham os atos repressivos a determinados políticos atuantes na esfera estadual ou federal.

²⁴⁹ Ver: CPDOC/FGV. Biografia de Jaime Portela de Melo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jaime-portela>. Acesso em: 12 mar. 2022.

Tal dossiê militar não deixa dúvidas quanto à existência da repressão do regime contra diversos representantes da política, mas nos conduz também a olhar outros aspectos que delineavam as relações de poder entre os agentes militares e as elites políticas. Isso porque, se a repressão era notória por meio de cassações de mandatos, aposentadorias compulsórias e prisões, eram evidentes também formas de adesão e acomodação entre civis e agentes da alta cúpula da Ditadura Militar, a exemplo do que se verificou nas conexões de Wilson Braga com, pelo menos, dois importantes nomes do governo militar nos anos 1960.

Pode-se atestar, portanto, por meio desse dossiê e de outros documentos produzidos pelo SNI, que o governo militar garantiu a sua própria sustentação no comando decisório do país através do estreitamento de vínculos com determinados políticos, tomados como importantes para dar estabilidade ao regime. Esses políticos, por sua vez, viam no regime possibilidades de permanência dos seus nomes na política e eram de fácil adaptação, pois já agiam anteriormente no campo buscando ocupar espaços dentro dos grupos situacionistas.

Para além da repressão, as conexões entre as elites políticas e o regime eram moldadas pela utilização de práticas que, em grande medida, já existiam há séculos no cenário da política brasileira. Entre elas, destacam-se resumidamente no dossiê de Wilson Braga: o uso do empreguismo público; a morosidade nas decisões judiciais, que resultavam em arquivamento ou paralisação de processos; a pouca efetividade diante de determinadas denúncias de corrupção e crimes de falsificação eleitoral; e a aproximação desses políticos com lideranças que atuavam como verdadeiros padrinhos no campo político/eleitoral e institucional.

No que concerne a essa primeira prática citada – o empreguismo público –, os próprios militares da CI/PB já mencionavam no dossiê de Wilson Braga que era recorrente, no governo, a concessão de favores para esse deputado. Essa comissão enfatizou, em seu parecer, que a posição desse político como integrante do partido do regime (ARENA) lhe permitia a possibilidade de nomear amigos e correligionários para ocupação dos cargos públicos, deixando entender que tais regalias deveriam funcionar como um sistema de troca de favores, em que o político ficava obrigado a votar de acordo com os interesses do governo.

Quanto ao segundo aspecto elencado – a morosidade e/ou paralisação nos processos –, ele se faz evidente quando nos concentramos a analisar o dossiê militar sobre Wilson Braga, mas também os juízos sintéticos de outros políticos desse estado.

É preciso considerar o rápido andamento do processo contra o parlamentar Wilson Leite Braga nos setores do SNI ligados ao Ministério do Exército. Tendo esse processo iniciado em fins de janeiro de 1969 na CI/PB, ele chegou ao Ministério da Justiça em 14 de abril desse mesmo ano. Mas chama atenção o fato de ele ter percorrido todos esses setores e a sua

paralisação justamente na SG/CSN, órgão então encarregado de formular parecer final sobre o caso.

Essa forma de andamento no processo desse político, percorrendo hierarquicamente os setores de apuração e investigação até alcançar o responsável institucional pela efetivação ou não das cassações, denota as divergências de interesses que havia entre os órgãos ligados ao Serviço Nacional de Informações (SNI), quanto aos políticos que sofreriam as medidas previstas no AI-5. Essas cassações de mandatos políticos em 1969 só ocorriam, de fato, com o interesse majoritário do CSN e da própria presidência, tanto é que, nesse caso, as decisões eram logo formuladas e oficializadas no *Diário Oficial da União*.

Para tanto, podemos tomar como referência, mais uma vez, o caso do então deputado Pedro Gondim, que teve o seu mandato cassado com a aplicação do AI-5²⁵⁰. Ao nos debruçarmos sobre o seu histórico, elaborado pela Agência do SNI em Recife (ARE), verificamos que a cassação do seu mandato foi decretada pelo presidente Costa e Silva em 7 de fevereiro de 1969, tendo sido, portanto, indicada pelo CSN antes dessa data. Houve notoriamente uma aceleração na tramitação do processo, uma vez que tal cassação era de interesse exclusivo da alta cúpula militar (Presidência, Secretaria do CSN, Ministério da Justiça). Essa aceleração no processo explica-se, possivelmente, pela própria posição de Gondim como maior liderança paraibana na Câmara dos Deputados, o que contribuía para sua identificação como principal mentor das votações contrárias ao governo efetuadas pela bancada da ARENA²⁵¹.

Conforme indicado no histórico de Pedro Gondim movimentado pela Agência Recife, já havia inúmeros indiciamentos contra esse político que datavam desde a sua atuação como governador da Paraíba. Acusações como ligação com os comunistas, práticas de improbidade administrativa e corrupções eleitorais eram já registradas pelo SNI/SAPB entre os anos de 1965 e 1966. Porém, todas essas informações presentes em seu histórico não incidiram em sua cassação já nos primeiros atos da ditadura, sendo, no entanto, posteriormente mencionadas em seu prontuário em data de 15 de janeiro de 1969, quando da organização dos documentos que indicavam a cassação do seu mandato político.

²⁵⁰ O prontuário em que constam o histórico e os dados da cassação de Pedro Moreno Gondim pode ser acessado em: SIAN. Fundo SNI. Prontuário Pedro Gondim. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.82003750 Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=Pedro%20Moreno%20Gondim&v_fundo_colecao=1008542. Acesso em: 22 jul. 2023.

²⁵¹ Dmitri Sobreira (2018, p. 51) comenta essa conexão entre os parlamentares cassados com o Ato Institucional nº 5 (AI-5) e o deputado Pedro Gondim, enfatizando questões como aproximações familiares, trabalhos como secretários do governo Gondim ou pertencimento aos mesmos partidos políticos, antes do bipartidarismo.

Documentos como os elencados sobre Pedro Gondim apontam que até cassações como a dele foram alvo da morosidade estratégica do governo militar, que agia repressivamente em determinados momentos históricos, quando já haviam se esgotado as possibilidades de acomodação de determinados políticos no jogo de interesses do regime. Wilson Braga é também exemplo nesse sentido, considerando que pesavam, em seu histórico, acusações referentes aos seus primeiros anos de atuação como deputado estadual, além da abertura de IPMs que só foram efetivamente utilizados no início oficial do processo de cassação dos seus direitos políticos, em fevereiro de 1969.

Nessa perspectiva, os atos repressivos do regime aos políticos em 1969, através do AI-5, colocam em evidência não apenas a dureza das suas ações aos integrantes desse campo, mas as estratégias de acomodação dessas figuras políticas, o que ocorria até o momento em que elas se mostravam úteis para a sustentação dos governos militares. O interesse que sobressaía circulava em torno da manutenção dos acordos que garantiam a permanência de ambos (governo e políticos) na administração dos poderes constitucionais. Dessa forma, eram desconsideradas, a princípio, as características da atuação de tais políticos que não colocavam em risco a continuidade do regime, como os atos de corrupção e outras irregularidades administrativas.

Essa morosidade na efetivação dos processos de cassação, bem como a pouca eficiência deles quando da necessidade de manutenção ainda de acordos com importantes representantes das elites políticas, é visível na trajetória de outros parlamentares do estado paraibano. Entre eles, podemos citar o exemplo do político Antônio Marques da Silva Mariz (primo do então governador da Paraíba João Agripino), que conseguiu escapar das teias repressivas do regime e crescer politicamente, tornando-se deputado federal em 1970.

Antônio Mariz, como era conhecido, foi preso pelos militares já no primeiro ano do regime, ocasião em que exercia o cargo de prefeito de Sousa-PB pelo Partido Trabalhista. Porém, dado o prestígio que João Agripino tinha com a presidência, ele foi logo solto e voltou às atividades públicas, exercendo o cargo de secretário de Educação e Cultura, nomeado nesse mesmo governo de Agripino (1965-1971). Posteriormente, foi ainda eleito em três pleitos sucessivos para deputado federal (1970-1980) e candidato a governador do seu estado em 1982.

No juízo sintético de Antônio Mariz, com data de 30 de abril de 1980, constatam-se graves denúncias e indiciamentos contra ele. Para os militares, esse político era ideologicamente um “esquerdista convicto”, seguidor da corrente “marxista-leninista” e um contestador do regime, sobretudo por haver afirmado que tinha posição irreconciliável com o atual sistema em vigor no país. Acrescido a isso, o seu juízo sintético registra inúmeras atividades suspeitas de

subversão, destacando, entre elas, sua ligação com organizações camponesas, seu ativismo em organizações estudantis (UNE e CACO) e sua participação no recolhimento de assinaturas para legalização do Partido Comunista, em 1961.

Tal documento enumera ainda vários momentos de atuação desse político que foram objeto de observação do SNI, mencionando um comício em que ele foi tachado de comunista pelo então governador Ernani Sátyro e outra ocasião em que os companheiros do seu partido haviam lhe adjetivado pelo termo “venal”. Essas descrições sobre a vida de Antônio Mariz chegavam ao ponto de citar eventos bizarros relacionados a comemorações ou protestos do deputado em João Pessoa, quando ele se encontrava sob efeito de bebidas alcoólicas, a exemplo da nota “b” registrada em seu juízo sintético:

b) Numa de suas chegadas no Aeroporto de João Pessoa/PB, após ingerir grande quantidade de bebida alcoólica, promoveu uma passeata até o centro da cidade, onde pronunciou inflamado discurso de contestação ao regime, em maio de 1978 (SIAN. Fundo SNI. Juízo sintético de Antônio Mariz. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.80000976).

Com essa acirrada atividade de vigilância e investigações sobre a vida desse político, em que eram registrados até mesmo momentos de embriaguez, o acúmulo de informações deu origem a abertura de inquéritos, visando à possibilidade de interrupção de suas atividades públicas. Sua ficha criminal, processada pela polícia da Guanabara antes de 1964, sob a alegação de ser ele um comunista, foi utilizada novamente pelo SNI para abertura de IPM, conforme se verifica no histórico do seu juízo sintético em data de 22 de maio de 1969. Neste mesmo ano, também seguindo-se o ritmo de abertura de processos de cassações de mandatos após o caso do deputado Márcio Moreira Alves, Mariz teve sua ficha, mais uma vez, processada, o que ocorreu, nesse segundo caso, com vista à aplicação das medidas contidas no AI-5.

Ainda assim, todas as atividades de investigações, aberturas de inquéritos e menções sobre o seu posicionamento ideológico não foram capazes de interromper a efervescente carreira política que teve Antônio Mariz durante os anos de Ditadura Militar. Como evidente em seu juízo sintético, os processos movimentados contra ele encerravam-se sob alegações de não haverem sido encontrados “elementos de culpa”; ou, de outro modo, eram arquivados quando enviados pela Agência Recife (ARE) para a Agência Central do SNI (AC/SNI).

Nesse sentido, processos e diversas citações negativas acumulados sobre deputados, como os citados Antônio Mariz e Wilson Braga, serviam, ao que tudo indica, como meras chantagens estrategicamente organizadas por parte de integrantes do regime. Assim, além do

interesse imediato de cassação de mandatos e direitos políticos, outro objetivo predominante também para elaboração das longas listas de perfis, dossiês e IPMs era a fabricação de documentos que poderiam ser utilizados futuramente como forma de pressão política, não incidindo necessariamente em interrupções dos mandatos.

Quais práticas poderiam explicar a sobrevivência de políticos como Antônio Mariz e do próprio Wilson Braga, diante de tantos indiciamentos efetivados pelos militares? Como era possível um parlamentar ser denominado de corrupto, marxista-leninista e agitador e, mesmo assim, assegurar a sua permanência no campo político, bem como ocupar os maiores cargos eletivos da política do seu estado durante os anos da Ditadura Militar?

O juízo sintético de Antônio Mariz, elaborado pela Agência Recife, indica a política de apadrinhamento como uma das respostas para esses questionamentos. A partir de uma breve leitura das divisões que compõem o documento citado, observam-se a permanência no uso dessa prática política e a participação dos integrantes na ditadura, que atuavam para sua manutenção no cenário político. Evidencia-se, dessa forma, a importância de tal prática para a continuidade das relações de poder então existentes entre o governo militar e os políticos de grande liderança em seus estados.

O juízo sintético de Antônio Mariz acentua a força política e familiar que ele tinha no estado da Paraíba. Logo no início de registro dos dados de qualificação pessoal, a ARE toma nota do seu parentesco como filho de José Marques da Silva Mariz, político de renome no cenário da política do estado. Na segunda divisão do documento, que guarda o mesmo nome de juízo sintético, ele expõe as ligações políticas de Mariz com o “ex-ministro João Agripino”, enfatizando, com o uso de colchetes, o parentesco deles como primos.

No entanto, é na terceira divisão desse juízo sintético, denominada de histórico, que essa relação é repetidamente citada, indo além da questão do parentesco. No registro do dia 15 de fevereiro de 1971, o NAJP/SNI informa a posição de Antônio Mariz como secretário de Educação nomeado pelo governador João Agripino. Essa nomeação é novamente mencionada em seu histórico, sendo acrescentada a ela uma ênfase ao seu lugar de pertencimento: o “esquema do ex-governador João Agripino” (SIAN. Fundo SNI. Juízo sintético de Antônio Mariz. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.80000976).

Por fim, em 1977, foi feita pela Agência do Recife outra menção sobre a relação entre Antônio Mariz e João Agripino, neste caso, por ocasião da possível indicação de Mariz para concorrer ao cargo de governador da Paraíba. Tal informe menciona o nome de Agripino como principal apoiador da candidatura do seu primo, destacando outros importantes apoios ao então deputado em setores da imprensa e meios universitários, conforme apresenta o seguinte texto:

Esta AR, em atenção ao PB nº 052/15/AC/77, de 02 de maio, informa que o nominado, atual deputado federal ARENA/PB, que recebe apoio irrestrito do ex-governador João Agripino, bastante credenciado diante da opinião pública, especialmente na área universitária, vem se destacar como um dos prováveis candidatos a Governador do Estado da Paraíba (SIAN. Fundo SNI. Juízo sintético de Antônio Mariz. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.80000976).

Como deixa claro essa citação, os fortes vínculos familiares e políticos existentes entre Antônio Mariz e João Agripino eram conhecidos e registrados pelo SNI, sendo fundamentais para a permanência de Mariz no cenário da política. Isso porque o ex-governador João Agripino era, nas décadas de 1960/1970, a maior liderança da ARENA no estado, tendo sido inclusive um político próximo a presidentes da República, como o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

O prestígio de Agripino na alta cúpula da Ditadura Militar foi utilizado para impedir a cassação do mandato de familiares, como Antônio Mariz, indicar cassações de juízes e, possivelmente, dos próprios políticos de sua base²⁵². Essa proximidade com os generais do governo lhe permitiu até mesmo oficializar candidaturas de aliados envolvidos em IPMs e com processos de cassação em andamento, a exemplo do seu vice-governador, Severino Cabral, na campanha eleitoral de 1965²⁵³.

Essas interferências diretas contra cassações, como o caso citado de Severino Cabral, sugerem que era esse líder arenista o principal articulador para a manutenção de candidaturas alvos do SNI nas décadas de 1960/1970. Conhecendo de perto outros generais, como Golbery do Couto e Ernesto Geisel, e obtendo nomeações ministeriais nos governos militares, ele se constituía, nesses anos, um típico padrinho político não apenas de familiares, mas de correligionários que se encontravam com os seus dias contados na política do regime.

Esse era o caso também do político Wilson Braga, que assim como Severino Cabral possuía, já em 1965, uma longa lista de indiciamentos formulados pelos militares com vista à cassação dos seus direitos políticos. Embora seu juízo sintético não faça menção às suas conexões diretas com João Agripino, era notória a relação política existente entre eles,

²⁵² Cittadino (2006, p. 338) menciona o depoimento de João Agripino concedido à Fundação Getúlio Vargas em 1978, quando ele afirmou sua participação na cassação de onze juízes de direito ao encaminhar o processo deles ao Ministério da Justiça. Tal questão é citada também no relatório da Comissão da Verdade, ver: PARAÍBA. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Relatório Final. João Pessoa: A União, 2017. Disponível em: https://cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb_relatorio-final.pdf. Acesso em: 27 dez. 2023. Quanto às cassações de políticos, Cittadino (2006, p. 336) comenta as versões dos políticos José Joffily e Vital do Rego e do jornalista Hélio Zenaide sobre a participação de Agripino. Estes últimos acusaram o ex-governador de “cumplicidade pela omissão”.

²⁵³ Cittadino (2006, p. 133) discorre também sobre essa atuação de João Agripino para conseguir, junto aos marechais Castelo Branco, Ernesto Geisel e Golber do Couto, a oficialização de um candidato que estava na mira das investigações do regime em 1965.

especialmente quanto à questão eleitoral. Como já foi mencionado no terceiro capítulo do trabalho, a área de domínio político de Braga concedia, há anos, votações expressivas para João Agripino.

A CI/PB registra, no dossiê de Wilson Braga, também a indicação de sua posição aliada ao então governador João Agripino. Embora não cite diretamente o nome do governador, esse setor do SNI menciona que o parlamentar pertencia ao grupo político dominante no estado, sendo este o motivo para a paralisação dos processos de fraude eleitoral movimentados no TRE-PB contra ele: “todavia dado o prestígio político que o referido parlamentar desfrutava, por pertencer à facção dominante no estado, tem realmente livrado-se das penas da lei” (SIAN. Fundo SNI. Dossiê Wilson Braga. BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 67).

Porém, esse apadrinhamento não era uma prática apenas de lideranças pertencentes ao campo político. Entre os próprios militares, percebe-se a sua presença, a exemplo da mencionada defesa de Wilson Braga, operada através da participação decisiva do coronel Jubé e do general Jaime Portela. Nesse fato específico, podemos dizer que tais militares funcionaram também como padrinhos a quem o político recorreu diante da iminente possibilidade de interrupção de sua carreira pública.

Todavia, quanto a essas interferências de agentes militares nos processos de cassação, não se pode resumi-las univocamente como práticas de apadrinhamento, uma vez que faziam parte dos mecanismos de sobrevivência da própria Ditadura Militar. Tanto é que, nos juízos sintéticos dos políticos Wilson Braga e Antônio Mariz (e outros), é recorrente a utilização de expressões que buscavam definir a atitude deles em relação ao regime, como as seguintes: “integrado aos princípios da revolução por conveniência”; “oportunista”; e “integrado à revolução”. Tais expressões denotam que era uma estratégia dos militares garantir a permanência de políticos que tinham por característica a adaptação a diferentes governos e estavam ligados às facções políticas dominantes em seus estados.

Dessa forma, a conveniência e o oportunismo não eram características apenas desses políticos em si, mas uma prática coletiva que explicava o *modus operandi* de funcionamento da própria Ditadura Militar. Visando à sua permanência, esse regime buscava na medida do possível a adesão dos políticos, simbolicamente conhecidos como camaleões. Estes, possuindo a capacidade de mudança de coloração e maleabilidade para se ajustarem perfeitamente ao novo ambiente, recebiam o aval dos agentes militares, que impetravam arbitrariamente defesas ou paralisações nos processos, contrariando seus mesmos dispositivos legais.

Como ocorreu após a decretação do AI-5, não havia nessas legislações militares, pelo menos oficialmente, espaços para o conhecimento ou a defesa dos acusados em relação aos

crimes cometidos. Processos que visavam à interrupção de mandatos políticos deveriam ocorrer sob movimentação secreta, a tal ponto que esses indiciados não poderiam saber sobre o andamento processual e os motivos alegados para efetivação das cassações. Assim, era notoriamente um cenário de repressões com vista a anular todos os mecanismos legais, elaborados anteriormente para oferecer ao réu possibilidades de provar sua inocência perante as acusações formuladas.

No entanto, esse tratamento da cúpula militar com os políticos e outros integrantes da sociedade civil não era homogêneo. Esse tipo de tratamento dependia da posição política ocupada por essas pessoas ou, sobretudo, das possibilidades de adesão e acomodação delas ao projeto de legitimação do Estado autoritário.

A preocupação dos agentes do SNI em apurar, investigar e definir perfis era, assim, uma prática de repressão, mas também uma forma de recrutamento de civis aptos a colaborar com a política do regime. Não à toa, percebemos que um dos modelos de investigação desse Serviço de Informação consistia em mapear, nos estados, pessoas consideradas por eles como de projeção social, ressaltando sua vida profissional e suas ligações políticas e/ou institucionais²⁵⁴ nesses documentos.

Essa política oportunista e conveniente da Ditadura Militar contribuiu para a continuidade das práticas já citadas (morosidade legal, arbitrariedade jurídica, apadrinhamento), permitindo a sobrevivência de inúmeras outras, a exemplo das fraudes eleitorais.

O dossiê militar sobre Wilson Braga e outras fontes, como os jornais, deixam em evidência que os anos posteriores ao Golpe Civil-Militar ficaram marcados por denúncias de corrupções e falsificações eleitorais, que iam desde o momento do alistamento até o processo de apuração. Tais fatos assinalam a pouca eficiência do regime no combate a essas práticas e a sua conveniência ao agir sob pesos e medidas diferentes, dependendo dos envolvidos nas investigações.

O ofício encaminhado pelo delegado estadual do MDB ao TRE-PB em 09 de novembro de 1966, citado no terceiro capítulo da presente pesquisa, é um desses indícios que atestam um cenário político marcante pelo uso dessa prática nas eleições e pela pouca disponibilidade, ainda desse Tribunal Eleitoral, em formular decisão final sobre esses casos. No referente documento,

²⁵⁴ Ver: SIAN. Fundo SNI. Identificação de Pessoas de Projeção no Campo Político. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.85006757. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/iii/85006757/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_85006757_d0001de0001.pdf. Acesso em: 22 jul. 2023.

esse representante emedebista requeria do Tribunal o prosseguimento do Processo nº 665/62, que versava sobre as fraudes eleitorais praticadas pela família Braga na 41ª Zona Eleitoral, então paralisado até aquele ano. Acrescido a isso, era protocolada ainda por meio do ofício uma nova denúncia de crime eleitoral atribuído a essa família naquela zona, por ocasião do último pleito disputado.

Na nova denúncia, alegava o delegado do MDB que a falta de decisão quanto aos crimes praticados no pleito de 1962 na 41ª Zona era um incentivo para a continuidade de fraudes semelhantes, ocorridas no decorrer das demais eleições. Citando especificamente o pleito de 1966, ele relatava falsificações efetuadas durante o alistamento da zona (aumento abrupto no número de eleitores) e apresentava documentos que comprovavam a votação irregular de eleitores, mencionando nominalmente casos de pessoas com assinaturas falsificadas e pertencentes a outros estados.

Todos esses processos eleitorais eram de conhecimento dos militares e foram enfaticamente registrados no dossiê e no juízo e sintético de Wilson Braga, por meio da menção do nome desse político como “autor intelectual das fraudes”. Na ficha individual de Braga, de autoria da CI/PB, a representação formulada pelo MDB é descrita pelos militares, sendo mencionado, com base em uma de suas cópias em anexo, o conteúdo dela e o estado atual do processo, conforme citação a seguir:

Eleito Deputado Federal pela ARENA, em 1965, mais uma vez beneficiado por escândalo que fora objeto de Representação do Movimento Democrático Brasileiro (Doc. fl 31), a qual aponta inúmeras irregularidades devidamente comprovadas (títulos falsos, eleitores de outros estados indevidamente alistados, eleitores falecidos que compareceram às urnas e muitos ausentes que votaram). A Representação constitui o Processo nº 1004/66 do TRE e acha-se inexplicavelmente parado desde o dia 3 de março de 1967, data do despacho do Procurador Regional (Doc. Fl34), o qual julga imperiosa a anexação dos autos de um inquérito havido em Conceição. Os referidos autos encontram-se há mais de um ano nas mãos do Desembargador Antônio Taveira de Farias, sem que esse magistrado o devolva (SIAN. Fundo SNI. Dossiê Wilson Braga. BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45, p. 37).

Citações como essa chamam a atenção não apenas pelo teor das irregularidades apontadas (falsificação de títulos, eleitores falecidos ou de outros estados) ou pela denúncia de participação de integrantes do TRE na paralisação do processo, mas também em função do período no qual os militares efetivaram a denúncia. Embora a ficha não se encontre datada, ela corresponde ao mês de janeiro de 1969, início das investigações que deram origem ao dossiê que pretendia a cassação do mandato do então deputado.

Ao acusarem o TRE e citarem diretamente nomes de juízes que estariam protelando o processo, a CI/PB e os demais órgãos do SNI que discorreram sobre o caso (ARE, CISEX) silenciaram-se em relação aos já percorridos quatro anos dessas denúncias durante o regime. Ao longo desse período, nenhuma ação efetiva tinha sido ainda tomada quanto ao julgamento do processo, embora os integrantes do SNI já dispusessem de conhecimento sobre as denúncias apresentadas. Além do dossiê, o juízo sintético desse político já o qualificava como “useiro e vezeiro na prática de crimes e irregularidades eleitorais” e citava a existência de registros negativos em sua atividade pública, ao descrever “práticas de corrupção, aliciamento e tráfico de influência” (SIAN. Fundo SNI. Juízo Sintético de Wilson Leite Braga. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.80000976).

O hiato existente no SNI entre o conhecimento acerca das denúncias que envolviam Wilson Braga e as primeiras formulações de inquéritos corresponde justamente aos interesses que envolviam o governo militar em momentos específicos de crise, como foram o final de 1968 e o início de 1969. A motivação que permitiu a procrastinação dos militares na abertura de um inquérito é, provavelmente, a mesma que explica o arquivamento do processo de cassação do mandato desse político em 1970 pela Agência Central do SNI, qual seja: a necessidade da permanência de parlamentares com significativo capital político em seus estados, ligados a famílias políticas locais e aptos a fornecerem apoio para sustentação dos sucessivos governos militares.

Essa lógica do governo militar em manter, no campo político, lideranças bem situadas entre as famílias políticas locais é visível na trajetória dos políticos aqui apresentados, mas pode ser ainda mais evidente ao consultarmos o juízo sintético de um dos principais nomes da ARENA no país: o político Ernâni Aires Sátiro e Souza.

No juízo sintético de Ernani Sátiro, outro documento também produzido pela Agência do SNI em Recife, observam-se inúmeras descrições negativas dos militares sobre a trajetória de atuação desse político no estado paraibano²⁵⁵. Ao registrar informações principalmente da sua carreira como deputado federal, o SNI define esse parlamentar como corrupto e comprador de votos, mencionando em seu histórico uma lista de testemunhas ouvidas pelo TRE-PB que confirmavam o uso dessas práticas em benefício da sua projeção eleitoral:

²⁵⁵ O juízo sintético de Ernani Sátiro também faz parte do mesmo documento do SNI sobre os prontuários de deputados arenistas, estando nele também os deputados Wilson Leite Braga e Antônio Marques Mariz. Ver: SIAN. Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo SNI. Juízos sintéticos e prontuários dos deputados federais da Arena PB e PE. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.80000976. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa. Acesso em: 29 nov. 21.

Eleições de 15-XI-1966. O Juiz Eleitoral da 1ª zona-A do estado da Paraíba tornou por termo as declarações das testemunhas abaixo referentes aos seguintes fatos: MARLUCE BATISTA DOS SANTOS declarou que Jaime Lisboa, diretor da Caixa Econômica Federal da Paraíba, em companhia de outras pessoas, instruiu eleitores para votarem em ERNANI SÁTYRO, dando a uns 5 eleitores a quantia de CR. 1.000 a cada um. JOSÉ BATISTA DA SILVA declarou que acertou com alguns eleitores para encontros com JAIRO LISBOA e que este, em companhia de outras pessoas, deu CR\$ 1.000 aos eleitores presentes, os quais deveriam votar em ERNANI SÁTYRO (SIAN. Fundo SNI. Juízo Sintético de Ernani Sátyro. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.80000976SNI/ARE.)

Para os integrantes da Agência Recife, Ernani Sátyro enquadrava-se nesses dois perfis (corrupto e comprador de votos) ao ser o beneficiário de um esquema de corrupção eleitoral que se concentrava na compra de votos, através da participação de agentes e fundos do próprio governo. Tal corrupção teria ocorrido, segundo os militares, durante a sua carreira enquanto parlamentar, mas também no momento em que assumiu o cargo de governador. O juízo sintético de Ernani Sátyro cita, em 31 de maio de 1972, que teriam ocorrido aumentos nas despesas públicas do estado da Paraíba e sido utilizados recursos do governo em eventos pessoais desse político:

No período de novembro de 1971 a janeiro de 1972, as despesas do Governo do Estado da Paraíba, efetuadas no Hotel Tambaú, elevaram-se à importância de Cr\$ 27.625,00 (vinte e sete mil / seiscientos e vinte e cinco cruzeiros), representadas pela emissão de 47 (quarenta e sete) notas, sendo as aludidas despesas, em valor superior a Cr\$ 7.000,00 cruzeiros (sete mil cruzeiros), referem-se a gastos no interior do Bar Nobre, / daquele hotel, com consumo de whisky. Quando do lançamento do livro *Mariana*, de autoria do referido Governador, com coquetel oferecido aos presentes, registram-se gastos no montante de Cr\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros), não incluídos no total acima (SIAN. Fundo SNI. Juízo Sintético de Ernani Sátyro. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.80000976SNI/ARE).

Considerando que o valor do salário-mínimo à época correspondia à média de Cr\$ 225,60 (cruzeiros), conforme Decreto nº 68576, de 08 julho de 1971, os militares destacavam o uso abusivo desses recursos por parte do governo Ernani Sátyro. Além dessa questão, os agentes do SNI registravam sua insatisfação com esse governo, sobretudo, quanto à prática de utilização do investimento público em eventos e cerimônias privadas, como foi o lançamento do livro *Mariana*. Esses procedimentos do político o colocavam diretamente na mira do governo, que poderia utilizar tais denúncias formuladas pelo SNI como forma de pressão política e, dependendo do nível de adesão ao regime, como meio de instauração de um processo de cassação do mandato.

Somando-se a essas denúncias formuladas na Agência Recife, registram-se ainda, em seu juízo sintético, algumas citações que descrevem a insatisfação dos militares com casos de

interferências desse político em processos contra pessoas consideradas suspeitas de “esquerdismos” (subversivos). Interferências estas relacionadas ao trabalho de integrantes da segurança pública na Ditadura Militar, que estariam sendo alvos de críticas e intimidação do então governador, em face de suas constantes práticas de apadrinhamento, como cita o NAJP/SNI em registro de 07 de julho de 1971:

Na presença de alguns de seus secretários, inclusive o da Segurança, Ten. Cel. Wlamyr Nóbrega, tentou / o Gov. Ernani Sátiro, de não prosseguir em suas investigações em torno do caso que envolve um juiz e também diminuir a intensidade / de fiscalização nas estradas, pois acha isso ingerência indevida, de autoridade federal em sua área. Assim sendo, mais uma vez, o Governador citado volta a apadrinhar pessoas que se envolvem na corrupção e subversão, como o caso do Juiz Onaldo Montenegro, passador de cheque sem provisão de fundos e de vida totalmente irregular (SIAN. Fundo SNI. Juízo Sintético de Ernani Sátiro. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.80000976SNI/ARE).

Ernani Sátiro era, portanto, mencionado por entre os setores de investigação do SNI a partir de diferentes imagens negativas, sendo acusado de corrupção administrativa e eleitoral e de interferir nas ações dos agentes militares contra pessoas acusadas de subversão. Essas denúncias, embora conhecidas pela Agência Central do SNI (AC), foram efetuadas em sua maioria pela Agência Recife (ARE) e pelos seus setores de investigação no estado da Paraíba, divergindo e muito do prestígio que tinha esse político por entre os escalões superiores da Ditadura Militar.

Como ficou registrado em sua biografia oficial, Ernani Sátiro foi o último presidente nacional da UDN, tendo sido designado pelo marechal Castelo Branco para comandar a formação do “bloco revolucionário”, criado para integrar no Congresso os apoiadores do chamado movimento de 1964. Sua proximidade com o governo Costa e Silva lhe rendeu a posição de líder da ARENA na Câmara e a nomeação para o cargo de ministro togado do Superior Tribunal Militar (STM), em 1969. Durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, recebeu ainda a indicação do seu nome como candidato da ARENA nas eleições indiretas ao governo da Paraíba em 1970, alcançando a função de governador eleito por esse estado (1971-1975).

Havia aparentemente uma visão ambígua sobre esse político entre os integrantes do regime que formavam o Sistema Nacional de Informações (SISNI). Isso porque, paralelamente às suas indicações para cargos e funções de alto prestígio, efetuadas diretamente pelos presidentes militares, era ele também acusado de praticar crimes eleitorais e administrativos e agir na contramão dos interesses do governo ao proteger pessoas que estavam na mira das investigações do SNI.

Todavia, muito além da ambiguidade, essa era, na realidade, a lógica de manutenção do regime em seu cenário de relações de forças, interesses e jogos de poder político. Todos esses setores locais do SNI executavam uma função que se restringia à investigação, à apuração e à identificação dos perfis ideológicos dos investigados, mas não decidiam diretamente sobre as sanções a serem aplicadas contra eles. Essa função cabia ao presidente, sob a orientação do secretário geral do CSN e do ministro da Justiça, conforme previam o AI-5 e a própria estrutura de funcionamento do SISNI, que tinha no presidente a sua instância máxima de decisão em relação às cassações de mandatos, entre outras determinações.

Nesse sentido, eram algo normal, dentro dessa estrutura de funcionamento do SISNI, essas divergências, em que setores inferiores de investigação indicavam referências negativas sobre determinados políticos e até a possibilidade de cassação dos mandatos, e as demais instâncias julgavam improcedentes ou faziam “vista grossa” quanto a essas denúncias.

Desse modo, as acusações levantadas por órgãos estaduais, como a CI/PB, surgiam, em geral, por meio de disputas políticas locais ou desagrado dos militares com algumas atitudes assumidas pelos políticos no exercício dos seus mandatos no estado. Ações estas interpretadas pelos agentes de vigilância como em desacordo com suas crenças no movimento revolucionário ou como atos de insubordinação aos seus trabalhos de investigação, a exemplo do que foi relatado sobre o político Ernani Sátiro na elaboração do seu juízo sintético.

Tais denúncias locais eram tomadas como irrelevantes ao alcançarem setores como a Agência central do SNI ou o Conselho de Segurança Nacional, em face da significativa importância que tinham políticos como Ernani Sátiro para a manutenção da Ditadura Militar. Fato que se atesta na trajetória desse político em períodos como o de dezembro de 1968, quando ele travou uma verdadeira batalha na Câmara dos Deputados visando convencer os colegas arenistas a votarem de acordo com a determinação do governo, que pretendia cassar o mandato do deputado Márcio Moreira Alves.

Em entrevista concedida ao CPDOC/FGV, esse parlamentar relatou sua insatisfação quanto ao resultado da votação nesse pedido de licença, afirmando seu posicionamento favorável ao governo e sua luta como líder arenista naquele momento: “Fui votar e empregar o esforço possível para que a Câmara concedesse a licença para processar esse deputado. O resultado todo mundo sabe. O governo foi derrotado”²⁵⁶. Toda essa devoção ao regime continuava, portanto, surtindo efeito para ele, que, logo em seguida a essa performance na

²⁵⁶ Ver essa fala na biografia de Ernani Sátiro em: Centro de Pesquisas e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ernani-satiro>. Acesso em: 07 mar. 2022.

Câmara dos Deputados, foi indicado como candidato do presidente Médici ao governo da Paraíba no citado pleito de 1970.

Essa visão ambígua do SNI, apresentada em seus documentos sobre o político Ernani Aires Sátyro, está presente também quando seus diferentes setores descrevem outros destacados políticos do estado da Paraíba. Dentre estes, é relevante citar o nome do senador (1963-1966) e governador João Agripino Filho (1965-1971).

João Agripino, descendente de uma das mais tradicionais famílias políticas do estado, os Maias, era provavelmente o principal nome do governo militar nesse estado durante, pelo menos, a primeira metade da ditadura instaurada no país. Assim como ocorreu nos anos anteriores ao golpe de 1964, ele chegou a assumir cargos importantes durante esse regime, sendo nomeado, pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU/1971).

Através do próprio presidente Médici, João Agripino foi também reconhecido como “grande oficial” e condecorado com a Ordem de Mérito no Trabalho e com o Grau de Grã-Gruz, um título que era oferecido pelo governo a militares, civis e instituições que prestaram “relevantes serviços” ao país e, particularmente, ao Exército Brasileiro. Esse reconhecimento é citado nos documentos que compõem o dossiê de João Agripino²⁵⁷, presente na Agência do SNI em Recife (ARE/SNI), conforme se verifica no texto a seguir:

Em 1973, o presidente da República resolveu admitir, no Grau de Grande Oficial, o Ministro JOÃO AGRIPINO FILHO, presidente do/ Tribunal de Contas da União. Ainda, em 1973, foi conferida ao nominado a Ordem de Mérito do Trabalho no Grau de Grã-Gruz (SIAN. Fundo SNI. Dossiê João Agripino Filho. Br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_82003977_d0001de0001).

Tais honrarias feitas a esse político, executadas diretamente pelo presidente Médici, não ocorriam por acaso, uma vez que, como já mencionado nesse trabalho, João Agripino tinha conexão direta com os generais do regime, sendo próximo de presidentes como Humberto de Alencar Castelo Branco. Em face dessas conexões, ele tornou-se o principal articulador político

²⁵⁷ O Dossiê de João Agripino é um conjunto de documentos organizados pela Agência do SNI em Recife (ARE/SNI). Ele é constituído de 69 páginas contendo: uma capa, datada de 23 de dezembro de 1982; dois históricos, definidos como prontuário; dois textos informativos do SSI (Informe nº 392); recortes do *Diário Oficial do Estado da Paraíba*; um processo de tipo recurso, originário do Superior Tribunal Militar que cita o nome de João Agripino; recortes do jornal *A União*, contendo matérias sobre João Agripino; documentos (discursos e projetos) de João Agripino no Senado; e duas folhas/registro do SNI/ARE. Esse dossiê pode ser acessado em: Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Fundo SNI. Dossiê João Agripino Filho. Br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_82003977_d0001de0001). Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp>. Acesso em: 16 ago. 2023.

que arregimentou lideranças locais do estado para formação do partido situacionista do regime (ARENA), tendo assumido diferentes cargos representativos nesse período.

Entretanto, para além dessas nomeações e honrarias, o que se verifica em documentos do SNI sobre João Agripino é a continuidade de uma visão ambígua, paradoxal, que marcou a trajetória dos demais parlamentares citados. No Dossiê 018, elaborado pela Agência do SNI em Recife, esse político é descrito como um subversivo, sendo em vários momentos denominado de “esquerdista”, sobretudo por participar de eventos que homenageavam lideranças comunistas. Em outros momentos, no entanto, é mencionado como um “oportunista” e acusado de atuar em posição “bifronte” e “indiferente”, por ocasião do movimento de 31 de março de 1964. Conforme apresenta o histórico do seu prontuário:

Posição adotada frente ao movimento de 31 de março 1964 – Bifronte e oportunista. O seu indiferentismo pela causa revolucionária é notório, constituindo forte indício de que possui profundas raízes na caótica e subversiva fase que atravessou este país nos governos de JÂNIO QUADROS e JOÃO GOULART, tendo sido ministro de Minas e Energia no governo do primeiro, onde [*sic*] se revelou um péssimo administrador. O senador Agripino traz estampado na face o sinal da política atrabiliária, desordenada, fatal e esquerdista encetada neste país pelo demagogo e lunático JÂNIO DA SILVA QUADROS (SIAN. Fundo SNI. Dossiê João Agripino Filho. Br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_82003977_d0001de0001).

Para esses militares do SNI, João Agripino dava continuidade, desde o movimento de 31 de março de 1964 (o golpe militar), ao tipo de política já existente no país anteriormente, caracterizando esse político como oportunista, atrabiliário, desordenado e demagogo. Somada a essas descrições, pesava sobre ele a suspeição de praticar uma política de natureza esquerdista, algo que estaria, segundo eles, fartamente comprovado em seu histórico de atuação entre os anos de 1965 a 1971. Por meio de várias citações nesse histórico do dossiê e de outros documentos apresentados nos anexos, aparecem encontros do político em eventos, discursos em jornais e processos envolvendo o seu nome. Através desses documentos, o SNI/ARE fazia menções sobre o passado de João Agripino, a exemplo da seguinte nota:

Por ocasião da visita à Paraíba da mãe de CHE-GUEVARA e de estudantes russos que a acompanhavam e mais ainda, a de vários agitadores sulistas de notória agitação comunista, o Sr. JOÃO AGRIPINO esteve presente a quase todas as reuniões, inclusive na de Sapé, onde um seu amigo lhe perguntou: “A presença desses agitadores internacionais no interior paraibano não constitui uma ameaça para o regime democrata?” O Sr. AGRIPINO disse, em resposta, que isso era a evolução social em marcha e que não podia detê-la. Por ocasião da condecoração, em Brasília, do célebre comunista CHE-GUEVARA, feita pelo presidente JÂNIO QUADROS, defendeu, ao receber críticas sobre esse fato, com veemência, os motivos que levaram o lunático presidente a conceder

tal condecoração ao conhecido escroque internacional. (Fundo SNI. Dossiê João Agripino Filho. Br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_82003977_d0001de0001).

Acrescido a essas citações sobre João Agripino – ora mencionado como oportunista, ora definido como subversivo –, os agentes do SNI/ARE e, principalmente, do SNI/NAJP estavam bastante incomodados com determinadas falas desse político. Estas, em geral, envolviam o nome do próprio órgão e de presidentes militares, sendo tomadas por esses agentes como afrontas e jactância de um político que se apresenta como “vestal”, mas que possui inúmeros crimes de corrupção em sua trajetória. Na primeira fala, o SNI/ARE cita, no prontuário de João Agripino, a Informação de nº 157, encaminhada pelo Gabinete da NAJP, em dezembro de 1965, contendo o seguinte texto:

O senador João Agripino Filho, eleito governador da Paraíba, após a sua diplomação, foi entrevistado por jornalistas da terra. Entre os diversos assuntos tratados, surgiu o caso do SNI. O jornalista Jório Lira Machado, fichado neste serviço (inf. nº 14-GAB/65 e inf. nº 52-GAB/65) perguntou ao Dr. João Agripino qual o destino do SNI na Paraíba, tendo a referida autoridade respondido que, no seu governo, o SNI seria ele próprio (SIAN. Fundo SNI. Dossiê João Agripino Filho. Br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_82003977_d0001de0001).

Na segunda fala, o SNI/ARE apresenta, no dossiê de João Agripino, uma informação de origem externa (SSI/ nº 392/ago/66), que recebeu nessa Agência o nº 588. Essa informação trata-se de um texto em duas laudas (folhas de números 6 e 7), em que são apresentadas inúmeras acusações quanto à conduta política de João Agripino. Essas acusações estavam relacionadas, principalmente, aos seus discursos sobre o presidente e o SNI, mas também a supostos crimes de corrupção eleitoral praticados por esse político. Conforme o documento informativo presente no dossiê, João Agripino:

Jacta-se de ser um vestal e diz ser amigo particular do Presidente da República de quem recebe integral e irrestrito apoio. Diz, quando da sua briga com DOMINGOS MENDONÇA NETO, então, prefeito de João Pessoa: "Vou ao Rio e só voltarei com a cassação de DOMINGOS, o que os comandantes militares não conseguiram em dois anos eu conseguirei em horas". E, realmente, DOMINGOS MENDONÇA teve o seu mandato cassado de imediato. Mas João Agripino não é o vestal que diz ser. Em sua base eleitoral principal, o Oeste da Paraíba, fundou a instituição da corrupção eleitoral através da medicina: trazia os jovens médicos do CEARÁ para os municípios paraibanos e aí lhes doava o município, com uma condição – “ser o prefeito na primeira eleição” (Fundo SNI. Dossiê João Agripino Filho. Br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_82003977_d0001de0001).

Portanto, a farta documentação elaborada pelos setores do SNI sobre o político João Agripino Filho e os demais aqui mencionados deixa em evidência essa ambiguidade ou comportamento paradoxal da política praticada por agentes da ditadura Militar. É ela também

consequência da própria cultura política brasileira, marcada pela permanência de práticas corporativas, clientelistas, cuja finalidade era garantir a legitimação do governo e dos agentes do campo político que se acomodavam às diretrizes do estado autoritário. Tratava-se da tríade “adesão, resistência e acomodação”, que era operacionalizada dentro do jogo de interesses nesse momento e que permitiu o estabelecimento de relações entre civis e militares muito mais complexas do que a simples ideia de resistência ou acomodação. Como menciona Rodrigo Sá Motta (2016):

Algumas pessoas e instituições promoveram ações que podem ser classificadas em dois ou três tipos, em momentos diferentes ou simultaneamente, de modo que o “ou”, em alguns casos, foi “e” (por exemplo, resistência e acomodação) (Motta, 2016, p. 13).

Seguindo essa perspectiva, mesmo aqueles políticos que não assumiram posicionamento favorável ao regime nos anos iniciais do golpe, preferindo, a princípio, posicionamentos independentes na Câmara dos Deputados, puderam garantir a sobrevivência de suas carreiras políticas e ainda crescer nesse campo. Entre esses exemplos, estão o próprio Wilson Leite Braga e outros parlamentares da ARENA, como o ex-presidente da Comissão e Constituição e Justiça, Djalma Marinho. Este ex-presidente, por sua vez, entrou na mira do Serviço Nacional de Informações como um dos principais incentivadores das dissidências ocorridas na Câmara, quando da negação do pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves.

Wilson Braga, Djalma Marinho e os demais arenistas dissidentes nesse caso que não sofreram cassações retornaram às suas cadeiras na Câmara após a abertura do Congresso em 25 de outubro de 1969, por ocasião da eleição indireta do novo presidente militar. Esses parlamentares situacionistas, diante da política repressiva do regime, passaram a integrar definitivamente os interesses do governo ao elegerem o general Emílio Garrastazu Médici como o terceiro presidente do regime e, a partir desse episódio, evitarem grandes confrontos com seu governo.

Ainda que tenha ocorrido uma onda de cassações de políticos arenistas nesse período, a trajetória dos mencionados parlamentares aponta que a produção de dossiês e abertura de processos nem sempre tinha como interesse majoritário a interrupção dos mandatos. Por vezes, essas ações eram mais estratégia política com vista ao estabelecimento de controle do partido, que deveria, em tese, ser um dos principais sustentáculos do regime.

Era improvável a cassação do mandato de políticos como Wilson Braga, Antônio Mariz e Ernâni Aires Sátiro, uma vez que eram pessoas com forte influência política no estado – ligadas ao mesmo grupo de João Agripino – e com comportamentos políticos que, em certa

medida, eram aceitáveis dentro do jogo de interesses do governo militar. Entretanto, não havia uma relação homogênea entre esses políticos e os diversos setores do governo, uma vez que a própria adesão ou não dos parlamentares deveria ser pensada a partir de uma “pluralidade de intenções e interesses” (Dmitri Sobreira, 2018, p. 42). Assim, não se pode desconsiderar o caráter também repressivo na elaboração desses documentos, que poderiam atuar forçadamente, ao lado de outras práticas, na mudança de posicionamentos políticos e votos no Congresso. Nesse caso, a cultura política da ameaça, chantagem ou pressão, ou outro sinônimo que possa ser atribuído a essa ação, também era uma prática em evidência nesse período de autoritarismo no Brasil

Em suma, a trajetória do político Wilson Braga e dos demais deputados apresentados aqui (Ernâni Sátiro, Pedro Gondim, João Agripino, Antônio Mariz e outros) é evidência clara das divergências existentes dentro do SNI e do interesse majoritário da cúpula do regime em manter pessoas no campo político definidas por eles como corruptas, oportunistas e esquerdistas. Estas, ao se ajustarem ao interesse do governo militar de permanecer no comando do país, permitiam não só a sobrevivência dos seus nomes na política, como também aumentar as possibilidades de ascensão nesse campo, uma vez que mantinham com o governo relações de natureza clientelista.

Há, desse modo, um cenário político nos anos 1960/1970 ainda marcado pela manutenção de antigas práticas políticas, que, muito embora assumissem novos modos de atuação, tinham em si a mesma finalidade: garantir a manutenção das elites políticas no comando dos principais cargos representativos. Essas elites, para escaparem dos tentáculos repressivos dos governos militares, negociavam e cooperavam com o governo em seu sistema de dominação instalado no país, ao longo dos 21 anos de Ditadura Militar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu projeto de produção de uma obra sobre o Brasil, ainda no início do século XVII, o franciscano frei Vicente do Salvador destacou uma característica já presente nesse período como marca da cultura política brasileira, qual seja: a predominância do interesse privado em detrimento do bem público, coletivo. Essa característica persistiu durante os demais séculos da história política brasileira, sobrevivendo ainda hoje através de elementos como clientelismo, mandonismo e patrimonialismo.

Sendo assim, acompanhar a trajetória do político Wilson Leite Braga como ponto de intersecção para pensar algumas práticas e comportamentos da elite política presente no estado da Paraíba é reafirmar a permanência desses elementos, mesmo diante de diferentes contextos. Essa continuidade torna-se evidente quando analisamos os elementos comuns dessa elite (família e formação educacional) na primeira metade do século XX, bem como as suas formas de atuação no cenário político e eleitoral, em décadas como as de 1950 a 1970.

No âmbito familiar, essa permanência é corroborada ao promovermos um processo investigativo sobre uma das tradicionais famílias políticas da Paraíba, os Leite, então ascendentes do político Wilson Leite Braga. Com base nessa família, evidencia-se como o campo político não é um privilégio de todos, mas uma área extremamente controlada por pequenos grupos, que vão ao longo de séculos transmitindo o seu capital político-familiar para as novas gerações.

Embora centrando a abordagem em uma família política, fazendo prevalecer a ideia de trabalhar com uma trajetória, não podemos deixar, no entanto, de perceber os diferentes outros nomes que compõem a elite política presente no estado (Bezerra, Carneiro, Figueiredo, Lima, entre outras). Estas, assim como os Leite do Sertão, deixaram os rastros das suas permanências, sendo fundamentais para refletirmos que, muito além de um exercício de cidadania, direitos de todos, a política tem sido tomada há anos como um verdadeiro “negócio de família” (Gurjão, 2020; Monteiro, 2016).

No âmbito dessas famílias, ainda em contextos como a primeira metade do século XX, observamos claramente as estratégias de poder, as bases que explicam esse continuísmo. Por meio da pesquisa em fontes como os periódicos e os dados do TRE-PB, é possível confrontar um número vasto de práticas que apontam as fragilidades de um sistema que se afirmava democrático, qual seja: o coronelismo da violência e dos crimes eleitorais; o mandonismo do controle de órgãos jurídicos e de partidos; o clientelismo no uso particular do serviço público, bem como nas diferentes formas de troca de favores.

Somado às práticas diretas de domínio político que impunham limites à democracia, pode-se constatar ainda que essas famílias investiam também massivamente numa formação educacional comum, visando à locação dos seus futuros herdeiros nos cargos representativos ou por entre os setores da burocracia do estado. Sendo assim, no caso paraibano, destacou-se até a primeira metade do século XX uma formação educacional quase homogênea da elite. Esta, em geral, estudava em colégios diocesanos, no Liceu e na Faculdade de Direito, destinos que colocavam jovens como Wilson Leite Braga no “caminho do clube” (Carvalho, 2017, p. 120).

Imersos nesse universo, herdeiros políticos como o citado Wilson Braga possuíam um repertório de elementos disponíveis para a sua entrada no campo político. Em posse desses elementos, esses jovens políticos passavam também a operar com um conjunto de tradições, signos e jogos de acomodação, que constituíam juntas as marcas de uma cultura política, cuja finalidade era a de permanecer nas instâncias de poder. Desse modo, diante de diferentes contextos, como períodos de redemocratização ou de autoritarismo, tais herdeiros movimentavam uma multiplicidade de práticas (antigas e novas) se adaptando oportunamente, visando à sua sobrevivência e ascensão no campo político.

Partindo da trajetória do deputado Wilson Braga, portanto, observa-se, em períodos como o pós-Estado Novo, uma multiplicidade de práticas políticas que eram operacionalizadas, geralmente, durante a fase de novos pleitos eleitorais: adaptação a partidos em franco crescimento no cenário nacional (UDN, PTB e PSD); movimentações repentinas para diferentes legendas políticas, que apresentavam maiores chances de vitória, diante do quociente partidário; formação de alianças políticas com antigos adversários; controle das bases eleitorais dos municípios natalícios dos políticos; facilitação de processos de emancipações distritais; e continuidade das práticas de fraudes e outros crimes eleitorais.

A sobrevivência dessa elite, entretanto, ocorria em face da sua boa capacidade de acomodação diante de momentos de crise e instabilidade que se abatia sob diferentes grupos políticos. Tal questão é perceptível quando analisamos os diferentes nomes tradicionais da política desse estado, que sobreviveram ante a períodos instáveis, como ocorreu no Brasil com a implantação da Ditadura Militar após o golpe de 1964.

Essas reflexões são fundamentais para enxergamos que os anos de Ditadura Militar foram não apenas de vigilância do SNI e cassação de mandatos parlamentares, constituindo-se também como anos propícios para uma maior projeção no campo político de determinados parlamentares, que se acomodavam à política autoritária do regime. Desse modo, à medida que enxergamos, em momentos repressivos como esse, o enfraquecimento das instituições democráticas, por meio de cassações, censura e outras formas de perseguição, evidencia-se

também um outro aspecto: o lado dos civis que resistiram, aderiram e se acomodaram aos ditames do regime.

Desenvolvendo uma política típica de um camaleão – que diante do iminente perigo e mudanças no ambiente muda a sua coloração, buscando uma camuflagem ou tonalidade mais adaptável àquele novo ambiente –, esses civis (políticos) se caracterizaram por meio de diferentes jogos de acomodação. No entanto, isso não significa necessariamente dizer que eles abandonaram seus comportamentos políticos anteriores, pois persistia: o contato com um amigo da alta cúpula do governo militar, que permitia nomeações para cargos públicos ou atuava para arquivar processos de cassação; as denúncias sobre fraudes eleitorais, que ainda permaneciam sem decisão; e a política de negociações em torno de votações no Congresso, que, em geral, rendia para determinados políticos nomeações e diversas formas de honrarias.

Seja durante a redemocratização pós-Estado Novo ou nos anos de repressão da Ditadura, muitas dessas práticas permaneceram entre as redes de poder, de interesses e de acomodações dos governos e dos grupos políticos conectados a eles. Algo não tão distante de nós, considerando que, mesmo no cenário da política atual, é possível evidenciar ainda a sobrevivência de algumas dessas práticas, que vão sendo, aos poucos, transformadas ou associadas a outras mais adaptadas ao cenário tecnológico e midiático presente.

Nessa perspectiva, o debate empreendido na presente tese teve como foco central problematizar, através de parte da trajetória política de Wilson Leite Braga, alguns aspectos que colocam em evidência um grupo: a elite política dirigente do estado da Paraíba. Muitas questões e reflexões apresentadas aqui, entretanto, poderiam ainda ser objeto de aprofundamento e/ou acréscimos, sendo este ainda um caminho aberto para novas pesquisas.

Ao percorrer esse caminho sobre a família, a educação e parte da trajetória de atuação política de Wilson Leite Braga, tratando também de questões relacionadas a outros nomes do cenário político do estado paraibano, espera-se oferecer elementos para o debate acerca dos comportamentos e das práticas dos atores e grupos políticos. De igual modo, foi pretensão da pesquisa ainda pontuar reflexões sobre a necessidade de novos olhares historiográficos sobre períodos históricos como a redemocratização pós-Estado Novo e a Ditadura Militar, iniciada com o golpe de 31 de março de 1964.

Os dois períodos citados necessitam ainda de novas leituras historiográficas por meio também de diferentes aportes metodológicos. Isso porque, se de um lado, as leituras historiográficas insistem em enfatizar os avanços de uma democracia a partir de 1945, colocando em segundo plano os seus limites e retrocessos; de outro, temos ainda uma escrita

sobre os anos 1964-1985 que precisa ir além da dicotomia resistência versus adesão, pontuando os aspectos de negociação e as formas de acomodação da sociedade civil ao regime.

Em suma, trata-se de leituras extremamente necessárias para os nossos dias, especialmente por compreendermos o movimento dinâmico de transformações que faz parte da história. Mais ainda, por considerarmos o momento atual, que tem se caracterizado por tentativas de solidificação de uma memória histórica que insiste em olhar para o passado buscando justificar e relativizar a “barbárie”. Esse viés histórico que relativiza e nega episódios de censura e morte ocorridos no país impõe sérios desafios à produção historiográfica, ao processo democrático e, conseqüentemente, ao próprio exercício da cidadania no Brasil.

REFERÊNCIAS

1) Livros e capítulos de livros

ADILSON FILHO, José. **A Cidade Atravessada**: velhos e novos caminhos na política belojaridense. Recife: Editora Comigraf, 2009.

ALVES, Luiz Nunes. A Casa do Estudante. *In*: AGUIAR, Wellington; MELLO, José Octávio de Arruda (Org.). **Uma cidade de quatro séculos**: evolução e roteiro. 2. ed. João Pessoa: A União Editora, 1989. p. 268-271.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI e ABIN**: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o Udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. *In*: AZEVEDO, Cecília *et al.* (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BLONDEL, Jean. **As condições da vida política no Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ João Pessoa: Assembleia Legislativa/ A União, 1994[1957].

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 18. edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2022.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

BRAGA, Lúcia Navarro. Tempo de viver, tempo de contar. **A União**, João Pessoa, 1996.

BRAGA, Lúcia Navarro. A casa da Palmeira. **A União**, João Pessoa, 2009.

BRAGA, Wilson. **Quando falar é preciso**. Centro de Documentação do Senado. Brasília DF, 1978.

BRAGA, Wilson. **O Nordeste e outros problemas**. Centro de Documentação e Imprensa da Câmara dos Deputados. Brasília, 1980.

BRAGA, Wilson. **Humanização do crédito educativo**. Brasília-DF, 1980.

BRAGA, Wilson. **Economia paraibana**: análise conjuntural. João Pessoa-PB, 1982.

BRAGA, Wilson. Discurso de posse como Governador da Paraíba. *In*: GUEDES, Nonato. **A fala do poder**: perfis e discursos comentados de governadores da Paraíba. João Pessoa-PB: Forma Editorial, 2012.

CARNEIRO, Josélio (Org.). **Lyceu Paraibano**: berço da cultura e do jornalismo. João Pessoa: Editora EPC, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: O longo caminho. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. *In*:

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras**: a política imperial. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. *In*: HEINZ, Flavio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 41-53.

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba**. (1945/1964). João Pessoa: Universitária/UFPB, Idéias, 1998.

CITTADINO, Monique. A política paraibana e o estado autoritário (1964-1986). *In*: CITTADINO, Monique. **Estruturas de poder na Paraíba**. João Pessoa, Universitária/UFPB, 1999.

CITTADINO, Monique. **Poder local e Ditadura Militar**: o governo João Agripino na Paraíba (1965-1971). Bauru, SP: Edusc, 2006.

CITTADINO, Monique. Pedro Gondim: um governador entre deus e o diabo. *In*: DANTAS, Eder *et al.* (Org.). **Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba**: história, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 13-32.

DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho. **Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba**: história, memória e construção da cidadania. João Pessoa, Editora da UFPB, 2014.

DANTAS, Sérgio Augusto de Souza. **Lampião e o Rio Grande do Norte**: a história da grande jornada. Natal: Cartgrat Gráfica Editora, 2005.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes da cidade. *In*: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. **Revolução e democracia**. (1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 409-427.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (Orgs.). **Capítulos de História Política**: fontes, objetos e abordagens. São Leopoldo: Oikos, 2018. Disponível em: <https://oikoseditora.com.br/files/Capitulos%20de%20historia%20politica%20-%20E-BOOK.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2022.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classes. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, Flávio Sátiro. **Subsídios para a História do Ginásio Diocesano de Patos**. 2. ed. João Pessoa: Sal da Terra, 2008.

FERREIRA, Florentino Barbosa Leite. **A família Leite no Nordeste Brasileiro**. João Pessoa: Petrucci, 1948.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. (O Brasil Republicano). v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-42.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *In*: FERREIRA, Jorge (Org.), **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2002. p. 17-53

GOMES, Maria José Teixeira Lopes. **Meandros da memória: da Faculdade de Direito ao Centro de Ciências Jurídicas da UFPB – 1949 a 2010**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2014.

GUEDES, Nonato. **A fala do poder: perfis e discursos comentados de governadores da Paraíba**. João Pessoa: Forma Editorial, 2012.

GUERRA, Fátima. Ditadura Militar na Paraíba: documentos de memória. *In*: DANTAS, Eder *et al.* (Org.). **Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 33-61.

GUIMARÃES, Hugo Victor. **Deputados Províncias e Estaduais do Ceará: Assembleias Legislativas 1835-1974**. Fortaleza: Editora Jurídica, 1952.

GURJÃO, Eliete. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba 1889-1945**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

GURJÃO, Eliete. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba 1889-1945**. 2. ed. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

HEINZ, Flávio M (Org.). **História social das elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/Historia-social-de-elites-FLAVIO-HEINZ.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

HUGGINS, Marta K. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. *In*: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

LOUREIRO, Paulo Soares. **Nos tempos do Pedro Américo**. João Pessoa: Grafset, 1989.

MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1980.

MELLO, José Octávio de Arruda. Wilson Braga: um capítulo da história eleitoral paraibana. *In*: SILVA, F. Pontes da; MELLO, José Octávio de Arruda; SANTOS, Walter. **Poder e política na Paraíba: uma análise das lideranças de 1960-1990**. João Pessoa: API; A União, 1993. p. 216-219.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Conflitos e convergências nas eleições paraibanas de 1982, 2002 e 2006**. João Pessoa: Sebo Cultural, 2010.

MENEZES, José Rafael de. **História do Lyceu Parahybano**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1982.

MILLS, Charles Wright. **A Elite do Poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MORAIS, José Jassuipe da Silva; SILVA, Ramisés Nunes e. A Imprensa e o perigo vermelho que se esgueira: instrução, proletariado e propostas pedagógicas católicas na Paraíba das décadas de 1940-1950. *In*: DÍAZ, José María Hernández (Org.). **Prensa pedagógica y patrimonio histórico educativo. Contribuciones desde la Europa mediterránea e Iberoamérica**. Salamanca: Editora Universidade de Salamanca, 2013. p. 281-289.

MORENO, Napoleão. **História e apelidos da Casa e outras croniquetas**. João Pessoa: [s.n.], 1991.

MORENO, Napoleão. **A Casa do Estudante: memória**. 3. ed. João Pessoa: [s.n.], 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NÓBREGA, Evandro da. **Um apóstolo da educação no Nordeste: o Monsenhor Manoel Vieira e o Ginásio Diocesano de Patos**. Recife: Gráfica J. Luís Vasconcelos, 2007.

NORONHA, Andrius Estevam. O uso da prosopografia para o estudo de elites locais: um esboço metodológico (o caso dos empresários de Santa Cruz do Sul). *In*: HEINZ, Flávio M. (Org.). **História social de elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 97-113.

NUNES, Paulo Geovani Antonino. Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: repressão e legitimação. *In*: DANTAS, Eder *et al.* (Org.). **Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 78-18.

PIMENTEL, Altimar de Alencar. **Wilson Braga: 50 anos de vida pública**. João Pessoa: [s.n.], 2005.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Universidade São Francisco, 2002.

PRASHAD, Vijay. **Balas de Washington**: uma história da CIA, golpes e assassinatos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

RAMOS, Severino. João Agripino: um político diferente. *In*: SILVA, F. Pontes da; MELLO, José Octávio de Arruda; SANTOS, Walter. **Poder e Política na Paraíba**: uma análise das lideranças de 1960-1990. João Pessoa: API; A União, 1993. p. 81-89.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. 131. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e História. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 187-206.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOBREIRA, Dmitri. O Anticomunismo no “A Imprensa”: Igreja Católica e golpe civil-militar na Paraíba. *In*: DANTAS, Eder *et al.* (Orgs.). **Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba**: história, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 33-61.

SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. O Partido Comunista Brasileiro na Paraíba: lutas de massa entre a democracia e o autoritarismo. *In*: DANTAS, Eder *et al.* (Orgs.). **Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba**: história, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 62-77.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. **Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

2) Monografias, dissertações e teses

BEZERRA, Francisco Chaves. **Estudantes em Movimento**: a Casa do Estudante Pobre da Paraíba como espaço de formação de sujeitos (1963 a 1980). 300 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12636>. Acesso em: 05 abr. 2022.

BEZERRA, Josineide da Silva. **Novos municípios, velhas políticas**: práticas de emancipação distrital e estratégias de reprodução política na Paraíba (1951-1965). 244 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17406>. Acesso em: 05 abr. 2022.

CABRAL, Alysson Duarte. **Recrutamento militar em tempos de litúgio**: clientelismo político e relações de poder na província da Paraíba durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). 2009. 198 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE). 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34261>. Acesso em: 05 abr. 2022.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A ditadura dos empreiteiros**: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro (1964-1985). 2012. 584 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2012. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1370.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

MOREIRA, Márcio Macêdo. **Entre Britos e Gaudêncios**: cultura política e poder familiar nos Cariris Velhos da Paraíba (1930-1960). 2012. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5996>. Acesso em: 05 abr. 2022.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família**: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985-2015). 2016. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/122/1/JOS%20MARCIANO%20MONTEIRO%20-%20TESE%20PPGCS%202016>. Acesso em: 05 abr. 2022.

NEVES JUNIOR, José Wilson Assis. **A ideologia de Segurança Nacional no Arquivo de Documentos do Serviço Nacional de Informações do Estado do Paraná (1964-1985)**. 2021. 209 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/Josenildo%20Marques/Desktop/Textos%20orienta%C3%A7%C3%B5es%20com%20Cristiano/nevesjunior_jwa_dr_mar.pdf. Acesso em: 07 out. 2022.

NUNES, PAULO GEOVANI ANTONINO. O Partido dos Trabalhadores e a Política na Paraíba (1980/2000). 2003. 390 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE). 2003. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20031120151056.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2023.

RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. **Mulheres e política no Estado da Paraíba**: a atuação de Lúcia Braga em meio às práticas políticas locais. 2017. 211 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9604>. Acesso em: 07 abr. 2022.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)**. 2014 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36464/R%20-%20T%20-%20DANIEL%20TREVISAN%20SAMWAYS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2022.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os Domínios do Estado: a interventoria de Anthonor Navarro e o Poder na Paraíba (1930-1932)**. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5974>. Acesso em: 27 dez. 2023.

SILVA, Aline Marques. **Poder local durante a experiência democrática: política e relações de poder no município de Mamanguape (1947-1964)**. 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br>. Acesso em: 31 maio 2023.

SILVA, Carla Schayane Costa. **A aurora da experiência democrática no município de João Pessoa-PB: poder local, Câmara Municipal e participação política (1945-1951)**. 2020. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20287>. Acesso em: 05 abr. 2022.

SILVA, Dêis Maria Lima Cunha. **Poder local e capital político-familiar: estratégias de poder, familismo e clientelismo da família Leite no Sertão Paraibano – Desterro-PB (1977 – 1989)**. 2020. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br>. Acesso em: 31 maio 2023.

SILVA, Jean Patrício. **A construção de uma nova ordem: análise da interventoria de Ruy Carneiro no Estado da Paraíba (1940-1945)**. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6015>. Acesso em: 27 dez. 2023.

SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida. **Autoritarismo, repressão e propaganda: A Paraíba no governo de Argemiro de Figueiredo (1937-1940)**. 2017. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11883>. Acesso em: 27 dez. 2023.

SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. **A política paraibana vigiada: políticos e militantes sob os olhos do SNI (1964 a 1985)**. 2020. 229 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18201>. Acesso em: 07 abr. 2022.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Para além do sim, senhor: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a ditadura militar na Paraíba (1944-1969)**. 2016. 235 f. Dissertação

(Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8373>. Acesso em: 07 abr. 2022.

TERUYA, Marisa Tayra. **Trajétória sertaneja**: um século de poder e dispersão familiar na Paraíba (1870-1970). 2002. 260 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://caph.fflch.usp.br/node/15366>. Acesso em: 05 de abr. 2022.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Palácios Cariados**: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964-1975). 2018. 413 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32872>. Acesso em: 05 abr. 2022.

VIEIRA, Maria das Graças Araújo. **O estranho e o primo**: casamentos consanguíneos no Sertão do Vale do Piancó-PB. Dissertação (mestrado). 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Setor Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pernambuco, Recife (PE), 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/956>. Acesso em: 05 abr. 2022.

3) Artigos

AFONSO, José Antônio Martin Moreno; SILVA, Ramsés Nunes e. Um militante pernambucano na Europa Ultramontana: Odilon Alves Pedrosa e o Missionarismo Intelectual Católico (1926-1927). **Revista HISTEDBR On-line**, 2016, n. 68, p. 4-7. Disponível em: <https://xjournals.com/collections/Article?qt=zaYxKUHseHZ6rmu21796pcGuMFgt5ixqjZS2BdVOU=>. Acesso em: 31 mar. 2023.

ALVES, Alessandro Cavassin; ZIMMER, Juliano. Poder local, regional e redes da família Anibelli no Paraná (1944 a 2017). **NEP: Estudos Paranaenses**, 2016, n. 1, v. 3, p. 36-45. Disponível em: <https://revista.ufpr.br/nep/article/view/55094/33456>. Acesso em: 01 abr. 2023.

CANEDO, Leticia Bicalho. As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método. **Cad. CEDES**, 1997, n. 42, v. 18. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/sc4kScMHytbJxy3YhgLn5yM/?lang=pt>. Acesso em: 08 jun. 2021.

CANEDO, Leticia Bicalho. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. **Revista Pós Ciências Sociais**. 2011, n. 15, v. 8, p. 55-76. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/578>. Acesso em: 08 jun. 2021.

CARTAXO, Tarcísio. Wilson: governador é seu destino. **Revista A Retreta**, 1980, n. 7, ano VII. João Pessoa, PB, 5 ago. 1980.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados: Revista de Ciências Sociais**. 1995, n. 2, p. 229-250. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>. Acesso em: 05 abr. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. Os Três Povos da República. **Revista USP**, 2003, n. 59, p. 96-115. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13279/15097/16252>. Acesso em: 01 jan. 2023.

CHARLE, Christophe. Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898). **Revista História da Educação**. 2003, n. 14, v. 7 Porto Alegre, v. 7. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30225>. Acesso em: 05 abr. 2022.

COSTA, Claudio Santa Cruz. Algumas notas sobre o problema das crises e dos ciclos econômicos. **Revista da Faculdade de Direito da Paraíba, 1953**. n. 1, v. 1, p. 2, João Pessoa, PB, set. 1953.

FERREIRA, Maria. Sociabilidade e poder. Famílias tradicionais e práticas políticas no Sertão do Médio São Francisco. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. 2013, n. 1, v. 33. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.br/index.php/raizes/issue/view/31>. Acesso em: 01 abr. 2023.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, 2004, n. 47, v. 24, p. 29-60. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-0188200400010003>. Acesso em: 30 maio 2023.

GIMENES, Éder Rodrigo. Teoria das Elites e as Elites do Poder: considerações sobre a relevância dos teóricos clássicos e de Wright Mills aos estudos de cultura política e democracia. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**. 2014, v. 2, p. 119-151. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/download/49/46>. Acesso em: 09 jun. 2020.

KANG, Thomas H. Educação para as elites, financiamento e ensino primário no Brasil, 1930–1964. **Latin American Research Review**. 2017, n. 52, v. 1, p. 35-49. Disponível em: <https://doi.org/10.25222/larr.42>. Acesso em: 01 jun. 2023.

LIMA, Elizabeth Cristina de Andrade. A herança bendita: o poeta, a festa e a instituição do poder da família Cunha Lima na Paraíba. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. 2013, n. 1, v. 33. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.br/index.php/raizes/issue/view/31>. Acesso em: 01 jun. 2023.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. Crianças Negras em Cativo Ilícito na Paraíba do Norte Oitocentista. In: XXVII Simpósio Nacional de História. 2013, Natal - RN. **Anais eletrônicos da ANPUH/Brasil**. NATAL - RN. 2013, p. 1 - 18. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364463328_ARQUIVO_LIMAArtigoXXVIISNHANPUH.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

NUNES, Paulo Geovani Antonino. Cassações de mandatos parlamentares no Estado da Paraíba após o Ato Institucional nº 5 (AI-5). In: XVI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 2014, Campina Grande, PB. **Anais da ANPUH/PB**, Campina Grande, PB, 2014. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/anpuhpb/XVI/paper/viewFile/2496/537>. Acesso em: 11 jun. 2021.

PERLATTO, Fernando. Ângela de Castro Gomes: trajetória intelectual e percursos do conceito de populismo. **Conhecer: debate entre o público e o privado**. 2020, n. 24, v. 10 [S. l.], p. 98–119, 2020. DOI: 10.32335/2238-0426.2020.10.24.2760. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/2760>. Acesso em: 17 fev. 2023.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler; ANANIAS, Mauricéia. As primeiras letras e a instrução secundária na província da Parahyba do Norte: ordenamentos e a construção da nação. **Revista HISTEDBR**. 2012, n. 37, v. 10, p. 238-252. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639676>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O paradigma tridentino e a Igreja Católica no Brasil oitocentista: modernidade e secularização. **Reflexão**, 2017, Campinas, n. 2, v. 42, p. 169-181. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2447-6803v42n2a3999>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos; SANTOS, Shslyder Lira dos Santos. Elites políticas e partidárias na Paraíba do Século XX: subsídios teóricos e metodológicos – encaminhamentos introdutórios de pesquisa. In: I ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA POLÍTICA. 2015, Fortaleza, CE, **Anais Eletrônicos da UECE**, Fortaleza, CE, 2015. Disponível em: http://uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/trabalhos_completos/298-31265-04052017-202638.pdf. Acesso em: 08 jun. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. **História Social: Revista dos Pós-Graduandos em História da UNICAMP**, 2013, Campinas, jan./jul. p. 51-63. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002720404>. Acesso em: 03 jun. 2023.

SILVA, Aryanne Faustina da. A instituição do tabelionato na história e sua prática no Brasil Antigo. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL. 2013, Natal, RN. **Anais Eletrônicos da ANPUH/Brasil**, Natal, RN, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371344635_ARQUIVO_TEXTOFINAL-ARYANNEFAUSTINADASILVA.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

SILVA, Daniela Medeiros da. Monsenhor Vieira: um intelectual a serviço do projeto educacional em Patos- PB. In: CONGRESSO NACIONAL DE PRÁTICAS EDUCATIVAS, 2017, Campina Grande, PB. **Anais Eletrônicos da Realize Editora**. Campina Grande, PB, 2017. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/31571>. Acesso em: 11 jun. 2022.

SILVA, Dêis Maria Lima Cunha. Familismo e Parentela. A influência política da família Leite e Barbosa no Sertão Paraibano na década de 1970. In: III ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-PE: História e os desafios do tempo presente. 2018, Recife, PE. **Anais da ANPUH – PE**, Recif, PE. Disponível em: encontro2018.pe.anpuh.org. Acesso em: 31 maio 2023.

SILVA, Francione Gomes *et al.* Resgatando a história da Escola Estadual Monsenhor Manuel Vieira, Município de Patos-PB. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2014, Campina Grande. **Anais Eletrônicos da Editora Realize**. Campina Grande, 2014. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/7926>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SOUZA, Williams Andrade. A administração local no Brasil Imperial: otas preliminares sobre as municipalidades nos debates parlamentares. **Clio: Revista da Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pernambuco**. 2016, n. 1, v. 34, p. 245-265. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22264/cliio.issn2525-5649.2016.34.1.al.245-265>. Acesso em: 24 maio 2023.

4) Colunas de jornais

BRAYNER, Antônio. Tópicos: a ARENA como uma embarcação: **A União**, João Pessoa, p. 3, 5 mar. 1966.

CHATEUABRIAND, Assis. O anjo e o demônio. **O Norte**, João Pessoa, 3 de out. de 1954, Caderno 1, p. 4.

GONDIM, Josélio. Dos “D. A”. Declarações do Desembargador Antônio Gabínio a O Norte. **O Norte**, João Pessoa, 17 nov. 1954.

JUREMA, Abelardo. Braguismo. **O Norte**, João Pessoa, 11 maio 1980.

SOUTO, José Morais. Só não falta nada na Casa do Estudante. **O Norte**, 13 jan. 1952, Ano XLII, nº 569, p. 5-8.

SOUTO, José Morais. Daqui e dali. **O Norte**, 01 mar. 1952, Ano XLII, n. 608.

SOUTO, José. Ronda Política. Wilson Braga, o queimado. **O Norte**, João Pessoa, 11 nov. 1954, p. 2.

SOUTO, José. Ronda Política. Convocado para um acordo. **O Norte**, João Pessoa, 14 nov. 1954, p. 2.

SOUTO, José. Ronda Política. Entre um quente e dois fervendo. **O Norte**: João Pessoa, 11 nov. 1954, p. 2.

SOUTO, José. Ronda Política: Recursos minguidos e mensageiro da vitória. **O Norte**, João Pessoa, 20 nov. 1954, p. 2.

TEJO, William. Política em preto e branco. **Diário da Borborema**, Campina Grande, Ano IX, nº 2596, p. 3, 13 mar. 1966.

ZENAIDE, Hélio. Ronda Política: Entre a paz e a guerra. **O Norte**, João Pessoa, 11 jan. 1955, p. 2.

ZENAIDE, Hélio. O estilo de Braga. **A União**, João Pessoa, 25 maio 1981.

5) Matérias de jornais

CERIMÔNIA de posse na Vanguarda Estudantil da Paraíba (VEP). **O Norte**, 6 abr. 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 12 mar. 2020.

CHEGADA do Juiz à Comarca de Conceição. **Gazeta do Sertão**, 20 jun. 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CONGRATULAÇÕES a Wilson Braga. **O Norte**, João Pessoa, 25 jan. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CRÍTICAS ao comportamento de José de Figueiredo Leite. **O Norte**, 21 ago. 1918. Ano XI, nº 2991. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FALECIMENTO de parentes de Salustiano Rodrigues. **Gazeta do Sertão**, 25 jan. 1885. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 22 abr. 2022.

FAMÍLIA Ramalho em defesa de Enéas. **O Norte**, 22 maio 1913, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FUNDAÇÃO da Casa do Estudante Pobre da Paraíba. **A União**, 01 ago. 1937, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 15 abr. 2020.

INAUGURADOS os melhoramentos na Casa do Estudante da Paraíba. **O Norte**, João Pessoa, 02 out. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 jun. 2022.

JAYME Pinto Ramalho: críticas à família Leite. **O Norte**, 06 jul. 1913. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

JOÃO Batista declara-se oposição à família Leite. **A União**, 21 maio 1913. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

JOÃO Batista Ramalho crítica matéria do jornal *A União* sobre Enéas Rodrigues. **O Norte**, 08 jul. 1913, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 jun. 2021.

JOÃO Pedro acusa Salustiano Rodrigues. **O Norte**, 18 mar. 1913, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

JOSÉ Américo atende reivindicações em prol da Casa do Estudante. **O Norte**, 19 mar. 1952, Ano XLII, nº 623. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 jan. 2021.

JOSÉ Leite critica administração de Jayme Ramalho. **O Norte**, 28 set. 1920. Ano XIII, nº 3565. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 10 abr. 2021.

LAMPIÃO foi visto na Paraíba. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 19 jul. 1927, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

LUCTAS Políticas na Villa de Conceição. **O Norte**, 13 abr. 1913. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 jan. 2021.

NOMEAÇÃO de Enéas Rodrigues. **O Norte**, 23 maio 1914. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 02 abr. 2021.

NOMEAÇÃO de Jayme Pinto Ramalho. **O Norte**, 3 ago. 1912. Ano V, n. 1206, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 set. 2021.

NOMEAÇÃO de Tiburtino Leite como Chefe da Vila de Misericórdia. **A União**, 5 nov. 1896. Ano IV, n. 942. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

NOMEAÇÃO de Tiburtino Leite como Sub-prefeito de Piancó. **A União**, 8 maio 1897. Ano V, n. 1073. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 07 abr. 2021.

NOMEAÇÃO Francisco Leite Ferreira. **A União**, 11 dez. 1987, Ano V, n. 1226, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

NOMEAÇÃO de José de Souza Mattos. **A União**, 29 jul. 1898, Ano VI, n. 1380, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 jul. 2021.

NOMEAÇÃO de Innocência Leite Ferreira. **A União**, 3 mar. 1889, Ano VII, n. 1515, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2020.

NOVA Casa do Estudante da Paraíba. **O Norte**, 16 abr. 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 ago. 2021.

POSSE de Antônio Pessoa como Presidente da Parahyba. **O Norte**, 25 jul. 1915, Ano VIII, n. 2.062. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

REGULAMENTO de vantagens concedidas a estudantes. **O Norte**, João Pessoa, 21 fev. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

TELEGRAMA de Octacílio Queiroz a Rui Carneiro sobre a situação da Casa do Estudante. **O Norte**, 29 mar. 1953, Ano XLIII, n. 1028. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 13 abr. 2021.

UNIÃO Estadual dos Estudantes Paraibanos: início das atividades. **O Norte**, João Pessoa, 24 fev. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

V CONGRESSO dos Estudantes. **O Norte**, João Pessoa, 27 maio 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 jan. 2021.

VISITA de Drault Ernany a Casa do Estudante. **O Norte**, 29 fev. 1952, Ano XLII, n. 607. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

WILSON Braga é reeleito Presidente da Casa do Estudante da Paraíba. **O Norte**, 09 set. 1952, Ano XLII, n. 763. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

WILSON Braga: crédito para construção da Nova Casa do Estudante. **O Norte**, João Pessoa, 26 fev. 1955. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

WILSON Braga: homenagem a Demócrito. **O Norte**, João Pessoa, 8 mar. 1955. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

WILSON Braga: subvenção para o Castro Pinto. **O Norte**, João Pessoa, 08 mar. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 10 abr. 2021.

6) Documentos

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA. Livro do Registro das Sesmarias. n. 811, de 4 de julho de 1783. João Pessoa, PB: 03 jun. 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA. Governo Argemiro de Figueiredo: criação da Casa do Estudante Pobre da Paraíba. Decreto nº 698, de 11 de abril de 1936.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA. Governo Argemiro de Figueiredo: institucionalização da Casa do Estudante Pobre da Paraíba. Decreto nº 728, de 12 de março de 1937.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Assistência Médica. Anais da Câmara dos Deputados. Brasília, v. 2: jan/fev. 1968, p. 59-61.

CERTIDÃO DE CASAMENTO DE JOÃO BATISTA PINTO RAMALHO. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/sources/GHKB-D77>. Acesso em: 24 mar. 2021.

CERTIDÃO DE CASAMENTO DE JOSÉ DE FIGUEIREDO LEITE. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/sources/GHKB-D77>. Acesso em: 24 maio 2021.

CERTIDÃO DE CASAMENTO DE FRANCISCO DE OLIVEIRA BRAGA. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/sources/GQD2-NGJ>. Acesso em: 25 maio 2021.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório Final. Capítulo 3 (Contexto Histórico das Graves Violações entre 1946 e 1988). Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo3/Capitulo%203.pdf>. Acesso em: 07 out. 2022.

GOVERNO DA PARAÍBA. Casa do Estudante da Paraíba. Lista dos Alunos Lotados na Casa do Estudante da Paraíba: Número de Inscrição de Wilson Leite Braga. João Pessoa, 27 de julho de 1952.

GOVERNO FEDERAL. Lei Imperial, de 11 de agosto de 1827. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-11-08-1827.htm. Acesso em: 01 fev. 2021.

GOVERNO FEDERAL. Lei Orgânica do ensino secundário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 jun. 2021.

GOVERNO FEDERAL. Fundação da Faculdade de Direito da Paraíba. Decreto nº 29.398, de 27 de março de 1951. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/106657-autoriza-o-funcionamento-do-curso-de-bacharelado-da-faculdade-de-direito-da-parauba.html>. Acesso em: 16 ago. 2021.

HISTÓRICO ESCOLAR DE WILSON LEITE BRAGA. Arquivo de matrícula da ECI Monsenhor Manuel Vieira. Patos, PB, ano 2021.

SENADO FEDERAL. Decreto nº 2301 – de 1 de julho de 1896. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/396246/publicacao/15629898>. Acesso em: 02 ago. 2021.
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). Fundo SNI: Dossiê Wilson Braga. BR DFAN BSB N8. PRO.PAI. 38.45. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa. Acesso em: 26 jun. 2021.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). Fundo SNI: Juízos Sintéticos e prontuários dos deputados federais da Arena PB e PE. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.80000976. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa. Acesso em: 29 nov. 21.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). Fundo SNI: Identificação de Pessoas de Projeção no Campo Político. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.85006757. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/iii/85006757/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_85006757_d0001de0001.pdf. Acesso em: 22 jul. 2023.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). Fundo SNI. Prontuário Pedro Gondim. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.82003750 Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=Pedro%20Moro%20Gondim&v_fundo_colecao=1008542. Acesso em: 22 jul. 2023.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). Fundo SNI: dossiê José Cavalcanti da Silva e outros. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71058308. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/71058308/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71058308_d0001de0001.pdf. Acesso em: 23 jul. 2023.

7) Sites

A FAMÍLIA Braga e seu domínio do cartório local. Disponível em: <https://cartorionobrasil.com.br/cartorio-na-paraiba/cartorio-em-conceicao-paraiba-notas-e-anexos>. Acesso em: 19 abr. 2021.

ÁRVORE genealógica de Jaime Pinto Ramalho. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/pedigree/landscape/9ZMT-4QX>. Acesso em: 24 mai. 2021.

BIOGRAFIAS do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Disponível em: <http://www.ihgp.net/>
<https://www.jstor.org/stable/26201745?seq=1>. Acesso em: 06 ago. 2022.

CÂMARA Municipal de Conceição-PB. Disponível em: <http://camaradeconceicao.pb.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CASAMENTO entre Eugênia Toscano e João Leite Ferreira. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/pedigree/landscape/K8X5-9WQ>. Acesso em: 2 jun. 2021.

CASAMENTOS entre os Filhos de Eneás Rodrigues e outras famílias. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/pedigree/landscape/G76X-8DP>. Acesso em: 17 mar. 2021.

COLÉGIO Marista Pio X: nossa história. Disponível em: <https://marista.edu.br/piox/nossa-historia/>. Acesso em: 01 set. 2021.

CONSED. Casa do Estudante completa 80 Anos e integra História da Política e Educação da Paraíba. Disponível em: <http://www.consed.org.br/central-de-conteudos>. Acesso em: 19 set. 2021.

DICCIONÁRIO Bibliographico Brasileiro. Ano 1900, v. 6, p. 314. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 02 jun. 2020.

DIOCESE de Patos. Comemoração da Emancipação Política de Piancó-PB. Disponível em: <https://www.diocesedepatospb.org.br/pianco-celebra-267-anos-de-historia/>. Acesso em: 03 jul. 2020.

ELEIÇÕES de 1965 para Governo do Estado da Paraíba. Dados no município de Conceição – PB. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 3 set. 2021.

EMANCIPAÇÃO do Município de Santana de Mangueira. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/santana-de-mangueira/historico>. Acesso em: 21 abr. 2021.

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Biografia de Wilson Leite Braga. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbete-biografico/wilson-leite-braga>. Acesso em: 02 mar. 2020

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Partido Republicano Conservador. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PARTIDO%20REPUBLICA%20NO%20CONSERVADOR%20\(PRC\)](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PARTIDO%20REPUBLICA%20NO%20CONSERVADOR%20(PRC)). Acesso em: 20 maio 2021.

GUIA Paraibano. Famílias Políticas de Conceição-PB. Disponível em: http://www.guiaparaibano.com.br/conheca_as_familias_que_governaram_conceicao,58779.html. Acesso em: 01 fev. 2022.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Vila de Misericórdia corresponde atualmente ao município de Itaporanga, localizado na mesorregião do Sertão Paraibano. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/itaporanga/historico>. Acesso em: 02 jun. 2021.

PARENTESCO de João Batista Pinto Ramalho. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/pedigree/landscape/L1PV-X8G>. Acesso em: 20 jul. 2021.

PLATAFORMA Youtube. Como escrever biografias. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IE83uI92Ysk>. Acesso em: 05 maio 2021.

PORTAL da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SOBRE esse casamento entre Eugênia Toscano e João Leite Ferreira. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/pedigree/landscape/K8X5-9WQ>. Acesso em: 2 jun. 2021.

RESULTADO da eleição para prefeito de Conceição em 1947. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 21 mar. 2021.

RESULTADO das eleições de 1954 por município. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 21 abr. 2021.